



Memorial Seain

meio século de relações
econômicas internacionais
no Ministério do Planejamento

1 9 6 8 - 2 0 1 8

José Nelson Bessa Maia

MEMORIAL SEAIN:
meio século de relações
econômicas internacionais no
Ministério do Planejamento
1968-2018

José Nelson Bessa Maia

Brasília
Enap
2018

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Francisco Gaetani

Diretora de Formação Profissional e Especialização

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Educação Continuada

Paulo Marques

Diretor de Inovação e Gestão do Conhecimento

Guilherme Alberto Almeida de Almeida

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Senso

Fernando de Barros Filgueiras

Diretora de Gestão Interna

Camile Sahb Mesquita

Editor: Fernando de Barros Filgueiras. *Revisão:* Luiz Augusto Barros de Matos e Renata Fernandes Mourão. *Projeto gráfico e editoração eletrônica:* Ana Carla Gualberto Cardoso.

MEMORIAL SEAIN:
meio século de relações
econômicas internacionais no
Ministério do Planejamento
1968-2018

José Nelson Bessa Maia

© 2018 Enap

Catalogado na fonte pela Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

M2172m Maia, José Nelson Bessa

Memorial Seain: meio século de relações econômicas internacionais no Ministério do Planejamento 1968-2018 / José Nelson Bessa Maia. -- Brasília: Enap, 2018

291 p. : il.

ISBN: 978-85-256-0098-1

1. Administração Pública – Brasil. 2. Administração Pública – História. 3. Relações Internacionais. 4. Economia Internacional. I. Título.

CDU 336.69

Ficha catalográfica elaborada por: Daiane da Silva Yung Valadares – CRB1/2802

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública
SAIS – Área 2-A
70610-900 – Brasília, DF
Telefones: (61) 2020 3096 / 2020 3102 – Fax: (61) 2020 3178
Sítio: www.enap.gov.br
Tiragem: 300 exemplares

Sumário

Lista de tabelas	9
Lista de figuras.....	11
Lista de siglas e abreviaturas.....	13
Sobre o autor.....	18
Prefácio	19
Apresentação.....	21
Introdução	25
1 Antecedentes: criação e evolução institucional do Ministério do Planejamento.....	31
2 A vinculação Planejamento e Relações Internacionais.....	51
3 A criação e atuação da Subin, 1968-1987	55
3.1 Antecedentes.....	55
3.2 A primeira gestão da Subin: diplomata Sérgio Fernando Guarischi Bath (15/10/1968 a 08/03/1971).....	68
3.3 A segunda gestão da Subin: diplomata Aderbal Costa (08/03/1971 a 16/08/1977).....	80
3.4 A terceira gestão da Subin: diplomata Álvaro Gurgel de Alencar Netto (16/08/1977 a 12/03/1979).....	88
3.5 A quarta gestão da Subin: diplomata Francisco Thompson Flôres Netto (15/03/1979 a 22/08/1979).....	95

3.6A	quinta gestão da Subin: diplomata José Botafogo Gonçalves (22/08/1979 a 07/03/1985).....	97
3.7A	sexta gestão: diplomata Gilberto Coutinho Paranhos Veloso (13/06/1985 a 12/09/1985)	102
3.8A	sexta gestão: diplomata Luiz Felipe Palmeira Lampreia (12/09/1985 a 19/04/1987).....	103
4	A criação e atuação da Seain desde 1987	109
4.1	Antecedentes.....	109
4.2A	gestão de Roberto Henri Guitton (19/09/1987 – 28/01/1988).....	110
4.3A	gestão de Clodoaldo Hugueney (05/02/1988 – 16/05/1991).....	112
4.3.1	Realizações da gestão Clodoaldo Hugueney.....	117
4.3.2	A extinção temporária da Seain e criação do Deain	120
4.4A	gestão de José Artur Denot Medeiros (06/1991 – 09/06/1993).....	122
4.5A	gestão de Mauro Marcondes Rodrigues (09/06/1993 – 30/05/1994).....	123
4.6A	gestão Jorge Marques Leandro (13/06/1994 – 01/01/1995).....	124
4.7A	gestão de Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos (04/04/1995 – 02/04/1998).....	125
4.8A	gestão de Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira (02/04/1998 – 13/05/1999).....	127
4.9A	gestão de Mário Vilalva (02/07/1999 – 01/09/2000).....	128
4.10	A gestão de Dante Coelho de Sousa Lima (20/10/2000 – 03/07/2003).....	129
4.11	A gestão de Demian Fiocca (03/07/2003 - 15/03/2004)	131

4.12 A gestão de José Carlos Rocha Miranda (15/03/2004 – 02/07/2007).....	132
4.13 A gestão de Alexandre Meira da Rosa (09/07/2007 – 28/06/2010).....	134
4.14 A gestão de Carlos Augusto Vidotto (28/06/2010 – 11/03/2013).....	136
4.15 A gestão de João Guilherme Rocha Machado (11/03/2013 – 03/02/2015).....	139
4.16 A gestão de Cláudio Alberto Castelo Branco Puty (03/02/2015 – 09/11/2015).....	141
4.17 A gestão de Rodrigo Estrela de Carvalho (11/12/2015 – 17/06/2016)	143
4.18 A gestão de Jorge Saba Arbache Filho (23/06/2016 - 16/10/2018)	145
4.19 A Seain na atualidade	155
4.19.1 O papel dos financiamentos externos (Cofix).....	157
4.19.1.1 Antecedentes.....	157
4.19.1.2 A Cofix hoje.....	168
4.19.1.3 Análise sucinta da carteira da Cofix de 1990 a 2006.....	175
4.19.1.4 Análise mais detalhada da carteira da Cofix de 2007 a 2017	177
4.19.2 O papel do relacionamento com organismos internacionais	183
4.19.3 O papel do relacionamento com comércio exterior...	187
4.19.4 O papel do relacionamento com investimentos internacionais.....	190
5 O planejamento e as relações internacionais no Brasil diante de novos desafios	201
Referências bibliográficas	205

Anexos.....	209
I – Depoimentos de alguns ex-secretários.....	209
II – Galeria de secretários da Subin.....	226
III – Galeria de secretários da Seain	230
IV- Gestões de Secretários na Subin e na Seain (duração em números de dias).....	240
V – Linha do tempo – 1968-2018.....	241
VI – Lista de servidores que atuaram na Subin.....	283
VII – Lista de servidores que atuaram e/ou atuam na Seain.....	285

Lista de tabelas

Tabela 3.1. Resumo das atas de reunião do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (Decreto nº 65.476/69), dezembro/1969 a janeiro/1971	72
Tabela 3.2. Resumo das atas de reunião do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (Decreto nº 65.476/69), março/1971 a dezembro/1973	84
Tabela 3.3. Brasil: cooperação técnica, 1977-1978 (US\$ mil)	91
Tabela 3.4. Brasil: cooperação econômica, 1977-1978 (US\$ milhões).....	92
Tabela 3.5. Quadro de servidores da nova Subin	100
Tabela 3.6. Estrutura funcional da Subin, julho de 1982.....	101
Tabela 4.1. Equipe da Seain, 30/05/1988	113
Tabela 4.2. Estrutura funcional da Seain, julho de 1988.....	114
Tabela 4.3. Estrutura funcional proposta para a Seain, 1989	115
Tabela 4.4. A Estrutura funcional da Seain em maio de 2011.....	137
Tabela 4.5. Competências da Seain em abril de 2018	155
Tabela 4.6. Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), 20/03/1991: recomendações de prioridade para operações de crédito	167
Tabela 4.7. Valor e número de projetos recomendados pela Cofix, 1990-2006	176
Tabela 4.8. Valor e número de projetos recomendados pela Cofix, 2007-2017	177
Tabela 4.9. Números e valores de empréstimos na Cofix por fases (posição em 31/12/2017)	179

Tabela 4.10. Números e valores de empréstimos na Cofix por esferas de governo (posição em 31/12/2017)	180
Tabela 4.11. Números e valores de empréstimos na Cofix por fontes (posição em 31/12/2017).....	181
Tabela 4.12 Números e valores de empréstimos na Cofix por setores (posição em 31/12/2017).....	182

Lista de Figuras

Figura 3.1. Logo do Programa Aliança para o Progresso.....	55
Figura 3.2. Cerimônia de assinatura de contrato com o BID (maio de 1978).....	93
Figura 3.3. Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional – Subin organograma – 1982.....	102
Figura 4.1. Secretaria de Assuntos Internacionais – Seain organograma – dezembro/1987.....	114
Figura 4.2. Secretaria de Assuntos Internacionais – Seain Organograma – julho/1988.....	115
Figura 4.3. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: valores dos empréstimos contratados BIRD e BID (1991-2000)	130
Figura 4.4. A primeira reunião da Cempex, 11/09/1969	161
Figura 4.5. Cofix: número de projetos e valor de empréstimos (US\$), 2007-2017	177
Figura 4.6. Número de projetos recomendados pela Cofix por mutuários, 2007-2017	178
Figura 4.7. Números e valores de empréstimos recomendados pela Cofix por entes federativos, 2007-2017 (em percentuais).....	178
Figura 4.8. Números e valores de empréstimos na Cofix por fases em percentuais (posição em 31/12/2017).....	179
Figura 4.9. Números e valores de empréstimos na Cofix por fases em percentuais (posição em 31/12/2017).....	180
Figura 4.10. Números e valores de empréstimos na Cofix por Esferas de Governo em percentuais (posição em 31/12/2017).....	181

Figura 4.11. Números e valores de empréstimos na Cofix por Fontes (posição em 31/12/2017).....	182
Figura 4.12 – Números e valores de empréstimos na Cofix por Setores (posição em 31/12/2017).....	183

Lista de abreviaturas e siglas

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
- Aladi – Associação Latino-Americana de Integração
- Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ARO – Antecipação de Receita Orçamentária
- BCB – Banco Central do Brasil
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Mundial
- BMDs – Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAE – Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal
- CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico
- CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China
- Cecla – Comisión Especial de Coordinación Latinoamericana
- CEE – Comunidade Econômica Europeia
- Cempex – Comissão de Empréstimos Externos
- Cendec – Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico
- Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- Ciap – Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso
- Cies – Conselho Interamericano Econômico e Social
- CIP – Conselho Interministerial de Preços
- Cipoi – Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais
- CNAALALC – Comissão Nacional para Assuntos da ALALC

CNAT – Comissão Nacional de Assistência Técnica
CNT – Confederação Nacional do Transporte
Cobap – Comissão Nacional da Bacia do Prata
Cocap – Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso
Cocex – Comissão de Créditos Externos
Cofix – Comissão de Financiamentos Externos
Coleste – Grupo de Coordenação de Comércio com o Leste Europeu
Comecom – Conselho para Assistência Econômica Mútua
Consplan – Conselho Consultivo do Planejamento
Contap – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
Corde – Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
Deain – Departamento de Assuntos Internacionais
Decex – Departamento de Comércio Exterior
Eban – Escola Brasileira de Administração Pública
Epea – Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
EUA – Estados Unidos da América
Eximbank – Export-Import Bank of the United States
Febraban – Federação Brasileira de Bancos
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
FMI – Fundo Monetário Internacional
Funpresp – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Executivo
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GTEC – Grupo Técnico da Cofix

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibrach – Institute for Brazil-China Studies
IED – Investimento Externo Direto
Iesai – Instituto de Estudos Avançados em Educação
Ilpes – Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
Iplan – Instituto de Planejamento
Ipea – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KFW – Banco de Desenvolvimento Alemão
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MEP – Ministério Extraordinário do Planejamento
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
MEFP – Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
Miniplan – Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica
MOG – Ministério do Orçamento e Gestão
MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Operação Pan-Americana
Paba – Plano de Ação de Buenos Aires
Paeg – Plano de Ação Econômica do Governo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNCT – Programa Nacional de Cooperação Técnica
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
RDC – Regime Diferenciado de Contratação
Sarem – Secretaria de Articulação com Estados e Municípios
Seac – Secretaria de Ação Comunitária
Seain – Secretaria de Assuntos Internacionais
Secin – Secretaria Central de Controle Interno
Sedap – Secretaria de Administração Pública da Presidência da República
Sela – Sistema Econômico Latino-Americano
Semor – Secretaria de Modernização Administrativa
Seplan-PR – Secretaria do Planejamento da Presidência da República
Sest – Secretaria de Controle de Empresas Estatais
SGP – Sistema Geral de Preferências
SICT – Sistema Interministerial de Cooperação Técnica
SMA – Subsecretaria de Modernização Administrativa
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Subin – Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Sudesul – Superintendência do Desenvolvimento do Sul
Sunab – Superintendência Nacional de Preços
TCU – Tribunal de Conta da União
TCDC – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
UFF – Universidade Federal Fluminense
UnB – Universidade de Brasília

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Usaid – United States Agency for International Development

Sobre o autor



José Nelson Bessa Maia, cearense de Fortaleza, é economista, mestre em Economia e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). É economista associado ao Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF). Trabalhou no IPEA (1987-1988) e na antiga Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1989-1990). Foi Diretor de Pesquisa do Instituto de Planejamento do Estado do Ceará (1992-1994) e secretário de assuntos internacionais do governo do estado do Ceará (1995 a 2006), onde chefiou a paradiplomacia estadual. Foi coordenador de assuntos monetários e financeiros internacionais na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (2010-2015), onde representou o Brasil nos Grupos de Trabalho do *Framework* do G-20 e do BRICS. É servidor público federal (auditor federal de finanças e controle), ora lotado na Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento em Brasília/DF onde exerce desde janeiro de 2016 o cargo de assessor.

Prefácio

A Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) teve a oportunidade de resgatar sua história institucional, tendo como marco seus 50 anos de existência.

Em que pese a globalização, os principais problemas que hoje ocupam os assuntos econômicos e financeiros internacionais continuam a ser tratados pelos atores estatais de maior relevo e pelos organismos internacionais. A diferença, porém, é que agora o Brasil deixa de figurar como um ator coadjuvante e começa a ensaiar os seus primeiros passos como protagonista relevante no jogo da governança econômica e financeira global.

A transformação em curso do Brasil em importante país emergente abre para nós imensas oportunidades, mas, ao mesmo tempo, nos impõe novas responsabilidades como partícipes do processo decisório mundial. O novo enquadramento do país no cenário econômico global coloca enormes desafios à administração pública federal e ao MP em particular, uma vez que lhe cabe, como órgão da administração federal direta, dentre outras competências, participar de negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais.

Aqui se retrata não somente a história de uma unidade burocrática específica e singular inserida numa estrutura organizacional maior, mas também se tenta dar algumas pinceladas sobre certos momentos cruciais do relacionamento internacional do Brasil no plano da política econômica e financeira externa.

O presente Memorial resgata sucintamente a trajetória do assessoramento em relações internacionais no MP, começando por seus antecedentes históricos nos anos de 1960, passando pela turbulência dos anos 70, a crise da dívida externa dos anos 80, o processo de estabilização e inserção internacional dos anos 90, e a retomada do crescimento e ocupação de espaços nos organismos internacionais nas duas primeiras décadas do século 21.

A ativa participação atual do Brasil no relacionamento com os organismos multilaterais de desenvolvimento exige um esforço maior de preparação, análise e elaboração de proposições. Algo que requer equipes qualificadas e recursos materiais e humanos adequados para obter os resultados almejados. Nesse contexto, cabe ao MP a função de aprimorar a sua capacidade de interlocução com organismos internacionais e demais atores do resto do mundo.

A edição deste *Memorial Seain: meio século de relações econômicas internacionais no Ministério do Planejamento* não pode ser vista apenas como um relato da história de uma organização burocrática que aniversaria.

Na realidade, esta obra é um conjunto de fatos e dados que ajuda a compreender como uma unidade especializada da administração pública num país emergente como o Brasil, com a diversidade e rotatividade de quadros e dirigentes, com suas virtudes e deficiências, soube atravessar, durante cinco décadas, diferentes e complexos episódios da vida econômica nacional e de seu relacionamento internacional, em defesa dos interesses da sociedade e do Estado brasileiros.

Esteves Pedro Colnago Junior

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Apresentação

O planejamento estratégico da Secretaria de Assuntos Internacionais do MP (a Seain) identificou pontos fortes e fracos; caracterizou processos e produtos; revisitou objetivos e estratégias e apontou novos rumos em direção a uma instituição de excelência no campo do assessoramento público internacional.

E o faz em um ambiente de amadurecimento organizacional, buscando cumprir de forma adequada suas atribuições como órgão específico e singular no assessoramento em relações internacionais ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e ao governo brasileiro como um todo.

Ao assumir a Seain em junho de 2016, verifiquei a inexistência de memória institucional organizada no órgão que pudesse me guiar no entendimento de sua vocação e vislumbrar as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Em minhas funções anteriores, tive contatos frequentes com os funcionários da Secretaria e conhecia, de certo modo, seu escopo temático e a boa qualificação de seus quadros. Tinha ciência também do quilate dos nomes que me antecederam na gestão do órgão e, portanto, não me trouxe surpresa, mas confirmação, percorrer sua enumeração nas páginas em elaboração do Memorial.

O colega economista José Nelson Bessa Maia, Auditor Federal de Finanças e Controle e assessor na Seain, assumiu o desafio de realizar a pesquisa e elaborar o texto que resgata as cinco décadas de relações internacionais no MP. Foi um trabalho árduo, baseado em

levantamentos no Diário Oficial da União, nos arquivos documentais da própria Seain e do MP, em entrevistas com antigos dirigentes e ex-servidores e na literatura bibliográfica relativa à administração pública federal e à área de cooperação internacional. Os responsáveis pelas diversas coordenações-gerais e áreas-meio da Secretaria também contribuíram com elementos importantes para a composição desta obra.

Destaco a frutífera parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), fundação pública vinculada ao MP, cuja atuação na produção e difusão de inovação e conhecimento sobre administração pública e gestão de políticas públicas soube valorizar a iniciativa de elaboração e publicação do Memorial Seain como um exercício válido de desenvolvimento de pesquisa dentro da própria administração pública. O apoio entusiasmado de seu dirigente, Francisco Gaetani, ex-secretário-executivo do MP, tornou possível a publicação deste livro tanto em papel como em meio eletrônico.

Conforme via o resgate da história da Seain se desenrolar, fui percebendo o quanto sua origem como a antiga Subsecretaria de Cooperação Técnica e Financeira Internacional (Subin) moldou sua evolução, não só quanto a sua estrutura, mas quanto a sua missão e expectativas. Todavia, hoje já não pode a Secretaria ser apenas um ponto focal de contato com o exterior. Além de preservar suas características de ser um instrumento de preparação da presença internacional do Ministro do Planejamento ou de articulação das demais áreas do ministério em torno de temas internacionais, a Seain precisa agora formular opiniões e recomendações numa gama crescente de temas de grande complexidade e participar de negociações num bom número de áreas e foros, sempre atenta às diretrizes de política externa definidas pela Presidência da República e em coordenação estreita com os Ministérios da Fazenda (MF) e de Relações Exteriores (MRE).

Foi uma evolução que seguiu a caminhada do Brasil. Passados os tempos de concentração na captação de recursos externos para ajudar a financiar os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e a renegociação da dívida externa, hoje a Secretaria tem que se capacitar para participar de forma mais relevante e consequente na governança de organismos multilaterais de desenvolvimento. Para isso, há de ir bem além da capacidade de reação e alcançar um novo sentido de responsabilidade pelo que acontece no país e no globo, uma nova capacidade de análise e de proposição. Passados os tempos de olhar instituições como o Banco Mundial e o BID apenas como um cliente na captação de empréstimos, estamos numa era em que precisamos também agir como seus acionistas controladores e contribuir para a solução dos problemas da economia regional e internacional.

Desafios, assim, crescentes, que espero tragam sempre o estímulo profissional de uma equipe motivada e capacitada que quer ajudar o Governo do Brasil a assumir suas novas responsabilidades, não para o prestígio pessoal ou funcional de alguns, mas para o benefício de todos os brasileiros. É com grande prazer, portanto, que apresento este Memorial.

Jorge Saba Arbache Filho

Ex-Secretário da Seain

Introdução

A Secretária de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) presta um relevante serviço ao Ministério e à administração pública federal como um todo. Pelo artigo 12 do Regimento Interno da Seain (Portaria GM/MP nº 11, D.O.U de 01/02/2018), suas competências são as seguintes:

1. formular diretrizes, planejar e coordenar políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculados a fontes externas;
2. avaliar pleitos de programas ou projetos do setor público, vinculados a fontes externas, mediante informações prestadas por mutuários, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix);
3. assegurar que os contratos a serem negociados tenham projetos compatíveis com a autorização dada pela Cofix;
4. acompanhar a execução de programas e projetos aprovados pela Cofix e recomendar, quando necessário, alterações em sua implementação;
5. atuar como Secretária-Executiva da Cofix, conforme o disposto no Decreto nº 3.502, de 12/06/2000;
6. acompanhar e avaliar as políticas e as diretrizes globais de organismos multilaterais de desenvolvimento e a posição brasileira nesses organismos, no âmbito de competência do ministério;
7. realizar o planejamento orçamentário e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas nos organismos

financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a representação do país seja atribuição do ministério, e das contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais constituídos no Direito Internacional Público dos quais participam órgãos e entidades da administração pública federal, observadas as diretrizes estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

8. coordenar o processo prévio de apreciação orçamentária das contribuições a organismos internacionais que devem ser realizadas pelo ministério e manifestar-se formalmente sobre a conveniência e a oportunidade de inclusão de novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais nas propostas orçamentárias do ministério;
9. atuar como Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), instituída pelo Decreto nº 8.666, de 10/02/2016;
10. atuar na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial para projetos de infraestrutura;
11. coordenar as negociações relativas aos acordos internacionais para o desenvolvimento do investimento e da capacidade produtiva, no âmbito de competência do ministério;
12. acompanhar a execução dos acordos internacionais e dos memorandos de entendimento firmados pela República Federativa do Brasil que tenham por objeto o desenvolvimento do investimento e da capacidade produtiva nacionais;
13. participar da elaboração da política nacional de comércio exterior, em conjunto com os demais órgãos da administração pública federal competentes sobre o tema;
14. acompanhar, subsidiar e representar o ministério, quando necessário, na formulação da posição brasileira em fóruns internacionais relacionados a temas de comércio exterior,

financiamento e garantia às exportações, recuperação de créditos externos, competitividade industrial e integração e infraestrutura sul-americana;

15. participar, no âmbito da União, da elaboração do plano plurianual, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária; e
16. assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.

Para consecução de suas finalidades, compete, ainda, à Seain:

- a. coordenar o relacionamento institucional e representar o Brasil nas diretorias executivas não-residentes, assembleias de governadores e outras instâncias de governança de organismos financeiros internacionais de desenvolvimento em que o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão seja o órgão de enlace; e
- b. atuar como secretaria-executiva dos acordos internacionais, memorandos de entendimento e fundos de investimento, voltados para o desenvolvimento da capacidade produtiva, firmados entre o governo brasileiro e outros países, no âmbito de competência do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.¹

Considerando-se a abrangência e complexidade dos temas sob sua responsabilidade, a Seain desempenha um papel importante, de modo que sua capacidade de responder às demandas que derivam da interface internacional explica sua longevidade no tempo e justifica o espaço que ocupa na organização do órgão central de

¹ De acordo com o artigo 3º do Capítulo II do Regimento Interno, a Seain tem a seguinte estrutura: I – Gabinete (Gabin): a) Coordenação de Apoio Administrativo (Coadm); e b) Divisão de Protocolo, Arquivos e Secretariados (Dipar); II – Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (Cogex): a) Coordenação de Projetos de Infraestrutura (Coopi); b) Coordenação de Projetos Sociais (Copso); e c) Coordenação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Reforma do Estado (Cores); III – Coordenação-Geral de Relacionamento com Organismos Internacionais (Coger): a) Coordenação de Política com Organismos Internacionais (Copog); e b) Coordenação de Administração de Pagamentos a Organismos Internacionais (Copag); IV – Coordenação-Geral de Comércio Exterior (Cogea); e V – Coordenação-Geral de Investimentos Internacionais (Cogin).

planejamento federal, seja em termos de recursos humanos, materiais ou financeiros. Não fosse sua serventia, por certo não teria assumido ares de permanência e durabilidade próprios das instituições públicas.

No atual contexto em que se amplia a presença do Brasil no cenário mundial e se fortalece sua participação no sistema de governança econômico-financeira global, torna-se indispensável ao país contar com órgãos públicos aptos a defender seus interesses nos foros decisórios internacionais e preservar os valores e princípios que regem as relações do Estado-Nação brasileiro com o resto do mundo.

Com o objetivo de resgatar a memória da Seain, procedeu-se a um levantamento da legislação referente à sua criação, assim como dos atos administrativos que permitiram funcionalidade ao órgão que lhe antecedeu (a extinta Subin) e à própria Seain, ao longo do tempo, permitindo-lhe operar e transformar-se diante das necessidades de cada momento de sua existência. Registram-se, entre outros aspectos, informações relativas à sua fundação, finalidade, competências, estrutura e sucessão de seus 24 dirigentes num horizonte temporal de 50 anos, desde a criação da Subin em meados de 1968 até o presente momento.

Uma linha do tempo foi agregada para contextualizar a atuação da Seain, ao longo do período, com as gestões dos diversos ministros do Planejamento que se sucederam, bem como com fatos e processos importantes do relacionamento econômico e financeiro internacional do Brasil.

Trata-se, pois, de um esforço de resgate da identidade organizacional da área internacional do Ministério do Planejamento, ao longo de cinco décadas, e de busca de reconhecimento pelas funções desempenhadas a bem do serviço público. Para aqueles que compõem a Seain, seus quadros dirigente, técnico, gerencial e auxiliar, o presente Memorial pode servir como um elemento de aglutinação e de reforço da personalidade funcional do órgão. Um instrumento

adicional de motivação em prol de uma prestação de serviços de assessoramento em relações internacionais de qualidade e com foco em resultados.

Agradecimentos aos colegas da Seain e ex-colegas da Subin, que, com boa vontade e empenho, forneceram informações valiosas sobre o passado da Secretaria. Merecem agradecimentos especiais os seguintes entrevistados: Antônio Rocha Magalhães, Benvindo Belluco, Carlos Roberto Cristalli, Carlos Eduardo Lampert Costa, Diógenes Walter Oliveira, Jorge Marques Leandro, Embaixador Paulo Roberto de Almeida e Embaixador Sérgio Fernando Guarisch Bath.

1 Antecedentes: criação e evolução institucional do Ministério do Planejamento

A primeira estrutura de governo voltada para o planejamento no Brasil foi o Conselho de Desenvolvimento, criado em 1956, para atender ao Plano de Metas do Governo Juscelino Kubistchek. O Conselho tinha a atribuição de coordenar e programar a política econômica. Não obstante, o cargo de Ministro Extraordinário responsável pelo planejamento do país só foi criado pela Lei Delegada nº 1, de 25 de janeiro de 1962, e ocupado pelo economista Celso Furtado (de setembro/1962 a março/1964), o qual passou a presidir o Conselho.



Na fase inicial, a principal contribuição do novo Ministério Extraordinário do Planejamento (MEP) foi a elaboração do chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), um programa de estabilização em parceria com o Ministério da Fazenda, que acabou não sendo implementado por dificuldades da conjuntura política.²

Com as mudanças político-institucionais implantadas após o movimento militar de 31 de março de 1964, no Governo Presidente Castelo Branco (abril/1964 a março/1967), foram ampliadas as atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, para o Ministério Extraordinário do Planejamento, com a inclusão da coordenação econômica (a sigla passou a ser Miniplan). Mais tarde, por força do Decreto nº 55.722, de 02 de fevereiro de 1965,

² Sobre as causas do insucesso do Plano Trienal, ver: Almeida (2006, p. 167-169).

passou a integrar a estrutura governamental um órgão de consulta do ministério: o Conselho Consultivo do Planejamento (Consplan), cujo secretário executivo era o próprio Ministro do Planejamento.



Coube ao Ministro Roberto Campos (01/04/1964 a 30/10/1967) a tarefa de estruturar funcionalmente o Ministério do Planejamento e compor a equipe de servidores e auxiliares diretos para fazer frente primeiro aos desafios urgentes de estabilizar inflação, racionalizar os gastos públicos e promover reformas estruturais necessárias para a retomada do crescimento econômico e, segundo, planejar o desenvolvimento do país. Como decorrência, o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), elaborado pelo Miniplan, consistiu mais em um plano de estabilização da inflação do que num plano de desenvolvimento, mas também procurou, por outro lado, incentivar as exportações (via política cambial) e a atração de investimento estrangeiro.

Mais importante do que seus resultados econômicos, o Paeg permitiu a implementação de amplo programa de reformas nos planos tributário, monetário, financeiro, trabalhista, habitacional e de comércio exterior. De fato, mesmo não alcançando suas metas de inflação e crescimento, o plano logrou um nível razoável de estabilização monetária e realizou uma abrangente reforma do Estado nas áreas administrativa e orçamentária, lançando as bases para o crescimento do país no período seguinte. O Paeg também criou a correção monetária, um mecanismo que permitiu gerar um mercado de títulos públicos, mas que viria, no futuro, propagar a inércia inflacionária via indexação generalizada. Ademais, com a edição do Decreto-Lei nº 200, em 25 de fevereiro de 1967, que tratava da reforma da administração pública, a função de planejamento passou a ser explicitamente de competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Para subsidiar o planejamento, o Ministro Roberto Campos criou, em 1964, o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea), atual Ipea,

um instituto então vinculado ao Consplan, um órgão de governo de natureza pensante (espécie de think-tank atual), fora da rotina da administração, voltado para a pesquisa econômica aplicada, ou seja, policy-oriented, e para ajudar o governo a formular o planejamento, numa visão estratégica de médio e longo prazo (PINTO DE CASTRO; D'ARAÚJO, 2004, p. 15). O referido Decreto-Lei nº 200/67 transformou o Ipea em fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento, com o pessoal sujeito ao regime da CLT, com vistas a permitir flexibilidade em matéria de salários e de recursos para aperfeiçoamento, sobretudo no exterior.³

Além do Ipea, também foi criado, pela Portaria Ministerial nº 14, de 31 de janeiro de 1966, o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec), com o objetivo de capacitar, com o apoio da cooperação internacional, servidores do Governo Federal e dos governos estaduais em técnicas e métodos de planejamento e programação orçamentária.

No campo dos dados para o planejamento foi então dado um grande passo com a reestruturação do IBGE, a criação de um sistema nacional de estatísticas básicas e a transformação de uma antiga repartição pública (criada em 1938) em uma fundação pública (atual FIBGE) vinculada ao Ministério do Planejamento, a partir também da Lei da Reforma Administrativa de 1967.

Com a reforma administrativa, o governo tentava desburocratizar o serviço público e descentralizar atividades, criando secretarias gerais em cada um dos ministérios. O objetivo era deixar os ministros livres dos procedimentos burocráticos, dando-lhes tempo suficiente para acompanhar projetos e cobrar da máquina administrativa eficiência e racionalidade na execução de suas tarefas. O decreto instituiu definitivamente na administração os mecanismos de planejamento, coordenação e controle, e reduziu o número de órgãos subordinados à Presidência da República, distribuindo-os pelos ministérios.

³ Criado pela Portaria nº 81/64, D.O.U de 17/09/1964.

A implantação efetiva desse projeto demandaria três anos, estendendo-se de 1967 a 1969.

Com vistas a formar a capacidade dos órgãos governamentais na elaboração de projetos, financiar o desenvolvimento científico e tecnológico e apoiar a criação de centros de pós-graduação no país, foi criado, em março de 1965, o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, o qual foi convertido em empresa pública pelo Decreto nº 61.056, de 24 de julho de 1967, com o nome de Financiadora de Estudos de Projetos S.A (Finep), do mesmo modo então vinculada ao Ministério do Planejamento.⁴



Em abril de 1967, o então novo Ministro Hélio Beltrão (15/03/1967 a 30/10/1969), de acordo com uma das premissas básicas de sua política de planejamento — a descentralização administrativa —, determinou a instalação de escritórios de representação do Ministério do Planejamento em vários estados, dando-lhes competência para tomar decisões independentemente de consultas à administração central. Em junho do mesmo ano, anunciou oficialmente o programa de desenvolvimento a ser adotado pelo governo. De acordo com a política econômica definida pelo Presidente Costa e Silva, foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), como tentativa de conciliar o controle da inflação com o desenvolvimento econômico.⁵

Em abril de 1968, foi implantada a Secretaria-Geral no Ministério do Planejamento, com o objetivo de integrar os órgãos da pasta sob comando único, indicando-se para chefia-la o economista João Paulo dos Reis Velloso, Superintendente do Ipea. Ademais, ainda por força

⁴ A Finep encontra-se hoje vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC).

⁵ Para maiores detalhes sobre as mudanças no Ministério do Planejamento durante a gestão Hélio Beltrão, ver: Biografia de Hélio Beltrão, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-marcos-pena-beltrao>> em 20/04/2017, acesso em 05 de maio de 2017.

do Decreto Lei nº 200/67, foi criada a Subsecretaria de Orçamento e Finanças. Mas, como menciona Reis Velloso:

Desde os tempos do [Roberto] Campos, o orçamento era feito pelo Planejamento, mediante propostas dos diferentes ministérios, e a execução orçamentária era elaborada em conjunto com a Fazenda. Mas quem propunha era o Ministro do Planejamento (Pinto de Castro; D'Araújo, 2004, p.119).

Na gestão do Ministro Hélio Beltrão, surgiu a ideia de criar uma unidade para tratar especificamente da cooperação econômica internacional no Ministério do Planejamento. Essa unidade veio a ser formatada como uma subsecretaria na estrutura da Secretaria-Geral do ministério, que fora instituída pelo referido Decreto-Lei nº 200/67. Coube assim ao economista João Paulo dos Reis Velloso, que então acumulava os cargos de Superintendente do Ipea e Secretário-Geral do ministério, a tarefa de instituir, mediante portaria ministerial, em julho de 1968, a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, cuja sigla (Subin) foi desde logo assumida de forma corrente, inclusive em documentos oficiais.

Com a publicação da Portaria nº 20, em março de 1971, a Subsecretaria de Orçamento e Finanças passou a ter atribuição de órgão central do sistema orçamentário federal. No ano seguinte, com a publicação da Portaria nº 46/72, a Secretaria de Orçamento e Finanças tornou-se a atual Secretaria de Orçamento Federal (SOF).



Durante a longa gestão do Ministro João Paulo dos Reis Velloso (30/10/1969 a 14/03/1979), o Ministério do Planejamento se converteu por 10 anos no centro de formulação e tomada das decisões estratégicas de política econômica do país. Com efeito, o Ministro Reis Velloso prosseguiu na coordenação dos programas nacionais de desenvolvimento. Sob sua orientação e com o suporte técnico do Ipea, foi elaborado o I

Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para o período de 1972 a 1974, com o objetivo de fortalecer a economia brasileira, o que implicaria a elevação da taxa de expansão de empregos, a redução na taxa de inflação e a adoção de uma política econômica capaz de acelerar o crescimento sem prejuízo no controle da inflação.⁶

Em 1973, por recomendação do Ministério do Planejamento, foi editado pelo então Presidente Garrastazu Médici (Decreto nº 75.527, de 25 de julho de 1973), o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, elaborado sob a coordenação do Ministério do Planejamento. O plano enfatizava o desenvolvimento de novas tecnologias – como a energia nuclear e a pesquisa espacial – e a integração entre a indústria, a pesquisa e a universidade.

Em março de 1974, tomou posse na Presidência da República o General Ernesto Geisel, que manteve Reis Velloso no cargo de Ministro do Planejamento. Na pasta da Fazenda, Delfim Netto foi substituído por Mário Henrique Simonsen. No mês de maio, porém, Geisel, por meio da Lei nº 6.036, de 01 de maio de 1974, extinguiu o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, em seu lugar, criou a Secretaria de Planejamento, com status de ministério, ligada à Presidência da República (Seplan-PR). Referido decreto também instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), basicamente um órgão auxiliar do Presidente da República na formulação da política econômica e, em especial, na coordenação dos ministérios afins.

Sob a coordenação de Reis Velloso, foi elaborado, entre maio e agosto de 1974, o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso no segundo semestre do mesmo ano. O plano dava ênfase à diminuição da dependência do país em relação às fontes externas de energia e priorizava o desenvolvimento

⁶ Constaram do I PND os planos e a execução das obras de grandes projetos na área de infraestrutura, como a ponte Rio-Niterói, a rodovia transamazônica, a hidrelétrica de Três Marias, a barragem de Itaipu, entre outras. Outros programas compreendiam a expansão da siderurgia, o petroquímico, os corredores de exportação, construção naval, a primeira central nuclear em Angra dos Reis, além de um conjunto de hidrelétricas, programas de mineração e de telecomunicações. Para mais informação sobre o I PND ver Gonzales *et al.* (1990, p.50-52).

das indústrias de base. Com base no chamado modelo do tripé (estatais, capital nacional e capital estrangeiro), tais investimentos seriam financiados pelo capital estatal, evitando-se a presença do capital estrangeiro nas áreas de infraestrutura, mas incentivando sua participação nos demais setores. As posições defendidas pelo II PND estimularam o debate que já vinha se dando sobre os papéis dos capitais estrangeiro e estatal na economia brasileira.

Com a rápida e expressiva ampliação no número de empresas públicas, em conjunto com o fim do ciclo vigoroso de crescimento econômico, marcado pela 2ª crise do petróleo e o *crack* na Bolsa de Nova Iorque em 1979, surgiu no Planejamento a ideia de criação de um órgão central capaz de coordenar e monitorar a atuação das empresas estatais, de forma a garantir a qualidade dos investimentos, em convergência com as diretrizes políticas, econômicas e sociais firmadas pelo Governo Federal.

Ao longo do Governo Geisel, as metas do II PND demonstraram ser de difícil execução, já que não foi atingido o patamar de expansão econômica projetado. O plano tinha o objetivo de sustentar elevadas taxas de crescimento e ao mesmo tempo reverter a aceleração da inflação e conter o déficit no balanço de pagamentos. A queda na taxa de crescimento econômico do país, o impacto da crise do petróleo, o significativo aumento na dívida externa e o desequilíbrio externo compunham um quadro de dificuldades crescentes para o desenvolvimento da economia brasileira segundo essas diretrizes.



Reis Veloso foi substituído na pasta do Planejamento por Mário Henrique Simonsen (15/03/1979 a 10/08/1979), nomeado pelo então Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. Diante das tensões provocadas pela aceleração da inflação e elevação na taxa de juros internacionais, o novo governo decidiu centralizar ainda mais as decisões na área da política econômica

e, assim, além de controlar o gasto e o investimento público, a Seplan/PR passou a coordenar o Conselho Monetário Nacional e o orçamento monetário. Dessa forma, na qualidade de Ministro-Chefe, Simonsen tornou-se o principal responsável pela orientação econômica do governo, tendo introduzido um conjunto de medidas visando estabelecer o controle sobre o financiamento externo, reduzir a expansão do crédito e restringir os investimentos públicos.

Em fins do primeiro semestre de 1979, o processo inflacionário havia sofrido uma aceleração, pressionado pelo efeito da taxa de juros externa e pelo aumento no déficit fiscal. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as críticas aos cortes nos gastos e investimentos públicos, especialmente por parte dos empresários do setor de bens de capital e de material elétrico e eletrônico. Também os banqueiros, apreensivos com os planos da reforma bancária, reclamavam da política econômica do governo. Em meio ao acúmulo de críticas e pressões contra a política que desenvolvia, Simonsen chegou a ameaçar com a intensificação das medidas restritivas, apontando a recessão econômica como a única saída para a crise. Diante da falta de apoio político ao seu receituário e de divergências com outros ministros, Simonsen entregou o cargo em 10/08/1979.⁷



Num contexto de crise, assume o Planejamento o ex-ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto (15/08/1979 a 14/03/1985), que se torna o principal formulador da política econômica. É nessa transição para a gestão Delfim Netto que surge a Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest), criada por meio do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, como órgão central do subsistema de controle de recursos e dispêndios de empresas estatais no âmbito do Sistema de Planejamento Federal.

⁷ Para uma descrição da curta gestão de Mário Henrique Simonsen no Planejamento, consultar Biografia de Mário Henrique Simonsen, CPDOC-FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simonsen-mario-henrique>>, acesso em 05 de maio de 2017.

Durante os anos 1980 que se seguiram, com a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento e dificuldades de financiamento no setor público, houve um reordenamento das ações executadas, relegando ao segundo plano as atividades de planejamento de médio e longo prazo, em favor da formulação e adoção de medidas macroeconômicas de curto prazo, numa tentativa de conter a inflação elevada e crescente desse período, bem como os severos desequilíbrios externos. Como consequência, desencadearam-se várias mudanças organizacionais que colocaram a Secretaria de Planejamento e Coordenação como órgão coordenador das ações econômicas de curto prazo do governo.

De fato, tal como destaca Almeida (2004), o segundo choque do petróleo, em 1979, acarretou a regressão do alto desempenho econômico observado até então, bem como o declínio da própria noção de planejamento econômico, antes mesmo que a crise da dívida externa mergulhasse o Brasil numa longa fase de baixo crescimento e inflação elevada a partir de então, o que viria a ser superado somente com o Plano Real, em meados da década de 1990.

A fase final do regime militar, cujo início data do choque da dívida externa em 1982, desenvolve-se numa atmosfera de graves turbulências econômicas (recessão e desemprego) e políticas, marcada, entre outros elementos, pelo ajuste à crise de balanço de pagamentos e pelo movimento em prol de eleições diretas para a Presidência da República. Naquele período, era nítido o contraste entre os principais indicadores macroeconômicos (crescimento, taxa de inflação, contas externas) dessa fase com aqueles que tinham caracterizado o período do chamado “milagre econômico”.



Com a redemocratização e o fim do regime militar, o Governo Sarney (15/03/1985 a 15/03/1990) enfrentou a aceleração inflacionária e uma profunda crise econômica. Em março de 1986, o Governo anunciou a instituição do Plano Cruzado, com a substituição do cruzeiro pela nova moeda corrente

no Brasil, o cruzado (CZ\$). O plano trazia a desindexação da economia, com a substituição da correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o congelamento de preços e salários. O então Ministro do Planejamento João Sayad e o da Fazenda, Dilson Funaro, lideraram o grupo que elaborou o plano.⁸

Entretanto, com o problema cada vez mais grave de desabastecimento de mercadorias gerado pelo congelamento de preços, as primeiras desavenças entre a equipe econômica do governo começaram a surgir. Enquanto o Ministro Funaro anunciava acordos feitos com produtores e lojistas e até medidas drásticas para retirar o gado dos pastos, o Ministro Sayad afirmava que tal procedimento seria inútil e não resolveria a questão. Os pontos de vista de Funaro e Sayad não convergiam, o que dificultava a definição das mudanças no Plano Cruzado. Em outubro, Sayad voltou a discordar da necessidade de cortes nos gastos públicos, exatamente o contrário do que afirmava o Ministro da Fazenda.

Com o visível esvaziamento da agenda de planejamento no País, em 1986, a Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (Semor), órgão que, juntamente com as áreas de planejamento e orçamento, compunha o tripé do Sistema de Planejamento Federal, acabou transferida do Ministério de Planejamento (Seplan) para a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap). Após curto período de convalescência, de volta ao trabalho em março de 1987, durante viagem do Ministro Funaro ao exterior, Sayad apresentou ao Presidente Sarney um plano de estabilização da economia propondo um novo choque, congelamento e o fim do gatilho salarial. Consultado sobre o assunto, Funaro foi contra. Contrariado, Sayad pediu demissão em março de 1987. Nesse contexto de enfraquecimento do Planejamento, a Sest foi transferida

⁸ O grupo que trabalhou na elaboração do Plano Cruzado era composto, entre outros, pelos economistas Pêrsio Arida e Andréa Calabi, assessores do Planejamento; Luís Gonzaga Belluzzo, chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda; João Manuel Cardoso de Melo, assessor especial de Dilson Funaro; Fernão Bracher, presidente do Banco Central (BC); Edmar Bacha, presidente do IBGE; Francisco Lopes, assessor especial de Sayad, e o economista André Lara Resende, do Banco Central.

da Seplan/PR para o Ministério da Fazenda, por meio do Decreto nº 94.159, de 31/03/1987.⁹

Embora a Seplan-PR continuasse a participar da formulação da política econômica de curto prazo, ela sofreu crescente perda de suas funções com a absorção de mais algumas de suas secretarias pelo Ministério da Fazenda, deixando de gerenciar as contas do governo e dedicando-se ao planejamento econômico de longo prazo. Em 1985 foram criadas outras estruturas (separadas da Seplan-PR), para formular, executar e fiscalizar a política de preços e o abastecimento, tais como a Secretaria de Abastecimento e Preços (Seap); o Conselho Interministerial de Preços (CIP); a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e a Secretaria Central de Controle Interno (Secin).



A Seplan-PR mudou também de nome, passando a chamar-se Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Sob a gestão do Ministro Aníbal Teixeira (24/03/1987 a 21/01/1988) houve novas mudanças na administração do ministério. Embora ganhasse, formalmente, a coordenação de diversas ações do Governo Federal, perdeu para o Ministério das Relações Exteriores a gestão da cooperação técnica internacional, com a extinção da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin), a mencionada perda da Sest para o Ministério da Fazenda, além da extinção de suas delegacias regionais no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.¹⁰

Com essas mudanças, o Planejamento perdia não apenas o controle na execução de ações na área econômica como também funções ligadas ao seu próprio campo de atuação. A concessão de recursos para o atendimento de pequenas obras ou atividades no campo

⁹ Para maiores detalhes sobre as divergências entre as pastas da Fazenda e Planejamento após o Plano Cruzado, ver Biografia de João Sayad, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sayad-joao>> em 20/04/2017.

¹⁰ Para uma descrição do esvaziamento da Seplan após o insucesso do Plano Cruzado, consultar Biografia de Aníbal Teixeira, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anibal-teixeira-de-sousa>>, acesso em: 20/04/2017.

social tornou-se um de seus principais campos de ação. Por isso, foram transferidas para a Seplan a Secretaria de Ação Comunitária (Seac) e a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).



O retorno do Ministério do Planejamento à formulação das ações de planejamento só se deu em 1988, com a nova administração, quando foi reformulado para atender às funções definidas pela Constituição Federal promulgada naquele ano. Sob a gestão do então Ministro João Batista de Abreu (22/01/1988 a 14/03/1990), o Planejamento voltou, então, a ser um polo importante das decisões de política econômica. Em razão de negociações em torno da promulgação da Constituição Federal, a Sest voltou a integrar a estrutura do Planejamento, conforme Decreto nº 96.902, de 03 de outubro de 1988, com nova denominação (Secretaria de Orçamento e Controle de Empresas Estatais).

Durante a gestão João Batista de Abreu, foi criado o Conselho Federal de Desestatização e o decreto-lei antecipando e estabelecendo normas para demissão de funcionários das empresas, órgãos públicos, fundações e autarquias que fossem extintos pelo conselho. O Ministro Abreu apresentou também ao Congresso o projeto de lei possibilitando a venda da maioria das ações das empresas estatais e instituindo uma ação ordinária de classe especial, ou *golden share*, a qual permitiria ao Estado manter seu poder de gestão sobre a empresa, ainda que não detivesse seu controle acionário. Durante a gestão de Abreu no ministério, foi elaborado, e entregue ao Congresso em setembro de 1989, o projeto de orçamento que foi considerado o mais detalhado e transparente da história do país até aquela data, incluindo pela primeira vez todos os gastos do Tesouro.¹¹

¹¹ Para uma descrição da profícua gestão da Seplan no último ano do Governo Sarney, consultar Biografia de João Batista de Abreu, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-abreu>>, acesso em 20/04/2017.



Essa posição de destaque do Planejamento, entretanto, foi logo revertida, em 1990, no governo do Presidente Fernando Collor de Mello, pela criação do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP). A Seplan/PR foi extinta e reduzida à condição de Secretaria Nacional, subordinada ao ministério recém-criado, ocupado pela economista Zélia Cardoso de Mello (15/03/1990 a 10/05/1991).



Apesar dos esforços de estabilização ainda implementados no governo Collor pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento Marcílio Marques Moreira (10/05/1991 a 02/10/1992) e a partir de então, a inflação permaneceu elevada durante toda a primeira metade dos anos 1990, atingindo um ritmo (acima de 40% ao mês) em franca trajetória de hiperinflação.

No entanto, após o *impeachment* do Presidente Collor e a assunção de seu vice (Itamar Franco), a Seplan foi recriada, por meio da Lei nº 8.490, de 19 de novembro 1992, como a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, tal como antes com status de ministério, ligada à Presidência da República.

O novo Presidente, Itamar Franco (02/10/1992 a 01/01/1994), insatisfeito com as altas taxas de juros, elevada inflação e o baixo crescimento econômico, promoveu a troca sucessiva de vários ministros e outros componentes da equipe econômica (Fazenda, Planejamento e a direção do Banco Central).



No caso do Planejamento, sucederam-se as curtas gestões dos ministros Paulo Hadad (19/10/1992 a 26/01/1993) e Yeda Crusius (26/01/1993 a 10/05/1993). Esses ministros assumiram numa conjuntura econômica difícil, mas cumpriram a importante tarefa de remontar o Ministério do

Planejamento após o seu desmantelamento ocorrido no Governo Collor de Mello.



Seguiram-se Alexis Stepanenko (10/05/1993 a 03/03/1994) e Beni Veras (03/03/1994 a 31/12/1994), os quais deram sua contribuição, como membros da equipe econômica, para a formulação e implantação das medidas governamentais que levaram ao então inovador plano de estabilização monetária, o chamado Plano Real.

De fato, o Plano Real, executado em etapas e finalizado pela introdução da nova moeda em julho de 1994, trouxe, finalmente, estabilidade econômica e condições para a retomada do planejamento governamental no país. No contexto de inflação sob controle, o Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 introduziu novos conceitos como os “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, e os “projetos estruturantes”.



Por isso, em 1995, com a reforma administrativa realizada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, na gestão do então Ministro do Planejamento José Serra (01/01/1995 a 31/05/1996), a Seplan foi transformada no Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O Programa Brasil em Ação, por seu turno, agregou ao plano o gerenciamento de grandes empreendimentos estratégicos. Entre os eixos estratégicos de integração, definidos no início do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1999-2002), figuravam transportes, energia e telecomunicações, bem como novas tecnologias.



Durante a gestão do Ministro Antônio Kandir (04/06/1996 a 30/03/1998), o Planejamento deu uma guinada na postura de política econômica de seu antecessor (José Serra), ao alinhar-se com as posições do Ministro da Fazenda Pedro Malan, mais identificado com a austeridade fiscal. Kandir

ênfateu seu compromisso com a defesa da estabilidade da moeda, a reforma do Estado e a implementação de polítics voltadas para promover as exportações.

Dando prosseguimento ao Programa Nacional de Desestatização, cuja implantação inicial, ainda no Governo Collor, tivera a sua participação, o Governo FHC direcionou-o então para as empresas da área de infraestrutura, tais como portos, ferrovias, rodovias, setor eléctrico e de telecomunicações. O Ministro Kandir também passou a coordenar o acima referido Programa Brasil em Ação, cujas metas envolviam 42 projetos sociais, de infraestrutura e de crédito, considerados prioritários pelo governo, a serem financiados com recursos oriundos do orçamento geral da União (OGU), de fontes externas, de investimentos das estatais, dos estados, municípios e da iniciativa privada, e executados no biênio 1997-1998.¹²



Para adequar melhor a estrutura, no segundo Governo FHC, na gestão do Ministro do Planejamento Paulo Paiva (30/03/1998 a 30/03/1999), o governo fez outra modificação, por meio da Medida Provisória nº 1.799-1, de 21 de janeiro de 1999, com a qual o MPO passou a se chamar Ministério do Orçamento e Gestão (MOG). No Ministério do Planejamento, a principal tarefa de Paulo Paiva foi a de tentar minorar o desequilíbrio das contas públicas, procurando diminuir o déficit público através do que chamou de “esforço de poupança”, que incluiu o corte de gastos sociais nas áreas da educação, saúde e obras públicas. O próprio programa Brasil em Ação, carro-chefe da campanha eleitoral do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi atingido pelos cortes.¹³

¹² Também em junho/1996, o Ministro Kandir participou do primeiro leilão de privatizao ocorrido em sua gestão, o da concessão da malha Centro-Leste da Rede Ferroviária Federal, arrematada por um consórcio liderado pela Companhia Vale do Rio Doce. A privatizao de toda a malha ferroviária federal estaria completa em julho de 1997. Para mais detalhes sobre a gestão de Antônio Kandir no Ministério do Planejamento, consultar: Biografia de Antônio Kandir, CPDOC-FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-kandir-1>>, acesso em 21/04/2017.

¹³ Para saber mais sobre a gestão de Paulo Paiva no Ministério do Planejamento, consultar: Biografia de Paulo Paiva, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-de-tarso-almeida-paiva>>, acesso em 21/04/2017.



Com a saída de Paulo Paiva para ocupar a Vice-Presidência do BID, assumiu o cargo de Ministro do Planejamento o então Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, o engenheiro Pedro Pullen Parente (06/04/1999 a 18/07/1999). Parente permaneceu pouco tempo na Pasta. Em julho do mesmo ano, por ocasião de uma reforma ministerial, assumiu a chefia da Casa Civil da Presidência da República, na qual permaneceria até o final do governo.¹⁴



Em 30 de julho de 1999, na gestão do Ministro do Planejamento Martus Tavares (19/07/1999 a 03/04/2002), por meio da Medida Provisória nº 1.911-8, o MOG recebeu o nome de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O então Ministro Martus Tavares enfrentou o rescaldo da grave crise do Real de início de 1999 e da implantação do chamado tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação e geração de superávits primários). O Ministro Tavares agiu em consonância com a equipe do Ministério da Fazenda nas medidas de contingenciamento de gastos e de consolidação fiscal, tendo sido um dos principais formuladores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelecida pela Lei complementar nº 101, de 04/05/2000, que estabeleceu a obrigatoriedade de a União, os estados e os municípios apresentarem suas finanças detalhadamente aos seus respectivos tribunais de contas, que as aprovariam ou não.



Com a saída do Ministro Martus Tavares para ocupar a posição de representação do Brasil no BID, assumiu o cargo o então Secretário-Executivo da Pasta, o economista Guilherme Dias (03/04/2002 a 01/01/2003), que o exerceu até o final do mandato do Presidente FHC. Na sua gestão, Dias estimulou a

¹⁴ Para saber mais sobre a gestão de Pedro Paulo no Ministério do Planejamento, consultar: Biografia de Pedro Parente, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/parente-pedro>>.

aprovação e a implementação da LRF, que determinou normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Atuou também na implementação da chamada Lei do Pregão, que estabeleceu a modalidade de licitação denominada “pregão” para aquisição de bens e serviços comuns para União, estados, Distrito Federal e municípios.

Nos dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o planejamento, expresso nos PPAs (2003-2007 e 2008-2011), incutiu a ênfase na participação tanto da sociedade quanto das demais esferas de governo, atribuindo ao estado um papel decisivo na condução do desenvolvimento social e econômico e como indutor do crescimento econômico. Tratou-se de implantar um modelo de planejamento de longo prazo, mas com metas flexíveis e revisadas durante cada gestão para adequar a estratégia de ação à evolução dos acontecimentos e às demandas da sociedade. A ênfase em mecanismos de transferência de renda foi um componente importante do modelo.



Durante a gestão do Ministro Guido Mantega no Planejamento (01/01/2003 a 18/11/2004), reformulou-se a metodologia dos planos plurianuais e deu-se ênfase à formação de especialistas em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG), com vistas a imprimir uma nova cultura e qualidade ao serviço público federal. Durante sua gestão, o Brasil passou a melhor aproveitar as governadorias que possui nas instituições multilaterais para a obtenção de recursos para novos investimentos, como, por exemplo, a criação de um Fundo Nacional de Financiamento à Infraestrutura, que possibilitou a captação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sem comprometer o endividamento público e a meta de superávit primário (4,25% do PIB), acordada com o FMI. Frente à escassez de recursos, o controle das despesas do governo foi rígido e os cortes do orçamento foram fortes. Muitas vezes atuando em “dobradinha” com o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o

Planejamento esteve comprometido com a gestão austera da política macroeconômica de curto prazo, endossando decisões que geraram por vezes descontentamento em outros setores do governo.¹⁵



Na gestão do Ministro do Planejamento Paulo Bernardo (22/03/2005 a 01/01/2011), o ministério esteve à frente do orçamento, planejamento e acompanhamento do chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I). Bernardo buscou concentrar os recursos do programa na área de infraestrutura, sobretudo em habitação e transportes. Na ocasião, o ministro foi crítico da atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) no controle externo das obras públicas. Ele apresentou, em 2009, uma proposta de lei orgânica do serviço federal que visava à retirada de alguns poderes do TCU. Esse projeto previa limitações ao tribunal, a exemplo de seu poder de determinar paralisação de obras públicas, sobretudo as do PAC.¹⁶



Durante a gestão da Ministra Miriam Belchior (01/01/2011 a 01/01/2015), além do gerenciamento do novo PAC (PAC II), a grande ênfase no Ministério do Planejamento foi a melhoria na gestão pública, uma das prioridades escolhidas pela então Presidente Dilma Rousseff em seu primeiro mandato (01/01/2011 a 01/01/2015). Por isso o MPOG estabeleceu

¹⁵ Para saber mais sobre a gestão de Guido Mantega no Ministério do Planejamento, consultar: Biografia de Guido Mantega, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mantega-guido>>, acesso em 21/04/2017.

¹⁶ Criado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) objetivava promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Concebido como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu para o aumento da oferta de empregos e a geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras importantes. Teve papel especial como programa anticíclico para o país durante a crise financeira mundial de 2008 a 2009, uma vez que amorteceu os efeitos do choque externo sobre o emprego e renda, o que por sua vez permitiu a continuidade no consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais. Para saber mais sobre a gestão de Paulo Bernardo no Ministério do Planejamento, consultar: Biografia de Paulo Bernardo, CPDOC – FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-bernardo>>, acesso em 21/04/2017.

uma agenda que incluiu um conjunto de projetos para melhorar a prestação de serviços ao cidadão, aumentar a qualidade do gasto público e aprimorar a governabilidade e a governança dos ministérios e outras repartições públicas. O Ministério inovou nas ações de planejamento e desenvolvimento, adotando novos conceitos e novas práticas, como os avanços alcançados com o Regime Diferenciado de Contratações (RDC); o novo modelo do Plano Plurianual (PPA); a implantação da Central de Compras e a implementação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Executivo (Funpresp).



Na gestão do Ministro Nelson Barbosa (01/01/2015 a 21/12/2015), a agenda de ajuste fiscal foi priorizada, mas sem detrimento da área de gestão e planejamento, tendo sido posta em marcha uma reforma administrativa com o objetivo de racionalização de estruturas administrativas nos ministérios e redução no quantitativo de cargos comissionados. Nesses 12 meses, houve avanços com a reestruturação e aperfeiçoamento da gestão do patrimônio da União no sentido otimizar o uso de imóveis de propriedade do governo. A reforma ainda estava em curso quando Valdir Moysés Simão assumiu o comando da pasta.



No Ministério do Planejamento, Valdir Simão, em sua curta gestão (21/12//2015 a 12/05/2016), aprovou a Política de Governança Digital do Governo Federal, estabeleceu modelo de monitoramento e avaliação de políticas públicas e implantou a Política de Gestão de Riscos do Poder Executivo federal.

Após o afastamento da Presidente Dilma Roussef durante seu segundo mandato (01/01/2015 a 12/05/2016), por conta da abertura do processo de *impeachment* (consumado em 31/08/2016), o

governo do Presidente Michel Temer, na gestão do Ministro Dyogo Henrique de Oliveira, alterou a estrutura e a denominação do MPOG para Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG ou MP) por meio da Medida Provisória nº 726/2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.



Durante a gestão do Ministro Dyogo de Oliveira, houve avanços como a formulação e implantação do teto do gasto público; da lei de responsabilidade das estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016); das regras e do índice de governança das empresas públicas; o aumento da transparência, com a divulgação dos gastos no painel de preços; o corte de mais de 4.000 cargos públicos; a redução das despesas com viagens e passagens e a extinção do carro oficial, um simbolismo importante de austeridade no setor público. Além disso, foi implantado o acordo com o Governo da China para a criação de um fundo binacional de US\$ 20 bilhões para financiar investimentos em infraestrutura e capacidade produtiva no Brasil.



Ao transmitir o cargo de Ministro do Planejamento ao então Secretário-Executivo, Esteves Pedro Colnago Junior, em 10/04/2018, Dyogo de Oliveira afirmou ter trabalhado em sua gestão para trazer a percepção ao cidadão de que o servidor público está a seu serviço e não o oposto. Nesse tom, Dyogo afirmou ao seu sucessor que:

...Você terá também um momento delicado pela frente, por se tratar de período pré-eleitoral. Não será uma tarefa simples, mas temos plena confiança de que o Esteves saberá conduzir a elaboração do orçamento, enfrentar a regra de ouro, a adequação ao teto do gasto e conduzir as outras áreas do Ministério que estão passando por diversas modificações de gestão.

2 **A vinculação planejamento e cooperação internacional**

No contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, o planejamento governamental assumiu uma dimensão crescente nos esforços das nações para superar o atraso e a pobreza seculares e alcançar níveis de crescimento econômico capazes de promover uma arrancada rumo ao desenvolvimento.

Contribuiu para a aceitação do planejamento a conjugação de uma série de fatores, a exemplo da experiência com o planejamento da economia de guerra; a existência de um sistema socialista em franca expansão a preconizar o plano ao invés do mercado; o predomínio da abordagem macroeconômica keynesiana de gerenciamento da demanda agregada pelo setor público, além do suporte financeiro internacional prestado pelas recém-criadas instituições de Bretton Woods (o Banco Mundial e o FMI) e pelo chamado Plano Marshall para a reconstrução das economias arruinadas durante a guerra na Europa e na Ásia.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 e de suas agências especializadas também concorreu para disseminar práticas de planejamento e plasmar um conjunto de premissas teóricas a defender sua adoção em escala mundial. No caso da América Latina, a entrada em cena da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e outros organismos menores levou o planejamento a constituir um instrumental fundamental na busca do desenvolvimento dos países da região.

A partir do diagnóstico cepalino em torno das consequências adversas das forças de mercado via integração espúria entre economias centrais e periféricas, surge, nos meios acadêmicos e governamentais na região, a forte crença na necessidade de uma ação consciente e deliberada para influir sobre as forças de mercado da economia no sentido de alcançar certos objetivos econômicos e sociais.

Diante do consenso então atingido, passou-se a defender o planejamento econômico como alavanca de atividade criativa e abrangente para fomentar o desenvolvimento e sistematizar o aporte da cooperação internacional para financiar os governos latino-americanos em seus esforços conscientes para obter o crescimento econômico e a melhoria nas condições sociais de suas populações.¹⁷

Assim, concebeu-se o planejamento nacional como um conjunto concertado de esforços dirigidos a acelerar o crescimento ou mantê-lo, dar-lhe a maior regularidade possível e melhorar a distribuição de renda. Tratou-se então de complementar as forças de mercado com uma série de medidas articuladas para estimular o crescimento e eliminar os obstáculos ou gargalos existentes. Mas, dadas a incipiente acumulação interna de capitais e as limitações de meios orçamentárias, logo se verificou a necessidade de quantificar e captar um volume de recursos externos para financiar projetos específicos requeridos pela transformação estrutural.

Em função da vinculação no nascedouro entre o planejamento e a cooperação internacional, os sistemas de planejamento governamental na América Latina exigiram desde sempre a contribuição de recursos externos para viabilizar seus projetos de desenvolvimento. No entanto, a insuficiência de aportes internacionais de recursos oficiais para atender às necessidades dos países da região foi sempre presente ao longo das décadas de 1950 e 1960, mesmo depois da reconstrução

¹⁷ Cf. Cepal, Desarrollo Económico, Planeamiento y Cooperación Internacional. Serie Conmemorativa del XXV Aniversario de la Cepal, Santiago, 1973.

da Europa e da canalização das ações dos organismos de Bretton Woods para financiar o desenvolvimento.

No caso do Brasil, a historiografia econômica registra recorrentes frustrações de recursos externos para a cobertura de déficits de balanço de pagamentos e nos orçamentos públicos, o que levou, em várias ocasiões, a situações de crise externa e recessão econômica. A criação do Ministério do Planejamento em caráter extraordinário em 1962 decorreu exatamente de um quadro de aguda crise econômica e foi como um meio institucional para redefinir o escopo e modernizar a prática de planejamento governamental, além de sistematizar as demandas domésticas por recursos junto às fontes externas então existentes.

3 A criação e atuação da Subin, 1968-1987

3.1 Antecedentes

A origem de uma unidade voltada especificamente para a cooperação econômica internacional na administração federal do Brasil remonta à adoção da parceria com os Estados Unidos da América (EUA), nos termos do Programa Aliança para o Progresso, iniciativa do Governo John Kennedy (janeiro/1961 a novembro/1963) lançado em reunião do Conselho Interamericano econômico e Social no Uruguai, entre os dias 15 e 16 de agosto de 1961.

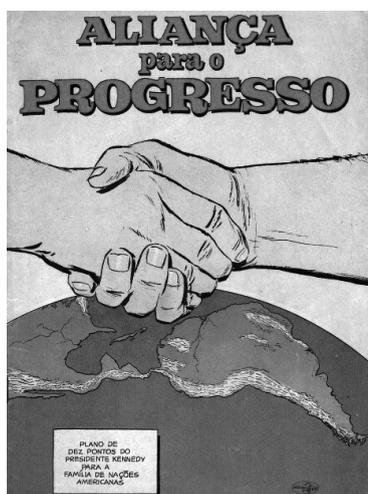


Figura 3.1 Logo do Programa Aliança para o Progresso

Na ocasião, foi formalizado um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina, quando os EUA e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia

em sua maior parte à *United States Agency for International Development* (Usaid), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

A ideia de uma cooperação financeira interamericana havia sido proposta em 1958 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek com o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA). Quase ao mesmo tempo, a vitória da revolução socialista em Cuba (janeiro de 1959) foi evidenciando, aos olhos dos formuladores da política hemisférica de Washington, a necessidade de se mostrarem mais sensíveis às crescentes reivindicações de desenvolvimento econômico, progresso social e democracia, levantadas pela América Latina.¹⁸

Os EUA se comprometeram então a fornecer, nos 10 anos seguintes, uma parte substancial dos US\$ 20 bilhões (US\$ 158 bilhões a preços de 2015) que a América Latina necessitaria captar em fontes externas (em complementação a seus próprios recursos), concordando, também, em contribuir com mais de um bilhão de dólares em fundos públicos durante os 12 meses seguintes ao anúncio do plano de assistência. A Carta de Punta del Este reconhecia explicitamente o imperativo de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, incluindo um projeto de controle das flutuações cambiais que prejudicavam as exportações de produtos primários latino-americanos.¹⁹

A estrutura organizacional para a consecução dessas metas foi fornecida pelo Acordo de Cooperação Tripartite entre a OEA, o BID e a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas. Segundo esse arranjo, a OEA, através do Conselho Interamericano Econômico e Social (Cies), desempenharia um importante papel, empreendendo estudos fundamentais e avaliando os planos de desenvolvimento nacional de longo prazo submetidos

¹⁸ Para uma análise mais detalhada sobre a implantação do Programa da Aliança para o Progresso no Brasil, consultar CPDOC FGV, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>>, acesso em 19 de maio de 2017.

¹⁹ No período agosto/1961 a junho/1968, o Brasil foi o país latino-americano mais beneficiado pela ajuda econômica americana, tendo recebido, de assistência financeira do Programa da Aliança para o Progresso, a cifra de US\$ 2,73 bilhões (a preços correntes), sendo US\$ 877,2 milhões a título de recursos para estabilização (providos pela USAID, Eximbank, Departamento do Tesouro dos EUA e FMI), US\$ 1,189 bilhão na forma de investimentos (USAID, BID, BIRD e Eximbank) e US\$ 366,6 milhões sob a forma de Acordos do Trigo. A fonte desses dados é: Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Aliança para o Progresso. Relatório de 1967. Brasília, 1968.

pelos governos da região. O BID canalizaria os fundos destinados aos diversos projetos. E a Cepal forneceria boa parte dos especialistas necessários aos novos programas de desenvolvimento econômico.

O período de criação da Aliança para o Progresso coincidiu com o início de uma fase de cooperação cautelosa nas relações dos EUA com o governo de contornos esquerdistas do Presidente João Goulart (setembro/1961 a março/1964). Ao mesmo tempo em que estimulava Goulart em seus projetos de reforma social, a administração Kennedy insistiu na urgência de medidas de estabilização financeira e controle inflacionário.

Em que pesem as resistências ideológicas contrárias ao programa no governo brasileiro, a primeira iniciativa do Governo João Goulart para recepcionar recursos da Aliança para o Progresso foi a criação da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (Cocap), por meio do Decreto nº 1.040, de 23 de maio de 1962, com o intuito de ser a contraparte da Aliança no Brasil. No entanto, conforme afirma Ribeiro (2006, p. 283 a 284), esse órgão nunca seria plenamente implantado e resvalava para a irrelevância quando mudou o regime em março de 1964.

A partir de meados de 1963, os EUA mostraram-se cada vez mais reticentes em relação ao Brasil, ao mesmo tempo em que não escondiam sua decepção com o fracasso do Plano Trienal de Celso Furtado e Santiago Dantas e com o desinteresse do então Presidente João Goulart em apoiar a política de austeridade prescrita pelo então Ministro da Fazenda Carlos Alberto de Carvalho Pinto, com apoio das autoridades financeiras internacionais.

No ano de 1964, no plano multilateral, de um lado, o governo dos EUA na administração Lyndon Johnson criou o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (Ciap), fato que viria a imprimir maior dinâmica ao programa da Aliança para o Progresso. No plano interno, por outro lado, após a deposição do Presidente Goulart pelo

Movimento Militar, ocorreu uma vasta ofensiva, comandada pelos então novos ministros Roberto Campos (do Planejamento) e Gouveia de Bulhões (Fazenda), tendo como objetivo estabilizar e transformar a economia brasileira. Os instrumentos escolhidos foram a adoção de um programa de estabilização conhecido como Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) e uma ambiciosa reestruturação e reforma institucional do Estado brasileiro, levada a cabo com grande autonomia de ação pelos seus formuladores.

O Paeg se tornou público em agosto de 1964, embora suas diretrizes já fossem largamente conhecidas. Antes dessa data, ocorreu um fato de grande relevância para o futuro relacionamento do governo brasileiro com a ajuda externa. O Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, sob inspiração de Roberto Campos, que definiu as atribuições do Ministro do Planejamento, incluía entre suas metas “conhecer e coordenar os planos de ajuda externa, econômica, financeira e de assistência técnica prestadas aos órgãos e entidades referidos”. Além disto, o decreto determinava que a Cocap ficaria subordinada ao novo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (Miniplan).

Firmou-se então, através do funcionamento do Ciap, um vasto esquema de financiamentos públicos internacionais que, paralelamente às novas regras para o tratamento do capital estrangeiro, equilibraram o balanço de pagamentos brasileiro. Missões técnicas do FMI, Banco Mundial, BID e da Usaid vieram ao Brasil, tendo em vista prover a ajuda externa ao Paeg. Essas quatro agências financiadoras, reunidas e articuladas entre si pelo Ciap e pela Cocap, expandiram o conceito da Aliança, realizando uma verdadeira divisão do trabalho em torno da cooperação econômica ao Brasil (Ribeiro, 2006, p. 264).

Com o novo ambiente favorável criado pelas ações do Paeg, especialmente as medidas que visavam incentivar o ingresso de capitais e investimentos privados estrangeiros, as atividades da Cocap passaram por um grande impulso, estabelecendo-se uma estreita colaboração entre o governo brasileiro, a Usaid, o BID, o

Banco Mundial, o Eximbank e outras fontes de recursos externos, controlados todos pela Aliança (Ribeiro, 2006, p. 284).

Em que pese a retomada das atividades da Cocap durante a gestão do Ministro do Planejamento Roberto Campos (abril/1964 a março/1967), ficara patente a inadequação do arranjo institucional fragmentado então existente para a captação de recursos da cooperação internacional, em especial do Programa da Aliança para o Progresso. Até a elaboração do Paeg, não havia bases reais de estimação de demanda e formulação de uma política global de obtenção de assistência externa, quer econômica, financeira ou técnica. Só com o estabelecimento de metas setoriais e de políticas racionais de recuperação econômica é que se tornou possível criar o mecanismo de planejamento para fazer a conexão racional entre os objetivos de política econômica (geração de emprego e renda e equilíbrio das contas externas) e a ativação de instrumentos de ação financeiros, monetários, tributários e de comércio exterior²⁰.

O assessor informal para assuntos internacionais de Roberto Campos, o diplomata José Maria Villar de Queiroz (1964-1967), membro da Cocap, posteriormente o criador da Assessoria internacional do Ministério da Fazenda (atual Sain), reportava ao ministro as restrições institucionais e processuais na administração federal que dificultavam não só a captação de recursos externos, mas também a sua utilização, quando contratados pelos diversos atores do setor público. Villar de Queiroz defendia um esforço integrado nacional de coordenação das diferentes fontes externas de financiamento.

Em resposta, pelo Decreto nº 56.979, de 01 de outubro de 1965, foi criado o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (Contap), no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, destinado a obter e gerir recursos para o financiamento de programas e projetos de cooperação técnica bem como ajuda

²⁰ Cf. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. Cooperação Externa econômico-financeira e técnica. Rio de Janeiro, novembro de 1966, mimeo.

de capital, relacionada com os mesmos. O Contap aplicaria recursos em complementação aos do Programa de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso, de conformidade com metas e princípios estabelecidos na Carta de Punta del Este. O Contap abriria conta especial no Banco Central (BCB), a ser suprida por recursos atribuídos pelo Governo Federal, recursos provenientes de doações ou empréstimos da Aliança para o Progresso, postos à sua disposição pela AID, BID e outras agências internacionais de cooperação técnica; e outros recursos disponibilizados por instituições nacionais.

O Contap compunha-se de representantes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); do Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica (Ponto IV); e da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (Cocap), sendo presidido pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, ou por representante por ele designado. O Diretor-Executivo do Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica (Ponto IV) seria o Secretário-Executivo do Contap.

Na gestão Roberto Campos, além da criação do Contap, pelo menos duas mudanças propiciaram uma maior eficiência na captação e utilização de recursos da cooperação financeira internacional: i) a criação da Finep, que melhorou a qualidade e a agilidade na elaboração de projetos para submeter às fontes externas; e ii) a adoção de financiamentos-programa. No entanto, no plano institucional faltava substituir a antiga Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (Cocap) por uma estrutura mais eficiente e efetiva para gerir e expandir a ajuda financeira internacional.

Na gestão do Ministro Hélio Beltrão (15/03/1967 a 30/10/1969), o mencionado diplomata Villar de Queiroz, que fizera as vezes de negociador em assuntos econômicos internacionais, foi substituído pelo seu colega diplomata Amauri Bier. Foi Bier quem convenceu o Ministro do Planejamento a criar uma unidade para tratar

especificamente da cooperação econômica internacional.²¹ Essa unidade veio a ser formatada como uma subsecretaria na estrutura da Secretaria-Geral do Ministério do Planejamento que fora instituída pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Coube, então, ao economista João Paulo dos Reis Velloso, que então acumulava os cargos de Superintendente do Ipea e Secretário-Geral do Ministério, a partir de 23/04/1968, a competência de criar, mediante portaria ministerial, em julho de 1968, a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, cuja sigla (Subin) foi desde logo assumida de forma corrente, inclusive em documentos oficiais²².

O próprio Reis Velloso, em suas memórias, menciona pelo menos duas vezes essa autoria:

...cabia ao ministro do Planejamento dar a definição de prioridade para qualquer empréstimo externo pleiteado por qualquer órgão do governo, na administração direta ou indireta. Criamos uma subsecretaria geral adjunta [SUBIN] para tal fim (PINTO DE CASTRO; D'ARAUJO, 2004, p. 113).

Também criamos a Sarem (Secretaria de Articulação com Estados e Municípios), além da Subin (Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional), crucial na parceria que formamos com o Ministério das Relações Exteriores para um importante programa de promoção comercial do Brasil nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa (Ipea 40 anos, p.35).

²¹ O papel ativo de Amauri Bier na criação da Subin foi destacado em entrevista direta feita pelo autor deste trabalho com o Primeiro Secretário da Subin, o diplomata atualmente aposentado Sérgio Fernando Guarischi Bath (entrevista concedida em 03/05/2017).

²² A data exata de publicação da portaria não foi encontrada no Diário Oficial da União nem nos arquivos da Seain e do MP, mas se presume que tenha sido em junho ou julho de 1968, uma vez que Reis Velloso assumira o cargo de Secretário-Geral em abril daquele ano e o Decreto nº 63.002, de 17 de julho de 1968, já fazia menção à natureza diplomática do cargo de subsecretário da Subin. A data de posse de Reis Velloso no cargo de Secretário-Geral foi noticiada pelo jornal Correio da Manhã, de 24/04/1968, 1o Caderno, pág. 10.

As funções das Subin foram definidas pelo então Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, Reis Velloso, em circular datada de 5/11/1968, como segue:

[A Subin] é um órgão da Secretaria-Geral incumbido de supervisionar os assuntos internacionais que constituam matéria de interesse da jurisdição do Ministério. Sua atribuição principal é a de imprimir, na área do Ministério, uma atuação adequada e coerente com todos os setores relacionados com a cooperação econômica internacional, dentro das diretrizes gerais do Governo e de forma coordenada com os outros órgãos da Administração.

Preocupado com a forma como era autorizada a contratação de recursos da cooperação internacional, Reis Velloso persuadiu o Ministro Hélio Beltrão sobre a necessidade de disciplinar a matéria em articulação com o Ministério da Fazenda. Essa regulamentação veio por meio do Decreto nº 62.700, de 15 de maio de 1968:

Art. 1º. Nenhuma contratação de operação de créditos de origem externa, ou de concessão de garantia da União Federal a crédito de origem externa, poderá ser negociada ou ajustada por órgãos integrantes da administração direta e indireta – inclusive autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações de cujos recursos participe a União Federal sem prévio expresso pronunciamento do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral sobre o grau de prioridade do respectivo projeto ou programa específico, dentro dos planos e programas nacionais de investimento, bem como sobre a existência de previsão dos correspondentes recursos orçamentários, e

Art. 2º. Compete privativamente ao Ministro da Fazenda firmar, pela União Federal, quaisquer instrumentos de empréstimo, garantia, aquisição de bens e financiamento contratados no exterior, na forma da legislação vigente e observadas

as condições estipuladas para operações dessa natureza, podendo delegar a referida competência, em ato próprio, a Procuradores da Fazenda Nacional, ao Delegado do Tesouro Nacional no Exterior ou a representantes diplomáticos do país.

Assegurado o papel de relevo do MP no processo, partiu-se para a reestruturação dos órgãos envolvidos na cooperação internacional. A criação da Subin decorreu de uma negociação entre o Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, e o Ministro de Relações Exteriores, José Magalhães Pinto, uma vez que o MRE detinha grande influência na gestão da cooperação internacional desde 1950, quando fora criada a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), composta por representantes do MRE e de ministérios setoriais.²³ Tanto foi assim que o MRE só abriu mão de parte de sua influência na política de cooperação internacional depois que lhe foi assegurada a exclusividade do cargo de Subsecretário da Subin para diplomatas. Conforme ficou expresso no Decreto nº 63.002, de 17 de julho de 1968:

Art. 1º As funções de Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretária-Geral são consideradas de natureza diplomática, cabendo o seu exercício a funcionário da Carreira de Diplomata, ao qual não se aplicará o disposto no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 69, de 21 de novembro de 1966.

A escolha do primeiro diplomata a ocupar a chefia da Subin foi feita pelo próprio Ministro Hélio Beltrão. Segundo narrativa do Embaixador hoje aposentado Sérgio Fernando Guarischi Bath:

Eu era o encarregado de negócios na Embaixada do Brasil na capital mexicana quando o Senhor Ministro do Planejamento Hélio Beltrão passou pela cidade após uma viagem oficial

²³ O papel central da CNAT era identificar as necessidades nacionais a partir dos pleitos de instituições brasileiras que solicitavam assistência técnica ao exterior, a ser fornecida pelos países desenvolvidos com os quais o Brasil mantinha acordos de cooperação para a transferência de tecnologia. Além disso, à CNAT competia estudar a participação do Brasil em programas de assistência técnica no âmbito da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

aos EUA no início de maio de 1968.²⁴ Na ocasião o Ministro sondou-me para ocupar um cargo que seria criado para tocar a cooperação econômica internacional no MP. Eu fiquei surpreso com o convite, agradeci pela distinção e coloquei-me à disposição, mas tendo o cuidado de dizer que eu teria de ser liberado pelo Ministério do Exterior. O Ministro então falou que conversaria com o chanceler Magalhães Pinto sobre a minha requisição para o Planejamento.

Para o Embaixador Sérgio Fernando Guarischi Bath, a finalidade do Decreto nº 63.002 era apenas assegurar aos diplomatas as condições de efetivo exercício para fins de progressão funcional, de modo a não prejudicar aqueles afastados do MRE e lotados em outros órgãos públicos. No entanto, o fato é que o referido decreto acabou por gerar uma “reserva de mercado” para diplomatas na chefia superior da Subin, depois estendida a demais áreas internacionais de outros ministérios. Com isso, todos os sete titulares da Subin, entre 1968 e 1987, foram, sem exceção, diplomatas de carreira.

No campo da cooperação financeira externa, o governo estabeleceu um mecanismo de controle para envolver os principais atores relevantes do setor público. Considerando a necessidade de manter uma política adequada de endividamento externo e de fixar diretrizes para a negociação dos créditos e outras operações da espécie com as agências governamentais estrangeiras e organismos de crédito internacionais, quer pelos órgãos públicos, quer pelas entidades privadas do país, e dada a conveniência de efetuar o exame conjunto das operações pelos diversos órgãos com interferência na matéria, e a necessidade de coordenação dos diferentes aspectos da contratação de créditos no exterior, o Governo Federal criou, por meio do Decreto nº 65.071, de 27 de agosto de 1969, a Comissão

²⁴ Na verdade, a viagem oficial do Ministro Hélio Beltrão aos EUA com passagem pelo México transcorreu no período de 29/04 a 06/05/1968 e tinha como compromisso mais importante uma reunião no Comitê Internacional da Aliança para o Progresso (Ciap). No México, o ministro participou da reunião sobre implicações financeiras do Projeto de Integração Econômica da América Latina, reunião essa em que também participou o então conselheiro Sérgio Guarischi Bath, então lotado na Embaixada do Brasil no México.

de Empréstimos Externos (Cempex), integrada por representantes do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Banco Central do Brasil S.A. e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES).

Com relação à cooperação técnica externa, o compartilhamento de funções e tarefas entre o MP e o MRE ficou devidamente sacramentado pelo Decreto nº 65.476, de 21 de outubro de 1969, segundo o qual competia ao MP estabelecer a política interna de cooperação técnica e coordenar a sua execução, inclusive pela definição de prioridades e pela sua compatibilização com o plano global de governo, ao passo que atribuía ao MRE a formulação da política externa de cooperação técnica, a negociação dos seus instrumentos básicos e o encaminhamento das solicitações aos organismos internacionais públicos e as agências de governos estrangeiros.

Pelo art. 2º do Decreto nº 65.476/69, cabia ao Ministério do Planejamento (MP), através da Subin, elaborar o cronograma para a recepção dos pleitos de cooperação técnica formulados pelas instituições interessadas. Cabia ainda à Subin, com a participação do MRE, o exame das solicitações submetidas a sua aprovação, bem como de assuntos gerais de cooperação técnica. Nessas reuniões estariam presentes, a juízo do MP, representantes de órgãos da administração federal, direta e indireta, responsáveis pela matéria ou pela área em que se inscrevessem as solicitações em exame, bem como, na qualidade de assessores, outros órgãos e especialistas cuja audiência se fizesse necessária. Ademais, as reuniões previstas nesse artigo seriam precedidas de estudos técnicos pertinentes, realizados diretamente ou através do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), bem como pelas áreas das respectivas competências especificadas, conforme o caso, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, Comissão Nacional de Pesquisas, Comissão Nacional de Energia Nuclear e Centro Nacional de Recursos Humanos.

Cabe mencionar que a edição do Decreto nº 65.476/69 foi resultado de uma longa discussão entre as equipes dos Ministérios do Planejamento e de Relações Exteriores. Conforme ficou registrada na Ata da 2ª Sessão do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica, criado pelo Decreto nº 65.476, de 21 de outubro de 1969:

O Senhor Sérgio Guarischi Bath, que presidiu os trabalhos, fez um histórico dos problemas ligados à Cooperação Técnica no País, referindo-se aos órgãos nacionais que trataram do assunto até a assinatura do Decreto nº 65.476: a CNAT – Comissão Nacional de Assistência Técnica, sediada no Itamaraty; o Escritório do Ponto IV e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP). Pelo Decreto nº 200, de 25/02/1967, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral foi atribuída a coordenação da Cooperação Técnica no País; no campo da cooperação bilateral com os EUA os assuntos eram tratados pelo Escritório do Ponto IV e CONTAP vinculados àquele Ministério, mas nos campos multilateral e bilateral com outros países, o Itamaraty conduzia tais entendimentos. O Grupo de Trabalho, composto de dois representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e um do Itamaraty foi criado para estudar a reorganização do tratamento do assunto. Este grupo, após estudos detalhados dos problemas da Cooperação Técnica, propôs aos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral e de Relações Exteriores minuta de decreto que originou o Decreto nº 65.476, publicado em 21/10/1969.

Em seu art. 4º, o mesmo decreto estabelecia como órgãos competentes para tratar dos assuntos de cooperação técnica internacional a Subin no MP e a Divisão de Cooperação Técnica (DCT) no MRE. Ao mesmo tempo extinguiu no MRE o antigo Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica (Ponto IV) e o antigo Conselho e Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (Contap). Pelo art. 9, as funções dos dois últimos órgãos foram transferidas para a Subin, ao passo que, pelo art.10, os servidores

públicos requisitados pelo Ponto IV e Contap passaram à disposição do Ministério do Planejamento. Por último, o decreto acima referido atribuía ao MP a elaboração do Plano Básico de Cooperação Técnica Internacional e extinguiu o antigo CNAT (Comissão Nacional de Assistência Técnica, no âmbito do MRE, criado pelo Decreto nº 28.799, de 27 de outubro de 1950).²⁵

Outra medida de fortalecimento da Subin se deu com a edição do Decreto nº 67.154, de 10 de setembro de 1970, que transferiu à subsecretaria as atribuições e os recursos da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (Cocap), criada pelo Decreto nº 1.040, de 23 de maio de 1962, com as alterações do Decreto nº 1.306, de 6 de agosto de 1962, e do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964.

Pelo art. 2º do Decreto nº 67.154/70, competia à Subin, em virtude das atribuições que então lhe eram transferidas:

- i. receber, para fins de definição da ordem de prioridade geral, ouvido o Ministério competente, os programas e projetos destinados a colaboração financeira pela Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), em conformidade com o disposto no Decreto nº 62.700, de 15 de maio de 1968, e
- ii. manter o controle do andamento daqueles pedidos de cooperação externa e acompanhar, em articulação com o Banco Central do Brasil, a utilização dos auxílios concedidos.

Além do mais, o referido decreto, em seu art. 3º, determinou à Subin promover:

²⁵ Cabe mencionar que o Decreto nº 65.476/69, consoante seu art. 11, determinava que, a partir de 1º de janeiro de 1970, a contabilização das operações de cooperação internacional (a que se referia o § 1º do artigo 3º do Decreto nº 56.979, de 01 de outubro de 1965, passaria a ser feita pela Subin, e a auditoria correspondente pela Inspetora Geral de Finanças do Ministério do Planejamento, comunicando-se os resultados da mesma ao Banco Central do Brasil.

- i. em articulação com o Ministério da Fazenda, os entendimentos com as demais instituições financeiras externas, para elaboração dos respectivos programas anuais e plurianuais de colaboração financeira com o país, providenciando, no âmbito do Ministério do Planejamento, para que fosse definida a prioridade dos projetos e programas, em conformidade com o Decreto nº 62.700/68; e
- ii. no âmbito da competência do Ministério do Planejamento, as negociações bilaterais e multilaterais, para efeito de colaboração externa com o país, principalmente no tocante a comércio, financiamento e cooperação técnico-científica.

Devido à incorporação do espólio da antiga Copac, nos termos do art. 4º do mesmo decreto, caberia à Subin coordenar-se com a Comissão de Empréstimos Externos (Cempex) e com os setores competentes dos demais órgãos da administração pública federal.

Com a edição dos sucessivos decretos acima mencionados atribuiu-se à Subin um conjunto de incumbências antes distribuídas por diversos órgãos, o que lhe conferiu um amplo campo de ação em suas funções como o órgão do MP responsável por estabelecer a política de cooperação técnica e financeira e coordenar a sua execução, inclusive pela definição de prioridades e sua compatibilização com o plano global do Governo Federal.

3.2 A primeira gestão da Subin: diplomata Sérgio Fernando Guarischi Bath (15/10/1968 a 08/03/1971)

O primeiro titular da Subin, o diplomata Sérgio Guarischi Bath, declarou em entrevista ao autor que sua passagem pela Subin foi um momento importante de sua trajetória profissional, em que pesem os “tempos heróicos” de implantação da subsecretaria com uma crônica

escassez de meios e quadros qualificados. Conforme ele mesmo escreveu via *e-mail*:

Removido da Embaixada no México, cheguei ao Rio de Janeiro em 14/10/1968, e assumi imediatamente a Subin, antes mesmo de formalizada minha assunção. Por uma troca de Avisos ministeriais o Ministro do MRE Magalhães Pinto me pôs à disposição do Miniplan. A resposta do Planejamento foi dada com o Aviso nº 481, de 17/09/1968, observando que eu substituiria o Amauri Bier. Fui muito bem recebido pelo Ministro Reis Velloso, que me deu de imediato pequenas tarefas, como representá-lo em eventos. Fui logo designado o representante do Miniplan na Cobap (Comissão Nacional da Bacia do Prata).

Ainda sobre suas primeiras impressões acerca da Subin, Guarischi Bath afirmou em sua entrevista:

Minha Secretária na Subin, todo o tempo, foi Giselle Muller, de nível superior e muito eficiente, indicada por um amigo, o Embaixador George Álvares Maciel. O professor Joaquim Faria Góes Filho²⁶ tratava de cooperação técnica e avaliava os projetos recebidos pelo Miniplan. Tinha estreito relacionamento com a Subin, mas não estava lotado na Subsecretaria. O economista Newton Braga foi designado como meu assessor na Subin, mas estava doente e faleceu antes de assumir. Levei vários meses para conseguir um substituto: chamava-se João Ferreira Bentes. Nesse intervalo convidei um funcionário que trabalhava no CIES, em Washington, mas ele desistiu devido à demora na “clearance” de segurança (recebido, afinal, como autorização). Senti falta de apoio técnico, durante meses. [...]

²⁶ Joaquim Faria Góes Filho (1901 - †1994), brasileiro, natural da Bahia, formado em Direito e mestre em Educação pela Universidade de Colúmbia nos EUA. Sua atuação foi pautada no realismo e procurou implementar alguns dos princípios educacionais deweyanos. Foi colega de Anísio Teixeira no Colégio Padre Antônio Vieira (Bahia) e ocupou vários cargos na administração pública, entre eles, o de Inspetor Federal no Serviço Geral de Inspeção do Ministério da Educação e Saúde e o de Diretor do Departamento Regional do Senai do estado do Rio de Janeiro. Também integrou o Conselho Federal de Educação (CFE). Depois de aposentado deu consultoria à Subin na área de cooperação técnica internacional.

Lembro que os assuntos de Cooperação Técnica passaram, em 1970, a ser tratados diretamente na Subin pela professora Beatriz Wahrlich²⁷.

Com referência à atuação da Professora Beatriz Wahrlich na Subin, merece destaque o convênio firmado entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Subin em março de 1971, que deu reforço à pós-graduação no país. O convênio estabelecia diretrizes para implantação de um curso de pós-graduação em educação relativa à infraestrutura, quadro docente, aspectos pedagógicos e tipo de curso, entre outras. Para isso, a Subin se comprometia a transferir à fundação o montante de Cr\$ 600.000,00 (ou US\$ 2,49 milhões), a serem parcelados, no período de 1971 e 1972. Em julho de 1971, através da Portaria nº 33, a FGV criou o Instituto de Estudos Avançados em Educação (Iesae) para a “realização de estudos, pesquisas e ensino em nível de pós-graduação, na área da educação”, sendo o seu curso de mestrado credenciado em 1974 pela Capes. Além dessas atividades, o instituto desenvolveu “uma linha de cooperação técnica através de seminários, cursos e assessorias”²⁸.

Em que pesem as dificuldades de recursos humanos, a Subin recebeu logo do Ministro Reis Velloso várias incumbências, como a representação do MP em vários fóruns, a exemplo de:

²⁷ Beatriz Wahrlich (1915-1994), administradora do Dasp, foi, conforme afirmou o embaixador Sérgio Bath, uma servidora exemplar, comprometida com a modernização do setor público. Era mestre e doutora pela University of Southern California nos EUA. Foi Diretora da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap) da Fundação Getúlio Vargas/RJ no período de 1962/1970. Durante sua gestão introduziu na FGV um processo democrático de escolha da diretoria na Ebap. Mesmo num contexto do regime brasileiro após 1964, ela mantinha um ambiente de liberdade de cátedra e de conteúdo. Foi uma pessoa ligada à evolução do pensamento da administração, estava sempre atualizada com a bibliografia e, dentro dessa linha, investiu muito na pesquisa e publicação de livros no Brasil, sendo autora de livros úteis até hoje. O Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro deu seu nome à Biblioteca localizada no sétimo andar da Casa do Administrador, no bairro da Tijuca.

²⁸ Conforme o Repositório Digital FGV, o IESAE, foi criado em 1971 com o propósito de cooperar no planejamento de sistemas educacionais, na organização e no desenvolvimento das escolas, na construção de seus currículos, na formação do professorado e na avaliação do esforço educacional. Em junho de 1990, o IESAE foi declarado extinto pela Portaria nº 24/90. Ver, a propósito, <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8580>, acesso em 22 de outubro de 2018.

- Reuniões da *Comisión Especial de Coordinación Latinoamericana* (Cecla) (Santiago e Viña del Mar, 1969);
- Conselho Latino-Americano Econômico e Social (Cies) (Washington, 1969);
- Comissão de Comércio com a Europa Oriental (1969);
- Comissão Econômica Mista Brasil-Japão (1969);
- Comissão Luso-brasileira (1969);
- Comissão Nacional de Coordenação do Conselho Internacional Econômico e Social (1970);
- Reuniões de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata (1969);
- Comissão de Assuntos Internacionais junto ao MEC (1969);
- Comissão de Empréstimos Externos (Cempex, 1969);
- Conselho Consultivo da Superintendência da EXPO 72 junto ao Ministério da Indústria e Comércio (1969);
- Grupo de trabalho de estudo da participação financeira do governo brasileiro em organismos e entidades internacionais (1969);
- Grupo de trabalho para o estudo de novo sistema interministerial de utilização da cooperação técnica internacional (1969);
- Grupo de trabalho interministerial para preparação da posição do Brasil na Cecla e no Cies (1969);
- Grupo ad-hoc de Comércio sobre Barreiras Tarifárias e Não-tarifárias, Cies (Washington, 1970);
- Reunião do Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso (Ciap) (Washington, 1969);
- Reunião da Comissão Especial do Cies (Caracas, 1970);
- Reunião do *Country Review* dos estudos da América do Ciap (Washington, 1970).

Uma atividade importante da Subin era a realização das reuniões interministeriais de cooperação técnica (instituídas pelo Decreto nº 65.476, de 21 de outubro de 1969) em conjunto com representante

do MRE, nas quais eram analisados e deliberados os pedidos de cooperação técnica. A primeira reunião foi efetuada no Rio de Janeiro em 17/12/1969, conduzida pelo então Secretário da Subin, Sérgio Fernando Guarischi Bath, e por Mário Augusto dos Santos, chefe da Divisão de Cooperação Técnica do MRE. Nessa reunião foi instalado o Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (SICT) e tomadas as seguintes decisões:

- 1) as sessões teriam atas, numeradas consecutivamente;
- 2) as sessões seriam convocadas, sempre que possível, com antecedência necessária ao estudo dos assuntos em pauta;
- 3) a agenda seria comunicada previamente;
- 4) as sessões do SICT seriam presididas pelo representante do Miniplan e, nos seus impedimentos, pelo representante do Itamaraty.

A Tabela 3.1 a seguir apresenta um resumo de tais reuniões durante a gestão de Sérgio Bath frente à Subin:

Tabela 3.1. Resumo das atas de reunião do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (Decreto nº 65.476/69), dezembro 1969 a janeiro/1971

Sessão	Data	Local	Coordenador dos trabalhos	Agência Estrangeira ou Internacional envolvida	Órgão nacional beneficiário da Cooperação
1	17.12.1969	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	PNUD	nd
2	19.12.1969	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	PNUD	nd
3	30.12.1969	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	nd	Instituto de Pesquisas (IRI)
4	28.01.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	Rep. Federal da Alemanha	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Sessão	Data	Local	Coordenador dos trabalhos	Agência Estrangeira ou Internacional envolvida	Órgão nacional beneficiário da Cooperação
5	28.01.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	FAO/CEPAL/ UNIDO	IPEA
6	26.02.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	nd	CAPES
7	06.04.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	OEA	CAPES e CNPQ
8	06.04.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	USAID	Ministério da Agricultura
9	26.05.1970	Rio de Janeiro	Mário Augusto Santos/MRE	USAID	FGV e diversos
10	02.06.1970	Rio de Janeiro	João Ferreira Bentes/ SUBIN	Rep. Federal da Alemanha	Ministério do Interior
11	02.06.1970	Rio de Janeiro	João Ferreira Bentes/ SUBIN	UNIDO	Ministério da Indústria e Comércio
12	02.06.1970	Rio de Janeiro	João Ferreira Bentes/ SUBIN	PNUD	Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA)
13	19.06.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	nd	Ministério da Fazenda
14	24.06.1970	Brasília	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	nd	nd
15	24.06.1970	Brasília	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	USAID	Ministério da Educação
16	24.06.1970	Brasília	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	Aliança para o Progresso	SUDENE
17	24.06.1970	Brasília	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	Aliança para o Progresso	SUDENE
18	24.06.1970	Brasília	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	Aliança para o Progresso	Departamento Nacional da Criança
19	24.06.1970	Brasília	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	Aliança para o Progresso	Diversos

Sessão	Data	Local	Coordenador dos trabalhos	Agência Estrangeira ou Internacional envolvida	Órgão nacional beneficiário da Cooperação
20	04.08.1970	Porto Alegre	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	Rep. Federal da Alemanha	SUDESUL
21	04.08.1970	Porto Alegre	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	Rep. Federal da Alemanha	SUDESUL
22	25.08.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	PNUD, Japão e OEA	Diversos ministérios
23	25.08.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	Aliança para o Progresso	Ministério da Educação
24	16.09.1970	Belém	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	nd	SUDAM e SUDENE
25	13.10.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	nd	Ministério da Fazenda
26	13.10.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	USAID	INCRA
27	21.10.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarischi Bath/SUBIN	Aliança para o Progresso	SUDENE
28	19.11.1970	Rio de Janeiro	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	UNICEF	Vários Ministérios
29	19.11.1970	Rio de Janeiro	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	PNUD	Ministério da Agricultura
30	19.11.1970	Rio de Janeiro	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	Aliança para o Progresso	SUDENE
31	19.11.1970	Rio de Janeiro	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	Israel	Ministério da Agricultura

Sessão	Data	Local	Coordenador dos trabalhos	Agência Estrangeira ou Internacional envolvida	Órgão nacional beneficiário da Cooperação
31	10.12.1970	Rio de Janeiro	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	nd	nd
33	10.12.1970	Rio de Janeiro	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	USAID	Ministério da Agricultura
34	14.12.1970	Recife	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	Aliança para o Progresso	SUDENE
35	26.01.1971	Brasília	Sérgio Bath Guarisch Bath/SUBIN	OEA, PNUS, USAID e outros	Diversos

Fonte: Arquivo da SUBIN, Documentação SEAIN. Elaboração: SEAIN/MP, nd= não disponível.

Na reunião de 10/12/1970, o Secretário Sérgio Bath abriu a sessão e apresentou aos presentes a professora Beatriz Warlich, que assumiu o cargo de Secretária-Executiva de Cooperação Técnica da Subin. Em seguida, em tom de despedida, ele comunicou: “em virtude de ter sido convidado para assumir cargo diplomático no exterior, deixarei a SUBIN, em fevereiro próximo, sendo substituído por funcionário da carreira diplomática, como é exigido por lei”. Anunciou estar sendo estudado no Miniplan a constituição de um “Fundo Nacional de Contrapartida” para a cooperação técnica que substituiria o Fundo do ex-Contap e abrangeria cooperação técnica em geral, fosse bilateral ou multilateral. Comunicou ainda que, por iniciativa do Itamaraty estava sendo estudado um esquema de cooperação entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia que incluirá a cooperação técnica.

Além das atividades associadas com a cooperação econômica internacional e a representação em comissões e grupos de trabalho, a Subin também prestava assessoramento ao Gabinete do Ministro na preparação da agenda de viagens do Ministro do Planejamento ao exterior. Dentre essas, cabe mencionar: duas viagens de Hélio Beltrão,

sendo uma aos EUA em novembro de 1968, e outra a Trinidad-Tobago, em junho de 1969.

As atividades da Subin ficaram registradas na grande imprensa nacional em seus primeiros tempos. Conforme noticiou o diário carioca *Correio da Manhã* em sua edição de 08/11/1968:29

Para definir os programas de financiamento ao Brasil, através das Aliança para o Progresso, estiveram ontem reunidos, no Ministério do Planejamento, o diretor da AID, Sr. William Ellis, o secretário-geral do Ministério do Planejamento, Sr. João Paulo dos Reis Velloso, e o subsecretário para a cooperação econômica internacional, Sérgio Bath. A maior dinamização e coordenação da ação dos diversos órgãos do Governo brasileiro que atuam no setor de financiamento internacional – explicou o Sr. João Paulo dos Reis Velloso – está sendo promovida pela subsecretaria de cooperação econômica do Ministério do Planejamento [Subin], recentemente criada pelo ministro do planejamento (*Correio da Manhã*, 08/11/1968).

Para dar uma ideia melhor das atividades da Subin nessa fase inicial de seu funcionamento, vale a pena destacar alguns pontos da sua primeira programação de atividades para o ano de 1970. O documento assinado pelo secretário Sérgio Guarischi Bath assim se expressa:

A Subin é um órgão da Secretaria-Geral do Ministério do Planejamento, incumbido de supervisionar o tratamento de assuntos internacionais que constituem matéria e interesse do Miniplan, com ênfase especial na cooperação econômica e técnica. Além dessa responsabilidade geral de supervisão (que, na prática, não atingiu ainda alguns setores, como Alalc, Unctad

²⁹ O *Correio da Manhã* foi um jornal matutino diário, editado na cidade do Rio de Janeiro de 1901 a 1974, cujo acervo digitalizado é disponibilizado para consulta pelo Arquivo Nacional. A documentação cobre o período de administração de três diretores – Paulo Bittencourt, Niomar Moniz e Maurício Nunes de Alencar – e reúne recortes de jornais, manuscritos, ampliações e negativos fotográficos de vários formatos, charges, ilustrações, cartazes, cartões-postais e desenhos originais e mapas rodoviários.

e GATT), a Subsecretaria tem responsabilidades operativas em grande parte dessa área, além das funções de coordenação adquiridas da Cocap, que absorveu. Cabe ademais à Subin a função de "canal" entre o Miniplan e o Ministério das Relações Exteriores, prestando-se ao encaminhamento de assuntos entre os dois Ministérios, e ao tratamento de larga variedade de questões tópicas. A Subsecretaria, que começou a se instalar em outubro de 1968, vem procurando estruturar-se para atender a três tipos de atividades, decorrentes das atribuições acima indicadas: i) relações econômicas internacionais; ii) cooperação técnica internacional, e iii) programas e projetos com financiamento externo³⁰.

Com relação ao primeiro tipo de atividade, o documento destaca que a Subin prosseguiria no seu trabalho de assessoramento ao Ministro de Estado nas matérias relativas à revisão do sistema interamericano de cooperação técnica, que teria início em reunião no Chile, em maio de 1969. Referido assessoramento incluiria a preparação da participação do então Ministro Hélio Beltrão em conferências programadas para o ano seguinte, como as do Cies em Caracas e as reuniões do Ciap em Washington. Além disso, a Subsecretaria também daria subsídios à posição brasileira em reuniões bilaterais e plurilaterais com os países do Leste Europeu (Coleste) e na Comissão Nacional da Bacia do Plata (Cobap). Também colaboraria com o Itamaraty na revisão das contribuições do Brasil a organismos internacionais (tal como determinado pelo Decreto nº 65.669, de 29 de outubro de 1969).

No tocante ao segundo tipo, a cooperação técnica internacional, a Subin teria como objetivo elaborar o chamado Plano Básico de Cooperação Técnica Internacional, com vista ao aproveitamento pelo Brasil das oportunidades externas oferecidas. Para tal, fora criado o Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (pelo Decreto nº 65.476, de 21 de outubro de 1969), através do qual as medidas

³⁰ Cf. Programação das Atividades da Subin para o ano de 1970. Rio de Janeiro: Subin, dezembro de 1969. Setor de Documentação da Seain.

de implantação e funcionamento do sistema seriam definidas, tais como: estudo do sistema operacional das agências internacionais de cooperação técnica; levantamento das condições estabelecidas pelas agências internacionais para obtenção de cooperação técnica; participação em congressos, seminários e reuniões relativos ao tema da cooperação técnica; elaboração de cronograma para recepção de solicitações de cooperação técnica de órgãos setoriais; coordenação da elaboração de projetos de cooperação técnica e de alocação de bolsas de estudo; orientação aos órgãos nacionais no sentido de melhorar o aproveitamento das oportunidades de cooperação técnica; aprovação de prioridades para a obtenção de cooperação técnica e criação de mecanismos para ativação e capacitação na elaboração de projetos.

Para 1970 o referido Plano Básico de Cooperação Técnica Internacional estimava captar o equivalente a NCr\$ 24 milhões (algo como US\$ 5,22 milhões a preços históricos ou US\$ 30,5 milhões a preços de 2015). Em termos de setores prioritários, o documento destacava agricultura, educação, saúde, administração e desenvolvimento regional (Sudene, Sudesul e Sudam).

Com relação à cooperação financeira externa, o objetivo principal da Subin em 1970 seria programar, junto com o Ministério da Fazenda e o Banco Central, as reais necessidades de captação de recursos junto a organismos internacionais (Banco Mundial, BID etc.), subsidiar a definição de uma política de endividamento externo para o país e melhorar a capacidade dos governos estaduais de elaborar projetos (com ajuda da Finep) para pleitear financiamento externo.

Por fim, a programação de atividades da Subin para 1970 chamava atenção para as necessidades de recursos humanos e espaço físico da subsecretaria, então instalada no prédio do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro:

Para dar viabilidade ao programa proposto, precisará a SUBIN aperfeiçoar suas presentes instalações no sétimo andar que não atendem a todas as necessidades de seu trabalho. Por outro lado, será indispensável dotá-la de reforço de pessoal em nível adequado de qualificação, conforme sugestões já feitas ao Senhor Ministro de Estado. Ao absorver a Cocap e o Contap, a Subsecretaria herdou problemas de pessoal. Precisaria agora melhorar a utilização desses servidores e elevar o nível médio de capacitação técnica de seus funcionários pela requisição de elementos de nível "sênior".

O diplomata Sérgio Guarischi Bath concluiu sua entrevista com o relato de seus últimos dias na Subin:

Diante da oportunidade de voltar ao exterior em minha carreira como diplomata, decidi que era chegado o momento de falar com o Ministro Reis Velloso. Ele então me perguntou se eu tinha alguém para recomendar ao cargo na Subin. Pensei logo no Aderbal Costa, um colega que trabalhara comigo na Embaixada do Brasil no México. O ministro tomou nota e pediu-me só um tempo para o convite e eventual remoção de Aderbal da Embaixada no México. Aderbal Costa tomou posse na Subin em 8/03/1971. Dias antes foi viabilizada a minha transferência para Secretaria de Estado por Portaria do Ministro do Exterior. No mesmo mês, de volta ao MRE, eu partia para meu posto, como representante do Brasil na FAO, em Roma. Vale notar que minha substituição pelo Aderbal já indicava a necessidade de que a Subin e todo o Miniplan se transferissem para Brasília. Em meu discurso de despedida, perante o Ministro Reis Velloso, na posse de Aderbal Costa, procurei salientar: o aprendizado que tive no contato com a visão técnica predominante no Miniplan; a importância do Ministério como instância de planejamento, que podia trabalhar objetivamente mais do que outras pastas pelo que o país precisava, afastado das tensões políticas de momento que então surgiam dentro do movimento de 1964.

3.3 A segunda gestão da Subin: diplomata Aderbal Costa (08/03/1971 a 16/08/1977)

O diplomata Aderbal Costa havia assumido, em março de 1969, a posição de encarregado de negócios na Embaixada do Brasil no México, o mesmo cargo anteriormente exercido por Sérgio Guarischi Bath. Convidado pelo Ministro Reis Velloso, Aderbal já estava no Rio de Janeiro no início de 1971, tendo passado mais de um mês trabalhando informalmente com Sérgio Bath nas dependências da Subin, no sétimo andar do prédio do Ministério da Fazenda, para se familiarizar com as atividades da subsecretaria.

Aderbal passaria seis anos como secretário da Subin, um período importante para as relações econômicas externas do Brasil e sua política de cooperação técnica e financeira internacional. Foi com ele que o contingente de recursos humanos da secretaria se ampliou e passou a contar com um quadro de servidores bem treinado para as tarefas desempenhadas pela Subin. Além da sede da Subin no Rio de Janeiro, havia também um pequeno escritório da subsecretaria em Brasília, núcleo da futura e gradual transferência do órgão para a capital federal.

Durante a gestão de Aderbal, a cooperação técnica internacional passou por mudanças, o que afetou a concepção e as práticas até então prevalentes no país e, portanto, veio a afetar a Subin. Conforme assinala Puente (2010), foi a partir de 1973 que:

...no âmbito interno, assiste-se à progressiva convicção de que o Brasil deveria aproveitar a experiência adquirida com a cooperação técnica para fazer dela, além de um instrumento de desenvolvimento interno, também uma ferramenta de política exterior (Puente, 2010, p. 103).

Conforme relata o Sr. Diógenes Walter Oliveira, hoje servidor aposentado do Ipea, e ex-secretário-adjunto da Subin, que começou

a trabalhar na Subin no Rio de Janeiro em março de 1975, existia na época algo em torno de 12 a 15 profissionais lotados na subsecretaria, os quais optaram por não serem transferidos para a capital federal. A mudança da Subin para Brasília transcorreu entre abril e julho de 1977, ou seja, ainda na gestão de Aderbal Costa.³¹

Durante a referida gestão, além da competência da Subin para coordenar em termos nacionais o ingresso da cooperação recebida pelo Brasil, oriunda de diversas fontes bilaterais e multilaterais, dispunha-se de mecanismo para apoiar financeiramente a cooperação recebida, a cooperação brasileira a terceiros países (cooperação de tipo Sul/Sul) e a cooperação nacional entre instituições brasileiras. Para tanto, contava a Subin com um fundo/mecanismo financeiro próprio, anual, cujos recursos orçamentários eram integralmente alocados, via convênios, às necessidades de contrapartida nacional aos projetos aprovados.

Em meados da década de 1970, a estrutura funcional da Subin buscava atender a quatro grandes áreas:

- 1) assessoria ao Ministro de Estado e demais secretários da Seplan-PR em temas e compromissos internacionais;
- 2) coordenação, análise e aprovação dos projetos apoiados financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Alemão (KfW) e demais fontes externas;
- 3) coordenação, análise e aprovação dos programas e/ou projetos de cooperação técnica oriundas de fontes bilaterais (Alemanha, França, Inglaterra, Japão, Canadá) e multilaterais (como PNUD, Unicef, Unesco etc.); e

³¹ O prédio do Ministério do Planejamento (então Seplan-PR) na Esplanada dos Ministérios, bloco K, foi inaugurado no dia 19/04/1977. A partir de então os diversos órgãos do ministério que estavam esparsos foram concentrados em só espaço em Brasília. A Subin instalou-se no quinto andar desse prédio, o mesmo andar que a Seain ocupou desde sua criação em 1987 até maio de 2018, quando se mudou para o oitavo andar. O pequeno escritório da Subin no nono andar do prédio do Dasp foi desativado com a transferência completa da secretaria para Brasília.

- 4) apoio financeiro a projetos de cooperação técnica para terceiros países.

Dado o forte crescimento na demanda e para estabelecer uma padronização na apresentação de solicitações de cooperação técnica recebida do exterior e melhor orientar os órgãos pleiteantes na elaboração de projetos, a gestão de Aderbal Costa publicou, em outubro de 1973 (atualizado em outubro de 1974), para seu público alvo, o Manual de Serviço de Cooperação Técnica da Subin. Baseado no padrão da OEA, com subsídios do PNUD e a experiência da própria Subin, o manual continha explicações sobre as condições gerais para apoio da Subin a projetos de cooperação técnica; formato de negociações preliminares, elaboração e aprovação de projetos e convênios; registro contábil; prestação de contas e auditoria. Além disso, disponibilizava modelos para a elaboração de projetos de cooperação técnica, utilização dos recursos, cronograma de execução e minutas de convênio.³²

No que toca à área de assessoria, a Subin, na época da gestão Aderbal Costa, prestava suporte na organização e cumprimento da agenda internacional do Ministro do Planejamento. O próprio Ministro Reis Velloso destacou o papel de Aderbal em suas viagens de missão no exterior:

Meus assessores na viagem à Rússia em novembro de 1973: um era o meu secretário, José Carlos, meu amigo desde 1958, quando comecei a trabalhar na presidência do Banco [do Brasil], e o outro era o Aderbal Costa, ministro do Itamaraty e chefe da minha assessoria internacional. (PINTO DE CASTRO; D'ARAÚJO, 2004, p.131)

Em função da crescente importância da Subin, o Ministro do Planejamento Reis Velloso resolveu transformar a subsecretaria em secretaria. Pela Portaria nº 47, de 05 de junho de 1972, foi feita a

³² CF. Subin: Manual de Cooperação Técnica Internacional, 1974. Setor de Documentação da Seain.

transformação (o cargo de secretário passou a ser então DAS 101.4), mas mantendo as mesmas atribuições e a mesma sigla. Pelo art.7º da portaria, o Gabinete do Secretário da Subin passaria a funcionar em Brasília, mudança essa que seria feita gradualmente ao longo dos anos seguintes.

Na gestão de Aderbal Costa, a Subin recebeu do Ministro Reis Velloso várias incumbências, como a representação do MP em vários fóruns, a exemplo de:

- afastamento para acompanhar o Ministro do Planejamento em missão na URSS (de 15-24/11/1973, D.O.U de 12.06.1973);
- II Reunião da Comissão Mista Brasil-Bulgária (Brasília, de 28-30/01/1975, D.O.U de 22/01/1975);
- IV Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS (Brasília, 19-24/03/1975, D.O.U de 18.03.1975);
- III Reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela (Brasília, 3-5/11/1975, D.O.U de 23/10/1975);
- III Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia (Brasília, de 20-26/05/1975, D.O.U de 12/05/1975);
- afastamento para acompanhar o Ministro do Planejamento em missão no exterior (de 21-28/06/1976, D.O.U de 11.06.1976)
- afastamento para acompanhar o ministro do Planejamento em missão na Alemanha (de 20-25/07/1976, D.O.U de 16.07.1976)
- afastamento para participar das Comissões Mistas na Iugoslávia, Hungria, Checoslováquia e República Democrática Alemã (de 06/09 a 01/10, 1976, D.O.U de 25/08/1976);
- afastamento para participar das Comissão Mista Brasil-Comunidade Europeia em Bruxelas (de 13-15/12/1976, D.O.U de 25/11/1976).

Seguindo a sistemática de seu antecessor, a gestão de Aderbal Costa manteve uma agenda ativa de análise e aprovação de solicitações

de projetos de cooperação técnica (19 reuniões), tanto pelo setor público federal, estados e municípios, como entidades acadêmicas e da sociedade civil. Pelo mostrado no quadro a seguir, pode-se facilmente concluir que, nesse período (até o final de 1973), não apenas aumentou o número de beneficiários (que passaram a ser referidos como “diversos”), como praticamente desapareceram ou minguaram os recursos do Programa da Aliança pelo Progresso e da cooperação bilateral com os EUA (Usaid), mas em contrapartida aumentaram os aportes para cooperação técnica concedidos por países europeus e de agentes multilaterais, como o PNUD, OEA e de bancos de desenvolvimento (Banco Mundial e BID).

Ademais, ao contrário do período anterior (1969-1971), em que as reuniões de aprovação de projetos aconteciam, sobretudo, no Rio de Janeiro, na gestão de Aderbal Costa as mesmas ocorreram quase sempre mais espaçadas no tempo e em Brasília, o que atesta a crescente e gradual transferência das atividades da Subin para a capital federal (ver Tabela 3.2 a seguir).

Tabela 3.2. Quadro resumo das atas de reunião do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (Decreto nº 65.476/69), março/1971 a novembro/1973

Sessão	Data	Local	Coordenador dos trabalhos	Agência Estrangeira ou Internacional envolvida	Órgão nacional beneficiário da Cooperação
36	24.03.1971	Brasília	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	USAID, OEA, PNUD, Holanda, França e Grã-Bretanha	Diversos
37	08.06.1971	Brasília	Moaldo Fernando Bornhausen de Faria/SUBIN	OEA	Diversos

Sessão	Data	Local	Coordenador dos trabalhos	Agência Estrangeira ou Internacional envolvida	Órgão nacional beneficiário da Cooperação
38	09.06.1971	Brasília	Moaldo Fernando Bornhausen de Faria/SUBIN	Alemanha, França, USAID e PNUD	diversos
39	22.06.1971	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Japão e USAID	diversos
40	20.08.1971	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Canadá, França, Grã-Bretanha, Holanda, Israel, Japão e USAID	diversos
41	09.11.1971	Rio de Janeiro	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	Alemanha, Grã-Bretanha, Suíça e USAID	diversos
42	08.02.1972	Brasília	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	Alemanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Japão e USAID	diversos
43	12.06.1972	Brasília	Dinah Flusser/MRE	Canadá, França, França, Grã-Bretanha, Holanda, Israel, Japão, USAID e PNUD	diversos
44	19.06.1972	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	OEA	diversos
45	21.08.1972	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Alemanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Japão e USAID	diversos
46	04.09.1972	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	PNUD	diversos

Sessão	Data	Local	Coordenador dos trabalhos	Agência Estrangeira ou Internacional envolvida	Órgão nacional beneficiário da Cooperação
47	23.11.1972	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha, USAID	Diversos
48	01.12.1972	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Alemanha	diversos
49	11.12.1972	Brasília	Beatriz Marques de Sousa Wahrlich/SUBIN	Alemanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, USAID e PNUD	diversos
50	30.04.1973	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Grã-Bretanha, Itália, USAID e FNUAP	diversos
51	30.05.1973	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Alemanha	diversos
52	28.08.1973	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Alemanha, Canadá, França, Grã-Bretanha, Japão e USAID	diversos
53	07.11.1973	Brasília	Aderbal Costa/SUBIN	Itália	diversos

Fonte: Arquivo da SUBIN, Documentação SEAIN. Elaboração: SEAIN/MP, nd= não disponível.

A longeva gestão de Aderbal Costa (2.353 dias ou mais de seis anos) foi muito importante para a consolidação da Subin e do seu papel na captação e gestão da cooperação técnica e financeira internacional para entidades brasileiras. Em meados de sua gestão, Aderbal destacou publicamente os pontos fortes de atuação da secretaria, assim como as áreas novas que então se abriam ou se fortaleciam no campo da cooperação internacional, a saber: ³³

³³ Cf. Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional-Subin/MPCG, documento preparado para palestra do Dr. Aderbal Costa no Círculo de Palestras do I Curso de Treinamento para o Sistema Nacional de Planejamento, de 13-24 de agosto de 1973. Mimeo, Setor de Documentação da Seain.

i. Início da concessão de cooperação brasileira a países em desenvolvimento:

“Cabe ressaltar que a Subin está dando os primeiros passos para criar um mecanismo destinado a coordenar a prestação de assistência técnica brasileira, inicialmente a países vizinhos e em escala modesta”.

ii. Redução da cooperação técnica recebida e o incremento da cooperação financeira (captação de empréstimos externos):

A coordenação das atividades de organismos e agências internacionais de financiamento constitui tarefa importante, pois seus recursos estão ligados diretamente ao desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, seus empréstimos são avalizados pelo Tesouro Nacional, baseado na Lei nº 5.000, de 24/05/1966, que trata da concessão de aval da União. Neste campo, a Subin atua da seguinte forma: a) orienta, estimula e seleciona projetos passíveis de contar com financiamento externo; b) distribui os projetos factíveis de financiamento por listas tentativas preliminares. A cada uma das agências financeiras mencionadas (BIRD, BID e agências bilaterais como Usaid, fundo alemão para o desenvolvimento – KfW etc.) corresponde uma lista, a qual é submetida à apreciação e aprovação do senhor Ministro do Planejamento. Recebida essa aprovação superior, as listas são encaminhadas formalmente às respectivas agências financiadoras; c) acompanha o procedimento de aprovação dos projetos junto aos organismos financiadores e a tramitação interna do processo de concessão de prioridade; d) orienta os interessados sobre as possibilidades de obtenção de financiamento e seu processamento; e e) coordena, no âmbito do Ministério do Planejamento, os contactos e com as missões operativas e programativas das agências multilaterais e bilaterais que vistam o Brasil.

iii. Relações econômicas internacionais:

A Subin desenvolve: a) um trabalho crescente de acompanhamento, assessoramento e coordenação das reuniões e eventos internacionais específicos de interesse do Ministério do Planejamento. Participa de seus trabalhos preparatórios e da articulação prévia com outros órgãos, particularmente o MRE, com vistas ao preparo de posições brasileiras a nível técnico. Tais eventos constituem-se em importantes fóruns para demonstrar a situação econômica e financeira do Brasil e solicitar um apoio coordenado das diversas agências internacionais de financiamento. b) Quanto à área de comércio internacional, a Subin colabora com várias comissões mistas bilaterais onde normalmente representa o Ministério do Planejamento. Participa, ainda, das reuniões da Comissão de Comércio com a Europa Oriental (Coleste) e da Comissão Nacional para Assuntos da Alalc, órgãos interministeriais que traçam diretrizes para nossa política comercial com os países do Leste Europeu e da Alalc, respectivamente. Por fim, c) a Subin dá assessoramento direto ao Sr. Ministro em suas viagens ao exterior e na preparação de documentos referentes a missões e personalidades estrangeiras por ele recebidas.

A saída de Aderbal Costa da Subin, após seis anos de gestão, ficou registrada na imprensa, conforme mencionado pelo Jornal do Brasil, edição de 9/08/1977, 1^o Caderno, p. 6:

“O ministro Aderbal Costa segue esta semana para Genebra para servir na delegação brasileira. Para o lugar de superintende [secretário] da Subin – órgão que trata do comércio exterior – irá o Ministro Álvaro Alencar”.

3.4 A terceira gestão da Subin: diplomata Álvaro Gurgel de Alencar Netto (16/08/1977 a 12/03/1979)

Com a saída de Aderbal Costa para assumir posto diplomático no exterior, foi nomeado em seu lugar, em 16/08/1979, o colega então

conselheiro Álvaro Gurgel de Alencar Netto (1936-+2006), que fora até então chefe da divisão de política comercial do MRE.

Logo após assumir a sua gestão à frente da Subin, Álvaro Alencar solicitou à equipe uma programação de atividades para 1978, cujos pontos principais, por grandes áreas, foram os seguintes:³⁴

I – Cooperação econômica

Com o objetivo de aperfeiçoar sua atuação junto a entidades brasileiras e instituições financeiras do exterior na coordenação e programação de recursos, o setor de cooperação econômica da Subin programou para 1978 as seguintes ações: i) coordenar reuniões preparatórias para negociação de contratos de empréstimos junto ao BIRD, BID e KfW; ii) implantar um sistema de acompanhamento dos desembolsos dos projetos financiados pelo BIRD, BID e KfW; iii) avaliar, juntamente com o Iplan/Ipea, os benefícios líquidos de projetos já concluídos com o BIRD; iv) aperfeiçoar o relatório trimestral sobre a situação dos projetos constantes da programação do Brasil com agências financiadoras externas.

II – Cooperação técnica

Estão sendo programadas para 1978 as seguintes atividades: i) revisão do Manual de Serviço de Cooperação Técnica elaborado em 1973; ii) extensão ao Japão e Grã-Bretanha da sistemática de programas nacionais de cooperação técnica (PNCTs) de programação a médio e longo prazo da cooperação prestada ao Brasil que já se adotou com a Alemanha Ocidental, Canadá e França; iii) ampliação do acompanhamento e avaliação de projetos já existentes com o PNUD a outras fontes; e iv) melhoramento do acompanhamento das bolsas de estudo concedidas e ampliação do papel da Subin na seleção de outras fontes externas.

³⁴ Cf. Programação da Subin para 1978, mimeo, documento do Arquivo da SEAIN.

III – Programas de apoio financeiro

Estão programadas para 1978 as seguintes ações: i) apoio à contrapartida para órgãos brasileiros recipendiários de cooperação externa e carentes de recursos próprios de contrapartida; ii) cooperação técnica nacional, com vistas a estimular um processo doméstico de cooperação técnica, reservar recursos externos para casos a que não se possa atender com recursos internos e reduzir a necessidade de assistência técnica externa; e iii) cooperação técnica ao exterior, que objetiva, com ajuda do PNUD, financiar a elaboração e/ou execução de projetos de prestação de cooperação técnica brasileira a terceiros países em vias de desenvolvimento, de modo a reforçar a atuação diplomática do país em nível regional e promover exportações.

IV – Relações econômicas internacionais

As ações previstas para 1978 nessa área são as seguintes: i) participação no processo de tomada de posição do Brasil em fóruns como GATT/negociações comerciais multilaterais (Rodada de Tóquio), Comissão Nacional para Assuntos da Alalc (Cnaalalc) e Comissão de Comércio com a Europa Oriental (Coleste); ii) participação nas reuniões preparatórias para as negociações do Código de Conduta sobre Transferência de Tecnologia; iii) participação na preparação de posição para a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (TCDC), a se realizar em Buenos Aires em agosto de 1978; iv) participação na preparação da posição para a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia, a se realizar em abril/maio de 1979; e v) preparação de perfis (briefings) econômicos sobre países para o atendimento de solicitações específicas direcionadas à Subin.

O documento de programação da Subin para 1978 continha dados de captação de recursos a título de cooperação financeira e de

cooperação técnica no ano de 1977 e metas de captação para o ano seguinte. Nessa altura, verifica-se quanto os montantes de recursos da cooperação técnica recebida se tornavam irrisórios em face dos recursos captados pela cooperação financeira (então denominada cooperação econômica). Conforme as Tabelas 3.3 e 3.4 seguintes, em 1977, o Brasil captou US\$ 772 milhões de dois organismos multilaterais (BIRD e BID), ao passo que recebeu apenas US\$ 14,2 milhões em cooperação técnica.

Tabela 3.3. Brasil: cooperação técnica, 1977-1978 (US\$ mil)

Fontes/Recursos	Recursos Aprovados em 1977	Recursos Programados para 1978	Variação anual %
Nações Unidas - ONU (mil USD)	8.142,2	11.854,6	45,6
Organização dos Estados Americanos (OEA) (mil USD))	1.508,8	2.240,7	48,5
Cooperação Alemã (em mil marcos alemães)	15.902,0	19.668,0	23,7
Cooperação Canadense (mil dólares canadenses)	1.549,0	7.469,0	382,2
Cooperação Francesa (mil francos franceses)	13.559,0	23.692,0	74,7
Cooperação Britânica (mil libras esterlinas)	423,5	682,0	61,0
Cooperação Japonesa (mil USD)	1.527,6	3.708,0	142,7
Outras fontes (mil USD)	931,3	2.234,3	139,9
Valor total (mil USD)	14.265,1	27.452,9	92,4

Fonte: Subin/Seplan-PR; elaboração: Seain/MP.

Tabela 3.4. Brasil: cooperação econômica, 1977-1978 (US\$ milhões)

Fontes/Recursos	Aprovados em 1977	Programados para 1978	Variação anual %
1 BID	347,0	465,0	34,0
1.1. Recursos de Capital Ordinário (CO)	287,0	385,0	34,1
1.2. Recursos do Fundo de Operações Especiais (FOE)	60,0	80,0	33,3
2. BIRD (ano fiscal)	425,0	768,0	80,7
3. KfW	0,0	8,0	-
Total	772,0	1.241,0	60,8

Fonte: Subin/Seplan-PR; elaboração: MP/Seain.

Durante a gestão de Álvaro Gurgel, além das atividades normais de análise e aprovação de pleitos de cooperação técnica e financeira, e de o secretário ser designado pelo Presidente da República para compor a Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc), depois chamada CNAALADI (D.O.U de 06/07/1978), houve vários afastamentos do país para acompanhar o então Ministro Reis Velloso e/ou o secretário-geral em missões ao exterior, a exemplo de:

- afastamento para acompanhar o Ministro Reis Velloso, 24/05 a 05/06/1977 (D.O.U de 19/05/1977).
- afastamento para acompanhar o Secretário-Geral Élcio Costa Couto em missão ao exterior: 30/09 a 07/10/1977 (D.O.U de 28/09/1977);
- afastamento para acompanhar o Ministro Reis Velloso, em missão ao exterior: 23 a 30/12/1977 (D.O.U de 21/12/1977);
- afastamento para acompanhar o Ministro Reis Velloso em missão ao exterior: 23 a 30/12/1977 (D.O.U de 21/12/1977);
- afastamento para acompanhar o Ministro Reis Velloso em missão ao exterior: 03 a 12/02/1978 (D.O.U de 23/01/1978)

- afastamento para acompanhar o Secretário-Geral Élcio Costa Couto ao exterior: 05 a 15/05/1978 (D.O.U de 03/05/1978)
- afastamento para acompanhar o Ministro Reis Velloso em missão ao exterior 24/05 a 05/06/1978 (D.O.U de 19/05/1978).



Figura 3.2. Cerimônia de assinatura de contrato com o BID (maio de 1978)
Da esquerda para a direita: Reuben Sternfeld, do BID; Élcio Costa Couto, secretário-geral da Seplan-PR, e Álvaro Alencar, secretário da Subin.

De 30/08 a 12/09/1978, realizou-se na Argentina uma conferência no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) envolvendo 138 países, voltada para fortalecer a Cooperação Sul-Sul. O resultado dessa conferência foi o chamado Plano de Ação de Buenos Aires (Paba), documento no qual o termo “cooperação horizontal” aparece pela primeira vez, e que promovia a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. A partir de então, o Brasil foi chamado a promover uma expansão dessa atividade, que foi se tornando uma importante ferramenta da política externa e da projeção internacional do país (Puente, 2013, p. 02). A Subin participou da conferência ao lado do MRE e, conforme assinala Alves Neto (2013, p.15), o Paba foi, sem dúvida, um marco de grande significado para esse diálogo sobre cooperação entre países em desenvolvimento, o Brasil em particular³⁵.

³⁵ Conforme Arafune (2012, p.12), a Conferência da ONU de 1978 e o Plano de Ação de Buenos Aires expressaram a possibilidade de promoção e o fortalecimento da autoconfiança dos países do Sul por meio da troca de experiências e conhecimento para superar problemas enfrentados por esses países. Diante desse quadro é que diversos países do Sul, como o Brasil, iniciaram sua cooperação técnica para outros países em desenvolvimento.

Ainda segundo Alves Neto (2013), as Nações Unidas desenvolveram e fomentaram o conceito de cooperação horizontal, em contraponto à cooperação Norte-Sul, na medida em que os programas da ONU encontram seu espaço nas políticas internacionais de desenvolvimento, fortalecidas pelo acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento, que poderiam ser aplicadas em outros países com realidades semelhantes, e levaram, com o passar dos anos, a cooperação técnica a assumir um papel maior dentro da agenda internacional brasileira, exigindo uma reformulação dos organismos nacionais envolvidos com o assunto, a exemplo da Subin.

Diógenes Walter Oliveira, ex-secretário-adjunto da Subin, afirmou em entrevista que, com relação ao impacto do Paba, é importante ressaltar que o mesmo elencou diversas recomendações aos países membros para formalizar e fortalecer a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Naturalmente que, dentro desse contexto e ao longo do tempo, todas as instituições brasileiras envolvidas no tema, principalmente o Itamaraty e a Subin, passaram a dedicar atenção especial à cooperação técnica entre países (CTPD), inclusive definindo novas prioridades e alocando recursos financeiros adicionais ao tema.

Durante a gestão de Álvaro Gurgel, Murilo Portugal Filho foi nomeado Secretário-Adjunto da Subin (portaria do Ministro do Planejamento no 78, de 16 de agosto de 1977, D.O.U de 23/08/1977). Murilo Portugal permaneceu no cargo até sua exoneração a pedido em 05/09/1978 (D.O.U de 11/09/1978), uma vez que foi licenciado da Subin para realizar estudos de pós-graduação em Economia no Reino Unido. O seu sucessor como secretário-adjunto foi o já mencionado técnico do Ipea Diógenes Walter Oliveira, designado para as funções, o qual permaneceu até 31/05/1987, a data de extinção da Subin por decreto.

3.5 A quarta gestão da Subin: diplomata Francisco Thompson Flôres Netto (15/03/1979 a 22/08/1979)

Com a posse de Mário Henrique Simonsen no Ministério do Planejamento (15/03/1979), foi escolhido para dirigir a Subin o diplomata Francisco Thompson Flôres Netto (Portaria nº 68, de 15 de março de 1979), ex-chefe da Divisão de Operações Comerciais do MRE. Em sua curta gestão (cinco meses), Thompson Flôres fez duas viagens de serviço ao exterior:

- (26 a 30/05/1979 – D.O.U de 22/05/1979) – membro da delegação do Brasil na XX Reunião de Governadores do BID em Montego Bay, na Jamaica; e
- (de 15-23/06/1979 – D.O.U de 15/06/1979) – sem identificação da missão.

Tendo em vista o visível acúmulo de trabalho na Subin, o Secretário Thompson Flôres solicitou ao corpo técnico uma radiografia da atuação da secretaria com vistas a identificar gargalos e propor ajustes na estrutura. Conforme relatório, datado de 17/08/1979, assinado pelo então consultor Antonio Patriota (futuro Ministro de Relações Exteriores), o diagnóstico era o seguinte:

A Seplan-PR se faz representar, através da Subin, em diversas unidades colegiadas que, sob a égide do Itamaraty, coordenam a formulação em nível técnico da posição do Brasil nos foros econômicos internacionais, em especial nas áreas de comércio exterior e cooperação para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Esses trabalhos derivam de compromissos assumidos pelos representantes brasileiros nas reuniões internacionais dos sistemas multilaterais das Nações Unidas e suas agências especializadas, Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), Associação Latino-Americana

de Livre Comércio (ALALC), Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), entre outros e, bem assim, das relações de cooperação bilateral e plurilateral mantidas pelo nosso país com governos e agrupamentos econômicos regionais, como o acordo com a Comunidade Europeia (CEE), e, através da Coleste, com os países membros do Comecom. A colaboração da Seplan-PR nesses colegiados requer participação ativa numa multiplicidade de reuniões de conselhos, comitês, grupos de trabalhos, seminários, consultas informais, todos a exigirem estudos técnicos, pareceres e subsídios analíticos, além de frequentes deslocamentos de pessoal tanto no Brasil como no exterior.

Após listar e detalhar o envolvimento da Subin em cada item e subitem da extensa agenda internacional da Seplan-PR, o consultor conclui o relatório afirmando:

Tendo em vista a complexidade e magnitude das tarefas de que tem sido incumbida esta Consultoria Técnica, que inicialmente tratou de projetos especiais, como, por exemplo, os estudos que levaram à formulação do projeto SUBIN intitulado Cadastro Brasileiro de Cooperação Técnica; a missão de colaboração com Portugal; e, a partir de março último, as numerosas incumbências relacionadas com a representação da SEPLAN-PR nos foros econômicos, em especial no setor de comércio exterior e cooperação para o desenvolvimento, objeto da parte I desta informação, seria desejável pudesse o Consultor contar com assessoramento de pelo menos mais um técnico qualificado para auxiliá-lo nas tarefas acima e que pudesse eventualmente substituí-lo nas frequentes reuniões a que deve comparecer.

Nota-se que o objetivo do trabalho do consultor Antonio Patriota era mapear os problemas e apresentar sugestões para remodelar o organograma e as funções das Subin. Mas o trabalho era tanto que o

próprio consultor solicitou reforços para poder avançar no trabalho. No entanto, essa proposta não seria concluída, uma vez que, com a queda do Ministro Simonsen, Thompson Flôres foi exonerado da Subin em 22/08/1979 e, em seguida, nomeado para o cargo de Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura (Singra). A tarefa ficaria para o novo secretário.

3.6 A quinta gestão da Subin: diplomata José Botafogo Gonçalves (22/08/1979 a 07/03/1985)

Conforme mencionou em entrevista o ex-secretário-adjunto da Subin, Diógenes Walter Oliveira, a gestão do Ministro Delfim Netto no Planejamento (agosto/1979 a março/1985) agregou uma nova visão aos temas internacionais até então tratados pela Subin. Oriundo do Ministério da Agricultura, o ministro assimilou aos temas já tratados pela Subin novas atribuições de negociações internacionais nas áreas de captação de recursos externos e de comércio exterior. Delfim Netto nomeou para o cargo de secretário da Subin o conceituado e experiente diplomata ministro José Botafogo Gonçalves, futuro Ministro da Indústria e Comércio.

Na gestão Botafogo Gonçalves, face ao conjunto das diretrizes nacionais de cooperação internacional e às possibilidades de fontes de recursos, bilateral ou multilateral, cabia à Subin compatibilizar as propostas e possibilidades. As dificuldades nessa área eram imensas, especialmente em função da redução gradativa dos recursos para prestação de cooperação técnica ao Brasil. Conforme afirmava, em 1981, Diógenes Walter Oliveira:

[...] o maior programa em desenvolvimento, que era o do PNUD, manteve em seu ciclo de programação (para 1982-1986) a mesma cifra dos ciclos anteriores (US\$ 30 milhões), enquanto a proposta apresentada pelo Brasil atingia 100 milhões de dólares” (Oliveira, 1981).

Além da coordenação da cooperação técnica recebida do exterior, a Subin desenvolvia três outras ações, objetivando:

- auxiliar internamente instituições brasileiras que necessitassem receber assistência técnica, mas que não dispunham de capacidade interna de contrapartida;
- transferir internamente, entre instituições brasileiras, o acervo de cooperação externa recebida (cooperação técnica nacional);
- cooperar tecnicamente com países em desenvolvimento (cooperação técnica horizontal).

O grande desafio da Subin nessa altura consistia em criar outras opções de cooperação técnica, uma vez que todas as fontes tradicionais estavam reduzindo os seus recursos ou criando condições restritivas. A cooperação entre os países em desenvolvimento abriria novas perspectivas e demandaria um esforço conjunto de todos os ministérios e dos órgãos públicos no sentido de criar a mentalidade, a disposição e os recursos necessários à prestação da cooperação técnica e ao atendimento das necessidades nacionais (Oliveira, 1981, p.58).

Ao completar um ano no cargo, o então Secretário Botafogo resolveu apresentar ao Ministro do Planejamento Delfim Netto um projeto de reestruturação da Subin. Assim se expressou o secretário:

O atual dimensionamento das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, segundo orientação do Sr. Ministro Delfim, impele-me a propor uma reestruturação orgânica da Secretaria com o objetivo de racionalizar as tarefas e agrupar as diversas atividades em unidades com funções definidas. Transcorrido o primeiro ano de gestão frente à direção da Subin, foi agregada à sua competência de coordenação e financiamento da cooperação técnica internacional as atribuições de assessoramento ao

Sr. Ministro dos assuntos relacionados com os aspectos institucionais do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, face às recentes mudanças realizadas na governadoria das respectivas agências internacionais. Acrescente-se também as novas atribuições de coordenação das negociações para a formação de “pacotes” e/ou apenas compras no exterior, notadamente com os países do Leste Europeu visando ao aumento das exportações nacionais³⁶.

Mais à frente, Botafogo complementa:

Além disso, a SUBIN vem desenvolvendo participação mais efetiva nas negociações dos contratos de empréstimos e nos entendimentos com o Banco Mundial, BID e KfW, estando, ainda, a seu cargo a formalização, acompanhamento e execução dos protocolos firmados de governo a governo. Nesse caso, estaria incluído o acompanhamento sistemático de todas as atividades ligadas a esses organismos financeiros, desde os contatos iniciais de interessados na SEPLAN-PR, prosseguindo com o envio de representante da Secretaria nas missões de avaliação desses órgãos junto aos mutuários, de modo a evitar o posterior surgimento de problemas nas negociações, chegando finalmente à negociação propriamente dita dos créditos concedidos ao Brasil.

Por fim, o secretário conclui:

Tudo isso tem tornado a tarefa da SUBIN bastante árdua, pois sofreu e vem sofrendo constante incremento de suas atividades, sem a natural contrapartida do lado dos recursos materiais e humanos. Dessa forma, faz-se sentir a necessidade de promover-se uma reestruturação das atribuições da Secretaria de modo a adequá-las às novas funções para que

³⁶ Cf. Projeto de Reestruturação da Subin, 1980. Setor de Documentação da Seain.

possa fornecer ao Ministro de Estado assessoria em termos de apoio e de formulação no que se refere a essas atividades.

Na montagem da estrutura proposta, buscou-se atribuir a cada secretário-adjunto áreas nitidamente definidas, de acordo com a especificidade de suas atividades, permitindo, dessa forma, maior concentração de atenção por parte de cada um. A criação de um segundo cargo de secretário-adjunto e a subordinação direta das coordenadorias a ele tinha por finalidade, além da descentralização operacional e funcional da unidade, proporcionar ao Secretário da Subin maior disponibilidade de tempo e de tarefas, para atender aos compromissos e contatos inerentes ao cargo, assim como para a orientação e formulação da política da secretaria.

Com relação aos meios materiais para atender à nova estrutura, teria de haver um considerável reforço no quantitativo de recursos humanos, sendo necessário no mínimo de quatro a cinco servidores para cada coordenadoria. Nos casos da coordenadoria de Economia e Finanças Internacionais haveria um coordenador, dois a três assessores e dois técnicos. Para a Coordenadoria de Comércio, um coordenador e três a quatro assessores. Para isso, o quadro de recursos humanos ideal seria o seguinte (Ver Tabela 3.5):

Tabela 3.5 - Quadro de servidores da nova Subin

Setor	Quadro Vigente	Quadro Proposto
Gabinete	6	2
Secretarias-Adjuntas I e II	1	2
Coordenadoria de Economia e Finanças Internacionais	3	6
Coordenadoria de Comércio Exterior	0	5
Coordenadoria de Países em Desenvolvimento	3	4
Coordenadoria de Cooperação Recebida do Exterior	6	7
Coordenadoria de Cooperação Nacional, apoio e contrapartida	5	6

Setor	Quadro Vigente	Quadro Proposto
Serviço de Apoio Técnico e Administrativo	4	5
Quadro Auxiliar	13	18
Total	41	55

Fonte: MP/Seain; elaboração: MP/Seain.

Além da ampliação do quantitativo de servidores de 41 para 55, a proposta requeria um aumento de espaço físico de 581m² para 831m² no quinto andar do prédio da Seplan-PR.

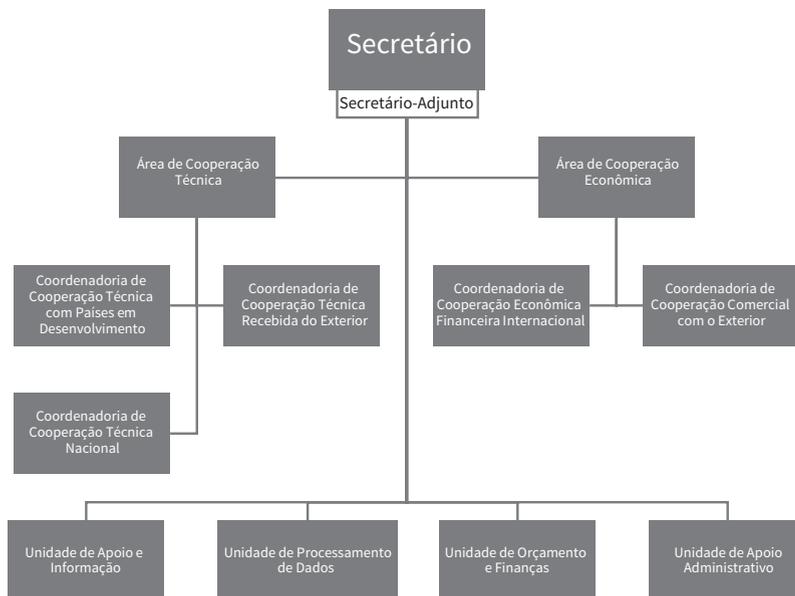
Tratava-se, sem dúvida, de uma proposta ambiciosa para a realidade da época. A Secretaria-Geral do Ministério se colocou contra e recomendou uma estrutura mais “enxuta”. Após idas e vindas, em julho de 1982, a estrutura funcional da Subin passou a compor-se de apenas um secretário-adjunto e 10 unidades, a saber (Tabela 3.6 e Figura 3.3):

Tabela 3.6 - Estrutura funcional da Subin - julho de 1982

Secretário-adjunto	Diógenes Walter Oliveira
Coordenadoria de Cooperação Econômica e Financeira Internacional	Roberto Henri Guitton
Coordenadoria de Cooperação com Organismos Financeiros	Carlos Roberto Cristalli
Coordenadoria de Cooperação Comercial com o Exterior	Antonio Sérgio Carneiro Leão
d) Coordenadoria de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento	Roberto Bastos Carreiro
Coordenadoria de Cooperação Técnica recebida do Exterior	Garry Soares de Lima
Coordenadoria de Cooperação Técnica Nacional	Afreimar Moraes de Queiroz
Unidade de Documentação e Arquivo	Lucia Regina Pontes Lemos
Unidade de Apoio Administrativo (UAP)	Katia Helena Sasse Lobato

Fonte: MP/Seain; elaboração: MP/Seain.

Figura 3.3 – Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional – Subin organograma – 1982



Fonte: MP/Seain.

A estrutura da Subin seria ligeiramente alterada em 1984. Conforme a Ordem de Serviço nº 002, de 16 de julho de 1984, o Secretário José Botafogo estabeleceu uma nova organização administrativa, a qual deveria, posteriormente, ser validada pela aprovação do Regulamento Interno da Secretaria pela Secretaria-Geral da Seplan-PR.

3.7 A sexta gestão: diplomata Gilberto Coutinho Paranhos Velloso (13/06/1985 a 12/09/1985)

Com a mudança de governo em março de 1985, houve um longo interinato exercido pelo Secretário-Adjunto Diógenes Walter Oliveira, desde a saída do Embaixador Botafogo, em 07/03/1985. Foi então que o novo Ministro do Planejamento da chamada Nova República, João Sayad, convidou a assumir a Subin o diplomata Ministro de 1ª Classe Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, que acabava de voltar ao Brasil após anos na Missão do Brasil junto à ONU. Gilberto Coutinho foi nomeado em 13/06/1985 para o cargo de Secretário da Subin.

Na sua gestão, a Subin passou a compor mais dois colegiados: i) a Comissão Marítima Nacional (D.O.U de 03/07/1985); e ii) Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (D.O.U de 23/07/1985).

A gestão de Gilberto Coutinho seria curta, uma vez que ele pediu exoneração para ocupar o cargo para o qual fora convidado, de chefe do Departamento das Américas do MRE. Na mesma portaria de sua exoneração pelo Ministro Sayad (D.O.U. de 06/09/1985), foi nomeado seu sucessor na Subin, o diplomata Luiz Felipe Lampreia, que seria o último titular da Subin e futuro Ministro de Relações Exteriores.

3.8 A sétima gestão: diplomata Luiz Felipe Palmeira Lampreia (12/09/1985 a 19/04/1987)

O primeiro e último gestor da Subin na chamada Nova República³⁷ foi o diplomata Luiz Felipe Lampreia (1941 - +2016), convidado pelo então Ministro do Planejamento João Sayad, interessado por sua experiência na Embaixada do Brasil em Washington, uma vez que fora encarregado das relações com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O próprio Lampreia assim se exprimiu ao relatar sua passagem pela Subin:

Eu tive uma experiência de Brasil muito interessante porque fui o diretor [secretário] da SUBIN, a Subsecretaria Internacional do Ministério do Planejamento (na época Seplan-PR). Eu era o responsável, o catalisador dos programas com o Banco Mundial e com o BID, os programas de financiamento de projetos mais importantes. Então eu tinha relações muito intensas não só com

³⁷ A Nova República foi um período da História do Brasil que teve início com o final do Regime Militar (1985) até os dias atuais. Ou seja, começa com a saída do general João Baptista Figueiredo da presidência e a entrada de um civil no cargo, José Sarney. Principais características da Nova República: i) redemocratização do país; ii) retorno das liberdades sociais: imprensa, manifestação política, expressões artísticas e culturais, opinião etc; iii) eleições diretas para Presidente da República, a partir de 1989; iv) promulgação de uma nova Constituição em 1988, que valorizou a democracia e o respeito aos direitos do cidadão; v) retorno do sistema político multipartidário (no regime militar só existiam dois partidos políticos, Arena e MDB); vi) tentativas malsucedidas de combate à inflação durante o governo Sarney (a começar com o Plano Cruzado); vii) fortalecimento dos laços econômicos do Brasil com os países vizinhos no Cone Sul (Argentina, Uruguai e Paraguai), que resultaria na criação do Mercosul em 1991, e viii) criação de programas sociais voltados para as populações mais carentes.

a burocracia federal, na área elétrica, na área de petróleo, na área de habitação, saneamento e saúde, mas também com os estados, até com municípios eventualmente, e com os políticos envolvidos nos projetos. Eram financiamentos expressivos que viabilizavam projetos muito grandes. Projetos com a máquina do Banco Mundial, que era um time espetacular, e do BID também. Então foi um período muito interessante, muito... que não tinha praticamente nada de diplomático em si. Foi uma experiência de outro plano, outra natureza (Lampreia, CPDOC FGV, p.101)

Para dar uma ideia da intensa atividade da Subin no início da gestão de Luiz Felipe Lampreia, um relatório da Subin descreveu no mês de outubro de 1985 o trabalho executado apenas naquele mês:³⁸

- a) 8-11/10/1985 – viagem do Secretário da Subin a Seul, Coreia do Sul, para participar da 40ª Reunião Anual Conjunta das Assembleias de Governadores do FMI, BIRD e dos Comitês Interno e de Desenvolvimento e do Grupo dos 24;
- b) 29-31/10/1985 – reuniões de trabalho do Secretário no Rio de Janeiro com o BNDES, Petrobras e Junta Deliberativa do Trigo;
- c) 30/09 - 04/10/1985 – a Subin participou como coordenadora das negociações junto ao Banco Mundial em Washington/EUA, da 3ª etapa do Projeto Nordeste, tendo captado um empréstimo de US\$ 171 milhões;
- d) 15-18/10/1985 – técnicos da Subin participaram em Washington de negociações com o BIRD e o BID para obtenção de recursos para o Nordeste do Brasil;
- e) A partir de 16/10/1985 – iniciado o trabalho com a missão do BIRD encarregada da avaliação do Segmento Saúde do Programa Nordeste;
- f) 25/10/1985 – realizadas reuniões em São Paulo com missões do BIRD encarregadas do Plano de Recuperação do Setor Elétrico e do Programa de Recuperação de Rodovias estaduais;

³⁸ Cf. SUBIN: Relatório de Atividades do Mês de Outubro/1985. SUBIN, 07/11/1985. Setor de Documentação da Seain.

- g) 03-23/10/1985 – realizadas diversas reuniões no âmbito da Seplan-PR com vistas à análise de propostas para o Programa de Administração do Setor Público com o BIRD;
- h) Ao longo do mês foram realizadas várias reuniões na Subin com a missão de avaliação do BIRD para os projetos de crédito Agrícola e Setorial Agrícola II;
- i) Em 03/10/1985 – Reunião final com a missão do BID para avaliar o Programa de Transmissão de Energia-Eletronorte/Cesp;
- j) Em 28/10/1985 – contato preliminar com a missão do BID encarregada de identificar o Programa de Telecomunicação Rural da Telebras.

Por essa amostra das atividades do mês de outubro de 1985, observa-se que as atividades de cooperação financeira internacional (captação de empréstimos e gestão de projetos) consumia uma parte substancial do trabalho da equipe técnica da Subin, ficando a cooperação técnica internacional em segundo plano. Essa inversão de pauta talvez tenha motivado o Itamaraty a articular-se para trazer de vez a cooperação técnica para sua alçada, e levado, em última análise, à extinção da Subin.

Uma testemunha ocular do processo de extinção da Subin, o seu secretário-adjunto, Diógenes Walter Oliveira, afirmou em entrevista que:

Sem necessariamente me aprofundar na evolução das questões institucionais da ocasião, talvez a liderança e centralização de inúmeras novas competências internacionais no âmbito da Seplan/Subin tenham levado os gestores superiores a decidirem pela extinção da Subin, desmembrando suas competências entre os Ministérios da Fazenda e Relações Exteriores, que na ocasião já desenvolvia estudos e consultas públicas para a criação de uma Agência autônoma de gestão centralizada da cooperação técnica internacional (Oliveira, Diógenes, entrevista por e-mail, abril de 2017).

O fato é que a intenção da cúpula do MRE de concentrar todo o processo de cooperação técnica aliada à inação da gestão da Seplan-PR em preservar suas competências nessa matéria levou à decisão presidencial de retirar do Planejamento a atribuição de gerir a cooperação técnica. Pelo Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987, a Subin foi extinta e suas competências foram repartidas da seguinte forma:

- 1) à Coordenadoria de Assuntos Internacionais (atual Sain) do Ministério da Fazenda (MF), a de manter, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, entendimentos com instituições financeiras externas para a concessão de prioridades, para a elaboração dos planos de aplicação de recursos, bem como para o acompanhamento da execução dos projetos de cooperação financeira com o país, e
- 2) ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), a prevista para a Subin, relacionada com a promoção de negociações bilaterais e multilaterais, para efeito de colaboração externa com o país, no tocante a comércio e a cooperação técnico-científica.

Após quase 20 anos de existência, quando de sua extinção, a Subin contava com 65 funcionários, formados ao longo de muitos anos e possuidores de qualificação e de uma experiência profissional insubstituível a curto prazo. Por isso, parte expressiva de seus recursos humanos migraram para atuar no novo órgão a ser criado no Itamaraty. Sua extinção abrupta deixou o Ministério do Planejamento desfalcado de uma importante estrutura dedicada à complexa agenda de relações internacionais, cuja lacuna tentou-se suprir com a criação de uma pequena “assessoria de assuntos internacionais”³⁹.

O próprio Lampreia explica como deixou a Subin pronta para ser extinta, uma vez que conseguiu “costurar” com o MRE a criação de uma área específica dentro do próprio Itamaraty para tocar a cooperação técnica. Assim se expressou Lampreia:

³⁹ Cf. Diretoria de Cooperação Técnica DCT 06/ETER, 24 de abril de 1987.

Eu inclusive voltei para o Itamaraty pouco depois. Porque, quando o Plano Cruzado fracassou, em 1986, o Sayad logo manifestou sua completa discordância com o Cruzado II, que o Funaro tinha convencido o Sarney a fazer. E logo, se não me engano, em março de 1987, o João se demitiu do governo, e aí eu voltei para o Itamaraty, primeiro para chefiar um Departamento de Cooperação Técnica, pois criamos lá uma Agência de Cooperação (a ABC) e, pouco depois, fui nomeado subsecretário para Assuntos Políticos, e aí fiz parte justamente na época da moratória e da mais completa desarrumação financeira internacional do Brasil. (Lampreia, CPDOC, p.103).

De fato, por meio do Decreto nº 94.973, de 16 de setembro de 1987, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao MRE, com autonomia financeira e a competência de:

- I. coletar e gerar, para o Fundo Especial de Cooperação Técnica (Funec), recursos líquidos ou em espécie no país ou no exterior;
- II. assumir obrigações de co-financiamento; e
- III. fornecer apoio financeiro direto a programas e atividades de cooperação.

O decreto também determinou que fosse mantido o pessoal originário da extinta Subin e vinculado a órgãos da administração pública federal direta e indireta, bem como fosse mantida a atual forma de remuneração, sendo-lhes assegurados os direitos e vantagens de que eram titulares, inclusive aqueles referentes ao uso de imóveis funcionais.

4

A criação e atuação da Seain desde 1987

O Ministério do Planejamento tem, desde sua origem, a incumbência de formular diretrizes, planejar e coordenar políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas de financiamento. Desde 1987, a Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) tem sido a unidade do MP que executa tais atribuições.

4.1 Antecedentes

A Seain foi criada como Assessoria de Assuntos Internacionais pelo artigo 8º do Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987, durante a gestão do Ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, o mesmo decreto que extinguiu a antiga Subin, cujas competências relacionadas com as negociações bilaterais e multilaterais, para efeito de cooperação técnica e científica externa com o país, foram transferidas, respectivamente, para o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Fazenda.⁴⁰

Inicialmente, a Seain funcionou como uma mera assessoria internacional para o Ministro do Planejamento e instância de prestação de contas da antiga Subin. Dada a inadequação da assessoria de assuntos internacionais, o então Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, defendeu junto ao Presidente da República, por meio da exposição de motivos nº 417, de 08 de setembro de 1987, a criação de uma Secretaria de Assuntos Internacionais em substituição à

⁴⁰ O artigo 9º do Decreto nº 94.159/87 previa um prazo de 90 dias para a Seplan-PR providenciar a elaboração do regimento interno da nova assessoria de assuntos internacionais (Seain).

assessoria. Para o Ministro, a Secretaria de Assuntos Internacionais atuaria no sentido de promover, em articulação com os Ministérios da Fazenda e de Relações Exteriores, entendimentos com organismos internacionais, em matéria de competência da Seplan-PR.

Pelo Decreto nº 94.889, de 17 de setembro de 1987, a Assessoria de Assuntos Internacionais (criada pelo Decreto nº 94.159/87) foi convertida em Secretaria de Assuntos Internacionais.⁴¹

As razões para a criação de uma secretaria estavam associadas à natureza do trabalho de coordenação que a Seplan-PR passaria a desenvolver, em atendimento ao Decreto nº 94.159/87, e que acabaria sendo obstruído à conta de desníveis hierárquicos dos seus órgãos assemelhados em relação aos dos ministérios com os quais deveria relacionar-se com vistas ao planejamento global da economia.

4.2 A gestão de Roberto Henri Guitton (19/09/1987 a 28/01/1988)

O primeiro titular designado para a Seain foi o servidor do Banco Central do Brasil Roberto Henri Guitton (nomeado em 19/09/1987 e exonerado em 28/01/1988), o qual tinha sido coordenador de cooperação econômica e financeira internacional na extinta Subin.⁴²

Apesar de sua rápida passagem pela Seain (131 dias), Henri Guitton foi importante por buscar estruturar a nova secretaria e também por sua atuação em questões conjunturais da dívida externa brasileira numa fase em que vigia a moratória parcial. Essa atuação ficou registrada na grande imprensa da época:

⁴¹ De fato, pela Portaria do Ministro do Planejamento nº 08, de 08 de maio de 1987, foi delegada competência aos servidores Roberto Henri Guitton e Afreimar Moraes de Queiroz para movimentar os saldos das contas bancárias provenientes das despesas empenhadas e não pagas até 31 de março de 1987 pela extinta Subin.

⁴² Conforme o Diário Oficial da União, Seção II, página 5.092, de 21/09/1987, na nomeação de Roberto Guitton, a função de secretário para assuntos internacionais era de código LT-101.4, o que aparentemente pode ter sido um equívoco, uma vez que à época o código do cargo de secretário já era de LT-101.5. Atualmente o cargo de secretário tem código LT-101.6.

Embora divulgada pelo novo Secretário de Assuntos Internacionais da Secretaria do Planejamento [e Coordenação da Presidência da República, Roberto Henri Guitton, o projeto de estabelecer uma alternativa de longo prazo para a conversão da dívida externa em investimentos, através de contratos futuros vinculados às exportações, tem outro autor. Trata-se do economista Antônio Guimarães Bacellar, originário do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e hoje na assessoria especial do ministro Aníbal Teixeira. Depois de aprovada por Fernão Bracher, assessor especial para dívida externa do Ministério da Fazenda, Guitton encampou a idéia.⁴³

A estrutura básica da Seain foi submetida por Guitton ao então Secretário-Geral da Seplan-PR, Mikhal Gartenkraut, pelo Memo Seain/nº 73, de 03/12/1987. Por essa estrutura, competia à Secretaria para Assuntos Internacionais da Seplan-PR:

receber, para fins de compatibilização com as metas e prioridades definidas pelos planos de governo, os programas e projetos destinados a colaborar, em complemento da poupança nacional, com o esforço de desenvolvimento econômico brasileiro;

- a) promover, em articulação com os Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, os entendimentos com as demais instituições e/ou organismos internacionais e/ou nacionais, para elaboração dos respectivos programas anuais e plurianuais de colaboração financeira e econômica com o país;
- b) participar, no âmbito de competência da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, das negociações bilaterais e multilaterais, para efeito de colaboração externa com o país, principalmente no tocante a comércio, financiamento e cooperação técnico-científica;

⁴³ Cf. Jornal do Brasil, 1º Caderno, Informe Econômico, pág. 13, sábado, 26/09/1987, disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1987_00171.pdf>.

- c) participar, tendo em vista a necessidade do planejamento macroeconômico, da formulação da posição brasileira junto aos foros internacionais de comércio exterior, bem como nos nacionais, cujas decisões tenham reflexos na postura internacional do país.

No entanto, com a posse do ministro João Batista de Abreu na Seplan-PR (em janeiro de 1988), a Seain viria a ter reforçadas suas atribuições. Em 05/02/1988, o experiente diplomata Clodoaldo Hugueney, então chefe da divisão de Política Comercial do MRE, foi nomeado para dirigir a Seain com a incumbência de organizar a assessoria para converter-se em uma verdadeira secretaria e assumir a gestão da cooperação financeira internacional (captação de recursos externos), que havia migrado para o Ministério da Fazenda em março do ano anterior.

4.3 A gestão de Clodoaldo Hugueney (05/02/1988 a 16/05/1991)

A nomeação de Clodoaldo Hugueney para o cargo de Secretário da Seain ficou registrada, além de no Diário Oficial da União, na coluna da jornalista Miriam Leitão no Jornal do Brasil (1^o Caderno, página 13), no dia 12/02/1988, com o seguinte teor:

Right man: O diplomata Clodoaldo Hugueney foi escolhido pelo ministro João Batista de Abreu coordenador internacional da Seplan. Hugueney, que na carreira diplomática é ministro, tem se dedicado desde os tempos em que era secretário à área de política comercial no Itamaraty. É um dos especialistas da diplomacia brasileira em negociações multilaterais de comércio.

No início da gestão de Hugueney (que durou 1.196 dias), a Seain era um reflexo da desestruturação operada na antiga Subin. Por isso, um grande esforço foi despendido naquele momento no sentido

da instalação de toda uma secretaria, da reaglutinação do pessoal técnico e administrativo e da montagem de uma nova estrutura e regimento interno para sua organização e operação.⁴⁴ Hugueneu começou então a compor sua equipe técnica recrutando servidores públicos que haviam atuado na antiga Subin e atraindo acadêmicos da Universidade de Brasília (UnB) e novos talentos recém pós-graduados. A retomada da gestão da cooperação financeira internacional era uma das prioridades da Seplan-PR na gestão do Ministro João Batista de Abreu.⁴⁵

Em 30/05/1988, o Secretário Clodaldo Hugueneu dava posse a sua equipe:

Tabela 4.1 – Equipe da Seain, 30/06/1988

Cargos	Titulares
Coordenadoria de Assessoramento Econômico (CAE)	Fernando Antonio de Moraes Rêgo Caldas
Coordenadoria de Acompanhamento de Projetos (CAP)	Carlos Alberto Ribeiro da Silva
Coordenadoria de Assessoramento Técnico e Apoio Financeiro (CAT)	Afreimar Queiroz de Queiroz
Seção de Documentação e Arquivo (SDA)	Lucia Regina Pontes Lemos
Seção de Apoio Administrativo (SAD)	Eder Otaviano Dantas Meira

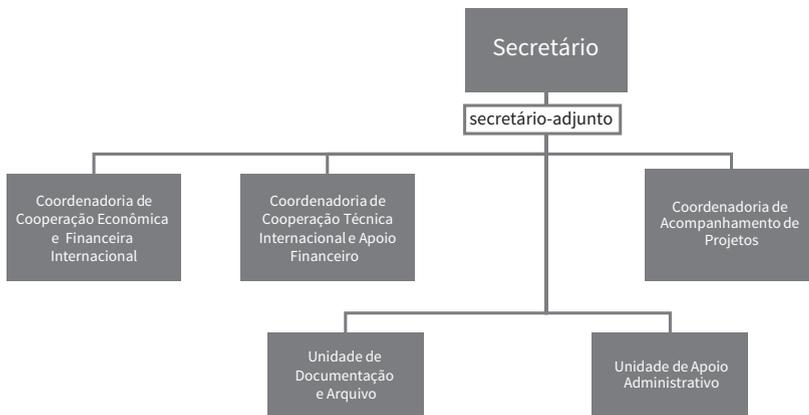
Fonte: MP/Seain; elaboração: MP/Seain.

No entanto, tendo em vista a ampliação do escopo e do *status* da Seain, a singela estrutura inicial foi reformulada. Por isso, o Secretário Hugueneu negociou com a Secretaria-Geral do MP uma nova estrutura e reforço de funções de confiança. Como resultado, através da Portaria nº 205, de 3 de outubro de 1988, o Ministro do Planejamento aprovou o Regimento Interno da Seplan, que, em seus artigos 29 e 30, definiu a nova competência e a estrutura da Seain.

⁴⁴ Cf. Relatório de Atividades da Seain, 1988-1989, fevereiro de 1990.

⁴⁵ Entre os acadêmicos recrutados por Hugueneu para a Seain, podem-se mencionar os professores doutores da UnB Ricardo Roberto de Araújo Lima (nomeado secretário-adjunto em 27/01/1989) e Lívio William Reis de Carvalho (nomeado Coordenador-Geral na Seain em maio de 1990).

Figura 4.1 – Secretaria de Assuntos Internacionais - organograma – dezembro/1987



Fonte: MP/Seain.

Segundo o art. 29, à Secretaria de Assuntos Internacionais compete tratar de assuntos de interesse da Seplan-PR, pertinentes às relações com o exterior, especialmente no que se refere a entendimentos para obtenção de recursos externos de organismos multilaterais destinados a programas e projetos de desenvolvimento.

Pelo art. 30, a Secretaria de Assuntos Internacionais passou a ter a seguinte estrutura:

Tabela 4.2 – Estrutura funcional da Seain - julho de 1988

I - Subsecretaria de Financiamentos Externos

1.1.Coordenadoria de Planejamento

1.2.Coordenadoria de Programas Setoriais

1.3.Coordenadoria de Projetos

II - Subsecretaria de Assuntos Econômico e Comerciais

2.1.Coordenadoria de Cooperação Técnica recebida do Exterior

2.1.Coordenadoria de Assuntos Econômicos e Comerciais

2.2.Coordenadoria de Cooperação Técnica

2.3.Coordenadoria de Estudos e Projetos Especiais

III. Subsecretaria de Acompanhamento e Avaliação

3.1 – Coordenadoria de Acompanhamento

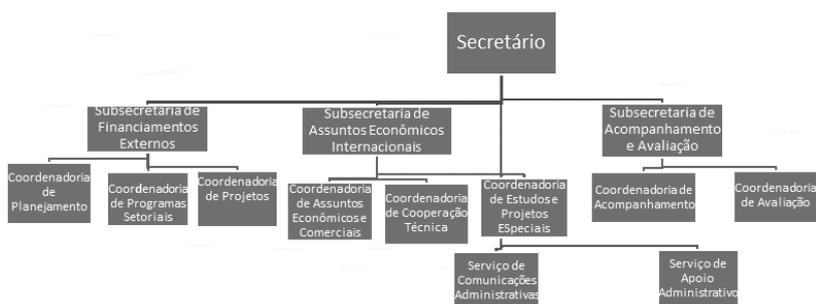
3.2 – Coordenadoria de Avaliação

IV. Serviço de Comunicações Administrativas

V. Serviço de Apoio Administrativo

Fonte: MP/Seian; elaboração: MP/Seain.

Figura 4.2 – Secretaria de Assuntos Internacionais - organograma – julho/1988



Fonte: MP/Seain.

Conforme consta do Relatório de Atividades da Seain, 1988-1989, a Seain implantou a estrutura representada na Tabela 4.2 e designou os ocupantes para os cargos, inclusive três assessores especiais (secretários-adjuntos) ao secretário titular. Para tanto, submeteu a minuta de Regimento Interno da Secretaria à Subsecretaria de Modernização Administrativa (SMA) da Secretaria de Administração Geral da Seplan-PR. Seguindo recomendação da SMA, a Seain ajustou a estrutura proposta, a qual ficou da seguinte forma (Tabela 4.3):

Tabela 4.3 - Estrutura funcional proposta para a SEAIN - 1989

I - Subsecretaria de Financiamentos Externos

1.1.Coordenadoria de Negociação

1.2.Coordenadoria de Acompanhamento

1.3.Coordenadoria de Projetos

II - Subsecretaria de Assuntos Internacionais

2.1.Coordenadoria de Assuntos Econômicos e Comerciais

2.2.Coordenadoria de Cooperação Técnica

2.3.Coordenadoria de Estudos e Projetos Especiais

III. Subsecretaria de Avaliação e Análise Financeira

3.1 – Coordenadoria de Avaliação

3.2 – Coordenadoria de Análise Financeira

IV. Coordenadoria de Gerenciamento de Informações

V. Serviço de Comunicações Administrativas

VI. Serviço de Apoio Administrativo

Fonte: MP/Seain; elaboração: MP/Seain.

Após delongas, a proposta da nova estrutura e respectivo regimento interno foram aprovados pelo Ministro João Batista de Abreu por meio da Portaria nº 40-GAB, de 22 de fevereiro de 1990.

Para conter o esvaziamento da Seplan-PR no plano da cooperação financeira internacional, por sugestão de Hugueneu, o Ministro João Batista de Abreu negociou com o Ministério da Fazenda a devolução de parte das atribuições da antiga Subin. Assim, por meio do Decreto nº 96.914, de 3 de outubro de 1988, foram transferidas à Seain as atribuições afetas ao relacionamento com organismos financeiros multilaterais, em especial a identificação, negociação e acompanhamento de projetos e empréstimos setoriais contratados junto ao Banco Mundial e ao BID.

Em decorrência do disposto no referido decreto, no início de 1989 o Ministério da Fazenda e a Seplan-PR colocaram-se de acordo na decisão de criar dois órgãos colegiados para tratar da análise e aprovação de pedidos de operações de crédito externo pelos entes do setor público: i) Comissão de Créditos Externos (Cocex), com a atribuição de assessorar o Ministro da Fazenda no que diz respeito à identificação de projetos financiados através de empréstimos externos concedidos por organismos oficiais de crédito (Portaria Interministerial nº 249, de 14 de fevereiro de 1989); e ii) a Comissão

de Financiamentos Externos (Cofix), com atribuição de assessorar o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República no que diz respeito à identificação de projetos de empréstimos, passíveis de financiamento pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Portaria Interministerial nº 250, de 14 de fevereiro de 1989). A propósito, cabe ressaltar que a criação da Cofix pela Portaria Interministerial nº 250/89 resultou do esforço de persuasão da equipe da Seain no sentido de a Seplan-PR poder organizar o processo de seleção de projetos e empréstimos setoriais do Governo Federal junto aos bancos multilaterais.

Pesou decisivamente na decisão de fazer retornar à Seplan-PR a negociação com os bancos multilaterais o argumento de que tal relacionamento deveria orientar-se por prioridades internas de médio e longo prazo e menos por uma ótica de balanço de pagamentos, e que era necessário um grande esforço de coordenação interna para reorientar tais relações. A reestruturação da área internacional da Seplan-PR foi, sem dúvida, uma contribuição importante da gestão do Secretário Clodoaldo Hugueney.

Ambas as comissões (Cocex e Cofix) tinham praticamente a mesma composição e havia uma clara especialização entre Fazenda e Planejamento quanto à identificação, respectivamente, de projetos financiados através de empréstimos externos concedidos por organismos oficiais de crédito (a cooperação financeira bilateral) e por organismos de desenvolvimento (cooperação financeira multilateral).

4.3.1 Realizações da gestão Clodoaldo Hugueney

Durante o ano de 1988, a Seain, mesmo em sua fase de organização realizou uma série de ações, a saber:

- criação de um banco de dados sobre a economia internacional (Projeto Indicadores em conjunto com IBGE e apoio do Ipea);

- representação em órgãos colegiados (Comissão de Política Aduaneira, Junta do Trigo e Conselho Nacional da Borracha);
- contribuição para elaborar a posição brasileira e formulação de políticas setoriais em organismos internacionais (a exemplo de: Organização Internacional do Cacau, Cepal, SGP, Ilpes etc.); e
- acompanhamento de projetos do BIRD e BID (elaboração do cadastro de empréstimos externos).

Apesar de a gestão da carteira de créditos externos de organismos continuar a ser realizada pelo Ministério da Fazenda desde a extinção da Subin, Hugueneu montou um grupo de trabalho na Seain voltado para estudar o relacionamento do Brasil com os bancos multilaterais. Esse grupo foi o embrião a partir do qual surgiu a proposta de criação da Cofiex.

Durante o exercício de 1989, a Seain pôs em andamento um plano de trabalho apresentado no início do ano, com as seguintes principais realizações:

- Diagnóstico das relações do Brasil com o BIRD e BID – no qual propôs um conjunto de medidas visando à melhoria substancial no relacionamento entre o Brasil e os dois bancos multilaterais. O estudo também sugeriu que tal relacionamento deveria ser considerado não só à luz do ajuste fiscal, mas também da correção de desequilíbrio no fluxo líquido de recursos com os dois organismos, que havia se tornado negativo nos anos anteriores.
- Instalação da Cofiex – definição e aprovação da estrutura e regimento da comissão e elaboração do modelo de carta-consulta para apresentação de projetos a serem submetidos à Cofiex.
- Organização da sistemática de planejamento – o planejamento das ações da secretaria no relacionamento com os organismos internacionais passou a ter como requisitos: i) conhecimento e acompanhamento das políticas de tais organismos pela

análise de seus “position papers”; ii) análise regular dos estudos produzidos pelos organismos sobre a economia brasileira; iii) desenvolvimento de vínculos institucionais e de cooperação com os organismos; e iv) o acompanhamento das negociações de empréstimos setoriais junto aos organismos.

- Aprimoramento do processo de contratação com ênfase na negociação com os organismos financeiros internacionais.
- Organização da função de acompanhamento de projetos, com maior controle das missões de supervisão dos organismos e análise dos desembolsos e condições de efetividade dos empréstimos externos.
- Fortalecimento do sistema de avaliação dos projetos financiados com recurso externos.
- Análise financeira das condições dos empréstimos externos.
- Estudos sobre economia internacional e criação do Boletim de Conjuntura.
- Participação em diálogos com organismos internacionais, como GATT (Rodada Uruguai), Aladi, Programa de Integração com a Argentina.
- Cooperação técnica (projetos financiados pelo fundo fiduciário de progresso social (FFPs) do BID.
- Estudos e projetos especiais.
- Missões ao exterior – ao longo de 1988-1989, Hugueneu realizou várias viagens de serviço no cumprimento de representação da Seplan-PR, a exemplo de:
 - 17/03/1988 – afastamento para participar da 29ª Reunião de Governadores do BID em Caracas, Venezuela;
 - 04/04/1988 – afastamento para acompanhar o Ministro João Batista Abreu na Reunião Ministerial do Comitê negociador do SGPC em Belgrado, Iugoslávia;
 - 05/12/1988 – afastamento para representar a Seplan-PR nas reuniões junto ao BIRD e o BID, com vistas a negociações de programas de empréstimos;

- 16/03/1989 – afastamento para participar da 30ª Reunião de Governadores do BID em Amsterdã, Países Baixos;
- 27/04/1989 – afastamento para acompanhar o Ministro João Batista Abreu na VII Conferência de Ministros e Chefes de Planejamento da América Latina e Caribe em Montevidéu, Uruguai;
- 09/08/1989 – afastamento para participar de reunião de trabalho na Argentina;
- 07/11/1989 – afastamento para participar de missão no exterior;
- 28/11/1989 – afastamento para acompanhar o secretário-geral da Seplan, Michau Gartenkraut (1947-+2013), ao exterior.

4.3.2 A extinção temporária da Seain e criação do Deain

A Seain estava, portanto, bem estruturada para desempenhar suas funções e a criação e instalação da Cofiex representou um passo importante na gestão de uma melhor carteira de projetos para a negociação de empréstimos com os organismos multilaterais de financiamento.

No entanto, com a mudança de governo, em 15/03/1990, o governo do Presidente Fernando Collor de Mello baixou a Medida Provisória nº 150, que reformulou a organização da Presidência da República e dos ministérios. A Seplan-PR foi extinta e incorporada no formato de uma secretaria nacional ao novo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP). Essa mudança institucional converteu a Seain no Departamento de Assuntos Internacionais (Deain), que persistiu, com a mesma estrutura.

No entanto, mesmo com a mudança de governo e de estrutura no órgão de Planejamento, Clodoaldo Hugueney foi mantido no cargo. Sua nomeação para o cargo de diretor do Deain (DAS 101.5) foi publicada no D.O.U de 28/03/1990, sendo simultaneamente exonerado de idêntica função de secretário da Seain.

O programa de trabalho do Deain integrava funções tanto da Seain da Seplan-PR quanto da Sain do Ministério da Fazenda. No entanto, logo em 1990, a política macroeconômica em vigor acarretou dificuldades para atuação do Deain nos contextos interno e externo. Essa combinação de cenários desfavoráveis criou restrições à atuação do Deain e à implementação de sua agenda de trabalho.

De todo modo, o Deain deu um passo importante ao reinstalar a Cofix (modificada pelo Decreto nº 99.241, de 7 de maio de 1990). No ano de 1990, a comissão apreciou 64 projetos candidatos a empréstimos de fontes multilaterais, dos quais 25 foram ratificados pelo governo. Conforme relatório do Deain relativo a 1990, naquele ano o valor dos projetos em preparação alcançou a marca de US\$1.347,9 milhões; foram negociados projetos no valor de US\$ 2.083,8 milhões; e acompanhada a contratação de US\$ 1.357,0 milhões em operações de crédito. No tocante a fontes bilaterais, a Cofix aprovou 35 projetos no montante de US\$ 2,5 bilhões⁴⁶.

Durante toda a gestão de Hugueneu na Seain foram realizadas nove reuniões da Cofix (a primeira em maio de 1990 e a última em abril de 1991) e emitidas 68 recomendações, tendo Hugueneu como secretário-executivo e o secretário-executivo do ministério como presidente da comissão, no caso Marcos Giannetti da Fonseca.

Ao longo de 1990-1991, Hugueneu realizou várias viagens de serviço no cumprimento de representação do MEFP, a exemplo de:

- 30/04/1990, afastamento para participar da Reunião do BIRD e FMI em Washington, EUA;
- 16/02/1991, afastamento para reunião do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) em Roma, Itália;
- 13/03/1991, afastamento para participar da II Reunião Tripartite Brasil/CEE/BIRD em Bruxelas, Bélgica;

⁴⁶ Cf. DEAIN: Relatório de Atividades de 1990. Setor de Documentação da Seain.

- 26/03/1991, afastamento para acompanhar a então Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP), Zélia Cardoso de Mello, à 32ª Reunião de Governadores do BID em Nagoya no Japão.

A recriação, em 16/10/1992, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República com *status* de ministério (pela Lei nº 8.490), levou à extinção do Deain e à restauração da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain).

4.4 A gestão de José Artur Denot Medeiros (03/06/1991 – 09/06/1993)

Com a saída de Clodoaldo Hugueneu do Deain, para ocupar o cargo de Chefe do Departamento Econômico do MRE (nomeação no D.O.U de 31/07/1991), ele foi sucedido pelo também diplomata José Artur Denot Medeiros, que antes exercia o cargo de Diretor do Decex (atual Secex) na Secretaria Nacional de Economia do MEFP.

Na gestão Denot Medeiros (737 dias), em junho de 1992, a Seain esteve representada, nos trabalhos da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (chamada Rio 92 ou ECO 92), da qual resultou a criação da Agenda 21 e da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Durante a gestão Denot Medeiros, a Seain foi muito ativa na Secretaria-Executiva da Cofiex, começando com a reunião de 05/06/1991 e a última em 02/06/1993, num total de 18 reuniões em que foram emitidas 157 recomendações versando sobre aprovação para a preparação de projetos de entes do setor público candidatos a financiamentos externos, formação de grupos de trabalho ad-hoc e outras providências. Além de Denot Medeiros como secretário-executivo da Cofiex, assinaram as recomendações diversos presidentes (secretários-executivos do ministério), a saber: Pedro Parente (junho/1991 até agosto de 1992) e Antônio Rocha Magalhaes (de dezembro/1992 até junho/1993).

Dentre os projetos que tiveram aprovação na referida gestão, destaca-se o que foi objeto da Resolução nº 163, de 11 de junho de 1992, referente ao megaempréstimo de US\$ 750 milhões do BID ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para implementar o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), que foi um marco para o fomento do turismo na região.

Em 19/11/1992, foi publicada a Lei nº 8.490/92, que extinguiu o Ministério da Fazenda e Planejamento (MEFP) e recriou os Ministérios da Fazenda e do Planejamento (este como Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República), ocasião em que foi então restabelecida a denominação Seain para o extinto Deain, assim como o cargo de secretário em vez de diretor. Em 26 de novembro, o Decreto nº 688 altera a composição da Cofix, moldando-a à recriação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

4.5 A gestão de Mauro Marcondes Rodrigues (09/06/1993 – 30/05/1994)

Esse foi um período conjuntural complexo em função da adoção do então novo plano de estabilização (fevereiro de 1994), que introduziu, por meio da MP nº 434/94 (Lei nº 8.800/94), um indexador (a Unidade Real de Valor ou URV), que precedeu o lançamento da nova moeda, o real, ancorada no dólar. A URV surge com a função de fazer a transição para uma moeda sem inflação, o real.

Na gestão Mauro Marcondes (355 dias), a Cofix reuniu-se oito vezes e aprovou 44 recomendações, tendo como presidente o então Secretário-Executivo do Ministério, Raul Belens Jungmann Pinto.

A deterioração quase generalizada das finanças públicas estaduais limitou a capacidade dos estados e municípios de contratar operações de crédito e levou o Governo Federal a sancionar a Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, que estabeleceu diretrizes para

a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.⁴⁷ Diante desse quadro difícil, a Cofix ficou fechada para aprovação de novas operações de crédito de junho de 1994 até maio de 1995.

A razão para a saída de Mauro Marcondes da chefia da Seain se deveu ao convite para assumir o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro. O então Secretário-Adjunto José Augusto Varanda assumiu interinamente até a posse do novo titular escolhido pelo Ministro do Planejamento Beni Veras.

4.6 A gestão Jorge Marques Leandro (13/06/1994 – 01/01/1995)

Diante do fechamento da Cofix, a curta gestão Jorge Marques Leandro (202 dias) dedicou-se a gerir a carteira de operações de empréstimos externos buscando aprimorar o acompanhamento na execução de projetos pelos mutuários e discutir com os organismos multilaterais e bilaterais de financiamento alternativas para a retomada das operações. Com a checagem feita, foi possível cancelar mais de uma dezena de projetos, em um valor total de muitos milhões de dólares, o que só pôde ser feito com a aprovação do então Ministro do Planejamento (Beni Veras) e do então Ministro da Fazenda.

Em dezembro de 1994, estoura a crise financeira no México, causando forte desvalorização do peso e afetando a economia mundial. O Banco Central do Brasil eleva a taxa de juros. Nesse contexto, é feita, em

⁴⁷ A aprovação da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, permitiu o refinanciamento, por 20 anos, pelo Tesouro Nacional, dos saldos devedores dos governos estaduais existentes em 30 de junho de 1993, inclusive das parcelas vencidas, de todas as operações de crédito interno contratadas, até 30/09/91, junto a instituições financeiras federais, e estabeleceu limites de comprometimento das receitas com o pagamento das prestações mensais do refinanciamento. O acordo de renegociação significou o alongamento do perfil do endividamento e a possibilidade de retomada dos pagamentos das obrigações estaduais suspensas desde o Governo Collor. Entretanto, a solução do problema da dívida foi parcial e cobriu apenas as operações contratadas com as instituições federais, deixando fora as dívidas com as instituições financeiras privadas, bem como as operações de ARO e a dívida pública mobiliária. Para mais detalhe, ver Lopreato (2000, p.18-25).

âmbito da Seain, a transição para o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que seria empossado na virada do ano.

4.7 A gestão de Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos (04/04/1995 – 02/04/1998)

O Presidente FHC dá posse a José Serra como Ministro do Planejamento. Com a exoneração de Marques Leandro, o cargo de Secretário da Seain ficará vago por quatro meses, sendo ocupado interinamente pelo secretário-adjunto. Nesse período, foram transferidas, da Seain, do Ministério do Planejamento, para a Sain, do Ministério da Fazenda, as atribuições relacionadas à supervisão do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), permanecendo a supervisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a Seain.⁴⁸

Após o longo interinato, assume o cargo de Secretário da Seain o diplomata Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos. Com o restabelecimento da credibilidade externa com a conclusão da renegociação da dívida externa e o equacionamento da crise da dívida dos estados, a Cofix foi reaberta em 16/05/1995, ocasião em que foram publicadas sete recomendações, sendo três referentes à aprovação e preparação de projetos de crédito externo para estados do Nordeste com boa situação fiscal.

No entanto, o repique da crise fiscal dos estados deu espaço político ao Governo Federal. O Plano Real viabilizou mudanças na política de controle do endividamento de anos anteriores. A nova orientação surgiu quando a equipe econômica defendeu a venda de empresas estaduais para viabilizar a revisão dos acordos de rolagem das dívidas firmados com base na Lei nº 8.728/93 e o saneamento dos bancos estaduais. Ganhou corpo com a promulgação do Programa de Ajuste Fiscal e Reestruturação Financeira dos Estados (PAF), consubstanciado

⁴⁸ A explicação para essa migração da supervisão do Banco Mundial do Planejamento para a Fazenda deve-se à iniciativa do então Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, o qual havia sido diretor-executivo do Brasil na instituição de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993.

no Voto CMN nº 162, de 05/12/95, voltado ao refinanciamento das dívidas estaduais.

Em 15/01/1996, o Decreto nº 1.792 alterou as competências e a estrutura organizacional da Seain, que passou a formular diretrizes, planejar e coordenar as políticas e ações para negociação e captação de recursos financeiros-externos junto a organismos multilaterais, instituições financeiras e governos estrangeiros, destinados a programas e projetos do setor público; participar da elaboração da proposta orçamentária da União e acompanhar a execução financeira dos recursos previstos; acompanhar a preparação e a execução, pelos órgãos responsáveis, dos programas e projetos; avaliar o impacto desses programas e projetos e recomendar medidas para atingir o desempenho esperado da carteira de projetos; subsidiar a elaboração dos planos plurianuais e do projeto de lei de diretrizes orçamentárias; assegurar o cumprimento das recomendações da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) no processo de negociação de projetos candidatos a financiamentos externos por ela aprovados; acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes globais dos organismos financeiros multilaterais e participar, no âmbito de competência do ministério, da formulação da posição brasileira junto a esses organismos; e, finalmente, planejar e acompanhar a política de avaliação, negociação e recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

Com a saída de José Serra, em 31/05/1996, assume como ministro Antônio Kandir, o qual confirma Roberto Jaguaribe no cargo.

Na gestão Roberto Jaguaribe (1.096 dias), em que pese o maior controle do endividamento dos estados pelos acordos de ajuste fiscal com a União, a Cofix reuniu-se ao todo 17 vezes, tendo aprovado 184 recomendações diversas, e sob a presidência dos seguintes secretários-executivos do Ministério: Andrea Sandro Calabi (de maio/1995 até julho/96) e Martus Tavares (outubro/1996 até março/1998).

No entanto, a situação fiscal e financeira de diversos estados voltou a se deteriorar, o que provocou novamente uma redução no número e valor das operações de crédito de projetos recomendados pela comissão.

Em 30/05/1998, o Ministro Antônio Kandir deixou o cargo, tendo sido substituído por Paulo Paiva. Diante disso, Roberto Jaguaribe pede exoneração. O então Secretário-Adjunto da Seain, Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, assume a função.

4.8 A gestão de Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira (02/04/1998 – 13/05/1999)

Na gestão Daniel de Oliveira (406 dias), a renegociação das dívidas dos estados e os acordos de ajuste fiscal (PAF) restabelecem pouco a pouco a capacidade dos entes federados de contratar operações de crédito externo. Na sua gestão, a Cofix reuniu-se nove vezes e emitiu 28 recomendações, muitas das quais aprovando a preparação de projetos para financiamento externo. Todas as reuniões da comissão foram presididas pelo então Secretário-Executivo do Ministério, Martus Tavares.

Na virada do ano, tem início o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O novo mandato começa numa situação de crise cambial. Em 15 de janeiro, a ampliação da banda cambial adotada pelo Banco Central gera forte desvalorização da moeda nacional (40%), dando início ao regime de livre flutuação do câmbio.

Sob o impacto da crise financeira externa e da instabilidade cambial, o governo volta a renegociar apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI). No dia 30 de março, o ministro Paulo Paiva pede exoneração. No dia 06 de abril, assume o Ministério do Planejamento o economista Pedro Pullen Parente. Em três de maio, Daniel de Oliveira deixa o cargo de Secretário da Seain. O então Secretário-Adjunto Antonio Augusto Rodrigues assume interinamente.

4.9 A gestão de Mário Vilalva (02/07/1999 – 01/09/2000)

Após três meses, assumiu o diplomata Mário Vilalva (427 dias), o qual já veio a participar como secretário-executivo da reunião da Cofix de 12/07/1999. No entanto, poucos dias depois (18 de julho), Pedro Parente deixava o Ministério do Planejamento para assumir a Casa Civil da Presidência da República, tendo sido substituído pelo então secretário-executivo da pasta, Martus Tavares, o qual confirmou Mário Vilalva no cargo de Secretário da Seain.

Na gestão de Mário Vilalva, foi discutida com os demais membros a reformulação da comissão para adequá-la aos novos tempos após a bem-sucedida renegociação das dívidas dos estados e à edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Dessa discussão resultou publicado, em 12/06/2000, o Decreto nº 3.502, que revogou o Decreto nº 688/92 e reorganizou a Cofix. A grande inovação, além de mudanças na composição dos órgãos com assento na comissão, foi a criação do Grupo Técnico (GTEC), composto por representantes dos respectivos membros titulares da Cofix, com a finalidade de assessorar a comissão no desempenho de suas funções.

Durante a gestão Mário Vilalva, a Cofix se reuniu nove vezes e emitiu 26 recomendações, tendo as reuniões da comissão sido presididas pelo Secretário-Executivo do Ministério, Guilherme Dias Gomes. A captação de recursos externos para financiamento de projetos de investimento na gestão em apreço foi afetada pelas restrições impostas pelo ajuste fiscal, notadamente no que tange aos limites orçamentários relativos ao ingresso de recursos e à alocação de contrapartidas pelos governos subnacionais, bem como ao rigor redobrado na análise da capacidade de pagamento (atribuição da Secretaria do Tesouro Nacional) e endividamento de estados e municípios (Resolução nº 78/98 do Senado Federal), e

pelas restrições da recém-editada Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).⁴⁹

Em função de ser convocado para exercer a função de Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial do MRE, Mário Vilava pediu exoneração da Seain no final de agosto de 2000, sendo substituído pela então Secretária-Adjunta da Seain Patrícia Goés Bakaj até a chegada de seu sucessor, o também diplomata Dante Coelho.

4.10 A gestão de Dante Coelho de Sousa Lima (20/10/2000 – 03/07/2003)

No início da gestão de Dante Coelho Lima (986 dias), a Medida Provisória nº 1980-25, de 23 de novembro 2000, determinou a transferência para a União da responsabilidade pela integralização de cotas e ações de organismos financeiros internacionais de que o Brasil participava.⁵⁰ Dessa forma, foi celebrado, em 22/12/1999, contrato entre a União e o Banco Central do Brasil (BCB) transferindo para a primeira as quotas de capital daqueles organismos. Conforme os entendimentos então mantidos, o BCB formalizou a transferência para o Ministério do Planejamento da responsabilidade pelas relações institucionais com os organismos.

De fato, pelo Ofício nº 3.567, de 07/12/2000, o BCB informava oficialmente que, com a cessão do servidor Benvindo Belluco de seus quadros para o MP, ao assumir o cargo de coordenador-geral de política e avaliação de organismos na Seain, o banco formalizava a transferência, a partir de 02/01/2001, das atribuições referentes ao relacionamento institucional com os organismos financeiros internacionais que ainda constituíam responsabilidade do BCB.

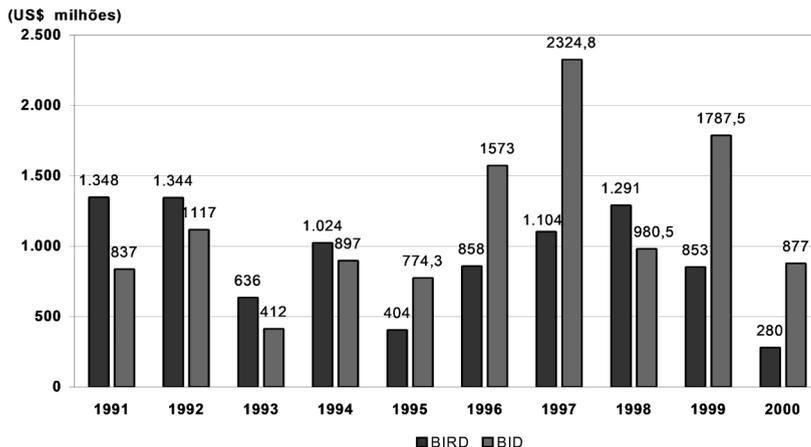
⁴⁹ Cf. Relatório de Gestão da Seain referente ao ano de 2000.

⁵⁰ No caso, tratava-se dos seguintes organismos: Grupo Banco Mundial, Grupo BID, Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS) continuavam sob a responsabilidade do BCB.

Com a assunção pelo MP das novas responsabilidades com os organismos internacionais, a atuação da Seain ganhou nova dimensão no enlace com as diretorias alternas do Brasil nos organismos multilaterais de desenvolvimento, passando a participar de forma muito mais efetiva e presente da supervisão sobre a governança dos organismos internacionais.

Com relação à Cofix, na gestão Dante Coelho (32 meses), a Comissão reuniu-se 29 vezes e emitiu 116 recomendações, sendo a primeira em outubro/2000 e a última reunião se realizando em 10/06/2003. Presidiram tais reuniões os seguintes secretários-executivos do ministério: Guilherme Dias (de outubro/2000 a março/2002), Simão Cirineu Dias (de maio/2002 a janeiro/2003) e Nelson Machado (de fevereiro/2003 a junho/2003).

Figura 4.3 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Ge



Fonte: Seain.

Conforme consolidado pela Seain para o ano 2000, a Figura 4.3 sintetiza os valores anuais dos empréstimos contratados de 1991 a 2000 pelo setor público brasileiro junto ao Banco Mundial (BIRD) e ao BID, que eram as mais importantes fontes de recursos entre os

organismos multilaterais de desenvolvimento. Com destaque para o BID em 1997 (US\$ 2,3 bilhões) e 1999 (US\$ 1,7 bilhão).⁵¹

Em 03/04/2002, Martus Tavares deixou o cargo de Ministro do Planejamento para representar o Brasil na Diretoria Executiva do BID. Foi substituído pelo até então Secretário-Executivo Guilherme Dias, o qual confirmou a manutenção de Dante Coelho Lima no cargo de Secretário da Seain.

No dia 01/01/2003, foi empossado o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Guido Mantega assume o Ministério do Planejamento. Dante Coelho foi mantido no cargo até ulterior deliberação. No entanto, no início de julho do mesmo ano, Dante Coelho de Sousa Lima pede exoneração do cargo de secretário da Seain. Assume em seu lugar o economista Demian Fiocca, rompendo, assim, com a tradição de escolher diplomatas para dirigir a Seain.

4.11 A gestão de Demian Fiocca (03/07/2003 – 15/03/2004)

Em sua curta gestão de oito meses (256 dias), Demian Fiocca dedicou-se a aprimorar a sistemática de trabalho na governança dos organismos financeiros multilaterais. Foi realizado amplo acompanhamento e avaliação das políticas e diretrizes globais dos organismos multilaterais de desenvolvimento, com vistas a subsidiar a posição do governo brasileiro nesses organismos. Trabalhou também no sentido de estreitar o relacionamento com vistas a discutir políticas e buscar novos mecanismos operacionais mais adequados à realidade do país.

Ainda na gestão de Fiocca, a Seain buscou adequação de instrumentos existentes para maior apoio à participação do setor privado no financiamento de projetos prioritários e no assessoramento para captação de recursos externos junto às agências multilaterais e

⁵¹ Cf. op.cit. Relatório de Gestão da Seain (2000, p. 08).

bilaterais. Nesse contexto, teve início a preparação do Manual de Recursos Externos para o Setor Privado, com o objetivo de disponibilizar, inclusive em meio eletrônico, informações relativas a procedimentos para a obtenção de empréstimos externos e as condições financeiras oferecidas pelos organismos financeiros internacionais.⁵²

Com relação à Cofiex, sob a presidência do então Secretário-Executivo do Ministério, Nelson Machado, Fiocca secretariou três sessões da comissão e emitiu 22 resoluções. Por ser o início de um novo governo, o ritmo de trabalho foi mais lento em face da necessidade de adequar os financiamentos externos às novas prioridades em fase de planejamento.

Em função de seu perfil de macroeconomista, o titular da Seain preferiu permutar seu cargo pelo de chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, cujo titular, o professor José Carlos Miranda, aceitou assumir a Seain com a devida anuência superior.

4.12 A gestão de José Carlos Rocha Miranda (15/03/2004 – 02/07/2007)

No que tange à administração dos projetos em execução, a gestão José Carlos Miranda (1.204 dias) na Seain empreendeu reuniões periódicas de revisão da carteira de projetos da Cofiex, quando foi possível alcançar importantes avanços no sentido da readequação e otimização da mesma. Nesse aspecto, foram aprovados cancelamentos de recursos no âmbito de vários projetos financiados com recursos contratados junto ao BID e ao BIRD, decorrentes, principalmente, de ganhos cambiais, licitatórios e de adequação orçamentária e financeira, o que contribuiu de maneira substancial ao ajuste e otimização da carteira.

Com o propósito de fortalecer o papel da Cofiex no acompanhamento, preparação e a execução dos programas e projetos do setor público,

⁵² Cf. Relatório de Gestão da Seain para o ano de 2003, p. 03.

foi desenvolvida proposta metodológica para o acompanhamento da carteira de projetos. Para dar sustentabilidade à iniciativa, a Seain propôs, durante a revisão do PPA 2004-2007, a criação de ação orçamentária específica para implantação da nova metodologia de acompanhamento de projetos.⁵³

No âmbito do relacionamento institucional com organismos multilaterais de desenvolvimento, a gestão de José Carlos Miranda negociou, em nome do governo brasileiro, o ingresso do país como membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF). Pelo acordo (firmado na gestão seguinte), o Brasil ampliou sua participação no capital da instituição, abrindo maior espaço de financiamento aos setores público e privado brasileiros, em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social do País, bem como para a integração regional. Foram iniciadas, também, negociações com o Banco de Desenvolvimento do Caribe, visando ao ingresso do país como membro não regional daquela instituição.⁵⁴

A gestão José Carlos Miranda adotou medidas voltadas à obtenção de melhor planejamento da captação de recursos multilaterais e bilaterais, a fim de compatibilizar as prioridades e possibilidades de investimento do governo e dos entes federativos (em especial os subnacionais) com as diretrizes temáticas dos organismos internacionais. Com esse propósito, realizaram-se reuniões de programação com as diversas agências de desenvolvimento, para discutir os seus respectivos programas de assistência ao país. Esses tiveram por base: as estratégias setoriais do governo; as diretrizes da política econômica para o país; e a realidade macroeconômica da época, em que o setor público era credor líquido internacional.

Cabe mencionar ainda que a gestão José Carlos Miranda negociou com o BID a aprovação de linha de crédito para o programa ProCidades no valor de US\$ 800 milhões. Essa linha de financiamento visava

⁵³ Cf. Relatório de Gestão da Seain para o ano de 2006, p. 03.

⁵⁴ Cf. Relatório de Gestão da Seain para o ano de 2007, p. 10.

promover a melhoria da qualidade de vida da população, mediante o financiamento de saneamento e urbanização de áreas carentes de municípios com mais de 100 mil habitantes.

Com relação ao funcionamento da Cofix, na gestão José Carlos Rocha Miranda (39 meses), a Comissão reuniu-se 46 vezes e emitiu 223 recomendações, sendo a primeira em abril/2004 e a última reunião se realizando em 04/06/2007. Presidiram tais reuniões os seguintes secretários-executivos do Ministério: Nelson Machado (de abril/2004 a junho/2005) e João Bernardo de Azevedo Bringel (de setembro/2005 a abril/2007).

Em função de sua nomeação para Diretor do BID pelo Brasil e Suriname, José Carlos Miranda pediu sua exoneração da Seain no início de julho de 2007, sendo substituído pelo então Secretário-Adjunto da Seain Alexandre Rosa.

4.13 A gestão de Alexandre Meira da Rosa (09/07/2007 – 28/06/2010)

Durante a gestão Alexandre Meira (1.085 dias), a Seain concluiu a negociação, em nome do governo brasileiro, quanto ao ingresso do país como membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF), que implicou na ampliação da participação do Brasil no capital do organismo.

Da mesma forma, avançou-se na negociação com o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), visando ao ingresso do país como membro regional (mas não tomador de recursos) naquela instituição, assim como com o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE).

No que se refere aos mecanismos de monitoramento da carteira de projetos, a Seain emvidou esforços para aperfeiçoar a base de dados existentes, com o objetivo de aprimorar a qualidade e a consistência

das informações. Nesse sentido, foi concluído trabalho de consultoria que desenvolveu a especificação dos sistemas da secretaria, além de dimensionar a infraestrutura de tecnologia da informação (TI) adequada para dar suporte ao modelo concebido.

Do ponto de vista institucional, a gestão Alexandre Rosa deu continuidade ao trabalho de reestruturação da Seain mediante proposta de nova estrutura organizacional e de novo Regimento Interno. Elaborou-se ainda termo de referência para contratação de empresa incumbida de desenvolver novo sistema de informações gerenciais da secretaria, a fim de suprir lacunas e problemas identificados durante o mapeamento de processos realizado ao longo de 2007.

No âmbito do acompanhamento da política comercial, foi intensificada a participação da secretaria nos diversos fóruns e grupos técnicos que envolvem o tema, notadamente naqueles que tiveram importância crescente nas decisões ministeriais, tais como a Defesa Comercial, as políticas de promoção de exportações, de facilitação de comércio e de regimes tarifários, as negociações na OMC e OCDE e o fortalecimento do Mercosul.

Ainda na gestão Alexandre Rosa, foram adotadas medidas voltadas à obtenção de melhor planejamento na captação de recursos multilaterais e bilaterais, a fim de compatibilizar as prioridades e possibilidades de investimento do governo e dos entes federativos, vis-à-vis as diretrizes temáticas e disponibilidades financeiras dos organismos internacionais. Com esse propósito, realizaram-se reuniões de programação com algumas das agências de desenvolvimento, para discutir respectivos programas de assistência e estratégia de atuação no país. As discussões tiveram como base as estratégias setoriais do governo, as diretrizes da política econômica, e a realidade econômica e social do país, que impunha mudança no patamar de relacionamento com organismos internacionais, mudança refletida na necessidade de operar sobre a base de uma nova geração de projetos que levasse em consideração as

devidas prioridades governamentais, notadamente no que diz respeito à melhoria na qualidade do gasto público.

Com relação à Cofix na gestão Alexandre Meira Rosa (35 meses), a Comissão reuniu-se 56 vezes e emitiu 249 recomendações, sendo a primeira em julho/2007 e a última reunião se realizando em 31/05/2010. Presidiram tais reuniões o Secretário-Executivo do Ministério João Bernardo de Azevedo Bringel. No período, os governos estaduais ocuparam papel de destaque na demanda por recursos externos, não apenas no número de solicitações, mas também nos valores de financiamento. Essa tendência resultou de vários fatores, a saber: (i) melhoria nas condições financeiras e fiscais dos estados, sobretudo pela implementação de programas de ajustes e de aumentos na arrecadação tributária; (ii) aumento da demanda por projetos de infraestrutura física; e (iii) linhas de crédito direcionadas criadas há pouco por organismos de financiamento, tais como o Prodetur e o Profisco, no âmbito do BID.

4.14 A gestão de Carlos Augusto Vidotto (28/06/2010 – 10/03/2013)

No dia 01/01/2011, foi empossado o governo da Presidente Dilma Roussef. Miriam Belquior assume o cargo de Ministra do Planejamento. Carlos Augusto Vidotto é confirmado no cargo de Secretário da Seain pela nova ministra.

Na gestão Carlos Augusto Vidotto (986 dias), as competências e a estrutura organizacional da Seain foram alteradas pelo Decreto nº 7.470, de 04 de maio de 2011, ficando com o seguinte quadro de cargos em comissão e funções gratificadas:

Tabela 4.4 - A estrutura funcional da Seain - maio de 2011

Cargos		
Secretário		1
Secretário-adjunto		1
Assessoria, um coordenador, dois assessores técnicos e um assistente	Um assessor, um coordenador, dois assessores técnicos e um assistente	5
Chefia de Gabinete	Um chefe de gabinete, um coordenador, um chefe de divisão e um assistente técnico	4
Coordenação-geral de Financiamentos Externos (COGEX)	um coordenador-geral; um coordenador e 12 assistentes	13
Coordenação-Geral de Relacionamentos com Organismos Internacionais (COGER)	um coordenador-geral, um assessor técnico; dois coordenadores e quatro Assistentes	6
Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Assessoria Internacional (COGEA)	um coordenador-geral, um assessor técnico; dois coordenadores e quatro Assistentes	8
Total	—	38

Fonte: MP/Seain; elaboração: MP/Seain.

Por sua vez, o Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, aprovou a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Conforme expresso em seu artigo 22, era de competência da Seain:

- I. formular diretrizes, planejar, coordenar as políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas;
- II. avaliar pleitos de programas ou projetos do setor público, vinculados a fontes externas, mediante informações prestadas por mutuários;
- III. assegurar que os contratos a serem negociados tenham os respectivos projetos compatíveis com a autorização dada pela Cofix;

- IV. acompanhar a execução de programas e projetos aprovados pela Cofix, mediante informações prestadas por mutuários ou órgãos executores e por organismos ou agências internacionais, e recomendar, quando necessário, alterações em sua implementação;
- V. emitir parecer sobre conveniência e a oportunidade para inclusão de contribuições obrigatórias e voluntárias nas propostas orçamentárias desse Ministério, e instruir o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias aos organismos internacionais, observadas as diretrizes estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI. no âmbito de competência do ministério, acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes globais de organismos multilaterais de desenvolvimento e a posição brasileira nesses organismos;
- VII. participar, no âmbito da União, da elaboração do plano plurianual, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária; e
- VIII. assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.

Por determinação da Resolução Camex nº 49, de 05 de julho de 2010, foi constituído o Grupo Técnico de Contratação Pública (GTCOP), responsável por elaborar proposta de negociação do tema de contratações públicas, com vistas a subsidiar as decisões do governo brasileiro nas referidas negociações. Coube à Seain atuar como secretaria executiva daquele grupo, buscando integrar os interesses da pauta comercial brasileira com as diretrizes normativas da política de contratações públicas brasileiras. Apenas no segundo semestre, após sua formalização, foram realizadas 12 reuniões ordinárias e seis reuniões de negociação com os parceiros pertinentes.

Na gestão Carlos Augusto Vidotto, a Seain avançou com a implementação do Sistema Integrado de Gestão da Seain (SIGS), o

qual permitiu tanto o monitoramento mais uniforme e eficaz do ciclo dos projetos submetidos à Cofix, envolvendo desde o tempo de tramitação interna do projeto até sua fase de execução; quanto o acompanhamento e controle dos processos internos da Seain a partir da implementação do módulo de tramitação eletrônica de projetos.

Com relação à Cofix, foram realizadas na gestão Carlos Augusto Vidotto 26 sessões e emitidas 111 recomendações, sendo tais reuniões presididas sucessivamente pelos seguintes secretários-executivos do ministério: Iraneth Rodrigues Monteiro (março/2011 – junho/2011); Walter Correia da Silva (agosto/2011 – novembro/2011); e Eva Maria Cella dal Chavion (novembro/2011 – dezembro/2012).

4.15 A gestão de João Guilherme Rocha Machado (11/03/2013 – 03/02/2015)

Por iniciativa do Secretário João Guilherme (694 dias), o governo edita o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, que promoveu alterações nas competências da Seain para coordenar o processo prévio de apreciação orçamentária pelo MP de novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais. A gestão João Guilherme buscou uma estreita coordenação da Seain com a Secretaria Executiva do MP para garantir a conciliação dos compromissos financeiros internacionais, em especial naqueles organismos de maior destaque e participação do Brasil, com as orientações orçamentárias e a política fiscal do país.⁵⁵

Em meados de 2014, a Ministra do Planejamento Míriam Belquior aprovou, por meio da Portaria GM/MP nº 220, o novo Regimento Interno da Seain, cuja estrutura só viria a ser modificada, no final de 2015, com a criação da segunda função de secretaria-adjunta e de uma nova coordenação-geral.

⁵⁵ Cf. Relatório de Gestão da Seain para o ano de 2014, p. 01 a 02.

No que tange às inovações de processo, é importante destacar que, na gestão João Guilherme, foi implantado o módulo PRJ no Sistema Integrado de Gestão da Seain (SIGS), habilitado a receber informações dos mutuários relacionadas à execução físico-financeira de projetos financiados com recursos externos, o que permitiu desde então um melhor acompanhamento na execução de projetos por parte da Seain, bem como ganhos de transparência ao criar possibilidade de geração de estatísticas e relatórios gerenciais. Além do SIGS, também entrou em vigor o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do MP, implantado para reestruturar os processos de controle interno e governança em todas as unidades.

No que diz respeito ao avanço na gestão de processos, a Seain consolidou, na gestão João Guilherme, uma prática estruturada de assessoramento internacional ao Gabinete do Ministro, por meio de informes e notas técnicas, a partir de todos os convites internacionais recebidos pelo ministro de Estado, a fim de subsidiar o cumprimento de sua agenda. Ademais, a Seain também organizou a recepção e encaminhamento de demandas de delegações estrangeiras em busca de maior interação com o MP, tanto no tocante à cooperação e debates técnicos nas áreas de competência do ministério como, eventualmente, no que se refere a encontros de autoridades estrangeiras com o ministro de Estado. Para tal, a Seain buscou realizar, de maneira coordenada, um trabalho de sensibilização e de envolvimento de outras áreas do MP.

Com relação à Cofix, durante a gestão João Guilherme, seguiu-se a tendência dos anos anteriores, com a demanda principal na comissão sendo direcionada para a preparação de projetos pleiteados por entes subnacionais (estados e municípios), que se utilizaram do mecanismo de financiamento externo para alavancar recursos de forma a complementar seus orçamentos para investimentos. Esses financiamentos, em várias operações de crédito, foram aplicados em articulação com investimentos próprios e/ou projetos federais, em particular, via PAC, produzindo uma importante sinergia para o

fortalecimento do desenvolvimento regional. Durante a gestão João Guilherme foram realizadas sete sessões da Cofix, as quais emitiram 84 recomendações, sendo tais reuniões presididas pela então Secretária-Executiva do MP Eva Maria Cella dal Chavion (março/2013 – dezembro/2014).

4.16 A gestão de Cláudio Alberto Castelo Branco Puty (03/02/2015 – 09/11/ 2015)

Durante a gestão de Cláudio Puty (279 dias), em 21/05/2015, foi firmado o Acordo-Quadro entre o Ministério do Planejamento do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) da China para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva. Para executar o disposto no Acordo, foi então criado o Comitê para Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva entre a China e o Brasil ("Comitê"), presidido pelo ministro do NDRC, pela parte chinesa, e pelo Ministro do MP, pela parte brasileira. Ficou acertado que o "Comitê" seria apoiado por um secretariado, sendo designada do lado brasileiro a Seain para desempenhar essa tarefa.

Em função da criação do "Comitê", o secretário Cláudio Puty decidiu dotar a Seain de uma área específica para tratar da implementação do Acordo-Quadro, inclusive da eventual criação de um fundo bilateral para apoiar investimentos chineses no Brasil em áreas consideradas prioritárias. Foram então feitas articulações em nível do ministro de Estado e da secretaria-executiva para obter cargos em comissão para instituir essa nova área na Seain.

No que tange à prospecção de parcerias internacionais, na gestão Cláudio Puty, a Seain coordenou e participou do evento Infrastructure Brazil, realizado em Nova York em junho de 2015, cujo objetivo foi a promoção das oportunidades de investimento no Programa de Investimento em Logística (PIL) aos investidores americanos e estrangeiros. Ademais, a Seain deu início às negociações com os EUA e a

França com vistas a firmar novas cooperações para atrair investimento em infraestrutura e em capacidade produtiva. Coube também à Seain coordenar a participação de distintos órgãos da administração federal e de organismos internacionais em iniciativas relacionadas com a atração de investimento internacional e as condições de financiamento de investimentos voltados à infraestrutura. Uma das ações realizadas nesse sentido foi o Seminário Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizado pela Seain em maio de 2015.⁵⁶

O Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, aprovou a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do MP, e dispôs sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Com relação específica à Seain, o referido decreto instituiu, entre outros, cargos para a nova secretaria-adjunta, uma nova coordenação-geral (coordenação-geral de investimentos internacionais – Cogin) e mais um cargo de assessor para o Gabinete da Secretaria.

Com relação à Cofix, foram realizadas, na gestão Cláudio Puty, três sessões e emitidas 19 recomendações, sendo tais reuniões presididas pela então Secretária-Executiva do Ministério Eva Maria Cella dal Chavion (novembro a dezembro/2015). A razão para essa desaceleração no movimento da comissão teve a ver com a então difícil situação fiscal do país, inclusive dos governos estaduais, o que dificultou para esses mutuários a aprovação de capacidade de pagamento pelo Tesouro Nacional, requisito para a preparação de projetos para obtenção de financiamento externo. Ainda assim, na gestão Cláudio Puty, houve a autorização para preparação de 18 projetos na Cofix em caso de concretização. Desses 18, 15 projetos corresponderam à esfera municipal; 2, estaduais; e 1, federal. A grande maioria dos aportes será a cargo da CAF e do BID, com 7 projetos para cada.

⁵⁶ Cf. Relatório de Gestão da Seain para o ano de 2015, p. 120-21.

Finalmente, mas não menos importante, a Seain também coordenou uma participação mais destacada do MP na agenda do comércio exterior. Além de acompanhar e contribuir no esforço de reestruturação da Câmara de Comércio Exterior (Camex), coube à Seain coordenar o processo de negociação em compras governamentais em pelo menos quatro frentes novas – México, Colômbia, Chile e Peru –, além da tradicional negociação do Mercosul com a União Europeia.

4.17 A gestão de Rodrigo Estrela de Carvalho (11/12/2015 – 17/06/2016)

Durante a breve gestão de Rodrigo Estrela (189 dias), começou a operar a segunda secretaria-adjunta voltada para os assuntos de comércio exterior e atração de investimentos internacionais sob a responsabilidade do economista Flávio Augusto Correia Basílio. A antiga secretaria-adjunta, sob a responsabilidade do economista Carlos Eduardo Lampert Costa, passou a gerir as áreas de financiamentos externos (Cofix) e de relacionamento com organismos internacionais.

Ao mesmo tempo, foi implantada, em dezembro de 2015, a nova Coordenação-Geral de Investimentos Internacionais (Cogin), com as competências de coordenar as negociações e ampliar as realizações de acordos bilaterais de cooperação em investimentos em infraestrutura, bem como ampliar a capacidade produtiva; acompanhar temas relacionados à infraestrutura, investimentos e serviços nos diversos comitês do governo, no âmbito de competência desse ministério; e participar das discussões e negociações com outros países, fóruns, organizações e instituições internacionais nos temas de sua competência.

Ademais, como resultado das reuniões com outros órgãos, foi publicado o Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016, que instituiu a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), órgão colegiado consultivo com a finalidade de opinar sobre aspectos orçamentários da participação do Brasil

em organismos, entidades e fundos internacionais. Com isso houve um reforço na atuação da Seain nos aspectos operacionais da participação do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais.

A gestão Rodrigo Estrela deu continuidade ao esforço de articulação com investidores estrangeiros por meio de memorandos de entendimento com países, a exemplo da realização de quatro reuniões de trabalho referentes ao Memorando de Entendimento com a Itália, assim como a assinatura de memorando de cooperação com o governo dos EUA, em março de 2016.

Por fim, na gestão de Rodrigo Estrela, com sua viagem à China em abril/2016, foi dado início às negociações formais com o Claifund sobre a estruturação do Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva.

Com a destituição da Presidente Dilma Roussef (12/05/2016) do cargo, por conta de aprovação de processo de impeachment pelo Congresso Nacional (consumado em 31/08/2016), seu gabinete ministerial se demite coletivamente. O então Ministro do Planejamento Valmir Simão deixa o cargo. Com a posse do governo interino Michel Temer, assume interinamente o Ministério do Planejamento o então senador Romero Jucá. O então secretário da Seain Rodrigo Estrela pede exoneração.

Com relação à Cofix, a gestão Rodrigo Estrela iniciou o processo de revisão das normativas da comissão. No período foram realizadas apenas quatro sessões da Cofix, sendo tais reuniões presididas pelo então Secretário-Executivo do MP Francisco Gaetani (janeiro a maio/2016). A complexa situação fiscal dos potenciais mutuários e a difícil conjuntura política do momento limitaram o processo de apreciação e deliberação sobre a preparação de novos pedidos e financiamento externo. Ainda assim, foram aprovadas 24 operações de crédito pela Cofix, no valor de US\$ 2.935 milhões.

4.18 A gestão de Jorge Saba Arbache Filho (23/06/ 2016 - 16/10/2018)

Logo no início da gestão Jorge Arbache (849 dias), o Decreto nº 8.188, de 21 de julho de 2016, alterou as atribuições regimentais da Seain.

Na gestão Jorge Arbache, a Seain inovou com a organização e coordenação de diálogos periódicos de autoridades federais da área econômica internacional para tratar, em ambiente informal e em formato de brainstorming, de temas relevantes e controversos da agenda internacional do país. Além disso, a Seain buscou exercer uma voz ativa na agenda bilateral com a China, inovando no estabelecimento de relações paritárias na negociação de mecanismos financeiros (como o Fundo Brasil-China de Cooperação); na atração seletiva de investimentos com potencial de agregação de valor e novas tecnologias; na potencialização da cooperação econômica pelo melhor aproveitamento de arranjos pré-existentes (como o Fórum de Macau); assim como no monitoramento minucioso do ingresso de investimentos diretos chineses no país por meio da publicação do Boletim Bimensal de Investimentos da China no Brasil.

Conforme as grandes áreas de atuação da Seain, os pontos da gestão Jorge Arbache que merecem destaque são os seguintes:

l) **No campo da atração do investimento internacional**, foram retomadas as negociações sobre o Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva no âmbito do Acordo-Quadro entre o MP e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) da China, do que resultou a assinatura, em Pequim, em 16/10/2016, do Memorando de Entendimento entre a Seain e o China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund, que daria origem à constituição do Fundo Brasil-China de Cooperação.

A publicação do Decreto nº 9.063, de 30 de maio de 2017, oficializou a constituição do Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão

da Capacidade Produtiva (CBC-Fundo). Em função disso, a gestão Arbache implantou, no âmbito da Cogin, unidade operacional específica (coordenação), com pessoal técnico e gerencial dedicado para dar suporte na estruturação e operacionalização do CBC-Fundo. O fundo começou a funcionar de fato no dia 26/06/2017. Desde então, foram realizadas reuniões preparatórias do Grupo Técnico de Trabalho do CBC-Fundo (GTT), de modo que, em 06/04/2018 e em 15/08//2018, por ocasião da 2ª e 3ª reuniões ordinárias do GTT, foram pré-avaliados e qualificados os primeiros projetos recebidos pelo CBC-Fundo.

Em meados de 2018, ocorreu a missão do secretário da Seain à Região Administrativa Especial de Macau, com vistas a ampliar a cooperação daquela região chinesa com o Brasil nos campos de pequenas e médias empresas (MPEs) e da educação superior. No mês seguinte, realizou-se visita ao MP de comitiva de alto nível do governo de Macau para identificar formas e parcerias para o estreitamento das relações entre o Brasil e a China por meio da chamada plataforma de serviços de Macau para a cooperação econômica e comercial da China com os países de língua portuguesa.

Em maio de 2017, a Seain//MP organizou em São Paulo/SP o Brasil Investment Forum (BIF 2017), evento promovido pelo Governo Federal e o BID, com concepção temática do MP/Seain. O fórum destacou as oportunidades de investimento em setores estratégicos da economia brasileira, como infraestrutura, energia, agronegócios, construção, tecnologia e inovação, além de proporcionar uma oportunidade para discutir as melhorias no ambiente de negócios no Brasil. Na ocasião, foi anunciada a criação do Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva (“CBC-Fundo”), cujo principal objetivo é promover a cooperação entre chineses e brasileiros para a ampliação da capacidade produtiva do Brasil. Em maio de 2018, a Seain participou da organização em São Paulo/SP da segunda versão do Brasil Investment Forum (BIF 2018), novamente com liderança da organização temática feita pela Secretaria.

Como fruto de uma posição mais ativa na agenda Brasil-China e dentro do âmbito do Acordo-Quadro firmado com a República Popular da China, a Seain passou a produzir o Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil. Esse boletim, publicado em português e inglês, acompanha o fluxo do investimento chinês no país e serve como um histórico dos projetos bilaterais. Atualmente, o boletim está na sexta edição e já se tornou uma importante referência e fonte de dados para investidores do mundo todo e para os mais diversos órgãos do governo brasileiro.⁵⁷

Outra iniciativa que merece menção foi a realização, durante o ano de 2016, do Ciclo de Seminários sobre Parcerias Público-Privada (PPPs), em parceria com o BID, do qual resultou a publicação de um livro sobre o tema, no início de 2017, com ampla divulgação ao público-alvo de formuladores e gestores de projetos de infraestrutura em nível federal, estadual e municipal.

No que diz respeito aos memorandos de cooperação, deu-se continuidade às reuniões e a outros eventos relacionados ao memorando de entendimento (MoU) assinado com a Itália e ao memorando de cooperação assinado com os EUA. Além disso, houve a assinatura, em Tóquio, em 19/10/2016, do Memorando de Cooperação entre o Japão e o Brasil para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura, assim como a assinatura, em Paris, em 31/03/2017, do Memorando de Entendimento entre o MP e do Ministério da Economia e Finanças da França para a promoção de investimentos em infraestrutura.

O MoU entre Brasil e Itália possibilitou o fortalecimento das relações entre os dois países, bem como o compartilhamento de conhecimento em diferentes setores da infraestrutura e quanto aos desafios dos financiamentos de projetos no Brasil sob o ponto de

⁵⁷ O boletim reúne dados dos investimentos chineses em diferentes setores da economia brasileira, desde 2003, e apresenta detalhes sobre a empresa investidora, as regiões de implementação, a modalidade de investimento e os valores, sempre quando disponíveis. Além disso, no boletim, caracterizam-se os projetos como brownfield ou greenfield e, ainda, identifica-se a origem dos recursos chineses, diferenciando-a entre privada ou pública.

vista do investidor estrangeiro. Na gestão Arbache, foram realizadas duas grandes reuniões com a Itália sobre os temas portos, rodovias e financiamentos, que contaram com a presença de autoridades italianas como a até então Ministra das Reformas Constitucionais e Relações com o Parlamento da Itália, Maria Elena Boschi, e o até então Vice-Ministro do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Ivan Sacalfarotto.

Em dezembro de 2016, ocorreu no Brasil a 1ª reunião anual do Memorando de Cooperação entre o Brasil e os EUA sobre o Desenvolvimento de Infraestrutura, firmado em 31/03/2016. Com foco em infraestrutura de transportes, contou com a presença de aproximadamente 150 participantes, entre os quais diversos empresários americanos e representantes de governo dos dois países. Desde então, as relações entre Brasil e EUA têm se estreitado, favorecendo a cooperação técnica entre ambos os países, principalmente por meio da troca de experiências, conforme observado nos diversos seminários e videoconferências, mesas redondas e workshop já realizados, o que resultou em um novo memorando de cooperação com a Secretaria de Gestão do MP para o desenvolvimento de melhorias e parcerias em compras públicas.

Foi também realizada em outubro de 2017 a 1ª reunião anual do grupo de trabalho referente ao Memorando Brasil-França, que teve como foco principal discussões sobre as parcerias público-privadas por meio de painéis com especialistas dos dois países. Desse encontro surgiu a possibilidade de uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do MP e a Agência Francesa de Desenvolvimento, no setor de resíduos sólidos, que ainda está em discussão.

A cooperação entre Brasil e Japão foi intensificada por meio da realização da 1ª reunião anual do grupo de trabalho em 31/08/2017, na qual os diálogos entre as partes avançaram significativamente, especialmente em questões relacionadas ao setor de infraestrutura, por meio da criação de subgrupos que tiveram suas primeiras reuniões

nos dias 20 e 21 de junho de 2018. Um resultado relevante dessas reuniões foi a proposta de cooperação técnica no setor saneamento entre a empresa japonesa Sumitomo e o Ministério das Cidades.

II) **No campo do relacionamento com organismos internacionais**, cabe mencionar as seguintes realizações da Seain na gestão Jorge Arbache:

- aprovação de recomposições de capital nos organismos CAF, Fida, GEF e Fumin;
- redução substancial no passivo de pagamentos a organismos internacionais;
- elaboração do Manual de Pagamentos de Organismos Internacionais;
- assinatura do Acordo-Quadro entre o Mercosul e o Fonplata ("novo Focem"); e
- integração de dados sobre pagamentos a organismos internacionais ao Sistema de Pagamentos de Contribuições para Organismos (Siscopag).

III) **No que se refere à captação de financiamentos externos**, a gestão Jorge Arbache deu continuidade e ímpeto aos estudos para aprimorar e modernizar o processo normativo de aprovação e contratação de operações de crédito externo. Foi identificada a necessidade de prover os instrumentos regulatórios da Cofix com linguagem compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros atos normativos que regem a obtenção de crédito externo no setor público e, ao mesmo tempo, de providenciar novos procedimentos de submissão desses pleitos de financiamento.

Nesse sentido, foi publicado o Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017, que dispõe sobre a composição e as competências da Cofix, definindo com maior clareza e precisão os limites de atuação do setor público em relação aos projetos financiados com recursos externos.

Em linha com o Decreto, a Resolução Cofix nº 1, de 13 de janeiro de 2017, estabeleceu novos critérios técnicos e financeiros para análise e classificação dos pleitos pela Cofix, a saber: capacidade de pagamento; trajetória e nível de endividamento; análise técnica do projeto; prioridade setorial; e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As três principais áreas prioritárias de projetos definidas foram, pela ordem, saneamento, tecnologia e desenvolvimento urbano.

Os critérios e metodologia estabelecidos possibilitaram a classificação de projetos, bem como dos entes com melhores condições financeiras e de capacidade de execução, propiciando resultados mais efetivos. Os dois primeiros critérios tratam da análise da capacidade financeira e do endividamento do ente, observando que o primeiro é eliminatório. O terceiro trata da análise técnica dos aspectos relativos ao desenho, à gestão e ao risco do projeto. O quarto pontua os projetos de acordo com as prioridades setoriais; e o quinto favorece os entes com o menor IDH.

Esse conjunto de mudanças ficou conhecido como a “Nova Cofix”. A mais importante contribuição dessa reforma foi a criação de critérios e metodologia de análise que aprimoraram substancialmente a governança, a transparência e a accountability da Cofix. De fato, pesquisa de opinião feita pela Seain junto aos bancos confirmou a ampla satisfação com a Nova Cofix.

Foi, também, publicada a Resolução Cofix nº 2, de 05 de setembro de 2017, que dispõe sobre os percentuais mínimos e a origem da contrapartida de operações de crédito externo com garantia da União. A norma reduziu a contrapartida dos municípios de 50% do total do projeto, estabelecendo o percentual mínimo de 20% para estados e municípios. As contrapartidas são de origem tributária, definidas na Constituição Federal, ou seja: (i) provenientes de tributos arrecadados diretamente pelo ente; (ii) provenientes de repasses relativos à contraparte de tributos arrecadados por outras esferas de

governo; e (iii) provenientes de repasses dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

A redução do percentual mínimo de contrapartida para municípios e a definição de sua origem possibilitam uma melhor focalização e estruturação do projeto, contribuindo para uma preparação e execução mais eficiente. Segundo manifestação das agências internacionais de desenvolvimento, a Resolução nº 2/2017 proporciona maior coerência e qualidade nas propostas de financiamento, além de eliminar a pulverização de ações para alcançar a antiga paridade de 50%. Em janeiro de 2018, a Resolução Cofix nº 1/2018 atualizou o Regimento Interno da Cofix, ao passo que a Resolução Cofix nº 2/2018 atualizou o Regimento Interno do GTEC.

Durante o período de junho/2016 a julho/2018, foram realizadas 14 sessões e aprovadas 71 operações de crédito pela Cofix, no valor de US\$ 9.300 milhões. Tais reuniões foram presididas pelo então Secretário-Executivo do MP Esteves Pedro de Colnago Filho.

IV) **No campo do relacionamento com o comércio exterior**, em função da atuação da Seain como secretaria executiva do Grupo Técnico de Contratações Públicas da Camex, foram registrados vários avanços na gestão Jorge Arbache que merecem destaque, a saber:

- i. estreitamento da cooperação entre o Brasil e a União Europeia em matéria de contratações públicas, por meio do projeto “Diálogos Setoriais”, com a realização de missões de alto nível entre as partes, a partir de setembro de 2016;
- ii. início da participação do Brasil como observador do Comitê do Acordo sobre Contratações Públicas (GPA) da Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro de 2017;
- iii. assinatura, em 20/12/2017, do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul;

- iv. assinatura, em 27/04/2018, do Acordo Bilateral de Contratações Públicas entre o Brasil e o Chile;
- v. organização do Seminário Compras Públicas Internacionais em 13/09/2016, e
- vi. organização do Workshop Nacional sobre o Acordo de Contratações Públicas Revisado da OMC entre 2 e 4 de maio de 2018.

Sua gestão empenhou-se, ainda, no processo de incorporação ao marco jurídico brasileiro do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre o Brasil e o Peru, que contém compromissos em matéria de investimentos, serviços e compras governamentais e na abertura de outras frentes negociadoras nas matérias atinentes ao MP, além de promover a divulgação do acordo junto a entidades do setor privado brasileiro.

A gestão Jorge Arbache priorizou, de um lado, o processo de abertura comercial que inclui as negociações de aprofundamento econômico-comercial entre o Brasil e o México, envolvendo matérias como investimentos, serviços e compras governamentais etc. e o início de negociações de um acordo em matéria de compras governamentais entre o Brasil e a Colômbia, ambas iniciativas que ampliarão o nível de integração econômica e comercial do Brasil na América Latina. De outro lado, continuou participando ativamente das negociações extrarregionais em matéria de contratações públicas de acordos comerciais do Mercosul com a União Europeia, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês), o Canadá e a Coreia do Sul.

V) Por fim, no tocante à agenda de comércio de serviços e economia digital, durante a gestão do Secretário Arbache, o MP passou a ter participação ativa na agenda de transformação digital e de reflexão de seus impactos no crescimento e no desenvolvimento econômico. O MP passou a participar da formação da posição

brasileira nos diversos fóruns internacionais em que o tema de economia digital é debatido, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) e a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE, sigla em inglês).

Em particular, o MP chefiou a delegação brasileira na reunião do Grupo de Peritos em Economia Digital da UNCTAD, que ocorreu dos dias 18 a 20 de abril de 2018 em Genebra, Suíça. A delegação brasileira destacou que o comércio eletrônico e a economia digital geram vantagens para os usuários das plataformas, como maior acesso a mercados, bens e serviços e ganhos de eficiência. Todavia, é necessário reconhecer que os benefícios da economia digital são assimétricos e concentrados nas empresas que administram as plataformas digitais. Ao fazer uma distinção entre benefícios de primeira e de segunda ordem, ponderou que políticas que apenas removam os obstáculos à participação nas plataformas digitais produzirão efeitos positivos, mas de escopo reduzido; ao passo que políticas que estimulem o desenvolvimento local de tecnologias digitais terão potencial muito maior de proporcionar ganhos à sociedade.

De modo a promover a reflexão sobre essas questões e a transformação em ações e políticas concretas, o MP manteve interações com os diversos órgãos e secretarias responsáveis pela condução dessas políticas, como Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTIC), Casa Civil, Ministério da Indústria, Comércio e Serviços e Secretaria de Tecnologia da Informação (Setic) do MP.

A Seain passou a ter participação ativa, junto ao Itamaraty (MRE) e aos demais órgãos responsáveis pela formulação da política de comércio exterior, nas negociações de acordos comerciais do Mercosul nos capítulos de serviços, investimentos e comércio eletrônico, com as contrapartes União Europeia, Canadá e Chile. Isso decorre da relevância do setor de serviços e comércio digital para o crescimento econômico de longo prazo. Em particular, no capítulo

de serviços e comércio eletrônico, destacou-se o papel da abertura comercial para aumento da eficiência e produtividade no setor de serviços, bem como nos demais setores da economia que utilizam de maneira crescente insumos de serviços na produção. Enfatizou-se amplamente a necessidade de manter espaço para políticas públicas e regulamentação de setores-chave ao desenvolvimento digital. O MP mantém, ainda, participação ativa no Grupo Técnico de Serviços da Câmara de Comércio Exterior (Camex), criado em 2017 para promover o comércio de serviços brasileiro.

Cabe ainda ressaltar a iniciativa da gestão Jorge Arbache na organização de dois importantes seminários em parceria com entidades internacionais, a saber:

Seminário Demografia Econômica e Envelhecimento Populacional no Brasil – Desafios e Perspectivas para as Políticas Públicas, realizado em agosto de 2018, uma parceria entre o MP e o Fundo de População para as Nações Unidas (UNFPA/ONU), com apoio do Projeto Demographic transition: opportunities and challenges to achieve the SDGs in Latin America and the Caribbean, do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e coordenado pelo Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia da Cepal. O objetivo principal do seminário foi discutir, a partir do diagnóstico da rápida transformação demográfica do Brasil, as inter-relações desse movimento populacional com a economia e soluções em termos de planejamento e de políticas públicas; e o

Workshop Economia Digital e Crescimento Econômico, realizado em setembro de 2018, uma parceria entre o MP e o BID, o qual abordou os tópicos: economia digital e crescimento sustentado; setor público digital: tecnologia e transformação de serviços; economia digital, estruturas de mercado e concorrência e economia digital no debate internacional – a interface com os acordos de comércio e fóruns internacionais.

Por último, cabe mencionar que, em 06/04/2018, Dyogo de Oliveira deixou o cargo de Ministro do MP para assumir a Presidência do BNDES. Assumiu em seu lugar o economista Esteves Pedro Colnago Junior, que antes ocupava a secretaria-executiva da pasta. O novo ministro confirmou o Secretário Arbache no cargo.

4.19. A Seain na atualidade

A Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do MP trata de uma série de assuntos. A Tabela 4.5 a seguir apresenta suas competências nos termos do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017.

Tabela 4.5. Competências da Seain em abril de 2018

1) formular diretrizes, planejar e coordenar políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculados a fontes externas;
2) avaliar pleitos de programas ou projetos do setor público, vinculados a fontes externas, mediante informações prestadas por mutuários, no âmbito da Cofix;
3) assegurar que os contratos a serem negociados tenham projetos compatíveis com a autorização dada pela Cofix;
4) acompanhar a execução de programas e projetos aprovados pela Cofix e recomendar, quando necessário, alterações em sua implementação;
5) atuar como Secretaria-Executiva da Cofix, conforme o disposto no Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000;
6) acompanhar e avaliar as políticas e as diretrizes globais de organismos multilaterais de desenvolvimento e a posição brasileira nestes organismos, no âmbito de competência do Ministério;
7) realizar o planejamento orçamentário e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a representação do País seja atribuição do Ministério e das contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais constituídos no Direito Internacional Público dos quais participam órgãos e entidades da administração pública federal, observadas as diretrizes estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

8) coordenar o processo prévio de apreciação orçamentária das contribuições a organismos internacionais que devem ser realizadas pelo Ministério e manifestar-se formalmente sobre a conveniência e a oportunidade de inclusão de novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais nas propostas orçamentárias do Ministério;
9) atuar como Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipo, instituída pelo Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016;
10) atuar na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial, para projetos de infraestrutura;
11) coordenar as negociações relativas aos acordos internacionais para o desenvolvimento do investimento e da capacidade produtiva, no âmbito de competência do Ministério;
12) acompanhar a execução dos acordos internacionais e dos memorandos de entendimento firmados pela República Federativa do Brasil que tenham por objeto o desenvolvimento do investimento e da capacidade produtiva nacionais;
13) participar da elaboração da política nacional de comércio exterior, em conjunto com os demais órgãos da administração pública federal competentes sobre o tema;
14) acompanhar, subsidiar e representar o Ministério, quando necessário, na formulação da posição brasileira em fóruns internacionais relacionados a temas de comércio exterior, financiamento e garantia às exportações, recuperação de créditos externos, competitividade industrial e integração e infraestrutura sul-americana;
15) participar, no âmbito da União, da elaboração do plano plurianual, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária; e
16) Assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.

Fonte: Decreto nº 9.035 de 20 de abril de 2017

De acordo com o artigo 3º do Capítulo II do Regimento Interno, a Seain tem a seguinte estrutura:

- I. Gabinete (GABIN): a) Coordenação de Apoio Administrativo (Coadm); e b) Divisão de Protocolo, Arquivos e Secretariados (Dipar);
- II. Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (Cogex):
 - a) Coordenação de Projetos de Infraestrutura (Coopi); b)

Coordenação de Projetos Sociais (Copso); e c) Coordenação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Reforma do Estado (Cores);

III. Coordenação-Geral de Relacionamentos com Organismos Internacionais (Coger): a) Coordenação de Política com Organismos Internacionais (Copog); e b) Coordenação de Administração de Pagamentos a Organismos Internacionais (Copag);

IV. Coordenação-Geral de Comércio Exterior (Cogea); e

V. Coordenação-Geral de Investimentos Internacionais (Cogin).

4.19.1. O papel dos financiamentos externos (Cogex)

A Seain avalia pleitos de programas e projetos do setor público financiados com fontes de recursos externos e assegura que os contratos negociados tenham projetos compatíveis com a autorização dada pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), que é um colegiado composto por diferentes órgãos da esfera federal coordenado pelo Ministério do Planejamento e que tem como finalidade avaliar projetos cuja matriz de financiamento possua recursos oriundos de organismos financeiros internacionais de desenvolvimento bilaterais ou multilaterais, como, por exemplo, a CAF, o Banco Mundial (BIRD) ou Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

4.19.1.1. Antecedentes

A Constituição de 1967 (assim como as cartas de 1946 e de 1988) atribuía ao Senado Federal a competência de fixar limites globais para o endividamento estadual, cabendo ao Banco Central estabelecer as normas para a captação das operações de crédito, ou seja, influir sobre a contratação de dívidas por meio da regulamentação do

sistema financeiro. A legislação então vigente, contudo, não abrangia a totalidade das operações de crédito e previa exceções, na forma de dívidas extra-limite, que consistiam em operações de crédito junto a instituições financeiras federais, destinadas a investimentos considerados prioritários pelos gestores de política econômica; ou seja, o acesso ao crédito externo foi facilitado no âmbito de alguns grandes projetos nacionais, e a legislação controlava efetivamente a utilização desses recursos e não o montante do endividamento.⁵⁸

Conforme Maia (2012, p. 286), entre 1968 e 1975, as diretrizes da regulamentação foram colocadas pela Resolução nº 58/68 do Senado Federal e sucedâneas. Nessa fase, tornaram-se proibidos a emissão e o lançamento de obrigações de qualquer natureza, exceto as relativas a operações de antecipação de receita orçamentária (ARO), dívidas extra-limite e operações não abrangidas pela legislação. Em 1975, alteraram-se sensivelmente os critérios que subordinavam as operações de crédito de estados e municípios, sendo suas diretrizes básicas ditadas pelas Resoluções no 62/75 e no 93/76 do Senado Federal. Essa regulamentação, ao atrelar a capacidade de endividamento à receita líquida estadual, efetivamente privilegiava os estados maiores em detrimento de seu esforço fiscal.

Assim, diante da asfixia fiscal, a crescente procura de outras formas de financiamento foi a saída encontrada pelos estados no Brasil, nos anos 70 do século 20, para expandir os seus gastos. A perspectiva de alavancagem dos dispêndios estaduais, acima do que seria previsível com base na estrutura tributária em vigor, passou a depender de fontes de financiamento apoiadas na contratação de recursos externos e no acesso a recursos internos controlados majoritariamente pelas autoridades federais.⁵⁹

⁵⁸ Para uma análise mais detalhada do processo de endividamento estadual induzido pelo governo central no Brasil, cf. Rezende; Afonso, *O descontrole do endividamento dos estados e municípios* (1988).

⁵⁹ Para uma análise mais detida sobre as finanças estaduais e endividamento subnacional brasileiro nos anos 1970, recomenda-se consultar Lopreato (2002, p. 145-171).

No que se refere à perda de autonomia ou incremento da dependência financeira por parte das unidades da Federação, os empréstimos internos, vinculados a instituições de crédito oficiais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDE e outras), mostravam-se “amarrados” a determinados projetos que exigiam a comprovação do uso dos recursos. No entanto, essa comprovação do destino do crédito “não era válida para o crédito externo”, o que, na verdade, ao contrário de empecilho, representava um estímulo ao endividamento no exterior em função do controle relativamente mais flexível quanto ao uso dos recursos contratados.⁶⁰

Como as operações de crédito externo não estavam sujeitas a qualquer limite, estimulou-se o endividamento externo através de uma série de mecanismos indutores da tomada de recursos externos, tais como defasagem na desvalorização cambial, elevação dos juros internos, redução real nos preços dos serviços prestados pelas empresas estatais, além das já mencionadas disposições legais de estímulo à tomada de empréstimos externos, como a Resolução nº 63/67 e a Lei nº 4.131/62. Isso, mais a ampla disponibilidade na oferta de eurodólares no mercado financeiro internacional e o fato de as operações externas estarem fora dos limites estabelecidos impulsionaram muito o endividamento dos estados e dos municípios.

Não obstante, considerando a necessidade de manter uma política harmônica de endividamento externo e de fixar diretrizes para a negociação dos créditos e outras operações da espécie com as agências governamentais estrangeiras e organismos internacionais, quer pelos órgãos públicos (União, estados, municípios e o Distrito Federal), sempre que a operação contemplasse a concessão de aval ou garantias pelo Tesouro Nacional, ou, em seu nome, quer pelas entidades privadas do País, o Governo Federal editou o Decreto nº 65.071, de 27 de agosto de 1969, criando a Comissão de Empréstimos

⁶⁰ A alusão à flexibilidade dos empréstimos externos em relação aos créditos internos é uma distinção relevante na medida em que criou um estímulo aos entes subnacionais para contratar mais recursos externos junto a credores privados estrangeiros como forma de fugir aos controles do Governo Federal quanto à aplicação dos recursos captados. Para mais detalhes, cf. Sadd, *Política e economia no federalismo do governo Geisel* (2003).

Externos (Cempex), integrada por representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Banco Central do Brasil S.A. e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (atual BNDES).⁶¹

Cabia à Cempex as seguintes incumbências:

- I. Promover o estudo coordenado e simultâneo pelos diversos órgãos, dos pedidos de autorização para contratação de financiamentos externos – inclusive para efeito do exame preliminar de tais solicitações, com vistas ao início de negociações com as entidades financeiras no exterior – nos seguintes casos:
 - a) no caso de operações a serem contratadas com agências governamentais estrangeiras ou com organismos internacionais de crédito, quaisquer que sejam os eventuais devedores nacionais;
 - b) no caso de operações em que sejam partes órgãos da administração pública, direta ou indireta, do Governo Federal, e dos governos subnacionais, inclusive empresas de economia mista, quaisquer que sejam os eventuais credores estrangeiros;
 - c) sempre que a operação contemple a concessão de aval ou garantias pelo Tesouro Nacional, ou, em seu nome, por qualquer entidade de crédito oficial federal.
- II. Colaborar na instrução dos processos de empréstimos externos dos governos subnacionais, para os fins previstos no artigo 45, inciso II, da Constituição Federal de 1967, consoante o art. 4º, inciso XXIX, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

⁶¹ As entidades interessadas deveriam então encaminhar suas solicitações, preliminarmente, à Cempex, através da Gerência de Fiscalização e Registro de Capitais estrangeiros (Firce), do Banco Central do Brasil. Os pedidos deveriam ser instruídos de forma a permitir, inclusive, o exame simultâneo do aspecto de prioridade pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

- III. Preparar subsídios e oferecer sugestões para a formulação da política de endividamento externo e fixação de diretrizes para a contratação de créditos no exterior, a cargo do Conselho Monetário Nacional.



Figura 4.4. A primeira reunião da Cempex, 11/09/1969

A primeira reunião da Cempex ocorreu no dia 11/09/1969 no Banco Central do Brasil (Bacen) no Rio de Janeiro. Estiveram presentes pelo Ministério do Planejamento o Secretário-Geral João Paulo dos Reis Velloso, Antônio Augusto dos Reis Velloso e o Secretário da Subin, Sérgio Fernando Guarischi Bath. Na reunião, ficou acertada a elaboração de um documento de trabalho que regeria todo exame de solicitações de empréstimos externos por parte de órgãos do setor público ou, em casos específicos, até mesmo de empresas do setor privado (ver Figura 4.4).⁶²

Para o então Presidente do Bacen, Ernane Galvêas, que presidiu os trabalhos na primeira reunião, a criação da Comissão visava a dois objetivos: a) adequar o acesso ao crédito externo pelo setor público aos critérios da política de endividamento externo, contribuindo para reduzir os problemas de balanço de pagamentos como resultado de um levantamento desordenado de recursos externos; e b) imprimir maior eficiência na atuação dos órgãos federais que participam

⁶² A primeira reunião da Cempex ficou registrada em reportagem do Jornal do Brasil de 12/09/1969, 1ª Caderno, pág. 17.

dos procedimentos relativos à autorização para a contratação de obrigações no exterior por parte de organismos públicos. Dentro dessa orientação, o Cempex passaria a realizar um exame preliminar das solicitações formais de autorização para endividamento externo antes que os organismos do setor público se pusessem em contato com as fontes financiadoras externas. Tal procedimento guiaria o mutuário quanto à viabilidade de uma operação externa, permitindo-lhe, desde que houvesse manifestação positiva do pleito pela Cempex, conduzir negociações com o exterior já devidamente credenciado.

Durante boa parte da década seguinte, a abundante oferta de créditos pelos bancos comerciais estrangeiros a mutuários (empresas e governos) nos países em desenvolvimento seria feita de maneira pouco cautelosa quanto ao risco das operações, pouco se preocupando os banqueiros em saber como seriam empregados os recursos, ou seja, se a aplicação em projetos geraria taxas de retornos suficientes para pagar pelos capitais emprestados.

No período 1976-1980, já sob a égide do II PND do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), o Governo Federal reforçou a política de endividamento externo como pilar da promoção do crescimento econômico, decisão essa considerada deveras audaciosa diante da forte crise internacional desencadeada pelo choque do petróleo (1974) e pela instabilidade cambial gerada com o colapso do regime monetário de Bretton Woods (1971-1973).

De fato, o objetivo maior de financiamento do governo do projeto da "Grande Potência" brasileira de então era a obtenção do crédito externo farto e barato, cuja justificativa encontrava-se na tese do hiato de recursos reais. Segundo Cruz (1992, p. 6-7), as empresas estatais (inclusive estaduais), ao recorrerem maciçamente ao endividamento externo para gerar fundos em moeda local aos seus projetos, estariam, ao mesmo tempo, proporcionando ao país o ingresso das divisas tão necessárias para fazer frente ao déficit na conta de mercadorias e de serviços produtivos. Argumentava-se, também, por suposto,

que as condições quanto a volumes, prazos e custos dos créditos externos eram condizentes com os requisitos dos projetos a financiar e compatíveis com os fluxos financeiros das empresas estatais.⁶³

Em função das dificuldades que já surgiam na captação de empréstimos junto a bancos privados estrangeiros, por conta de mudanças na conjuntura internacional e da “enxurrada” de pleitos de estados e municípios por operações de crédito externo, o Governo Federal resolveu aprimorar o processo de julgamento dos pleitos de financiamento externo por meio do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, na gestão do Ministro Delfim Netto, que criou a Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest) na estrutura da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan-PR) e pelo qual extinguiu a Comissão de Empréstimos Externos (Cempex), instituída em 1969, passando suas atribuições à competência da Sest, mas mantendo a competência do Banco Central de credenciar as entidades interessadas na contratação de operações de crédito externo, com vistas ao início de negociações com entidades financeiras no exterior.⁶⁴

Curiosamente, a área internacional (Subin) da Seplan-PR ficou fora do processo, uma vez que o Decreto nº 84.128/79, além de determinar a necessidade de parecer emitido pela Sest quanto ao mérito da utilização de recursos externos, em face da política governamental de controle de endividamento externo do setor público do país, atribuiu à Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (Sarem), também da Seplan-PR, a tarefa de emitir parecer sobre o reconhecimento de prioridade do projeto ou programa específico e a capacidade de pagamento do interessado, para fins de contratação

⁶³ Para uma análise mais detalhada da deliberada política de endividamento externo do II PND, ver Cruz (1992).

⁶⁴ A concessão do credenciamento das operações de crédito externo pelo Banco Central do Brasil (BCB) passava então a depender de prévio e expreso pronunciamento do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan-PR), em especial no caso de operações contempladas com a concessão de aval ou garantias pelo Tesouro Nacional ou, em seu nome, por qualquer entidade de crédito oficial federal.

de operações de crédito externo por órgãos da administração direta dos governos subnacionais.

Nos anos 1980, a economia brasileira se viu imersa em graves desequilíbrios internos e externos. Logo no início da década, o país enfrentou sua mais grave recessão desde a Grande Depressão dos anos de 1930 (quedas no PIB real de -3,1% em 1981 e -2,8% em 1983). Em 1982, diante do colapso no financiamento externo, o Governo Federal recorreu formalmente ao FMI, em um momento de grande turbulência internacional causada pela moratória da dívida externa mexicana. Ao mesmo tempo em que caía o PIB, a inflação começava a alçar uma trajetória ascendente que a transformaria, no final de 1989, em uma hiperinflação. Gerava-se, portanto, a chamada “Década Perdida”, com o agravamento da crise econômica, as pressões políticas contra o Regime Militar e, finalmente, a restauração do poder civil em 1985.

Portanto, o início da década de 1980 foi marcado pela interrupção dos ingressos de capital externo para o país, após a *débâcle* da dívida externa do México em 1982. A elevação nas taxas de juros internacionais e o esfacelamento das estruturas de captação e repasse de recursos externos contribuíram para aguçar as dificuldades financeiras dos estados brasileiros em um contexto de queda nas taxas de crescimento do produto interno bruto e recrudescimento do processo inflacionário, apesar da crescente descentralização fiscal ocorrida a partir de 1976.

Conforme destaca Maia (2012, p. 296), na evolução da dívida estadual, a partir do início dos anos 1980, destacam-se três grandes movimentos: i) a internalização da dívida, que guarda simetria com a trajetória da dívida federal, marcada pela substituição de dívida externa por dívida interna; ii) a federalização, isto é, a assunção e o reescalonamento de dívidas externas estaduais pelo Tesouro Nacional; e iii) o crescimento acelerado, principalmente no que se refere à dívida mobiliária. Quanto à legislação, as mudanças efetuadas tornaram possível aos estados federalizar importante parcela de seu estoque de dívida, o

que constituiu um aspecto relevante nos desdobramentos da crise generalizada das estruturas de financiamento de longo prazo da economia brasileira.

Com efeito, as difíceis condições de rolagem do estoque de dívida externa e a necessidade de substituição do financiamento externo por interno forçaram a decisão do governo de federalização da dívida externa, na forma da concessão de empréstimos-ponte e da cobertura de empréstimos da esfera estadual pelo Tesouro Nacional, ao amparo dos avisos MF-30, MF-09 e sucedâneos. Com isso, na segunda metade dos anos 1980, a substituição do financiamento externo por interno já avançara sensivelmente, embora de forma desequilibrada, o que se refletiu no crescimento de dívidas de curto prazo como operações de antecipação de receita (ARO) e atraso de pagamentos, e na excessiva concentração das operações de crédito junto às instituições financeiras estaduais, além da própria federalização da dívida.

Diante da situação complexa da crise da dívida, praticamente cessaram as operações de crédito privado externo ao país, e em especial a seus governos estaduais. Não obstante, a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento trouxe de volta à cena o aporte dos organismos internacionais de cooperação (BIRD e BID), que firmaram, no período 1980-1985, com estados brasileiros, sete operações de crédito, totalizando a cifra de US\$ 325,3 milhões. Esse retorno da assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) aos governos subnacionais deveu-se mais à contingência do momento de crise externa do que a uma mudança racional nas diretrizes (guidelines) dos organismos em privilegiar os governos subnacionais em suas operações de concessão de créditos.

Tal qual expressa Maia (2012, p. 297), a partir da entrada em vigor da Constituição Federal de outubro de 1988, dando mais autonomia e recursos aos estados e municípios, começa uma nova fase de paradiplomacia financeira, de certa forma semelhante ao período da República Velha (1890-1930), mas só que desta vez com ênfase

no relacionamento dos entes governamentais estaduais com os organismos multilaterais e bilaterais de cooperação financeira (ODA).⁶⁵

Do ponto de vista institucional, por fim, cabe mencionar que, no final da década de 1980, tendo em vista as deficiências da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest) da Seplan-PR no processo de julgamento de pleitos de crédito externo e a necessidade de melhor avaliar o processo de endividamento em face de prioridades, da orçamentação de recursos de contrapartidas e da capacidade de execução e endividamento dos tomadores de recursos externos, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial nº 249, de 14 de fevereiro de 1989, instituiu a Comissão de Créditos Externos (Cocex), com atribuição de identificar projetos a serem financiados através de empréstimos externos por organismos oficiais de crédito e presidida pelo Secretário-Geral do Ministério da Fazenda. Simultaneamente, pela Portaria Interministerial nº 250, de 14 de fevereiro de 1989, foi criada a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), com atribuição de identificar projetos a serem financiados através de empréstimos externos por organismos multilaterais (Banco Mundial e BID) e presidida pelo Secretário-Geral da Seplan-PR.⁶⁶

As duas portarias interministeriais seriam revogadas pelo Decreto nº 99.241, de 07 de maio de 1990, que instituiu uma única Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) (reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, e posteriormente pelo Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017), com a finalidade de identificar projetos e programas passíveis de financiamento tanto por organismos internacionais multilaterais quanto por agências estrangeiras governamentais bilaterais, sendo então presidida pelo

⁶⁵ Segundo Maia (2012, p. 147), a chamada paradiplomacia financeira é uma iniciativa própria e autônoma de governo subnacional no sentido de negociar e contratar a captação de recursos externos de fontes internacionais, oficiais ou privadas, ou de fontes governamentais estrangeiras, com vistas a complementar suas necessidades de financiamento de investimentos públicos.

⁶⁶ Conforme informado por uma testemunha, o ex-cordenador de financiamentos externos da Subin, Carlos Cristalli, pela simultaneidade na data de publicação das portarias nºs 249 e 250, na prática passou a haver uma transição gradual para o retorno das funções de aprovação de operações de crédito ao Planejamento, ficando sob a supervisão do Ministério da Fazenda a cooperação externa bilateral (isto é, com os organismos oficiais), enquanto à Seplan-PR coube a supervisão pela cooperação financeira multilateral.

Secretário Nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP). Referido decreto seria revogado pelo Decreto nº 688, de 26 de novembro de 1992, o qual alteraria a composição moldando-a à recriação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Desde então a Cofix é a instância colegiada do Governo Federal que exerce a coordenação do processo de captação de recursos externos para o financiamento de projetos de órgãos e entidades do setor público, considerando as prioridades nacionais e setoriais, a disponibilidade de recursos de contrapartida e a capacidade de execução e endividamento dos mutuários desses recursos.

Na gestão de Clodoaldo Hugueney (fevereiro/1988 a junho/1991), os registros mais antigos existentes no arquivo da Seain sobre o resultado da Cofix (na forma de recomendações para a contratação de operações de crédito externo) estão sintetizados na Tabela 4.6 a seguir. Foram aprovadas oito operações de crédito externo no valor total de US\$ 895,1 milhões, obtidos de várias fontes externas e destinados a diversos mutuários. O Secretário da Seain foi o Secretário-Executivo da Cofix, ao passo que Giannetti da Fonseca, então Secretário Nacional de Planejamento, foi o Presidente da Comissão, sendo o “de acordo” dado pela então Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento Zélia Cardoso de Mello.

Tabela 4.6. Cofix, 20/03/1991: recomendações de prioridade para operações de crédito

Nome do Projeto	Fonte externa	Valor em US\$ milhões	Mutuário
Modernização do Setor de Saneamento	BIRD	250	Estados
Limpeza Urbana na cidade do Rio de Janeiro	cooperação Itália	1,4	Perfeitura do Rio de Janeiro
Usina Terméletrica de Manaus II	Eximbank/Japão	113,8	Eletrobras

Nome do Projeto	Fonte externa	Valor em US\$ milhões	Mutuário
Sistema Nacional de Desenvolvimento Tecnológico aplicado à habitação	cooperação Itália	2,6	Ministério da Ação Social
Privatização de Empresas Siderúrgicas	BIRD	300	BNDES
Controle de Poluição	BIRD	50	BNDES
Rodovias da Bahia	BID	147,3	Estado da Bahia
Fortalecimento do Fundo Nacional de Meio Ambiente	BID	30	Ministério do Meio Ambiente
Total	8	895,1	-

Fonte: MP/Seain; elaboração: MP/Seain.

4.19.1.2. A Cofix na atualidade

A Cofix foi criada em 1989 como mecanismo de avaliação coordenada e de planejamento do processo de endividamento externo público e da atuação dos organismos internacionais e agências governamentais estrangeiras no Brasil. Desempenha importante papel de interlocução qualificada entre o governo brasileiro e essas instituições, notadamente no que diz respeito às suas estratégias de atuação no país.

Tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de projetos do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas. No processo de aprovação, são considerados critérios como a compatibilidade da operação com as prioridades e metas fiscais do setor público, bem como seus aspectos técnicos e operacionais, além da capacidade financeira do proponente.

A partir de 2016, iniciou-se uma série de estudos para aprimorar todo o processo de aprovação e contratação de operações de crédito externo. Foi identificada a necessidade de prover os instrumentos regulatórios da Cofix com uma linguagem compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros atos normativos que regem a

obtenção de crédito externo no setor público e, ao mesmo tempo, de providenciar procedimentos simplificados de submissão desses pleitos de financiamento.

Nesse sentido, foi publicado o Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017, que dispõe sobre a composição e as competências da Cofix, definindo com maior clareza e precisão os limites de atuação do setor público em relação aos projetos financiados com recursos externos, e prevê os seguintes temas:

- a) critérios técnicos para avaliação dos projetos;
- b) observação dos limites de operações de crédito para a União, estabelecidos pelo Senado Federal, e do limite de concessão de garantia da União;
- c) impacto das operações de crédito externo nas metas fiscais do setor público; e
- d) divulgação do calendário anual das reuniões da Cofix.

A Resolução Cofix nº 1, de 13 de janeiro de 2017, estabelece os seguintes critérios técnicos e financeiros para análise e classificação dos pleitos pela Cofix:

- a) capacidade de pagamento;
- b) trajetória e nível de endividamento;
- c) análise técnica do projeto;
- d) prioridade setorial; e
- e) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os critérios estabelecidos possibilitam a classificação e priorização dos projetos, bem como dos entes com melhores condições financeiras e capacidade de execução, propiciando resultados mais efetivos. Os dois primeiros critérios tratam da análise da capacidade financeira e do endividamento do ente, observando que o primeiro é eliminatório. O terceiro trata da análise técnica dos aspectos relativos ao desenho,

à gestão e ao risco do projeto. O quarto pontua os projetos de acordo com as prioridades setoriais; e o quinto favorece os entes com o menor IDH.

Foi também publicada a Resolução Cofix nº 2, de 05 de setembro de 2017, que dispõe sobre os percentuais mínimos e a origem da contrapartida de operações de crédito externo com garantia da União. A norma reduziu a contrapartida dos municípios de 50% do total do projeto, estabelecendo o percentual mínimo de 20% para estados e municípios. As contrapartidas são de origem tributária, definidas na Constituição Federal, ou seja: (i) provenientes de tributos arrecadados diretamente pelo ente; (ii) provenientes de repasses relativos à contraparte de tributos arrecadados por outras esferas de governo; e (iii) provenientes de repasses dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

A redução do percentual mínimo de contrapartida para municípios e a definição de sua origem possibilitam uma melhor focalização e estruturação do projeto, contribuindo para uma preparação e execução mais eficientes. Segundo manifestação das agências internacionais de desenvolvimento, a Resolução nº 2/2017 proporciona maior coerência e qualidade nas propostas de financiamento, além de eliminar a pulverização de ações para alcançar a antiga paridade de 50%.

4.19.1.2.1. Processo de contratação de operações externas

O processo de contratação de uma operação de crédito externo inicia-se com a autorização da Cofix, por meio de resolução, para a preparação do projeto. Nessa fase, o documento inicial submetido à Cofix (carta-consulta)⁶⁷ é avaliado pelo agente financeiro. É realizada uma série de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, e a carta-consulta se transforma em um documento de projeto com todos os detalhamentos necessários, tanto do ponto de vista

⁶⁷ A carta-consulta é o documento oficial submetido à Cofix contendo o diagnóstico do problema, solução proposta, objetivos específicos, detalhamento dos componentes do projeto com suas metas e quantitativos financeiros, bem como do funcionamento operacional e institucional.

técnico da implementação do projeto, quanto jurídico. Essa etapa atende, fundamentalmente, ao ciclo de avaliação específico de cada agente financeiro, variando em função das suas normas operacionais, das características e complexidade do projeto e da capacidade institucional do futuro mutuário.

A etapa seguinte desse ciclo diz respeito às negociações dos contratos de empréstimo e de garantia vinculados à obtenção do financiamento externo. Cabe à Seain/MP dar início e coordenar o processo de negociação. A realização dessa fase é condicionada ao posicionamento do Ministério da Fazenda (MF) sobre a avaliação financeira⁶⁸ preliminar do proponente.

Uma vez preparado tecnicamente o projeto e concluída a negociação contratual, é avaliada uma série de itens de natureza financeira pelo MF, com o objetivo de cumprir as previsões normativas e de submeter a operação de crédito ao Senado Federal⁶⁹.

Concluída essa etapa e aprovado o pleito de financiamento pelo Senado Federal, passa-se à fase de contratação da operação de crédito (assinatura dos contratos de empréstimo e de garantia), realizada entre o mutuário, o agente financeiro e o garantidor.

4.19.1.2.2. Atuação da Seain no âmbito do financiamento externo

No processo de obtenção de financiamentos externos, a Seain/MP atua como Secretaria Executiva da Cofix e, por meio da Coordenação-

⁶⁸ A avaliação financeira preliminar refere-se à verificação dos limites e condições para a realização da operação de crédito elencados no § 1º, incisos I e II, do art. 6º e incisos I, II e III, do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº43/2001, da verificação de pendências em operações de crédito e cadastro da dívida pública.

⁶⁹ Segundo os incisos VII e VIII, do art. 52, da Constituição Federal, cabe ao Senado dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal, bem como dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno. Ainda segundo o inciso IV, do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cabe ao Senado Federal autorizar as operações de crédito externas, desde que verificados pelo Ministério da Fazenda os limites e condições da operação.

Geral de Financiamentos Externos (Cogex/Seain), coordena as ações relativas à avaliação e classificação de projetos do setor público, fornecendo subsídios à Cofix nas decisões para autorização da preparação de projetos.

As principais atividades da Cogex são:

- a) coordenar as atividades do GTEC, composto por representantes indicados pelos membros da Cofix, no que diz respeito à avaliação de carta-consulta referente a pleitos para financiamentos externos do setor público;
- b) examinar e avaliar pleitos com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos de interesse de entidades públicas;
- c) examinar e avaliar pleitos, no âmbito do GTEC, relativos a alterações contratuais de aspectos técnicos de projetos em execução, em particular no que se refere a alterações técnicas, prorrogações de prazo de desembolsos, cancelamento de recursos, entre outros;
- d) acompanhar a carteira de projetos nas fases de preparação e execução, inclusive com a realização de missões técnicas;
- e) coordenar o processo de negociação dos contratos de empréstimos entre o Governo Federal, mutuários e as agências internacionais de desenvolvimento; e
- f) realizar reuniões periódicas de revisões de carteira com as agências internacionais de desenvolvimento, com o objetivo de avaliar o desempenho dos projetos em execução e de propor ajustes com vistas a melhorar a sua execução.

A Seain/MP vem realizando atividades para o fortalecimento da preparação, monitoramento e avaliação das operações de crédito externo no Brasil. A implantação do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS) foi um avanço importante na estruturação, no ordenamento e no fluxo de informações das operações de crédito. O seu desenvolvimento e operacionalização exigiram articulação

com os mutuários, um grande esforço interno para o seu adequado funcionamento e alcance dos resultados esperados.

Para melhoria do processo de contratação de operações de crédito externo foi necessária a atualização e modificação de toda a legislação concernente à Cofix. Para essa finalidade foram publicadas as seguintes normas:

- a) o Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017, que dispõe sobre a composição e as competências da Cofix;
- b) a Resolução Cofix nº 1, de 13 de janeiro de 2017, que institui os procedimentos para encaminhamento, apresentação, análise e avaliação dos projetos vinculados aos pleitos de operações de crédito externo de interesse do setor público, e definição da periodicidade das reuniões da Cofix;
- c) a Resolução Cofix nº 2, de 05 de setembro de 2017, que dispõe sobre os critérios relacionados à contrapartida de estados e municípios;
- d) a Resolução Cofix nº 1, de 18 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o Regimento Interno da Cofix; e
- e) a Resolução Cofix nº 2, de 18 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o Regimento Interno do GTEC.

Regida pelo acima mencionado Decreto nº 9.075/2017, a Cofix constitui órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). É composta por representantes desse órgão e dos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, a saber:

- I. Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que será o seu Presidente;
- II. Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que será o seu Secretário-Executivo;

- III. Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- IV. Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- V. Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- VI. Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
- VII. Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
- VIII. Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda;
- IX. Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério de Relações Exteriores; e
- X. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), como órgão consultivo.

4.19.1.2.3. Etapas de tramitação para financiamento externo

O trâmite para aprovação de um financiamento externo ao setor público tem o seu processo iniciado na Seain e passa por fases que abrangem desde a apresentação de documentação original para o início do processo e vão até o encerramento da operação de crédito. Essas etapas estão melhor definidas a seguir:

Fase de análise: inicia com a apresentação de documento denominado de Carta-Consulta na Seain, que é apresentado formalmente ao Grupo Técnico da Cofix, e finaliza com a avaliação da proposta de financiamento no âmbito da Cofix.

Fase de preparação: inicia a partir da data de publicação da Recomendação Cofix no Diário Oficial da União (D.O.U), e finaliza com o recebimento, por parte do governo brasileiro, das minutas dos contratos de empréstimo e de garantia (se for o caso) encaminhados pelo organismo financiador.

Fase de negociação: inicia a partir da data de recebimento por parte do governo brasileiro das minutas contratuais, e finaliza com o término das negociações entre o governo brasileiro e o organismo financiador.

Fase de assinatura pelas partes: inicia a partir da data de encerramento das negociações das minutas contratuais, e finaliza com a formalização da contratação, isto é, da assinatura do contrato firmado entre o órgão tomador e o organismo financiador da operação de crédito externo, lembrando que essa formalização está sujeita à aprovação da operação de crédito externo pelo Senado Federal.

Fase de efetividade: inicia a partir da data de assinatura dos contratos de empréstimo e de garantia (se for o caso), e finaliza na data de realização do primeiro desembolso.

Fase de execução: inicia a partir da data do primeiro desembolso, e finaliza na data prevista para o último desembolso, conforme disposto no contrato de empréstimo da operação.⁷⁰

4.19.1.3 Análise sucinta da carteira da Cofix de 1990 a 2006

Desde o início de seu funcionamento até o ano de 2006, a Cofix recomendou 817 projetos candidatos a financiamento externo, totalizando a marca de US\$ 57,47 bilhões (a preços correntes) (ver Tabela 4.7). Os anos com mais alto valor de financiamento externo no período foram 1993 (gestão Denot Medeiros), 1995 (gestão Mauro

⁷⁰ Para maiores detalhes, ver o Manual de Financiamentos Externos da Seain, disponível no link: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais>>.

Marcondes), 1998 (gestões Roberto Jaguaribe e Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira) e 2005 (gestão José Carlos Miranda). O valor dos projetos aprovados nesses quatro anos representou 38,5% do total aprovado no período, uma fase marcada pela posse de presidentes eleitos após o regime militar, estabilização do Plano Real, crises e ajustes da dívida estadual, choques externos e mudanças políticas.

Tabela 4.7. Valor e número de projetos recomendados pela Cofix, 1990-2006 (*)

Anos	Valor dos Empréstimos (em USD correntes)	Participação no valor acumulado de Projetos (%)	Número de Projetos	Participação no número acumulado de projetos (%)
1990	2.766.923.673,20	4,81	39	4,77
1991	4.092.254.580,40	7,12	50	6,12
1992	3.382.350.670,30	5,89	54	6,61
1993	5.936.776.198,40	10,33	53	6,49
1994	1.846.443.000,00	3,21	22	2,69
1995	5.253.430.000,00	9,14	55	6,73
1996	4.796.751.500,00	8,35	60	7,34
1997	4.178.695.057,60	7,27	41	5,02
1998	5.326.688.049,97	9,27	46	5,63
1999	1.054.678.173,60	1,84	29	3,55
2000	1.443.801.486,58	2,51	41	5,02
2001	3.286.598.963,92	5,72	62	7,59
2002	1.809.579.791,40	3,15	35	4,28
2003	1.065.528.000,00	1,85	39	4,77
2004	4.054.615.893,85	7,06	61	7,47
2005	5.580.278.062,00	9,71	56	6,85
2006	1.596.085.722,68	2,78	74	9,06
Total Geral	57.471.478.823,89	100,00	817	100,00

Fonte: MP/Seain/Cogex; elaboração: MP/Seain.

4.19.1.4 Análise mais detalhada da carteira da Cofix de 2007 a 2017

Nos últimos 10 anos desde 2007, a Cofix aprovou 453 projetos do setor público nas três esferas de governo, recomendando operações de crédito externo de US\$ 89,7 bilhões em empréstimos e US\$ 66,8 bilhões em contrapartidas (ver Tabela 4.8 e Figura 4.5). Isso totalizou US\$ 156,6 bilhões de investimentos, o que representa um expressivo esforço de financiamento à formação bruta de capital fixo do país.

Tabela 4.8. Valor e número de projetos recomendados pela Cofix, 2007-2017

Número de Projetos (no)	Empréstimos externos (US\$)	Contrapartidas (US\$)	Valor Total dos Investimentos (US\$)
453	89.713.979.667.39	66.888.285.440.69	156.602.265.198,08

Fonte: MP/Seain/Cogex; elaboração: MP/Seain.

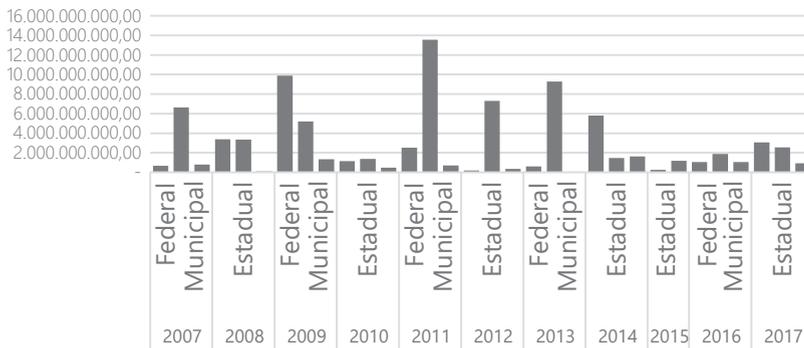
Figura 4.5 – Cofix: número de projetos e valor de empréstimos (US\$), 2007-2017



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP.

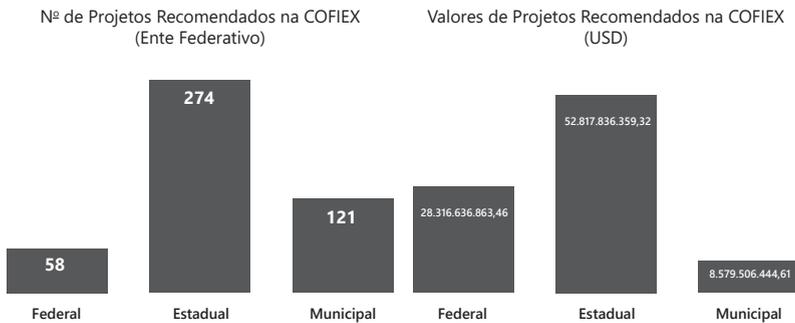
Em termos de mutuários, os estados responderam por 274 projetos (60% do total) e US\$ 52,8 bilhões (58,9% do total). Órgãos federais tiveram 58 recomendações da Cofix, com US\$ 28,3 bilhões (31,5% do total). Os municípios ficaram com 121 recomendações e US\$ 8,5 bilhões de financiamento (9,6% do total) (ver Figuras 4.6 e 4.7).

Figura 4.6 – Número de projetos recomendados pela Cofix por mutuários, 2007-2017



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP.

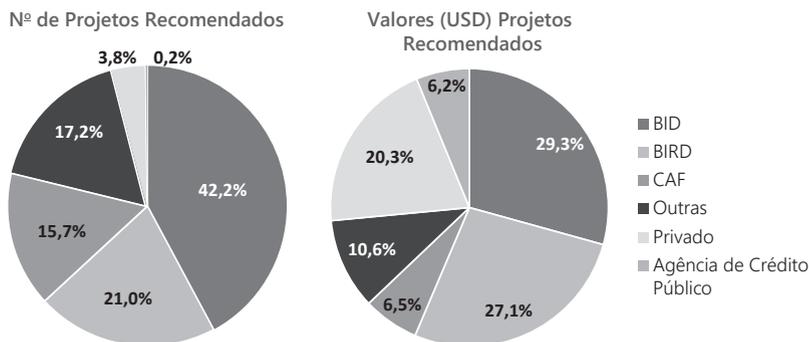
Figura 4.7 – Números e valores de empréstimos recomendados pela Cofix por entes federativos, 2007-2017



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP.

Com relação às fontes financiadoras, o BID respondeu pela maioria dos projetos recomendados pela Cofix (42,2% do total), seguido pelo Banco Mundial (21%) e a CAF (15,7%). Em termos de valores de operações de crédito externas aprovadas, o BID ficou com US\$ 26,2 bilhões (29,3% do total), seguido de perto pelo Banco Mundial, com US\$ 24,3 bilhões (21,1%). A CAF participou com US\$ 5,8 bilhões (6,5%) (ver Figura 4.8).

Figura 4.8- Números e valores de empréstimos recomendados pela Cofix por entes federativos (em percentuais)



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP

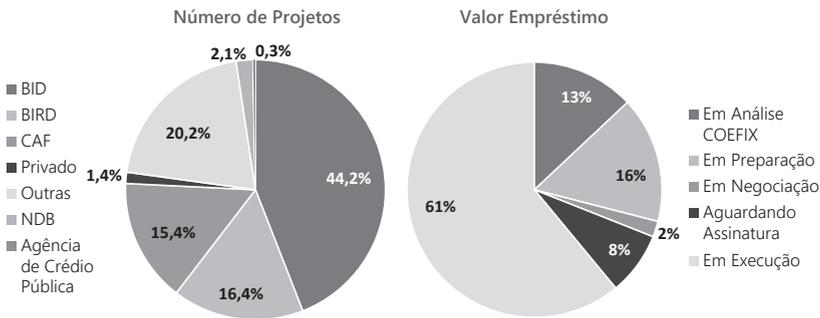
No que concerne às fases da carteira de projetos da Cofix, existem atualmente 292 projetos, sendo 128 projetos em execução (US\$ 30,3 bilhões de empréstimos ou 61% do total da carteira); 39 projetos prestes a serem assinados (US\$ 4,0 bilhões ou 2% do total) e 14 projetos em negociação (US\$ 1 bilhão). Há mais 50 projetos em preparação (US\$ 7,6 bilhões ou 16% do total) e mais 61 outros em análise pela comissão com um pipeline de US\$ 6,2 bilhões (ver Tabela 4.9 e Figura 4.9).

Tabela 4.9. Números e valores de empréstimos na Cofix por fases (posição em 31/12/2017)

Fase	Fase atual	
	Número de projetos	Valor dos Empréstimos Externos (US\$)
Em análise pela COFIEIX	61	6.272.113.410,00
Em preparação	50	7.682.541.936,00
Em negociação	14	1.068.003.636,00
Aguardando assinatura	39	4.079.752.824,00
Em execução	128	30.341.189.530,00
Total Geral	292	49.443.601.336,00

Fonte: MP/Seain/Cogex; elaboração: MP/Seain.

Figura 4.9 – Números e valores de empréstimos na Cofix por fases em percentuais (posição em 31/12/2017)



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP

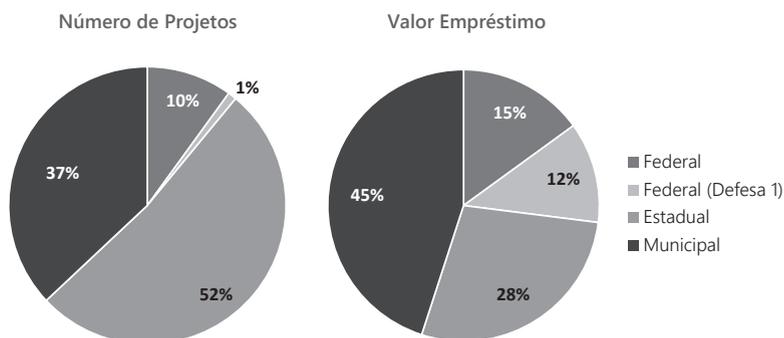
Sob o prisma das esferas de governo, a carteira de 292 projetos Cofix tem 151 projetos de âmbito estadual (totalizando créditos de US\$ 22,3 bilhões ou 45% do valor total), 107 projetos municipais (US\$ 7,2 bilhões ou 15% do valor total), 31 projetos federais (US\$ 5,9 bilhões ou 12%) e, especificamente, mais três projetos federais de âmbito do Ministério da Defesa (US\$ 13,8 bilhões ou 28%) (ver Tabela 4.10 e Figura 4.10).

Tabela 4.10. Números e valores de empréstimos na Cofix por esferas de governo (posição em 31/12/2017)

Esfera de governo		
Esfera	Número de projetos	Valor dos empréstimos externos (US\$)
Federal	31	5.910.656.691,00
Federal (Defesa)	3	13.872.604.874,00
Estadual	151	22.364.631.928,00
Municipal	107	7.295.707.844,00
Total Geral	292	49.443.601.337,00

Fonte: MP/Seain/Cogex; elaboração: MP/Seain.

Figura 4.10 – Números e valores de empréstimos na Cofix por esferas de governo em percentuais (posição em 31/12/2017)



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP

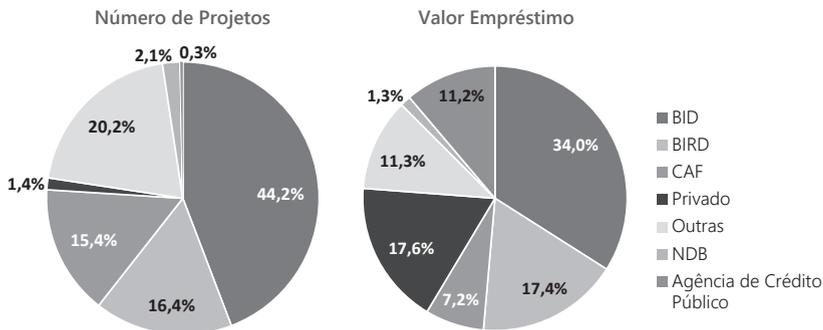
Na ótica das fontes de recursos externos, a carteira de 292 projetos Cofix tem 129 projetos financiados pelo BID (totalizando créditos de US\$ 16,7 bilhões ou 34% do valor total); 48 projetos do Banco Mundial (US\$ 8,6 bilhões ou 17,4%); 45 projetos da CAF (US\$ 3,5 bilhões ou 7,2%); quatro projetos de fontes privadas (US\$ 8,6 bilhões ou 17,6%); seis projetos financiados pelo NDB (US\$ 0,66 bilhão ou 1,3% do total), um projeto de agência de crédito público (US\$ 5,5 bilhões ou 11,2%) e demais instituições com 59 projetos e US\$ 5,5 bilhões financiados) (ver Tabela 4.11 e Gráfico 4.11).

Tabela 4.11. Números e valores de empréstimos na Cofix por fontes (posição em 31/12/2017)

Fonte de Recursos		
Fonte	Número de projetos	Valor dos empréstimos externos (US\$)
BID	129	16.788.317.083,00
BIRD	48	8.613.639.711,00
CAF	45	3.443.461.537,00
Privado	4	8.685.160.051,00
Outras	59	5.590.143.364,00
NDB	6	664.674.056,00
Agência de Crédito Público	1	5.558.205.535,00
Total Geral	292	49.343.601.337,00

Fonte: MP/Seain/Cogex; elaboração: MP/Seain.

Figura 4.11 – Números e valores de empréstimos na Cofix por fontes de financiamento (posição em 31/12/2017)



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP

Finalmente, em termos setoriais, a carteira da Cofix se distribui entre os seguintes principais setores: 79 projetos de reestruturação urbana (US\$ 6,2 bilhões ou 12%); 47 projetos em gestão ambiental (US\$ 5,9 bilhões ou 12%); 44 projetos em reforma do Estado (US\$ 6 bilhões ou 12%); 35 projetos em transportes (US\$ 7,3 bilhões ou 15%); 15 projetos em educação (US\$ 2,4 bilhões ou 5%); 23 projetos em agricultura (US\$ 1,6 bilhão ou 3%); e 11 projetos em saúde (US\$ 1,5 bilhão ou 3%). Por último, o setor de defesa tem apenas três projetos (Prosub, Caças Gripen e helicópteros), mas no valor de US\$ 13,8 bilhões ou 28% do total (ver Tabela 4.12 e Figura 4.12).

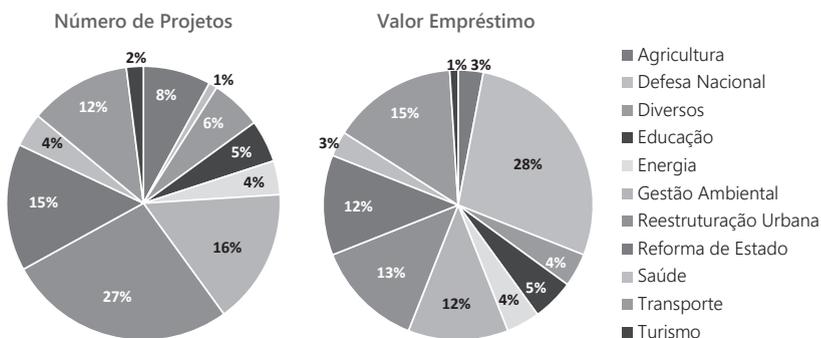
Tabela 4.12. Números e valores de empréstimos na Cofix por setores (posição em 31/12/2017)

Setor		
Setor	Número de projetos	Valor dos empréstimos externos (US\$)
Agricultura	23	1.658.737.853,00
Defesa Nacional	3	13.872.604.874,00
Diverssos	16	1.942.136.139,00
Educação	15	2.476.083.209,00
Energia	12	1.802.807.857,00
GestãoAmbiental	47	5.970.663.739,00
Reestruturação Urbana	79	6.256.229.929,00

Setor		
Setor	Número de projetos	Valor dos empréstimos externos (US\$)
Reforma do Estado	44	6.009.571.638,00
Saúde	11	1.518.722.310,00
Transporte	35	7.236.708.544,00
Turismo	7	609.335.245,00
Total Geral	292	49.353.601.337,00

Fonte: MP/Seain/Cogex; elaboração: MP/Seain.

Figura 4.12 – Números e valores de empréstimos na Cofix por setores (posição em 31/12/2017)



Fonte: Arquivo da Seain; elaboração: Seain/MP

4.19.2 – O papel do relacionamento com organismos internacionais (Coger)

Além das atribuições de avaliação, classificação e aprovação de projetos do setor público para fins de contratação (Cofix), a Seain/MP engloba também a gestão do relacionamento do Brasil na governança dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e fundos de desenvolvimento regionais e extrarregionais e as atividades de coordenação dos pagamentos a organizações internacionais, nos termos da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), instituída pelo Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016.

Compete, pois, à Seain, por um lado, providenciar os pagamentos de contribuições e integralizações de capital, materializando a participação brasileira em tais instituições e, por outro, acompanhar, na qualidade de membro das diretorias executivas e assembleias de governadores, os temas relacionados à governança e os assuntos operacionais e administrativos dos BMDs.

Novos espaços de atuação vêm sendo identificados com vistas a aperfeiçoar o relacionamento do país com os BMDs, principalmente no pertinente ao aproveitamento prático dos instrumentos por eles disponibilizados ao desenvolvimento regional, bem como com o objetivo de estabelecer e levar a cabo estratégias individualizadas para cada organismo. Tal abordagem tem por objetivo extrair o máximo de benefícios em termos de efetividade e eficiência na execução dos projetos e na prestação de atividades de cooperação técnica e financeira, tanto em território nacional como no território de outros países beneficiários, uma vez que o Brasil é acionista e interessado na eficiência institucional e operacional dos bancos multilaterais de que faz parte.

O MP não só detém as condições institucionais e o conhecimento acumulados necessários para alavancar a atuação brasileira e para otimizar os resultados da parceria com as instituições financeiras multilaterais, como também possui papel catalizador sobre o envolvimento do setor privado nacional por meio de projetos de desenvolvimento e infraestrutura por ele capitaneados. Assim, estabelecer uma ponte com o setor privado, fomentar o intercâmbio de informações com o setor público, identificar interesses e despertar o apetite de investir de tais agentes é uma vocação da Seain, ainda pouco explorada, que poderá ser levada a efeito pelo reforço da área de supervisão da governança dos BMDs.

Tal reforço poderá certamente potencializar o trabalho já executado pela Seain, alçando a secretaria e o ministério a um plano mais estratégico e propositivo. Portanto, em que pese a larga experiência

acumulada com o acompanhamento das atividades das instituições financeiras multilaterais, torna-se recomendável a formulação no âmbito do MP de uma nova estratégia para supervisionar e ampliar sua participação na governança dos bancos multilaterais.

Segundo o Regimento da Seain, compete à Coordenação-Geral de Relacionamentos com Organismos Internacionais (Coger):

- I. coordenar a participação do Brasil nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais o Ministério seja o órgão de enlace;
- II. subsidiar o Ministro de Estado, o Secretário-Executivo e o Secretário de Assuntos Internacionais na formulação da posição brasileira em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento;
- III. coordenar o processo de negociação e formalização da adesão a organismos financeiros internacionais de desenvolvimento no âmbito de competência do ministério e de novos compromissos de integralização de capital em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais o ministério seja o órgão de enlace;
- IV. coordenar o planejamento e a execução orçamentária referentes ao pagamento dos compromissos de integralizações de cotas nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a participação do país seja atribuição desse Ministério e de contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais sujeitos de Direito Internacional Público nos quais participem órgãos e entidades da administração pública federal; e
- V. coordenar a atuação da Seain como Secretaria-Executiva da Cipo.

A Coger é formada por duas coordenações: i) de Política com Organismos Internacionais (Copog); e ii) de Administração de Pagamentos a Organismos Internacionais (Copag).

À Copog compete:

- I. acompanhar e analisar as estratégias, políticas e as atividades dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão seja o órgão de enlace;
- II. elaborar a proposta orçamentária e os demais atos necessários para a realização dos pagamentos dos compromissos de integralizações de capital a organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais esse ministério é o órgão de enlace; e
- III. realizar estudos e formular propostas destinadas ao apoio, informação e orientação da participação da Seain em temas relacionados com organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras.

À Copag compete:

- I. contribuir para a elaboração do PLOA no que se refere ao pagamento dos compromissos de integralizações de cotas nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a participação do país seja atribuição desse Ministério e de contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais constituídos no Direito Internacional Público nos quais participem órgãos e entidades da administração pública federal;
- II. processar solicitações de pagamento de integralizações de cotas nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento

nos quais a participação do país seja atribuição destse Ministério e de contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais constituídos no Direito Internacional Público nos quais participem órgãos e entidades da administração pública federal; e

- III. realizar os trabalhos administrativos referentes à atuação da Seain como Secretaria-Executiva da Cipo.

4.19.3 O papel do relacionamento com comércio exterior (Cogea)

A participação da Seain na formulação da Política Brasileira de Comércio Exterior remonta ao disposto pelo Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, que regula o funcionamento e a composição da Câmara de Comércio Exterior (Camex), institui a participação do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na composição de seus mais distintos órgãos, tais como o Conselho de Ministros, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) e os grupos técnicos.

Em 2004, o acompanhamento do comércio exterior passou a ser atribuição formal da Seain, o que deu início a um longo processo de institucionalização do tema dentro da secretaria, enquanto a Seain e o ministério ocupavam, aos poucos, seu espaço nas políticas de comércio exterior, dentro do trabalho colegiado de formulação da Camex.

O ano de 2009 marca uma nova etapa da Seain na sua atuação na área de comércio exterior, com a criação da Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Assessoria Internacional (Cogea) e com o reforço de sua equipe técnica. Dessa forma, a Seain pôde reforçar sua participação e se consolidar como importante interlocutora nos temas de comércio exterior, tendo atuado em importantes discussões acerca de contenciosos comerciais internacionais, da gestão das

tarifas de importação, dos instrumentos de defesa comercial, do financiamento às exportações, dos investimentos e das negociações de acordos comerciais internacionais, em especial na matéria de contratações públicas.

A respeito de contratações públicas, cabe ressaltar que a Cogea organiza os trabalhos da Seain enquanto Secretaria-Executiva do Grupo Técnico de Contratações Públicas (GTCOP), criado em 2010. Assim, participa pro-ativamente nas negociações de acordos internacionais de contratações públicas e da coordenação interministerial desse tema no âmbito do governo brasileiro.

A partir de 2009, a função de assessoria internacional foi adicionada às atribuições da Cogea, que assumiu diversas funções, ora como apoiadora de missões internacionais recebidas no MP, ora como produtora de subsídios econômicos para o Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva, entre outras. Entretanto, o trabalho de assessoria que mais se desenvolveu nesses anos foi o de iniciar a estruturação da agenda de captação e promoção do investimento internacional do Brasil. Mais especificamente entre 2013 e 2015, coube à Cogea apoiar a Seain num conjunto de iniciativas que resultaram, no final do ano de 2016, na criação da Cogin, como nova Coordenação-Geral da Secretaria.

O trabalho da Cogea se materializa por meio de sua participação nos seguintes grupos técnicos da Camex, que podem ser estruturados em algumas grandes frentes:

Facilitação do comércio: trata-se de um conjunto de iniciativas que visam analisar cotidianamente e propor formas de aprimorar e facilitar o comércio exterior no Brasil, reduzindo os gargalos burocráticos e aumentando o dinamismo do Estado. Os principais grupos que compõem essa frente são:

- Grupo Técnico de Facilitação do Comércio (GTFAC);

- Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação Interna de Comércio Exterior (GTIC);
- Grupo Técnico de Estudos Estratégicos de Comércio Exterior (GTEX); e
- Grupo Técnico de Regulação.

Tarifa: uma das principais atribuições da política de comércio exterior é a gestão do Imposto de Importação, bem como a aplicação de medidas de proteção comercial. Para dar subsídio à decisão do Conselho de Ministros da Camex, a Seain, por meio da Cogea, compõe os seguintes grupos.

- Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 08/08 (GTAR-08);
- Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC);
- Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum do Mercosul (GTAT-TEC); e
- Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP).

Promoção de exportações e crédito externo: frente fundamental para, ao mesmo tempo, garantir a competitividade exportadora brasileira e gerir os créditos externos que o Brasil tem a receber, composta pelos seguintes grupos:

- Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior (Comace);
- Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (Cofig);
- Grupo Técnico do Programa Mais Alimentos Internacional (GTMAI); e
- Grupo Técnico Mais Alimentos.

Negociações internacionais: por fim, mas não menos importante, cabe à Seain acompanhar o conjunto de negociações internacionais de comércio de que o Brasil participa. Dentre outros grupos de

coordenação conduzidos pelo MRE para cada fórum, destacamos os seguintes grupos de reuniões mais constantes:

- Grupo Técnico de Contratações Públicas (GTCOP);
- Grupo de Coordenação Mercosul – União Europeia (GC Mercosul-EU);
- Grupo Técnico de Negociações Internacionais; e
- Grupo Técnico de Serviços.

4.19.4 O papel do relacionamento com investimentos internacionais (Cogin)

No contexto atual de globalização, os fluxos de capitais tendem a se intensificar na direção de economias emergentes que apresentem potencial de crescimento e significativos mercados domésticos. E, de acordo com relatórios do Banco Central e da Unctad, a participação do Brasil, nos últimos anos, é crescente nos movimentos de investimentos estrangeiros diretos (IED).

Diante do exposto, o governo brasileiro tem buscado ampliar o ingresso de IED mediante a execução de acordos internacionais e de memorandos de cooperação e de entendimento com governos de outros países. Esses memorandos têm como objetivo ampliar o ingresso de investimento externo com foco na ampliação de sua infraestrutura e no aumento da capacidade produtiva nacional em detrimento da mera atração de fluxos de capitais financeiros e especulativos.

Em função dessa diretiva, o Ministério do Planejamento firmou acordos com uma série de países com forte capacidade de investimento externo no setor produtivo: China, EUA, França, Japão e Itália. Por isso, foi criada, no final de 2015, uma nova área para dar suporte ao esforço de atração de investimento internacional e coordenar os trabalhos resultantes desses acordos: a Coordenação-Geral de Investimentos Internacionais (Cogin).

A Coordenação-Geral de Investimentos Internacionais (Cogin)

Segundo o Regimento da Seain, compete à Coordenação-Geral de Investimentos Internacionais (Cogin):

- I. coordenar as negociações e ampliar as realizações de acordos bilaterais de cooperação em investimentos em infraestrutura e da capacidade produtiva;
- II. acompanhar temas relacionados a infraestrutura, investimentos e serviços nos diversos comitês do governo, no âmbito de competência desse Ministério; e
- III. participar das discussões e negociações com outros países, fóruns, organizações e outras instituições internacionais nos temas de sua competência.

Os memorandos de entendimento e de cooperação

A Cogin vem executando as ações relativas aos acordos resultantes das parcerias bilaterais firmadas pelo governo brasileiro com o objetivo de aprimorar o setor de infraestrutura por meio da cooperação internacional. Até o momento já foram assinados cinco memorandos de cooperação e entendimento com os seguintes países: China, Itália, EUA, Japão e França.

Os objetivos específicos desses memorandos podem ser sistematizados da seguinte forma:

- identificar as áreas/setores e projetos prioritários para a promoção de cooperação e investimentos;
- fortalecer a cooperação comercial, industrial e produtiva entre os dois países no setor de infraestrutura e promover oportunidades de investimento em áreas específicas;

- promover a troca de conhecimento acerca das melhores práticas de planejamento, execução e supervisão de projetos;
- apoiar o intercâmbio de informações entre os setores público e privado para aprimoramento do quadro jurídico e institucional do setor de infraestrutura, sobretudo nas áreas dos projetos relativos a PPP e concessões;
- fomentar e viabilizar a discussão sobre financiamentos e temas afins;
- definir propostas para favorecer o acesso ao mercado e a atração de investimentos;
- fomentar a participação do setor público, em parceria com o setor privado, na organização de fóruns, seminários e quaisquer outras iniciativas para a promoção da cooperação.

Para a implementação das atividades relativas aos memorandos de cooperação e de entendimento (MoC e MoU) já firmados, foram instituídos grupos de trabalho (GT) que buscam fortalecer o intercâmbio entre as partes e discutir potenciais financiamentos de longo prazo. Na criação desses GTs, previu-se a realização de ao menos uma reunião anual, alternadamente entre os dois países. A coordenação do lado brasileiro nos grupos de trabalho é feita por integrantes do Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) e do Ministério das Relações Exteriores, por meio do Departamento de Promoção Comercial (DPR).

As reuniões sempre contam com o apoio de outros órgãos do governo brasileiro, como : Secretaria de Desenvolvimento de Infraestrutura (SDI/MP); Secretaria de Programa de Parceria de Investimentos da Presidência da República; Ministério de Minas e Energia, Ministério dos Transportes e Ministério das Cidades.

Na Tabela 1, são apresentados os aspectos gerais de cada acordo, incluindo data de assinatura, o tipo de memorando, descrição do escopo da cooperação e validade do acordo:

Tabela 14 – Aspectos gerais dos acordos

País	Data de assinatura	Tipo	Descrição	Escopo da cooperação	Validade
China	19/05/2015	Acordo-Quadro	Acordo-Quadro entre a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil para o Desenvolvimento de Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva.	Promover o investimento e a cooperação da capacidade produtiva, incluindo parcerias sobre inovação e tecnologias em áreas como: (i) infraestrutura e logística; (ii) energia; (iii) mineração; (iv) indústria manufatureira; (v) indústria agrícola; e (vi) quaisquer outras áreas acordadas entre as partes. Para a execução das atividades do acordo-quadro foi criado o Comitê Diretivo para Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva entre a China e o Brasil.	Cinco anos
Itália	5/11/2015	MoU	Memorando de Entendimento entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional da República Italiana para o Desenvolvimento dos Investimentos e o Fortalecimento da Cooperação Produtiva.	Promover os investimentos e a cooperação produtiva em áreas como: (i) infraestruturas e logística; (ii) energia; (iii) maquinários; (iv) equipamentos médicos e hospitalares; (v) setor automotivo e de estaleiros navais; (vi) toda outra área acordada entre as partes.	Cinco anos

Fonte: MP/Seain/Cogin.

Tabela 14 – Aspectos gerais dos acordos (continuação)

País	Data de assinatura	Tipo	Descrição	Escopo da cooperação	Validade
EUA	31/03/2016	MoC	Memorando de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre o Desenvolvimento de Infraestrutura.	Promover a elaboração e a execução conjunta de ações para apoiar, por meio da cooperação mútua, o desenvolvimento de atividades que contribuam para o desenvolvimento do setor de infraestrutura, incluindo a troca de informações sobre melhores práticas de planejamento, execução e supervisão de projetos, bem como a identificação de eventuais parcerias comerciais e de investimentos.	Cinco anos, prorrogáveis por mais cinco anos
Japão	16/10/2016	MoC	Memorando de Cooperação entre o Japão e a República Federativa do Brasil para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura.	Realizar os esforços necessários a fim de fortalecer a cooperação na promoção de investimentos no setor de infraestrutura, incluindo: (i) transporte e logística; (ii) tecnologia da informação e de comunicações; (iii) energia.	Prazo indeterminado
França	31/03/2017	MoU	Memorando de Entendimento entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da República Federativa do Brasil e o Ministério da Economia e Finanças da República Francesa para a Promoção dos Investimentos e o Fortalecimento da Cooperação em Infraestrutura.	Promover o desenvolvimento dos investimentos e a cooperação nas áreas de: (i) infraestrutura de transporte e logística; (ii) energia; (iii) desenvolvimento urbano; (iv) comunicação via satélite; (v) financiamento de estudos para projetos de relevância para os signatários.	Sem prazo

Fonte: MP/Seain/Cogin.

A partir das discussões relativas a cada memorando, percebeu-se que, para o atendimento das expectativas de ambas as partes, seria necessário que ocorressem trocas de experiências de acordo com os seguintes eixos temáticos:

- cooperação técnica: intercâmbio de boas práticas e de tecnologias, por meio da organização de seminários técnicos e da realização de viagens para viabilizar estudos em ambos os países;
- cooperação institucional: intercâmbio de modelos de gestão e governança entre representantes do governo e da iniciativa privada; e
- mecanismos de financiamentos e garantias financeiras: desenvolvimento de instrumentos de financiamento, quando necessário, e discussão dos aspectos mais relevantes do ambiente de negócio do Brasil, visando dar credibilidade aos investidores estrangeiros.

A agenda de trabalho relativa a cada um dos memorandos vem sendo formatada conjuntamente com todos os representantes do grupo de trabalho, com o intuito de fortalecer a governança no processo de tomada de decisão acerca das prioridades. Ademais, acredita-se que o trabalho conjunto tende a ter maior legitimidade entre os atores envolvidos por ter a capacidade de incorporar os anseios e vontades de todas as partes.

Memorando de entendimento com a Itália

Entre as atividades desenvolvidas no âmbito do MoU entre Brasil e Itália, destaca-se a realização de seis reuniões técnicas, sendo cinco delas relativas a setores de infraestrutura (energia, rodovias e aeroportos e portos) e uma relativa aos desafios dos financiamentos de projetos no Brasil. Destaca-se que a 5ª e a 6ª reunião contaram, respectivamente, durante a cerimônia de abertura, com a presença

da então Ministra das Reformas Constitucionais e Relações com o Parlamento da Itália, Maria Elena Boschi, e do então Vice-Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália, Ivan Scalfarotto.

Memorando de cooperação com os EUA

As atividades de cooperação no âmbito do MoC entre Brasil e EUA apresentaram um escopo diferente dos demais memorandos, por terem ações mais restritas à realização de eventos no formato de seminários, videoconferências, mesas redondas e *workshops*. A primeira reunião anual do GT ocorreu em 08/12/2016, em Brasília, com foco em infraestrutura de transportes. Essa reunião contou com a presença de, aproximadamente, 150 participantes, e apresentou alguns desdobramentos ao longo de 2017 e 2018, como: reunião sobre compras (contratações) governamentais para infraestrutura e a iniciativa global de compras (USTDA); mesa redonda sobre financiamento de projetos de infraestrutura e transição de «*corporate finance*» para «*project finance*» (Nova Iorque); *Workshop* Técnico sobre Sistemas Inteligentes de Transportes (Brasília); a Conferência sobre Economia Digital (São Paulo) e o *2nd Infrastructure Financing Workshop* em Brasília.

Memorando de cooperação com o Japão

A primeira reunião do GT do MoC entre Brasil e Japão ocorreu em 31/08/2017, em Brasília, quando foram realizadas apresentações sobre a situação atual de investimentos em infraestrutura no Brasil, pelo lado brasileiro, e expectativas japonesas com relação a investimentos em infraestrutura no Brasil, pelo lado japonês. Após a reunião do GT, foram realizadas reuniões privadas entre empresas japonesas e representantes do governo brasileiro. Na semana de 7 a 13 de setembro de 2017, o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento visitou autoridades das instituições envolvidas no MoC em Tóquio, ocasião em que foi acordada a criação

de grupos técnicos de trabalho no âmbito do referido memorando. Desse modo, nos dias 20 e 21 de junho de 2018, ocorreu em Brasília a 1ª Reunião dos Subgrupos Técnicos, quando foram realizadas apresentações e debates em torno dos seguintes temas: saneamento, energia, transportes e mobilidade urbana, tecnologia da informação e comunicação e garantias financeiras. O evento contou com cerca de 100 participantes, sendo a delegação japonesa composta por 46 representantes do governo e do setor privado japonês.

Memorando de entendimento com a França

A primeira reunião do GT do MoU entre Brasil e França ocorreu em 03/10/2017, em Brasília, quando foram discutidos os seguintes temas: parcerias público-privadas: marco regulatório, análise e evolução; discussão sobre as experiências setoriais nos dois países; as PPPs a serviço das políticas de desenvolvimento de infraestrutura e do desenvolvimento local. As deliberações estabelecidas no final do evento foram organizadas a partir da proposição de duas linhas de atuação: (i) conjunto de ações para o GT; e (ii) conjunto de ações para atuação da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Atualmente, as atividades do MoU estão concentradas no sentido de selecionar, em conjunto com a Embaixada da França, os setores técnicos que deverão compor o escopo para as reuniões dos subgrupos técnicos.

Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva

Do Acordo-Quadro entre o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPDG) da República Federativa do Brasil e a *National Development and Reform Commission of the People's Republic of China* (NDRC), surgiu a necessidade de aprimoramento das discussões sobre os financiamentos dos projetos no Brasil. Por esse motivo, o *China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund*

Co., Ltd. (CLAIFUND), um fundo de investimento chinês com foco em investimentos de médio e longo prazo na América Latina foi incluído nas discussões.

Em 11/10/2016, foi assinado um memorando de entendimento entre o Secretário da Seain e o *Chief Managing Director do Claifund* para tratar das questões sobre o financiamento de projetos dentro do Brasil. Esse memorando resultou na constituição do Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva ("CBC-Fundo").

O CBC-Fundo foi oficializado com a publicação do Decreto nº 9.063, de 30 de maio de 2017, e tem como principal objetivo promover a cooperação entre chineses e brasileiros para ampliar a capacidade produtiva dos dois países. O fundo consiste de valor nocional de até US\$ 20 bilhões, sendo que instituições financeiras chinesas poderão aportar até US\$15 bilhões e instituições financeiras brasileiras até US\$ 5 bilhões, sendo a proporção média esperada de 3:1 (a cada dólar aportado por uma instituição brasileira, o Claifund poderá aportar até três dólares). Os potenciais financiadores são quaisquer instituições chinesas e brasileiras interessadas em aportar recursos para os projetos.

Para a operacionalização do CBC-Fundo, foi estabelecido um processo de triagem de cartas-consulta, que busca selecionar projetos considerados prioritários pelo governo brasileiro em setores de infraestrutura, bem como nos demais setores abrangidos pelo memorando de entendimento e que possam facilitar a cooperação da capacidade industrial entre o Brasil e a China.

Os projetos são enviados por meio de cartas-consulta para a Secretaria Executiva do Fundo, de acordo com os requisitos apresentados no Manual Operacional. O grupo técnico avaliará as cartas-consulta e, se não houver nenhum óbice, os projetos passam para a avaliação econômico-financeira dos potenciais financiadores. Após todas as análises e se houver manifestação de aprovação por um potencial

financiador brasileiro e um chinês, o GTT apresentará uma proposta de classificação dos projetos ao comitê diretivo para decisão final. Tanto no grupo técnico como no comitê diretivo as decisões são paritárias, com igual número de representantes brasileiros e chineses.

Uma das funções mais importantes do fundo de cooperação é facilitar o acesso ao capital de um ou mais investidores brasileiros e chineses. Na fase inicial, o fundo de cooperação atua como uma plataforma para conectar as empresas aos potenciais financiadores.

Além disso, os projetos que forem classificados pelo Comitê Diretivo do CBC-Fundo terão acesso a um canal para facilitar a comunicação com os órgãos de governo envolvidos, de modo a buscar soluções para problemas que possam existir entre as partes interessadas.

O CBC-Fundo pode facilitar o compartilhamento de técnicas, conhecimentos e experiências entre empresas chinesas e brasileiras, contribuindo para a cooperação para a ampliação da capacidade produtiva entre os dois países.

Em relação ao andamento do CBC-Fundo, destaca-se que, no dia 04/04/2018, foi realizada a 2ª reunião ordinária do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) do Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, na qual foram examinados seis projetos.

Após análise inicial, com base nas informações atuais, os membros chineses do GTT consideraram que cinco projetos poderão facilitar a cooperação industrial entre o Brasil e a China, e os membros brasileiros não apresentaram objeções para a realização das demais análises desses projetos. Agora, os projetos que abrangem os setores de energia, logística, infraestrutura e tecnologia, e que solicitaram um total de US\$ 2,4 bilhões ao Fundo Brasil-China, serão analisados em maiores detalhes por instituições financeiras dos dois lados.

Os interessados em participar do processo do fundo de cooperação devem submeter à Seain/MP o formulário eletrônico de carta-consulta preenchido, disponível no *web site* do Ministério do Planejamento.⁷¹

⁷¹ Cf. links: <<http://www.sigs.planejamento.gov.br/sigs/fbc/changeLocale.do?method=english>> e/ ou <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/fundo-brasil-china>>.

5 O planejamento e as relações internacionais no Brasil diante de novos desafios

No atual contexto de globalização e de mudanças na ordem global vigente desde o Pós Segunda Guerra, o trabalho de planejamento governamental enfrenta desafios maiores do que no passado, uma vez que o mundo ficou ainda mais imprevisível e complexo do que nos anos 90 do século 20. Por isso mesmo, o planejamento e a busca de visão estratégica continuam mais relevantes do que nunca.

A elaboração de uma estratégia de inserção econômica externa para o país por meio da sistemática de planejamento deve lidar com incertezas internas e externas, que são seus condicionantes. As incertezas domésticas derivam da oscilação da conjuntura política e econômica, bem como da complexa construção de consensos. Esses são fatores mutáveis por natureza, que podem favorecer ou dificultar a definição de grandes objetivos nas áreas do desenvolvimento, do comércio, da paz e segurança, dos direitos humanos, entre outras. Quanto maior o grau de consenso, mais segura será a base sobre a qual o planejamento projetará suas prioridades e definirá seus objetivos e metas. E, inversamente, a dificuldade de planejar cresce com a polarização política doméstica.⁷²

Conforme assinala Benoni Belli (2017), a atividade de planejamento constitui ferramenta valiosa para desenhar e formular políticas, ao propiciar reflexão estruturada sobre os desafios domésticos e internacionais e apontar caminhos possíveis para a perseguição dos

⁷² Cf. Belli, B (2017). O planejamento e a visão estratégica nas relações exteriores.

interesses nacionais. Mudanças bruscas e o aumento da incerteza tornam a tarefa mais difícil, porém ainda mais necessária. Antecipar-se a tendências e preparar-se para o mundo que desponta no horizonte, inclusive para o caso de confirmação de cenários menos favoráveis, não se confunde com previsões destituídas de base objetiva. Não há “bola de cristal” na atividade de planejar, cuja ambição se limita a apontar caminhos para moldar a realidade internacional aos interesses nacionais, evitando que sejamos tragados pelo fluxo incessante dos acontecimentos.

Tal como expresso na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2018), a superação dos desafios brasileiros para o desenvolvimento demanda estratégias e ações de médio e longo prazo, que requerem, por sua vez, a articulação e a cooperação de diferentes atores e organizações em prol de objetivos comuns. Diferentemente de um plano estático, tais ações devem ser revistas e aprimoradas, periodicamente, tendo em vista que os desafios do desenvolvimento possuem complexidade crescente e natureza quase estruturada. Há uma percepção de que o país precisa restabelecer um amplo debate do Estado com a sociedade em relação aos principais desafios para a promoção do desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo de maneira ambientalmente sustentável. Esse debate deve envolver, para além das questões nacionais, as agendas globais para as quais o Brasil assumiu compromissos, em que se destacam as agendas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS) e da 21ª Conferência das Partes (COP 21), Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.⁷³

Assim, o planejamento atual, diferentemente daquele das décadas de 1940-1970, cujo foco era prioritariamente o desenvolvimento econômico e de infraestrutura, deve incorporar as questões sociais

⁷³ Cf. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/developimento-socioeconomico-estrategia-nacional/estrategia-nacional-e-sumario-executivo>, acesso em 15/06/2018.

e ambientais. Além disso, considerando a tendência de participação mais ativa da sociedade, o governo deve buscar construir os consensos mínimos sobre a nação que queremos e assumir o papel de articulador do desenvolvimento.

Nesse sentido, o Estado deve definir claramente as suas prioridades, dialogar amplamente com a sociedade e aplicar de forma eficiente os recursos escassos. Há necessidade de reforçar o planejamento específico de sua atuação, com metas bem estabelecidas e, principalmente, o efetivo monitoramento e avaliação de resultados, além de definir de forma transparente os papéis e os espaços de atuação do governo e da iniciativa privada.

Espera-se que a melhoria da governança pública, com uma atuação estatal mais eficiente, eficaz e efetiva, aumente o bem-estar da população, melhore o ambiente de negócios e reduza os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Isso resultará no aumento da confiança da sociedade nas instituições públicas, o que é fundamental para garantir a legitimidade e a credibilidade da atuação estatal, formando-se um círculo virtuoso.

A esses fatores devem-se aliar as transformações geopolíticas e geoeconômicas globais que influenciam diretamente as políticas públicas. Assim, a execução da política econômica externa exige uma avaliação criteriosa do cenário internacional em que o Brasil se insere. Na atual conjuntura global, verifica-se crescente multipolaridade política e econômica. Na esfera econômica, a retomada do dinamismo nos Estados Unidos e na Europa, embora em um ritmo inferior, e a continuada ascensão da Ásia. No entanto, o crescimento global pode vir a ser limitado por medidas protecionistas e pelo risco de guerra comercial, além de riscos inerentes à estabilidade do sistema financeiro, em virtude dos elevados níveis de endividamento. Na esfera política, a crescente competição entre grandes potências tem a possibilidade de fragilizar a ordem internacional baseada em regras, dificultando a busca de soluções negociadas para temas que

interessam a todos: paz e segurança, desarmamento, mudança do clima, crises financeiras, epidemias, luta contra crimes transnacionais, segurança cibernética, entre outros.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: Giacomoni, James; Pagnussat, José Luiz. (Orgs.). Planejamento e Orçamento governamental Coletânea – Volume 1. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006. p. 167-169.

ALVES NETO, José Caetano. O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento no eixo Sul-Sul: limites, desafios e perspectivas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2013. Dissertação de Mestrado – Iseg, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. ARAFUNE, Shuichiro. O Brasil como um principal doador e sua futura cooperação técnica internacional, focalizando na parceria nipo-brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, IREL, 2012. Monografia de Especialista em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, Brasília.

BELLI, Benoni. O planejamento e a visão estratégica nas relações exteriores. O Estado de São Paulo, 24/10/2017.

- BRASIL. Ministério do Planejamento. Aliança para o Progresso. Relatório de 1967. Rio de Janeiro, 1968.

_____. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. Cooperação externa econômico-financeira e técnica. Rio de Janeiro, novembro de 1966.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Lanterna na popa, Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Desarrollo economico, planeamiento y cooperación internacional. Serie Conmemorativa del XXV Aniversario de la Cepal. Santiago: Cepal, 1973.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80. Nova Economia, Belo Horizonte: UFMG, v. 5, n. 1, ago. 1995.

GONZALES, Manuel José Forero et al. O Brasil e o Banco Mundial: um diagnóstico das relações econômicas, 1949-1989. Brasília: Ipea/Iplan, 1990.

IPEA 40 anos - uma trajetória voltada para o desenvolvimento: depoimentos ao CPDOC. D'ARAUJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de; HIPOLITO, Lucia (organizadoras). Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. O colapso das finanças estaduais e a crise da Federação. São Paulo: Editora Unesp, IE Unicamp, 2002.

_____. O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. Texto para Discussão. IE/Unicamp n. 94, mar. 2000.

MAIA, José Nelson Bessa. A paradiplomacia financeira dos estados brasileiros: evolução, fatores determinantes, impactos e perspectivas. Brasília: Universidade de Brasília: IREL, 2012. Tese de doutoramento em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, IREL, Brasília.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Aliança para o Progresso. Relatório de 1967. Brasília, 1968.

_____. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. Cooperação Externa econômico-financeira e técnica. Rio de Janeiro, novembro de 1966, mimeo.

MONTEIRO, Jorge Vianna; CUNHA, Luiz Roberto Azevedo. A organização do planejamento econômico: o caso brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico, Ipea, v. 3, n. 4, p. 1045-1064, dez. 1973.

- OLIVEIRA, Diógenes Walter. Nota Interna S/N ao Sr. Secretário da Subin, maio de 1981. Arquivo da SEAIN.

- PINTO DE CASTRO, Celso Corrêa; D'ARAUJO, Maria Celina S. Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2004.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento no período de 1995-2005. Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

_____. O Brasil e a cooperação Sul-Sul: como responder aos desafios correntes. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas – BRICS, Núcleo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, maio 2013.

REZENDE, Fernando; AFONSO, José Roberto. "O (Des)Controle do Endividamento de Estados e Municípios – Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma". Instituto de Pesquisas do IPEA, Texto para Discussão no 132, jan.1988.

RIBEIRO, R. Alaggio. A Aliança para o progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SENADO FEDERAL. Cooperação técnica e financeira internacional. Brasília: Gabinete do senador Bernardo Cabral, 1998.

Páginas na Internet:

<https://cpdoc.fgv.br/>

http://www.doinet.com.br/bdpv2/pesquisa_do.aspx

<https://www.iadb.org/pt>

<http://www.impresnacional.gov.br/consulta>

<http://www.ipea.gov.br/portal/>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>

<https://www.jusbrasil.com.br/home>

<http://www.planejamento.gov.br/>

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais>

<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>

I – Depoimentos de alguns ex-secretários

Meus tempos de Subin (de 1968 a 1971)

Eu era o encarregado de negócios na Embaixada do Brasil na capital mexicana quando o Senhor Ministro do Planejamento Hélio Beltrão passou pela cidade após uma viagem oficial aos EUA no início de maio de 1968. Na ocasião, o ministro sondou-me para ocupar um cargo que seria criado para tocar a cooperação econômica internacional no MP. Eu fiquei surpreso com o convite, agradei pela distinção e coloquei-me à disposição, mas tendo o cuidado de dizer que eu teria de ser liberado pelo Ministério do Exterior. O ministro então falou que conversaria com o chanceler Magalhães Pinto sobre a minha requisição para o Planejamento.

Removido da Embaixada no México, cheguei ao Rio de Janeiro em 14/10/1968, e assumi imediatamente a Subin, antes mesmo de formalizada minha assunção. Por uma troca de Avisos ministeriais, o Ministro do MRE Magalhães Pinto me pôs à disposição do Miniplan. A resposta do Planejamento foi dada com o Aviso nº 481, de 17/09/1968, observando que eu substituiria o Amauri Bier. Fui muito bem recebido pelo Ministro Reis Velloso, que me deu de imediato pequenas tarefas, como representá-lo em eventos. Fui logo designado Representante do Miniplan na Cobap (Comissão Nacional da Bacia do Prata).

Minha Secretária na Subin, todo o tempo, foi Giselle Muller, de nível superior e muito eficiente, indicada por um amigo, o Embaixador George Álvares Maciel. O professor Joaquim Faria Góes Filho tratava

de cooperação técnica e avaliava os projetos recebidos pelo Miniplan. Tinha estreito relacionamento com a Subin, mas não estava lotado na subsecretaria. O economista Newton Braga foi designado como meu assessor na Subin, mas estava doente e faleceu antes de assumir. Levei vários meses para conseguir um substituto: chamava-se João Ferreira Bentes. Nesse intervalo, convidei um funcionário que trabalhava no Cies, em Washington, mas ele desistiu devido à demora na “clearance” de segurança (recebido, afinal, como autorização). Senti falta de apoio técnico, durante meses. Lembro que os assuntos de cooperação técnica passaram, em 1970, a ser tratados diretamente na Subin pela professora Beatriz Wahrlich.

Diante da oportunidade de voltar ao exterior em minha carreira como diplomata, decidi que era chegado o momento de falar com o Ministro Reis Velloso. Ele então me perguntou se eu tinha alguém para recomendar ao cargo na Subin. Pensei logo no Aderbal Costa, um colega que trabalhara comigo na Embaixada do Brasil no México. O ministro tomou nota e pediu-me só um tempo para o convite e eventual remoção de Aderbal da Embaixada no México. Aderbal Costa tomou posse na Subin em 8/03/1971. Dias antes foi viabilizada a minha transferência para Secretaria de Estado por Portaria do Ministro do Exterior. No mesmo mês, de volta ao MRE, eu partia para meu posto, como representante do Brasil na FAO, em Roma. Vale notar que minha substituição pelo Aderbal já indicava a necessidade de que a Subin e todo o Miniplan se transferissem para Brasília. Em meu discurso de despedida, perante o Ministro Reis Velloso, na posse de Aderbal Costa, procurei salientar: o aprendizado que tive no contato com a visão técnica predominante no Miniplan; a importância do ministério como instância de planejamento, que podia trabalhar objetivamente mais do que outras pastas pelo que o país precisava, afastado das tensões políticas de momento que então surgiam dentro do movimento de 1964.

Embaixador Sérgio Fernando Guarischi Bath

Meus tempos de Subin (de 1979 a 1985)

Convidado pelo então Ministro de Planejamento Antônio Delfim Netto, ocupei o cargo de Secretário Internacional do Ministério através da Subin, órgão criado alguns anos antes pelos diplomatas Sérgio Bath e Aderbal Costa. Era comum, na época, que o Itamaraty cedesse diplomatas lotados em Brasília a diversos ministérios, constituindo uma rede de assessorias internacionais. O objetivo era duplo, pois, se, por um lado, o diplomata reforçava a capacitação do ministério em que estava lotado com o seu conhecimento e experiência de países estrangeiros, por outro lado, sua atividade promovia sinergia e convergência entre cada política setorial, competência do ministério técnico, com a política externa que constitucionalmente é tarefa do Itamaraty.

É necessário recordar que Brasília foi formalmente fundada no dia 21 de abril de 1960 e que o Itamaraty e as embaixadas estrangeiras só chegaram ao Planalto Central a partir de março de 1970. A escassez de mão de obra qualificada para o serviço público era gritante. A burocracia federal resistiu enquanto pôde contra a transferência para Brasília. Ir para Brasília comportava romper vínculos seculares com a elite carioca, com a sofisticada vida social e artística do Rio de então, com suas escolas de excelência de nível médio e superior. As estruturas burocráticas "espartanas" criadas pelo antigo Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público) não atendiam à escassa atratividade de se viver numa cidade pioneira, no meio do planalto do nada, dominada por chuvas torrenciais de verão e poeira vermelha e ventos fortes no frio inverno do microclima candango.

O governo militar, a partir de 1964, criou mecanismos paralelos de remuneração do funcionário público, criando o novo estatuto de "celetista", isto é, funcionários regidos pela Consolidação da Leis do Trabalho, em paralelo aos "estatutários", regidos pelas normas tradicionais do serviço público. Com o passar dos anos, a nova burocracia federal correspondeu plenamente às expectativas

dos governantes (ministros, presidente de estatais, autarquias). O capitalismo de Estado, promovido pelo governo militar, sobretudo a partir do Presidente Geisel, absorveu com eficácia a nova oferta de quadros especializados graças às generosas políticas salariais então em fase de expansão.

A Subin não fazia exceção à regra. A partir dos anos 80 do século 20, o Brasil se defrontou com uma crise cambial sem precedentes, quando o alto endividamento em dólares do setor público confrontou-se com a agressiva política de taxas de juros em dólares praticada por Paul Volcker para combater a inflação nos Estados Unidos. Nesse contexto de escassez de moeda forte, os programas de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e pelo BID ganharam importância conjuntural prioritária, não só pelo volume de dólares envolvido como pelo aval de qualidade representado pelo apoio dos bancos multilaterais à política econômica do governo. Tendo em vista de que os empréstimos no “pipeline” dos bancos citados tinham origem nos três níveis, federal, estadual e municipal, era preciso garantir aos representantes daqueles bancos que o tomador do projeto em análise tinha condições financeiras e legais para tomar aquele empréstimo.

Cabia a mim, como Secretário da Subin, à luz das informações recebidas do futuro usuário do empréstimo relativas à capacidade de endividamento, à inclusão do empréstimo no orçamento anual, às formalidades jurídicas legais, declarar junto ao banco prestador a aprovação do Ministério do Planejamento a essa operação. É importante salientar que esse processo de definição de prioridade se dava ao longo dos meses através de encontros na Subin, entre seus funcionários e os representantes dos bancos e dos tomadores dos empréstimos, tudo de maneira desburocratizada, a fim de garantir celeridade ao processo. Recordo-me que, em 1982 ou 1983, o Brasil pretendia negociar um programa de empréstimo com o Banco Mundial da ordem de US\$ 2 bilhões. Na época esse montante faria do Brasil o principal tomador de recurso do banco. Recebi, na Subin, o Vice-Presidente de operações do Banco Mundial, Ernest Stern,

famoso pelo rigor com que analisava os projetos a ele apresentados. Na ocasião, Ernest Stern declarou sua incredulidade em formular um programa anual com o Brasil naquele montante, dada a variedade dos projetos em pauta. Passados alguns meses, o programa anual foi aprovado naquele montante!

A visita de Ernest Stern ao Brasil foi enriquecida por dois episódios, um divertido, outro menos. Acompanhei Stern a uma viagem à Serra do Ibiapaba, no Ceará, para visitar um projeto de desenvolvimento rural. Fomos recebidos pelo diretor de um colégio primário local com seus alunos, todos uniformizados brandindo bandeirinhas do Brasil. Stern ficou surpreso ao notar que a maioria dos alunos eram alourados e de olhos verdes. Stern era holandês de origem. Recordei ao funcionário do banco que o holandês Maurício de Nassau (1604-1679) tinha dirigido por algumas décadas a Cia. das Índias Ocidentais na Região. Ademais, a serra do Ibiapaba, dada sua altitude, gozava de um microclima que, em julho, lembrava as temperaturas da Europa. Em Fortaleza, fomos recebidos pelo então governador do Ceará com muita cortesia. Mas, quando soube que o Banco Mundial pretendia fazer um levantamento dos grandes latifúndios nordestinos a fim de sugerir uma melhor distribuição de terras, ele fechou a cara e se despediu sem maiores cortesias.

Na mesma ocasião, o Brasil ainda recebia recursos de caráter concessional através do KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), órgão financeiro do governo alemão especializado em projetos sem contrapartida. Os financiamentos do KfW se concentravam no Rio Grande do Sul, no vale dos Sinos, tendo como beneficiários pequenos agricultores quase sempre selecionados entre os descendentes dos imigrantes alemães. O governo brasileiro tinha um comportamento ambíguo. Candidatava-se a receber ajuda concessional através do KfW ou do Programa Mundial de Alimentos ao mesmo tempo em que oferecia empréstimos preferenciais à África ou financiava assistência técnica não reembolsável à América Latina e África.

Por fim, vale mencionar que vários investimentos de estatais brasileiras na área de energia e de controle de tráfico aéreo contavam com o apoio de créditos do Tesouro francês destinados a financiar o "downpayment" dos projetos em questão, sendo as importações de equipamentos cobertas por bancos privados franceses através de "club deals" que reuniam os principais bancos franceses. Essa prática irritava profundamente o governo americano, que arguia que o financiamento concessional do Tesouro francês caracterizava concorrência desleal e feria os acordos que ambos os países firmaram na OCDE sobre disciplina de financiamentos estatais. Diante, porém, da política de juros do FED acima de 20%, tais reclamações não surtiram efeitos práticos. Com relação às atividades de cooperação técnica dada ou recebida entre o Brasil e parceiros estrangeiros, sugiro solicitar a colaboração de meu antigo secretário-adjunto, Diógenes Walter Oliveira, residente em Brasília.

Embaixador José Botafogo Gonçalves

Meus tempos de Subin (de 1985 a 1987)

Eu tive uma experiência de Brasil muito interessante, porque fui o diretor [secretário] da Subin, a Subsecretaria Internacional do Ministério do Planejamento (na época Seplan-PR).

Eu era o responsável, o catalisador dos programas com o Banco Mundial e com o BID, os programas de financiamento de projetos mais importantes. Então eu tinha relações muito intensas não só com a burocracia federal, na área elétrica, na área de petróleo, na área de habitação, saneamento e saúde, mas também com os estados, até com municípios eventualmente, e com os políticos envolvidos nos projetos.

Eram financiamentos expressivos que viabilizavam projetos muito grandes. Projetos com a máquina do Banco Mundial, que era um time espetacular, e do BID também. Então foi um período muito interessante, muito... Que não tinha praticamente nada de diplomático em si. Foi uma experiência de outro plano, outra natureza.

Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia

Meus Tempos de Seain (1994 a 1995)

Minha passagem pela Seain foi extremamente valiosa por vários motivos. Primeiro, porque foi minha primeira experiência em importante cargo executivo a nível federal, pois no setor público eu só tinha trabalhado no BNDES e na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Segundo, eu não entendia quase nada do serviço executado pela Seain e fiquei muito surpreso, positivamente, com a capacidade profissional da maioria dos funcionários daquela secretaria, com anos de experiência na área, e que, apesar de eu ser um “intruso”, pois não fazia parte de qualquer quadro funcional do serviço público federal, tenha sido recebido com tanta atenção e dedicação por parte dos seus integrantes. Terceiro, como estávamos na época de lançamento do Plano Real, achava que deveria dar alguma contribuição, dentro das prerrogativas da Seain, com algo que pudesse ajudar o novo governo que iria assumir o Brasil. Com a minha vasta experiência na área de análise de projetos (por causa do que executei no BNDES e na Vale), resolvi fazer uma checagem rigorosa dos projetos que faziam parte da carteira da Seain apoiados pelo Banco Mundial.

Para meu espanto, descobri que existiam inúmeros projetos, em todos os níveis – federal, estadual, municipal, estatal –, que estavam com problemas sérios, de toda ordem, em sua execução. Isso trazia um prejuízo financeiro para o país, porque muitos projetos estavam bastante atrasados em seus cronogramas de execução, com os mutuários pagando vultosas comissões contratuais pelo não cumprimento dos prazos acordados. Sem contar que muitos projetos tinham execuções estranhas, com serviços realizados fora de certos padrões de implantação normais. Outro prejuízo ao Brasil, decorrente de tais projetos executados de forma inadequada, era uma limitação, não escrita, mas conhecida, da possibilidade de o país assumir novos empréstimos com o Banco Mundial, fato que seria desejável para um novo governo animado com o sucesso do Plano Real.

Resolvi então, naquela minha checagem, trabalhar quase que secretamente – para evitar pressões inconvenientes dos mutuários, digamos, inadimplentes com a execução de seus projetos – com uma equipe restrita de executivos da Seain (os mais competentes dentro da excelência da secretaria) e com uma equipe menor do Banco Mundial, liderada por um seu diretor, pois ele também achava que deveríamos fazer uma “limpeza” na carteira de projetos da Seain.

Posso assegurar que não foi fácil, pois o objetivo era cancelar mais de uma dezena de projetos, em um valor total de muitos milhões de dólares, o que só podia ser feito com uma aprovação do Presidente da República. Com o apoio total do então Ministro do Planejamento (Beni Veras), mais tarde do então Ministro da Fazenda (Ciro Gomes), a quem cabia assinar a exposição de motivos a ser encaminhada ao Sr. Presidente da República, conseguimos fazer um trabalho excepcional.

Depois desse meticuloso trabalho, sem margem de contestação, graças à qualidade da equipe da Seain, tivemos sucesso com a aprovação, e elogio, de tudo pelo Sr. Presidente da República (Itamar Franco).

Baseado nessa experiência, creio que todo Secretário da Seain, pensando no melhor para o Brasil, deveria executar, em prazos adequados, uma revisão acurada de todos os projetos apoiados pelos organismos multilaterais de financiamento, para que nosso país seja considerado um dos melhores executores de projetos financiados por aqueles organismos, e para que os tomadores desses empréstimos possam aprimorar os seus processos de execução de projetos, evitando perdas e prejuízos desnecessários à nossa nação.

Jorge Marques Leandro

Meus tempos de Seain (de 1995 a 1998)

Minha experiência de quase quatro anos à frente da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) foi muito gratificante e se deu no rico e estimulante período da chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) à Presidência da República. Esse fato ensejou uma multiplicidade de mudanças relevantes no país, que incluíram medidas de racionalização administrativa, com melhoria na gestão pública e, particularmente, no gerenciamento macroeconômico, na continuidade dos desdobramentos do lançamento do Plano Real, ocorrido, em 1994, sob as diretrizes do próprio FHC, quando Ministro da Fazenda.

Cumpri com muito prazer e dedicação a função de secretário, entre abril de 1995 e abril de 1998. Lembro-me bem do convite, quase uma intimação, que me foi feito pelo Embaixador Luís Felipe Lampreia, querido e saudoso amigo, e então meu chefe na Delegação do Brasil em Genebra. Já tendo acolhido, naquele momento, a incumbência de ser o chanceler do novo governo, ele me disse que o então Deputado José Serra, eleito senador e já designado para o Ministério do Planejamento (MP), teria interesse em que eu assumisse a Seain e que meu retorno ao Brasil contava com o aval do próprio Presidente.

Aceitei, estimulado, essa proposta, apesar de vê-la representar o encerramento abrupto – e dois anos antes do prazo – de minha missão em Genebra, onde respondia pelas Seções de Propriedade Intelectual e de Desarmamento na Missão do Brasil, com interlocução na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A Secretaria seria minha primeira experiência no Governo Federal, fora do Itamaraty, onde ingressara no final dos anos 1970.

Foi um período interessante e desafiador. No comando do MP, Serra tinha grande foco na área econômica, mas com sua ênfase característica sempre revelava interesse e tinha estratégias e propostas

para todas as áreas da sua pasta. A essência do desafio da secretaria naquele momento – apesar de o órgão cobrir uma extensa área de responsabilidades – era a manutenção ou talvez a elevação a um novo patamar do relacionamento que o Brasil mantinha com os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), notadamente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD).

Lembro de haver relevantes discussões internas ao governo em duas dimensões: quanto à natureza de nosso relacionamento com os BMDs e também quanto à governança de nossa participação nessas instituições. Com relação ao primeiro ponto, a questão central era se o Brasil deveria continuar como relevante tomador de recursos, face à nossa melhor capacidade de captação no mercado depois da estabilização macroeconômica. Trata-se de debate válido ainda hoje. Naquela ocasião, como ainda agora, continuo a defender nosso interesse em tomar recursos dos BMDs não apenas por força das condições financeiras favoráveis, mas também em função da disciplina exigida na execução para o desembolso.

Com relação ao segundo aspecto, envolvendo a governança, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda mantêm até hoje, posições um tanto diversas. Naquela época, essa diferenciação tinha origem na própria designação das entidades. A Fazenda preferia o termo instituições financeiras internacionais (IFIs) para qualificar o BIRD e o BID, enquanto o Planejamento os definia como BMDs. Além da distinção implícita quanto à função central dessas instituições, estava em jogo também uma disputa de espaço de competências. O Ministério da Fazenda mantinha a governança não apenas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que era natural, mas também do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD). No caso desse último, porém, a governança fora historicamente relegada a segundo plano pela Fazenda, que sempre deu máxima prioridade ao FMI. Basta observar que, apenas em fins dos anos 1980, o Brasil pleiteou seu direito de nomear diretor para o Banco Mundial. A disputa de espaço foi arbitrada na própria Presidência da República,

que atribuiu ao Planejamento a governança do BID e manteve as demais na Fazenda.

O Brasil vinha de um período de contratações declinantes de recursos junto aos BMDs e de desempenho muito baixo na execução dos projetos. Desde o final dos anos 1980, mas sobretudo de 1990 a 1994, o desempenho brasileiro ficara muito abaixo da média do BIRD, chegando a ser o pior entre os grandes tomadores. Esses fatores levaram o Brasil a exibir um fluxo financeiro negativo conjuntamente com os dois bancos desde 1988. Com a estabilidade econômica aportada pelo Plano Real, além de uma maior aproximação com eles, sobretudo com o BIRD, uma vez que com o BID sempre houve maior facilidade de entendimento, a posição do Brasil mudou significativamente e, já em 1996, o país passou a deter o melhor desempenho de carteira entre os grandes tomadores do Banco Mundial. Também a captação sofreu inflexão muito positiva. Na primeira reunião com o BID, acordou-se uma meta de aprovação de novos empréstimos de US\$ 6 bilhões para o triênio até 1998. Com o BIRD, chegou-se no último CAS (Country Assistance Strategy) de minha gestão a um patamar de intenção de empréstimos de US\$ 3 bilhões anuais, incluindo recursos da IFC.

Esse intercâmbio relevante de propostas e de ideias, junto com uma recomendação do então Ministro José Serra acabaram definindo o tema para minha tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE). A conclusão e defesa ocorreram em 1997, o que me permitiu cumprir instância necessária para a ascensão aos patamares mais elevados da carreira diplomática. A tese era intitulada O Brasil e os bancos multilaterais de desenvolvimento: um histórico da relação e uma estratégia para a conjuntura atual e me permitiu trabalhar no sentido de firmar certas posições, como, por exemplo, entender a disciplina imposta ao Brasil por organismos como o BID e o BIRD como benéfica para o país, bem como explorar o vasto manancial de informações econômicas, financeiras, comerciais e mesmo políticas, disponibilizados por essas instituições para subsidiar as

relações brasileiras com terceiros países, em especial aqueles em desenvolvimento. Era também a época do Consenso de Washington, o que trouxe demandas excessivas, muitas descabidas, de natureza mais ideológica para os empréstimos, sobretudo os do BIRD. Mesmo assim, saí com a convicção de que a contratação de recursos junto a essas entidades poderia ser muito positiva, desde que não buscássemos operar em segmentos em que houvesse descompasso de visões e percepções.

De algum modo, tentávamos imprimir na equipe – meus colaboradores mais próximos: Stael Baltar, inicialmente diretora, logo secretária-adjunta; Sonia Simas, minha chefe de gabinete; Betty Grosskopf, Cecília Perez e vários outros; pessoas às quais sou muito grato – a motivação necessária para colocar o Brasil sempre em patamar diferenciado, numa frente de ação que considero quase uma obsessão pessoal em todos os cargos que ocupei. O entendimento que os bancos multilaterais de desenvolvimento tinham do Brasil naquele período era traduzido em imagem absolutamente não correspondente à relevância e à dimensão do país no cenário econômico global. E precisávamos reverter esse tipo de percepção.

Em suma, foi uma fase muito interessante, estimulante e, para mim, sobretudo de grande aprendizado, em que houve um efetivo processo de redefinição do posicionamento brasileiro junto ao BID e ao BIRD, com crescimento substancial dos empréstimos contraídos, dentro de uma perspectiva de maior responsabilidade no uso dos recursos e de cumprimento de metas e prazos firmados em cada projeto. Também conseguimos a inserção na CAF (Banco de Desenvolvimento da América do Sul), entidade hoje cada vez mais relevante, particularmente no cenário regional. Meu período de Seain ajudou a conformar premissas que norteiam meu trabalho até hoje e que, à medida que o tempo passa, adquirem importância ainda maior na condução dos desafios com os quais me deparo profissionalmente.

Embaixador Roberto Jaguaribe

Meus tempos de Seain (de 2000 a 2003)

Diplomata por formação, fui cedido pelo Itamaraty ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para exercer as funções de Secretário de Assuntos Internacionais. Nomeado em finais de 2000, tive uma experiência profissional rica e estimulante, à frente de uma equipe de técnicos excepcionais. Lá fiquei até meados de 2003.

Para mim, foram tempos estimulantes e desafiadores. Tempos de fortalecimento da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) e de adequação a um arcabouço jurídico e normativo crescentemente restritivo, mas decerto disciplinador, para os potenciais mutuários e tomadores de créditos externos, sobretudo quando se consolidava a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaco a preocupação pedagógica e orientadora da Seain, no novo cenário regulador, com vistas ao melhor desempenho de suas funções, através da divulgação em palestras, seminários e treinamento de servidores.

Desde suas origens mais remotas, em julho de 1968, ainda no Rio de Janeiro com o nome de Subin (Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional), a Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é uma instituição com uma longa história de eficiência e bons serviços prestados ao país, à luz de seu papel de formulação de diretrizes e de planejamento e coordenação de políticas e ações com vistas à captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais e instituições financeiras governamentais estrangeiras, destinados à execução de programas e projetos do setor público nos seus três níveis (federal, estadual e municipal).

É de assinalar-se que, pela sua dimensão institucional e pela complexidade e relevância de suas funções e também pela natureza

das atribuições de seu titular, a Seain se distingue de suas homólogas dos demais ministérios, exceto o Ministério da Fazenda.

Em meados de 2003, dei por terminada minhas funções de Seain e regressei à minha base, ao Itamaraty. De lá saí com o espírito público fortalecido e, sobretudo, um diplomata mais completo, mais preparado e mais conhecedor do país e de suas riquezas e potencialidades e, sobretudo, de seus desafios futuros. Tenho muito orgulho de ter feito parte da excepcional equipe de funcionários e técnicos da Seain. Foi para mim motivo de realização profissional e pessoal lidar com a enorme complexidade dos desafios do exercício da função de Secretário Internacional do MPOG.

Embaixador Dante Coelho de Sousa Lima

Meus tempos de Seain (de 2015 a 2016)

Assumi a Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento em momento tormentoso da vida nacional, quando se agudizava a crise política que levou ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e se iniciava a maior recessão econômica de nossa história republicana.

Diplomata de carreira, eu vinha de períodos de cessão pelo Itamaraty para a Assessoria Especial da Presidência da República (2011-2013) e o Ministério da Fazenda (2014-2015). Apesar de curto, meu período à frente da Seain foi certamente dos mais ricos e desafiadores de minha vida pessoal e profissional. Lá encontrei uma equipe de funcionários públicos extremamente talentosos e dedicados ao desenvolvimento nacional, com experiências e formações diversas, com faro apurado para o aperfeiçoamento dos melhores projetos sociais e de infraestrutura. Não posso deixar de agradecer nominalmente aos dois secretários adjuntos com quem tive a honra de trabalhar: Carlos Lampert e Flávio Basílio.

Em período de espaço fiscal reduzido e crise institucional entre os Poderes, de um lado, e de crescente demanda por projetos com financiamento externo – resultante, também, das dificuldades financeiras de estados e municípios –, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) manteve-se como espaço de cooperação e entendimento.

Em colaboração estreita com o Itamaraty, a Seain participou da consolidação da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), cuja primeira reunião formal tive a honra de secretariar. Trata-se de canal hoje imprescindível para conscientizar os demais órgãos da administração pública a respeitar nossas obrigações internacionais; e fundamental para que o orçamento reflita a importância de nossa política externa multilateral.

Na Seain deixei muitos amigos e muito aprendi. Aprendi com a enorme complexidade e capilaridade dos temas; com a interação por vezes surpreendente entre as dimensões interna e externa das políticas públicas; com a exigência, renovada cotidianamente, de se conhecer um Brasil muito além dos escritórios da Esplanada dos Ministérios. Voltei para o Itamaraty um funcionário público mais sensível e mais realizado.

Conselheiro Rodrigo Estrela de Carvalho

II – Galeria de Secretários da Subin

PRECURSOR: JOSÉ MARIA VILAR DE QUEIROZ (nomeação: 04/1964; exoneração: 06/1967)



Nascido em Natal/RN, em 07/03/1929. Entrou para a carreira diplomática em 1952. Especializado em diplomacia econômica e após servir nas Embaixadas do Brasil em Ottawa e em Paris, participou ativamente das principais negociações financeiras externas do Brasil nas décadas de 1960 e 1970. De 1964 a 1967, ele serviu como assessor informal para assuntos internacionais do Ministro do Planejamento Roberto Campos, a quem propôs a criação da Subin. Foi chefe da Divisão de Política Financeira do Itamaraty (1969-24/04/1970). A partir de 1969, desempenhou funções de assessor para assuntos financeiros externos do Ministério da Fazenda e (após 02/06/1971 até março de 1974) de chefe da Assessoria Internacional (atual Sain). Nessas funções, coordenou as negociações com as agências financeiras internacionais (FMI e BIRD) e governos estrangeiros, além da contratação de empréstimos externos e outras operações financeiras com o exterior.

1. SERGIO FERNANDO GUARISCHI BATH (nomeação:14/10/1968; exoneração: 01/03/1971)



Nascido no Rio de Janeiro em 11/11/1931. Estudou Economia pela Universidade de Georgetown (EUA). Ingressou na carreira diplomática em 1954. Serviu em diversos postos nos EUA, Bolívia, Itália, México e Japão, tendo sido Embaixador do Brasil na Malásia e no Suriname. Foi diretor-adjunto temporário no BID (1963 e 1965) e no FMI (1964); representante residente do Brasil na FAO em Roma, e coordenador de Economia e depois diretor em duas gestões (1975-1981 e 1991-1995) do Instituto Rio Branco (IRBr), do qual ele geriu a transferência do Rio de Janeiro para Brasília em 1991.

Foi o primeiro titular da Subin a convite do então Ministro do Planejamento Hélio Beltrão.

2. ADERBAL COSTA (nomeação: 08/03/1971; exoneração: 20/07/1977)



Nascido no Rio de Janeiro em 20/08/1933. Graduado em Direito pela PUC-RJ, ingressou na carreira diplomática em 1957. Desempenhou atividades como encarregado de negócios no México e na Bolívia até remoção à Secretaria de Estado do MRE em 23/11/1970. No início de 1971, foi requisitado pelo Ministério do Planejamento e investido na função de Subsecretário da Subin, cargo que manteria por seis anos e quatro meses, ao fim dos quais foi nomeado Ministro Conselheiro da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, na Suíça (1977-1980). Exerceu ainda o cargo de Assessor Internacional do Ministério dos Transportes (1985). Foi Embaixador do Brasil na República da Guiana (1986-1993) e no Kuaite (1993-1995), além de cônsul-geral em Los Angeles (1980-1982), EUA, e Berlin, na Alemanha (1996-1998). Foi aposentado compulsoriamente em 21/08/2003 aos 70 anos de idade.

3. ÁLVARO GURGEL DE ALENCAR NETTO (nomeação: 16/08/1977; exoneração: 12/03/1979)



Nascido, em 09/07/1936, no Rio de Janeiro. Formou-se na Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro (atual UFRJ), e logo ingressou na carreira diplomática. Em 1956, concluiu o curso de pós-graduação pela Faculdade de Economia na Universidade de Ottawa. Trabalhou em várias representações diplomáticas do Brasil no Canadá, em Hong Kong – à época colônia britânica, na Suíça, Alemanha, Itália, em Cuba e EUA. Destacou-se também como negociador do Brasil junto ao Clube de Paris. Veio a exercer função importante no final dos anos 1980, em plena crise da dívida externa, quando foi o Assessor Internacional (Sain) do Ministério da Fazenda. Além de chefiar depois a Assessoria

Internacional do Ministério do Trabalho (1999-2002), Álvaro Alencar foi Embaixador do Brasil nas Nações Unidas (ONU) e, por fim, assessorou o então chanceler Celso Amorim na defesa das posições brasileiras nas negociações comerciais de âmbito multilateral ou bilateral. Faleceu no Rio de Janeiro em 16/05/2006.

4. FRANCISCO THOMPSON FLORES NETTO (nomeação: 15/03/1979; exoneração: 22/08/1979)



Nasceu em Bruxelas (Bélgica) em 01/02/1937, cidadão brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946. Bacharel em Filosofia pela Universidade de Poitiers (França) e diplomado em Economia pela London School of Economics (LSE). Diplomata de carreira, ele serviu na Embaixada em Londres e na missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia (CEE) em Bruxelas, e em Washington (de 1971 a 1976). Após a rápida permanência na Subin, assumiu o cargo de coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Agricultura (1979-1983). Chefiou também o Departamento de Promoção Comercial (DPR) até assumir a Subsecretaria Geral de Assuntos Econômicos do MRE em 1985. Foi nomeado Embaixador na Argentina em 1988 e transferido, em 1992, para Bonn, permanecendo como embaixador na capital alemã até 1995. Foi então removido para Roma como Embaixador junto à Santa Sé.

5. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES (nomeação: 22/08/1979; exoneração: 07/03/1985)



Nascido em Belo Horizonte/MG em 11/01/1935. É bacharel em Direito e diplomata desde 1959. Político e professor universitário. Foi Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura. Entre 1979 e 1985, foi Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional

(Subin) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR). Entre 1985 e 1987, foi Vice-Presidente de Relações Externas do Banco Mundial em Washington. Foi Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo de 30/03/1998 a 01/01/1999, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Representou o Brasil na Argentina, de 2002 até 2004, e foi escolhido, em 2000, como Embaixador Especial para Assuntos do Mercosul em Montevideo.

6. GILBERTO COUTINHO PARANHOS VELOSO (nomeação: 13/06/1985; exoneração: 12/09/1985).



Nascido no Rio de Janeiro em 07/08/1940. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ). No MRE, foi auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior (1963-1965) até ser removido para a Embaixada em Londres (Reino Unido), onde serviria até 1968. Em 1969, foi para embaixada no México, onde serviu como 2º secretário e chefiou o Setor de Promoção Comercial (Secom). Exerceu a função de secretário-geral da reunião de chanceleres dos países da bacia do Prata no Uruguai. De volta ao Brasil, assumiu o cargo de Secretário da Subin e, logo em seguida, a chefia do Departamento das Américas do MRE (1985-1988) e do gabinete do ministro das Relações Exteriores (1988-1990), sendo removido em 1990 para Embaixada junto à Santa Sé no Vaticano, onde serviu até 1995.

7. LUIZ FELIPE PALMEIRA LAMPREIA (nomeação:12/09/1985; exoneração: 19/04/1987).



Nascido no Rio de Janeiro em 19/10/1941, formou-se em Sociologia e ingressou no Instituto Rio Branco em 1962. Como diplomata, foi Secretário-Geral do Itamaraty e Embaixador em Portugal, no Suriname, e em Genebra, na Suíça, como representante do Brasil na Organização

Mundial do Comércio (OMC), até ser convidado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso a assumir a pasta das Relações Exteriores, na qual permaneceu de 1995 a 2001. Falecido em 01/02/2016. Foi vinculado ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e Presidente do Conselho de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

III – Galeria de Secretários da Seain

1. ROBERTO HENRI GUITTON (nomeação: 19/09/1987; exoneração: 28/01/1988)



Servidor de carreira do Banco Central do Brasil (oriundo da extinta Sumoc). Atuou no Departamento de Câmbio e foi chefe da Divisão de Convênios da Área Externa do Banco. Ocupou por muitos anos o cargo de Coordenador-Geral de Cooperação Econômica e Financeira Internacional na extinta Subin (1980-1987), tendo também exercido o cargo de Secretário-Substituto da Subin. Após aposentado, foi sócio de duas empresas no Distrito Federal, sendo a primeira delas aberta em 1985. Falecido em 17/06/2013.

2. CLODOALDO HUGUENEY FILHO (nomeação: 05/02/1988; exoneração: 16/05/1991)



Nasceu no Rio de Janeiro em 24/01/1943. Bacharel em Direito pela PUC-RJ e mestre em Ciências Econômicas pela Universidade do Chile. Ingressou na carreira diplomática em 1965. Ocupou vários cargos no MRE, entre eles, o de Subsecretário de Assuntos Econômicos e de Planejamento Político. Participou de inúmeras reuniões internacionais e foi negociador em rodadas do GATT e da OMC e representante permanente do Brasil em Genebra. Foi Embaixador em Caracas. O último posto como

embaixador foi em Pequim, na China. Retirou-se do serviço exterior em 2013. Colaborou com a CNT, a FGV/SP, o IBRACH e o CEBC e trabalhou na área empresarial. Faleceu em São Paulo/SP em 25/05/2015, quando estava em vias de assumir a Presidência do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

3. JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS (nomeação: 03/06/1991; exoneração: 08/06/1993)



Nascido no Rio de Janeiro em 23/09/1943. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Concluiu, em 1964, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Ingressou na Chancelaria em fevereiro de 1965. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destaca-se a de chefe da Divisão de Política Comercial, entre 1979 e 1983. Ainda no Executivo, porém, em outros órgãos, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP), em 1991; Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Presidência da República entre 1991 e 1992; Secretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento e Orçamento, de 1991 a 1993; e Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, de 1994 a 1995. No exterior, ocupou, entre outros, o cargo de Ministro Conselheiro em Washington, de 1983 a 1988; Embaixador em Paramaribo, entre 1989 e 1990; delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração, em Montevideu, em 1995; Embaixador em Bonn, em 2002; e representante especial para Desarmamento e Não Proliferação em 2005. Aposentou-se em 2013 após 48 anos na carreira diplomática. Faleceu no Rio de Janeiro em 15/09/2017.

4. MAURO MARCONDES RODRIGUES (nomeação: 08/06/1993; exoneração: 30/05/1994)



Nascido no Rio de Janeiro. É graduado em Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com créditos de doutorado em Economia na Unicamp. Servidor de carreira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde foi chefe de departamento. Exerceu funções na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan/PR); Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) (inclusive Secretário de Planejamento e Avaliação e Chefe de Gabinete do Ministro); no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); na Corporação Interamericana de Investimento (CII); no Fundo Multilateral de Investimento (Fumin) e no Ministério da Saúde (MS). Foi Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no período de março de 1999 a janeiro de 2003. De 2003 a 2007, foi coordenador no BID das atividades do Banco associadas à Iniciativa IIRSA (atual Cosiplan) e pela interface entre o BID e os 12 países membros nessa matéria. Atualmente é consultor independente.

5. JORGE MARQUES LEANDRO (nomeação: 13/06/1994; exoneração: 01/01/1995)



Nascido no Rio de Janeiro, em 23/07/1945. Graduado em Engenharia Mecânica (UERJ) e em Administração de Empresas (Universidade Gama Filho). Especialização em finanças pela PUC/RJ e pós-graduação na Harvard Business School, nos EUA, no Program for Management Development. Ingressou no BNDES por concurso público como engenheiro, onde ocupou diversos cargos executivos. Foi diretor de empresas no Grupo Klabin e executivo na VALE, onde foi também Presidente de sua subsidiária Celmar Indústria de Celulose e Papel. Atuou ainda como executivo no Grupo Suzano.

Em Washington (USA) foi consultor independente do Banco Mundial e de outras organizações internacionais. Foi Diretor da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Posteriormente voltou a Washington nomeado pelo Governo Brasileiro como Conselheiro Sênior na Diretoria do Brasil no BID. Atualmente desempenha atividade de consultor independente.

6. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS (nomeação 04/04/1995; exoneração: 02/04/1998)



Nascido, em 27/12/1952, no Rio de Janeiro. Engenheiro de Sistemas graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Na diplomacia desde 1978, exerceu no MRE os cargos de Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial, chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, Coordenador Técnico do Departamento de Administração e assessor do chefe da Divisão de Imigração. No exterior, foi Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington; serviu como conselheiro na Delegação Permanente do Brasil em Genebra, onde atuou como delegado em negociações e conferências, entre elas: Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e a Conferência de Desarmamento. Trabalhou como Primeiro-Secretário na Embaixada do Brasil em Montevidéu, onde foi chefe do setor político. Foi Segundo-Secretário da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York. Foi Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Foi Embaixador do Brasil na China. Atualmente é presidente da APEX Brasil.

7. DANIEL ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA (nomeação: 02/04/1998; exoneração: 13/05/1999)



Nascido em Belo Horizonte/MG em 1948. Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. Foi Secretário-Adjunto de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (1988) e Secretário de Políticas de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho (MTb), representante do MTb no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e presidente do mesmo conselho. Foi Secretário Especial de Abastecimento e Preços (Seap) do Ministério a Fazenda. Foi Diretor do Departamento Nacional de Planejamento e Avaliação, da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP). Foi Ministro interino do Trabalho no Governo Fernando Henrique Cardoso em maio de 1997. Ocupou o cargo de Diretor Executivo pelo Brasil e Suriname junto ao BID e à Corporação Interamericana de Investimentos, em Washington, D.C (1999-2001). Também foi Assessor Especial do Ministro do MDIC (2002). Aposentou-se pelo Ipea em 2009.

8. MÁRIO VILALVA (nomeação: 02/07/1999; exoneração: 01/09/2000)



Nascido no Rio de Janeiro em 28/06/1953, Mario Vilalva formou-se em Direito pela Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1976. Nesse mesmo ano, ingressou ao Serviço Exterior Brasileiro (Itamaraty), após graduar-se no Instituto Rio Branco (IRBr). Serviu em vários postos no exterior e ocupou várias posições no Brasil. No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Washington DC, EUA (1978-1982); Pretória, África do Sul (1982-1985); Roma, Itália (1985-1987); Lisboa, Portugal (1991-1993); e Boston, EUA, como Cônsul-Geral (1996-1999). Entre 2006 e 2010, foi Embaixador do Brasil em Santiago do Chile e, entre 2010 e 2016, Embaixador do Brasil em Lisboa, Portugal. Entre setembro de 2000 e julho de 2006, foi Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial (DPR) do

MRE, encarregado da promoção das exportações brasileiras e dos investimentos estrangeiros no Brasil. Tanto no exterior quanto no Brasil, Mario Vilalva se especializou na chamada “diplomacia econômica”. Difundiu o Brasil e suas oportunidades comerciais em todas as áreas geográficas do mundo, com particular ênfase na América Latina e na Europa. De 1993 a 1996, integrou a assessoria direta de dois Ministros das Relações Exteriores do Brasil: Celso Amorim e Luiz Felipe Lampreia. É atualmente Embaixador do Brasil na Alemanha.

9. DANTE COELHO DE SOUSA LIMA (nomeação: 20/10/2000; exoneração: 03/07/2003)



Nascido em Pium, Goiás (hoje Tocantins) em 28/09/1943. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado da Guanabara em 1969. Ingressou primeiramente no Ministério das Relações Exteriores (MRE) como Oficial de Chancelaria em 1968. Serviu na Embaixada do Brasil em Oslo, Noruega, de 1971 a 1973. Em 1975, após concluir o Instituto Rio Branco, ingressou na carreira diplomática. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na administração federal, destacam-se as de Coordenador-Executivo do Departamento Consular e Jurídico, em 1990, e de Secretário da Seain do MP. No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul-Adjunto e encarregado do Consulado-Geral em Assunção, Paraguai, em 1986; Conselheiro na Embaixada em Caracas, Venezuela, em 1990; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa, Portugal, em 1994; Ministro-Conselheiro na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, em 1996; Ministro-Conselheiro e encarregado de negócios na Embaixada em Roma, Itália, em 2003; Embaixador em Belgrado, Sérvia; Embaixador em Podgorica, Montenegro, e, finalmente, Embaixador no Chipre.

10. DEMIAN FIOCCA (nomeação: 03/07/2003; exoneração: 15/03/2004)



Nascido em 12/07/1968. Graduado em Economia e mestre em Economia pela USP. Antes de ingressar no governo, era Economista-Chefe e Assessor da Presidência do Grupo Telefônica no Brasil. Dirigiu também a área de macroeconomia do Banco HSBC no Brasil, igualmente como economista-chefe. Foi editorialista de economia do jornal Folha de São Paulo e pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Foi chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento (2004 - 2006) e Presidente do BNDES de março/2006 a maio de 2007. Autor do livro A oferta de moeda na macroeconomia keynesiana (Ed. Paz e Terra, 2000), além de diversos artigos.

11. JOSÉ CARLOS ROCHA MIRANDA (nomeação: 5/03/2004; exoneração: 02/07/2007)



Nascido em 08/11/1949. É graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972), tem especialização como Técnico de Planejamento pela EPGE/FGV (1973), mestre em Ciência Econômica (1979) e doutor em Ciência Econômica pela Unicamp (1992). Foi chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento (2003 - 2004). Após sua gestão na Seain, atuou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como diretor pelo Brasil e Suriname (2007 - 2011). É hoje Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

12. ALEXANDRE MEIRA DA ROSA (nomeação: 09/07/2007; exoneração: 28/06/2010)



Nascido em 21/07/1974. É bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tem mestrado em Economia pela New School for Social Research em Nova York e certificado de Pós-Graduação em Finanças pela University of California, Berkeley. Foi nomeado Vice-Presidente de Países no BID em julho de 2014. Anteriormente, foi Gerente do Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente no Banco. Antes de ingressar no BID, ocupou diversos cargos no Governo Federal. Foi membro do Comitê de Financiamento e Garantia (Cofig), entre 2004 e 2010. Antes de assumir o cargo de Secretário da Seain, foi Secretário-Adjunto e Assessor Econômico do Ministério do Planejamento. Durante esse período, atuou na formulação do marco regulatório para as parcerias público-privadas (PPPs) que foi submetida ao Congresso em 2003. Também contribuiu com os estudos que serviram de base para a criação da Unidade PPP do Governo Federal e participou na elaboração dos parâmetros de investimento para o Plano de Investimentos Plurianual 2004-2007 do Governo Federal.

13. CARLOS AUGUSTO VIDOTTO (nomeação: 28/06/2010; exoneração: 11/03/2013)



Nascido em 17/07/1958. É graduado em Ciências Econômicas pela USP (1989), mestre em Ciência Econômica (1995) e doutor em Ciência Econômica pela Unicamp (2002). De 2002 a 2007, integrou o corpo docente de graduação e pós-graduação do Departamento de Economia da FEA-UFF. De 2007 a 2010, esteve cedido ao BID para trabalhar como Conselheiro-Sênior na Diretoria do Brasil junto àquela instituição em Washington. De 2010 a 2013 foi cedido ao Ministério do Planejamento para exercer o cargo de Secretário de Assuntos Internacionais. Em março de 2013,

retornou à atividade de professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Instituições Monetárias e Financeiras do Brasil, atuando principalmente nos temas: economia keynesiana, financiamento do desenvolvimento e sistema financeiro brasileiro.

14. JOÃO GUILHERME ROCHA MACHADO (nomeação: 11/03/2013; exoneração: 03/02/2015)



Nascido em 30/04/1979. É graduado em Administração de Empresas pela FGV/SP (2001) e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica/SP (2007). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em crescimento e desenvolvimento econômico. Atuou em organizações da sociedade civil em projetos de geração de trabalho e renda. Além de Secretário da Seain, foi Assessor na Diretoria Executiva do Brasil no BID em Washington, EUA. É doutorando em Administração Pública e Governo na FGV/SP.

15. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY (nomeação: 03/02/2015; exoneração: 09/11/2015)



Nascido em 02/08/1970. Claudio Puty é formado em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É mestre pela University of Tsukuba, no Japão e doutor pela New School for Social Research nos EUA. Ex-deputado federal, é Professor da UFPA desde 1995. Em 2007, foi nomeado Secretário de Governo do Pará. No ano seguinte, chefiou a Casa Civil do estado. Presidiu também o Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará. Após sua passagem pela Seain, foi Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

16. RODRIGO ESTRELA DE CARVALHO (nomeação: 11/12/2016; exoneração: 17/06/2016)



Nascido em 25/09/1974. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diplomata de carreira desde 2000. No exterior, serviu na Missão do Brasil junto aos Organismos Internacionais Sediados em Genebra e na Embaixada do Brasil em Lima, quando foi chefe dos setores econômico e de energia de 2009 a 2010. No Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi Assessor na Secretaria Geral, de 2004 a 2005, e chefe da Divisão de Política Financeira em 2011. Foi ainda Assessor da Assessoria Especial da Presidência da República, entre 2011 a 2013, e Assessor Especial para Assuntos Econômicos do Ministro da Fazenda em 2014. Foi Subsecretário para Instituições Econômico-Financeiras e Cooperação Internacional na Secretaria de Assuntos Internacionais (Sain) do Ministério da Fazenda (MF) em 2015.

17. JORGE SABA ARBACHE FILHO (nomeação: 23/06/2016; exoneração: 16/10/2018)



Nascido em Juiz de Fora/MG em 05/01/1964. Economista, bacharel em Direito e PhD em Economia. Foi Secretário da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento. Com experiência nos setores público e privado e passagem por organismo internacional, Arbache tem ainda carreira na área acadêmica. É Professor de Economia na Universidade de Brasília (UnB). Antes de trabalhar no Ministério do Planejamento, foi Assessor Econômico Sênior da Presidência do BNDES e Economista Sênior do Banco Mundial em Washington/D.C. Tem se dedicado a agendas de crescimento econômico e de políticas setoriais, incluindo comércio internacional, investimentos, produtividade, competitividade, inovação, economia digital, indústria e serviços. É autor de quatro

livros e dezenas de artigos científicos publicados em revistas acadêmicas internacionais.

IV – Gestões de secretários na Subin e na Seain (duração em números de dias)

Subin

A primeira gestão da Subin: diplomata Sérgio Fernando Guarischi Bath (15/10/1968 a 08/03/1971) – 874 dias
A segunda gestão da Subin: diplomata Aderbal Costa (08/03/1971 a 16/08/1977) – 2.353 dias
A terceira gestão da Subin: diplomata Álvaro Gurgel de Alencar Netto (16/08/1977 a 12/03/1979) – 573 dias
A quarta gestão da Subin: diplomata Francisco Thompson Flôres Netto (15/03/1979 a 22/08/1979) – 160 dias
A quinta gestão da Subin: diplomata José Botafogo Gonçalves (22/08/1979 a 07/03/1985) – 2.024 dias
A sexta gestão da Subin: diplomata Gilberto Coutinho Paranhos Veloso (13/06/1985 a 12/09/1985) – 91 dias
A sétima gestão da Subin: diplomata Luiz Felipe Palmeira Lampreia (12/09/1985 a 19/04/1987) – 584 dias

Seain

A primeira gestão da Seain: Roberto Henri Guitton (19/09/1987 a 28/01/1988) – 131 dias
A segunda gestão da Seain: diplomata Clodoaldo Hugueneu (05/02/1988 a 16/05/1991) – 1.196 dias
A terceira gestão da Seain: diplomata José Artur Denot Medeiros (03/06/1991 a 09/06/1993) – 737 dias
A quarta gestão da Seain: Mauro Marcondes Rodrigues (09/06/1993 a 30/05/1994) – 355 dias
A quinta gestão da Seain: Jorge Marques Leandro (13/06/1994 a 01/01/1995) – 202 dias

A sexta gestão da Seain: diplomata Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos (04/04/1995 a 02/04/1998) – 1.096 dias
A sétima gestão da Seain: Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira (02/04/1998 a 13/05/1999) – 406 dias
A oitava gestão da Seain: diplomata Mário Vilalva (02/07/1999 a 01/09/2000) – 427 dias
A nona gestão da Seain: diplomata Dante Coelho de Sousa Lima (20/10/2000 a 03/07/2003) – 986 dias
A décima gestão da Seain: Demian Fiocca (03/07/2003 a 15/03/2004) – 256 dias
A décima-primeira gestão da Seain: professor José Carlos Rocha Miranda (15/03/2004 a 02/07/2007) – 1.204 dias
A décima-segunda gestão da Seain: Alexandre Meira da Rosa (09/07/2007 a 28/06/2010) – 1.085 dias
A décima-terceira gestão da Seain: professor Carlos Augusto Vidotto (28/06/2010 a 11/03/2013) – 986 dias
A décima quarta gestão da Seain: João Guilherme Rocha Machado (11/03/2013 a 03/02/2015) – 694 dias
A décima-quinta gestão da Seain: Cláudio Alberto Castelo Branco Puty (03/02/2015 a 9/11/2015) – 279 dias
A décima sexta gestão da Seain: Rodrigo Estrela de Carvalho (11/12/2015 a 17/06/2016) – 189 dias
A décima sétima gestão: Jorge Saba Arbache Filho (23/06/2016 a 16/10/2018) – (849 dias)

V – Linha do tempo – 1968-2018

1968

23 de abril – implantada a Secretaria-Geral do Ministério do Planejamento, sendo empossado para chefiá-la o economista João Paulo dos Reis Velloso, até então superintendente do Ipea.

15 de maio – o Decreto nº 62.700 determina que nenhuma contratação de operação de créditos de origem externa, ou de concessão de garantia da União Federal a crédito de origem externa, poderá ser

negociada sem prévio expresso pronunciamento do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral sobre o grau de prioridade do respectivo projeto ou programa específico, dentro dos planos e programas nacionais de investimento, bem como sobre a existência de previsão dos correspondentes recursos orçamentários.

Julho – é criada no âmbito da Secretaria-Geral do Ministério do Planejamento a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, cuja sigla Subin foi desde logo assumida de forma corrente, inclusive em atos oficiais. O diplomata Amauri Bier, assessor do Secretário-Geral Reis Velloso, ficou respondendo interinamente pela Subin até a posse de seu titular.

17 de julho – o Decreto nº 63.002 estabelece que as funções de Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin), da Secretaria-Geral do Ministério do Planejamento, sejam consideradas de natureza diplomática, cabendo o seu exercício a funcionário da carreira de diplomata.

14 de outubro – toma posse como titular da Subin o diplomata Sérgio Guarischi Bath, ex-encarregado de negócios da Embaixada do Brasil no México.

1969

27 de agosto – o Decreto nº 65.071 cria a Comissão de Empréstimos Externos (Cempex), integrada por representantes dos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Relações Exteriores, do Banco Central do Brasil e do BNDES.

21 de outubro – o Decreto nº 65.476 determinou o compartilhamento da cooperação técnica internacional entre os Ministérios do Planejamento e Relações Exteriores, atribuindo ao MP a competência de estabelecer a política interna de cooperação técnica e coordenar a sua execução (por meio da Subin), ao passo que atribuía ao MRE a

formulação da política externa de cooperação técnica, a negociação de seus instrumentos e o encaminhamento das solicitações aos organismos internacionais e agências de governos estrangeiros.

30/10 de outubro – empossado o economista João Paulo dos Reis Velloso como Ministro do Planejamento, até então Secretário-Geral do Ministério.

1970

10 de setembro – o Decreto nº 67.154 transferiu para a Subin as atribuições e os recursos da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (Cocap), criada pelo Decreto nº 1.040, de 23/05/1962. O decreto de 1970 ampliou as atribuições da Subin ao determinar à subsecretaria promover, em articulação com o Ministério da Fazenda, os entendimentos com as demais instituições financeiras externas, para elaboração dos respectivos programas anuais e plurianuais de colaboração financeira com o país, e, no âmbito da competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, das negociações bilaterais e multilaterais, para efeito de colaboração externa com o país, principalmente no tocante a comércio, financiamento e cooperação técnico-científica, devendo a Subin coordenar-se com a Comissão de Empréstimos Externos (Cempex) e com os setores competentes dos demais órgãos da administração pública federal.

10 de dezembro – o Subsecretário da Subin, Sérgio Guarischi Bath, nomeia Beatriz Warlich como Secretária-Executiva de Cooperação Técnica e anuncia para breve a sua saída das funções para assumir cargo diplomático no exterior.

1971

08 de março – posse do diplomata Aderbal Costa como novo titular da Subin.

13 a 20 de maio – visita do Presidente Emílio Garrastazu Médici aos EUA.

Julho – ocorre forte queda da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em função do estouro de uma “bolha” especulativa. O movimento conhecido como “boom de 1971” teve curta duração, mas os prejuízos que causou a milhares de pequenos investidores trouxe descrédito ao mercado acionário por vários anos.

15 de agosto – o Governo dos EUA suspende a conversibilidade do dólar em ouro, pondo fim ao regime de taxas de câmbio fixas do Acordo de Bretton Woods e dando início à flutuação cambial entre as principais divisas e à volatilidade nos mercados internacionais de capitais. O Presidente norte-americano Richard Nixon desvaloriza a moeda americana em 10%.

07 a 09 de dezembro – segunda visita do Presidente Médici aos EUA.

17 a 18 dezembro – é realizada, no Smithsonian Museum em Washington, a reunião dos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais de 10 países desenvolvidos (G10), que buscou restabelecer um sistema internacional de taxas de câmbio fixas só que sem mais o lastro em ouro. O acordo permitiu a desvalorização adicional de 8% do dólar dos EUA em relação às principais divisas e elevou o preço do ouro para US\$ 38 a onça-troy. Esse acordo foi inédito na história por ter negociado taxas de câmbio de forma multilateral, sendo elogiado pelo então presidente Richard Nixon como “o acordo mais importante da história monetária mundial.” No entanto, o sistema de paridades fixas não mais se sustentaria e acabou substituído por um regime de taxas de câmbio flutuantes.

1972

22 de fevereiro – reaproximação da República Popular da China com o Ocidente. O então Presidente norte-americano Richard Nixon visita o Presidente chinês Mao Tsé-Tung.

15 de maio – criada, através do Decreto-Lei nº 1.219, a Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação (Befiex), com o objetivo de conceder isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados na importação a empresas que tivessem seus programas de exportação aprovados pelo Ministério da Fazenda.

05 de junho – o Ministro Reis Velloso transforma a Subin em Secretaria pela Portaria nº 47.

02 de Outubro – inaugurado o Aeroporto Internacional de Brasília, permitindo a interligação direta da capital federal com o exterior.

1973

26 de abril – assinatura do Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelo Brasil e Paraguai.

25 de julho – por recomendação do Ministro Reis Velloso, o governo edita o Decreto nº 75.527, que estabelece o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

06 de outubro – início da Guerra do Yom Kippur. Egito e Síria atacam Israel.

17 de outubro – a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) inicia o embargo à exportação de petróleo aos EUA e Europa em resposta à decisão norte-americana de ajudar Israel na guerra contra os seus vizinhos árabes. A medida gera aumento súbito nos preços

do óleo nos mercados internacionais, quadruplicando as cotações em poucos meses, causando recessão nos países desenvolvidos e graves dificuldades nos países em desenvolvimento importadores de petróleo, como o Brasil, que na altura importava mais de 80% do total de seu consumo.

Setembro – tem início a sétima reunião ministerial de negociações comerciais multilaterais (Rodada Tóquio do GATT), com destaque aos interesses dos países em desenvolvimento. Discussão de temas como subsídios e requisitos de licenciamento. A rodada somente será concluída em 1979.

Começo do fim do chamado “milagre econômico brasileiro”: ápice do extraordinário crescimento econômico e das baixas taxas de inflação. A variação do PIB chega a 13,9% e a inflação média anual é de 15,5% (oficial). Mais tarde, o próprio Ministro da Fazenda admitiria que o índice estava “distorcido”. A inflação é estimada pelo Banco Mundial em 22,5%.

1974

15 de março – o General Ernesto Geisel, ex-presidente da Petrobrás, assume como Presidente da República, com a promessa de uma “distensão política lenta, segura e gradual” no plano interno. Quanto à política exterior, o Itamaraty define a posição do Brasil como de “pragmatismo responsável”, fidelidade ao Ocidente, mantendo o direito de escolher os próprios rumos de acordo com o interesse nacional.

1º de maio – a Lei nº6.036/74 extingue o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e cria a Secretaria do Planejamento (Seplan-PR), com status de ministério, ligada à Presidência da República. João Paulo dos Reis Velloso é mantido como Ministro de Estado.

1975

27 de junho – assinado acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha, para a construção de usinas nucleares no Brasil.

Agosto – as relações diplomáticas do Brasil com a República Popular da China são restabelecidas.

Setembro: lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979) para manter o crescimento econômico, apesar da crise do petróleo de 1973, e completar o processo de substituição de importações dos setores de bens de capital e insumos básicos. Foi facilitada a captação de capital externo para investimento em áreas como energia, siderurgia e transporte. Além disso, foram captados vultosos empréstimos externos, a maior parte deles por governos estaduais e empresas públicas.

15-17 de novembro – é realizada em Rambouillet, na França, uma reunião de Cúpula entre os líderes da França, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão e Itália. Os principais temas foram a inflação, taxas de câmbio, o crescimento econômico, os preços e suprimentos do petróleo, e desemprego. Essas preocupações, especialmente a reforma monetária, ficaram refletidas no comunicado final, conhecido como a Declaração de Rambouillet. O encontro foi originalmente concebido como uma reunião informal de líderes, mas logo agregaria o Canadá e se converteria no chamado Grupo dos Sete (G-7).

12 de dezembro – anunciada resolução da Assembléia das Nações Unidas (ONU) sobre a chamada Nova Ordem Econômica Internacional (Noei). Com o objetivo de modificar a velha ordem econômica concebida em Breton Woods, a Assembléia Geral da ONU adota a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, que busca concretizar a Nova Ordem Econômica Internacional ao trazer princípios que deveriam reger as relações entre os Estados, passando pela estabilidade de preços de commodities, transferência de

recursos de países ricos para países pobres, industrialização e aporte de tecnologias, acesso a mercados, reforma no Sistema Monetário Internacional e maior poder no processo decisório.

Apesar do choque externo, o Governo Geisel decidiu levar adiante as prioridades apontadas pelo II PND com base no endividamento externo (facilitado pela reciclagem dos petrodólares). A equipe econômica, liderada por Mário Henrique Simonsen e Reis Velloso, optou por não interromper o processo de expansão econômica do país, ainda que aceitando um nível de crescimento menos acelerado.

1976

08 de janeiro – o Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Kingston, Jamaica, decide abandonar definitivamente o sistema monetário de paridades fixas, mas ajustáveis, sancionando o regime de taxas de câmbio flexíveis.

1977

20 de janeiro – início do governo de Jimmy Carter nos EUA. Sua gestão muda a política do governo norte-americano em relação aos regimes militares na América Latina.

19 de abril – inaugurado o prédio do Ministério do Planejamento no bloco K da Esplanada dos Ministérios. A Subin conclui sua transferência do Rio de Janeiro para Brasília, instalando-se no quinto andar do referido bloco K.

Tecnologia da informação: a empresa Apple lança nos EUA o primeiro microcomputador moderno, o Apple II, protótipo dos futuros computadores de mesa (PCs).

Protocolo de prorrogação do Acordo Multifibras, estendendo a vigência do regime de quotas ao comércio internacional, adotado na Rodada do GATT em Genebra.

Endividamento externo: a dívida externa brasileira chega a US\$ 30 bilhões, então a maior do mundo em desenvolvimento.

1978

16 de agosto – com a saída de Aderbal Costa, assume o cargo de Secretário da Subin o também diplomata Álvaro Gurgel de Alencar.

30 de agosto a 12 de setembro – realiza-se na Argentina a Conferência da ONU sobre Cooperação Sul-Sul que resultou no Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). A Subin participa do evento.

22 de dezembro – Deng Xiaoping torna-se líder de fato da República Popular da China e implanta o “sistema econômico de mercado socialista com características chinesas”, que transformaria o país no final dos anos 1990 em grande potência econômica.

A segunda crise internacional do petróleo: a revolução islâmica no Irã e a guerra Irã-Iraque provocam queda na produção e disparada de preços. A cotação do petróleo aumenta de US\$ 12 o barril, em 1978, para US\$ 30 no início de 1980. Dívida externa brasileira: a dívida externa do país, que, no final de 1973, era de US\$ 13,8 bilhões, chega a US\$ 52,8 bilhões em 1978, um crescimento de 283%.

1979

15 de março – início do Governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (março/1979-março/1985), e da gestão do Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen. Simonsen dá posse ao diplomata Francisco Thompson Flôres Netto como novo Secretário da Subin.

04 de maio – Margareth Thatcher toma posse como Primeira-Ministra do Reino Unido. Ela assume sob a bandeira da redução da intervenção

estatal na economia (neoliberalismo econômico) para combater a então grave crise econômica britânica.

10 de agosto – Simonsen renuncia e Antônio Delfim Netto, então Ministro da Agricultura, assume o cargo de Ministro do Planejamento.

22 de agosto – Thompson Flôres é exonerado do cargo de secretário da Subin e remanejado para cargo semelhante no Ministério da Agricultura. O também diplomata José Botafogo Gonçalves é nomeado para chefiar a Subin pelo então novo Ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto.

29 de outubro – o Decreto nº 84.128 cria a Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest) na estrutura da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan-PR) e extingue a Comissão de Empréstimos Externos (Cempex), instituída em 1969, passando suas atribuições à competência da Sest, mas mantendo a competência do Banco Central de credenciar as entidades interessadas na contratação de operações de crédito externo, com vistas ao início de negociações com entidades financeiras no exterior.

Conclusão da Rodada Tóquio do GATT: aprovação do princípio do tratamento preferencial e mais favorável para os países em desenvolvimento: cláusula de habilitação permite a outorga e o intercâmbio recíproco de preferências comerciais parciais, com a derrogação admitida da cláusula de nação mais favorecida.

Choque externo: aumento dos juros internacionais: políticas macroeconômicas restritivas nos EUA levam o Banco Central (FED) a provocar uma subida brusca das taxas de juros internacionais, afetando os países mais endividados. Maxidesvalorização do cruzeiro: no final de 1979, houve uma maxidesvalorização “corretiva” da moeda nacional a fim de garantir a competitividade das exportações brasileiras.

1980

O Secretário José Botafogo Gonçalves apresenta um exaustivo plano de reestruturação da Subin, o qual é rejeitado pelo então Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora.

1981

20 de janeiro – Ronald Reagan, eleito Presidente dos EUA em 03/11/1980, toma posse afirmando que: “o governo não é a solução para os nossos problemas, o governo é o nosso problema”. Tem início uma agenda de cunho “neoliberal” na economia, desregulamentação nas finanças e ativismo anti-União Soviética no plano da política externa dos EUA.

1982

Julho – é publicada a nova estrutura funcional da Subin com um secretário-adjunto e 10 coordenadorias.

Agosto – pedido de moratória da dívida do México. Tem início a crise da dívida externa, que se alastra pela América Latina e logo atinge o Brasil, cujas reservas internacionais no conceito de caixa viriam a tornar-se negativas.

Setembro – fracassa a proposta de criação de um fundo de emergência de US\$ 25 bilhões para os países em desenvolvimento na Reunião do FMI em Toronto.

22 de novembro – apesar de obter empréstimos-pontes junto ao Tesouro norte-americano e ao Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Brasil, sem crédito externo suficiente e com reservas internacionais esgotadas, recorre ao FMI.

1983

Fevereiro – o Brasil firma o acordo stand-by com o FMI e é forçado a submeter-se à austeridade de um programa de ajuste econômico. O governo brasileiro promove uma maxidesvalorização de 30% como forma de incentivar as exportações.

1984

16 de julho – a estrutura funcional da Subin é novamente alterada.

Outubro – editada a Lei nº 7232/84, que estabelece a reserva de mercado no campo da informática.

Sucesso no ajuste externo: aumento excepcional das exportações, que saltam de US\$ 21,9 bilhões para US\$ 27 bilhões. Com importações de US\$ 13.916 milhões, o saldo da balança comercial atinge o superávit inédito de US\$ 13 bilhões no ano.

1985

15 de janeiro – Tancredo Neves é eleito Presidente da República de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, pondo fim a 21 anos de regime militar.

07 de março – o Secretário José Botafogo Gonçalves pede exoneração. Assume interinamente o Secretário-Adjunto Diógenes Walter Oliveira, que ficará no cargo até meados de junho do mesmo ano.

15 de março – toma posse como Ministro do Planejamento o economista João Sayad.

22 de abril – com a morte de Tancredo Neves, que não chegara a assumir o cargo, o vice, José Sarney, assume a Presidência da República.

13 de junho – o Ministro do Planejamento João Sayad empossa como Secretário da Subin o diplomata Gilberto Coutinho Paranhos Velloso.

06 de setembro – o Secretário da Subin Gilberto Coutinho Paranhos Velloso pede exoneração do cargo.

12 de setembro – o diplomata Luiz Felipe Palmeira Lampreia é nomeado Secretário da Subin pelo Ministro João Sayad.

22 de setembro – firmado o Acordo do Plaza entre os governos da França, Alemanha Ocidental, Japão, EUA e do Reino Unido, com o objetivo de desvalorizar o dólar dos EUA em relação ao iene japonês e ao marco alemão por meio de intervenção nos mercados cambiais. Os cinco governos assinaram o acordo no famoso Hotel Plaza, em Nova York. O acordo teria sucesso em reduzir o déficit comercial dos EUA com países da Europa Ocidental, mas falhou em grande medida por não cumprir o seu objetivo primordial de aliviar o déficit comercial norte-americano com o Japão, visto que se devia sobretudo não a fatores monetários, mas sim a condições estruturais.

1986

28 de fevereiro – como tentativa de baixar a elevada inflação, é feito o lançamento do Plano Cruzado, o qual estabelece uma nova moeda nacional, o cruzado, que substitui o cruzeiro e congela preços e salários.

20 de julho – assinada a Ata de Integração Brasil-Argentina pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, que estabelece as bases do Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice), embrião do futuro Mercosul.

20 de setembro – tem início a Rodada Uruguaí do GATT em Punta del Este, a qual se estenderia até 1993.

22 de novembro – devido ao esgotamento do programa de estabilização, baseado em medidas heterodoxas como congelamento de preços e salários, o Governo Sarney lança o Plano Cruzado II.

1987

Brasil consegue a reestruturação das dívidas oficiais junto ao Clube de Paris sem um acordo prévio com o FMI.

01 de fevereiro – início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dos quais resultará a promulgação da Constituição Federal de outubro de 1988.

20 de fevereiro – diante do insucesso do Plano Cruzado e com grave crise no balanço de pagamentos, a equipe do Ministro Dílson Funaro suspende parcialmente o pagamento do serviço da dívida externa (Resolução Bacen nº 1263/87). A medida de moratória parcial causa reação adversa na comunidade financeira internacional e no FMI.

23 de março – o Ministro do Planejamento João Sayad pede exoneração do cargo.

24 de março – assume o novo Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira de Sousa.

31 de março – o Decreto nº 94.159 extingue a Subin e transfere suas competências para órgãos do MF e do MRE. O mesmo decreto cria a Assessoria de Assuntos Internacionais para assumir uma parte das funções da extinta Subin no âmbito do Planejamento.

12 de junho – lançamento de novo plano de estabilização (o Plano Bresser).

08 de setembro – o Decreto nº 94.889 transforma a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento em Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain).

16 de setembro – o Decreto nº 94.973 cria a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no âmbito do MRE, que assumirá parte das atribuições antes de competência da extinta Subin.

19 de setembro – é nomeado como titular da Seain o servidor do Banco Central Roberto Henri Guitton, ex-funcionário da extinta Subin.

03 de dezembro – o Secretário da Seain, Roberto Henri Guitton, apresenta ao secretário-geral da Seplan-PR, Michal Gartenkraut, mediante o Memorando Seain nº 73, a estrutura da nova secretaria.

1988

22 de janeiro – João Batista de Abreu, então Secretário da Fazenda de Minas Gerais, é nomeado Ministro do Planejamento pelo Presidente José Sarney.

28 de janeiro – o Secretário da Seain, Roberto Henri Guitton, pede exoneração do cargo.

05 de fevereiro – o diplomata Clodoaldo Hugueney é nomeado Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento. Começa o trabalho de montagem da secretaria.

30 de maio – o Secretário Clodoaldo Hugueney dá posse a sua equipe na Seain.

22 de setembro – assinados os contratos negociados com os bancos privados estrangeiros com vistas a superar a moratória parcial da dívida externa e normalizar as relações do país com a comunidade financeira internacional.

03 de outubro – mediante a Portaria nº 205, o Ministro do Planejamento aprova o Regimento Interno da Seain, dando-lhe novas competências. Por meio do Decreto nº 96.914, são transferidas à Seain atribuições afetas ao relacionamento com organismos financeiros internacionais, em especial a negociação e acompanhamento de projetos e empréstimos contatados junto ao Banco Mundial e ao BID.

05 de outubro – promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil.

29 de novembro – assinatura pelos governos do Brasil e da Argentina, na cidade de Buenos Aires, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

1989

15 de janeiro – lançamento de novo plano de estabilização (o Plano Verão).

14 de fevereiro – por pressão da Seain, é criada, pela Portaria Interministerial nº 250/89, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), no âmbito do Ministério do Planejamento.

08 de novembro – ocorre a queda do Muro de Berlim. Divulgado nos EUA o texto que seria conhecido como Consenso de Washington, com regras básicas – como disciplina fiscal, juros de mercado, câmbio flutuante, abertura comercial, eliminação de restrições ao investimento estrangeiro direto, privatização de empresas estatais, desregulamentação de mercados, proteção à propriedade intelectual – a serem recomendadas aos países em desenvolvimento endividados pelos organismos multilaterais, a exemplo do FMI e BIRD, como o caminho para sair da crise econômica e voltar a crescer.

17 de novembro – eleição de Fernando Collor de Mello, o primeiro Presidente da República eleito pelo voto direto após o regime militar.

1990

22 de fevereiro – é aprovado novo regimento da Seain pela Portaria nº 40 GM.

15 de março – com a posse do Governo Fernando Collor de Mello, é implementado um novo plano de estabilização (o Plano Collor), que introduz uma nova moeda, o Cruzeiro, que substitui o Cruzado Novo. No bojo da reforma administrativa, então implantada, foram extintos a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e o Ministério da Fazenda, sendo ambos fundidos no novo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP). Com a extinção da Sain, da Fazenda, e da Seain, do Planejamento, foi criado o Departamento de Assuntos Internacionais (Deain) do novo ministério.

27 de março – o diplomata Clodoaldo Hugueney Filho é nomeado para o cargo de Diretor do Deain.

07 de maio – o Decreto nº 99.241 modifica a Cofix.

Agosto – é deflagrada a Guerra do Golfo com o Iraque invadindo o Kuaite.

03 de outubro – começa o processo de reunificação das duas Alemanhas.

Queda do Socialismo no Leste Europeu: derrocada em série dos regimes socialistas na Europa Central e Oriental.

Abertura econômica: o Presidente Fernando Collor promove agenda de abertura econômica e liberalização comercial.

1991

16 de janeiro – início da Operação Tempestade no Deserto, intervenção dos EUA e alguns aliados no Iraque (a chamada Guerra do Golfo).

28 de fevereiro – com o fim da Guerra do Golfo, ocorre aumento no preço do petróleo devido à destruição de instalações petrolíferas no Kuaite. O Brasil intensifica a política de busca de autossuficiência em petróleo.

26 de março – celebrado o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, para a constituição de um Mercado Comum do Sul: o Mercosul.

05 de abril – aprovada a estrutura regimental com as novas competências do Departamento de Assuntos Internacionais (Deain).

10 de maio – a Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello deixa o cargo, substituída pelo Embaixador Marcílio Marques Moreira.

16 de maio de 1991 – saída de Clodoaldo Hugueney do cargo de Diretor do Deain e sua substituição pelo também diplomata José Arthur Denot de Medeiros.

10 de junho – é criado, pela Lei nº 8.187/1991, o Programa de Financiamento (Proex) para prover condições de competitividade às exportações brasileiras.

25 de junho – fim da reserva de mercado para a informática, liberalizando a importação de produtos de informática.

25 de dezembro – anunciado o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Seu desaparecimento leva à derrubada de outros governos comunistas no Leste Europeu e ao surgimento de novos países independentes na Europa e Ásia Central.

1992

07 de fevereiro – assinado o Tratado de Maastricht, o qual estabelece na Europa a criação de uma União Econômica e Monetária, uma política externa e de segurança comum e uma maior cooperação nas políticas interna e no âmbito judiciário.

03 a 14 de junho – realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92 ou ECO 92). Criação da Agenda 21 e da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Seain participa do evento.

29 de setembro – em função de processo de autorização do impeachment contra o Presidente Fernando Collor, este renuncia e assume o Vice-Presidente Itamar Franco.

Conjuntura econômica e política: as pressões inflacionárias se intensificam e ocorrem mudanças na política macroeconômica do país que levarão à edição do Plano Real.

Quatro Ministros do Planejamento se sucederam num período de quinze meses, a saber: Paulo Hadad (de 19/10/1992 a 26/01/1993); Yeda Crusius (de 26/01/1993 a 10/05/1993), Alexis Stepanenko (de 10/05/1993 a 03/03/1994) e, finalmente, Beni Veras (de 03/03/1994 a 31/12/1994).

19 de novembro – com a publicação da Lei nº 8.490, de 19/11/1992, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) foi transformado em Ministério da Fazenda (MF). É recriado o Ministério do Planejamento, como Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dentro de cuja estrutura foi restabelecida a Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain).

26 de novembro – o Decreto nº 688 altera a composição da Cofix, moldando-a à recriação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

27 de novembro – sob a gestão do Ministro do Planejamento Alexis Stepanenko, foi nomeado para o cargo de Secretário de Assuntos Internacionais o Técnico do BNDES Mauro Marcondes Rodrigues. Sua permanência seria breve (até 30/05/1994).

1993

21 de maio – o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda e, após alguns dias, o Embaixador Celso Amorim assume o Ministério das Relações Exteriores.

10 de setembro – aprovação pelo Senado de 100% de participação de capital estrangeiro nas privatizações. É implantado o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), criado pelo Decreto nº 660, de 25/09/1992, um instrumento administrativo e informatizado que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior.

29 de novembro – assinatura dos contratos da dívida externa do setor público com os bancos privados estrangeiros em Toronto (nos termos do chamado Plano Brady), episódio que encerra os contenciosos da dívida e restabelece a normalidade das relações do Brasil com a Comunidade Financeira Internacional.

É aprovado, no âmbito do Mercosul, o Regulamento Contra Práticas Desleais de Comércio, de acordo com os princípios do GATT.

1994

28 de fevereiro – como elemento do novo plano de estabilização em gestação, é introduzido, por meio da MP nº 434/94 (Lei nº 8.800/94), um indexador (a Unidade Real de Valor ou URV), que precede o lançamento da nova moeda, o real, ancorada no dólar. A URV surge com a função de fazer a transição para uma moeda sem inflação, o real.

27 de março – Fernando Henrique Cardoso deixa o Ministério da Fazenda para concorrer às eleições presidenciais. Jiang Zemin assume a Presidência da República Popular da China.

15 de abril – criada pela Ata de Marrakesh, Marrocos, a Organização Mundial do Comércio (OMC), em substituição ao antigo GATT.

30 de maio – Mauro Marcondes deixa o cargo de Secretário da Seain.

13 de junho – começa na Seain a gestão de Jorge Marques Leandro.

1º de julho – implantado o Plano Real, que, ao introduzir uma nova moeda, o real, viria a ter êxito em estabilizar a economia brasileira após longos anos de alta inflação e insucessos na tentativa de debelá-la.

09 de novembro – realiza-se em Miami a I Cúpula das Américas, na qual se discute o projeto de eventual constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas (a Alca).

17 de dezembro – assinatura do Protocolo de Ouro Preto que confere personalidade jurídica ao Mercosul.

Dezembro – estoura a crise financeira no México, causando forte desvalorização do peso e afetando a economia mundial. O Banco Central do Brasil eleva a taxa de juros.

Sucesso do Plano Real: a estabilidade do real gera boa visibilidade internacional e atrai fluxos de capital estrangeiro para o Brasil.

Sobrevalorização do real: a estabilização do real e a política de câmbio fixo geram uma valorização da moeda nacional, o que ajuda a derrubar a inflação e a aumentar o poder de compra dos consumidores brasileiros. Por outro lado, gera-se desequilíbrio na balança comercial em função da expansão das importações e do baixo crescimento das exportações. A moeda nacional revela uma sobrevalorização estimada

entre 18% a 40% frente ao dólar. A cotação alcança R\$ 0,84/dólar em 10/10/1994.

1995

1º de janeiro – posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que assume com a promessa de fazer uma política de comércio exterior voltada para a inserção internacional do Brasil, intensificação dos fluxos econômicos e ampliação das atividades do Mercosul. Entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul, com a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC).

O Presidente FHC dá posse ao economista José Serra como Ministro do Planejamento. Jorge Marques Leandro pede exoneração do cargo de Secretário da Seain, o qual ficará vago por quatro meses, sendo ocupado interinamente pelo secretário-adjunto. Nesse período, foram transferidas, da Seain, do Ministério do Planejamento, para a Sain, do Ministério da Fazenda, as atribuições relacionadas à supervisão do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), permanecendo a supervisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a Seain.

Entrada em vigor da Organização Mundial de Comércio (OMC), que sucede ao GATT na regulação do comércio mundial. Também é utilizada como fórum para governos negociarem acordos e solucionarem disputas comerciais.

03 de janeiro – México em crise busca implantar programa econômico de emergência com apoio dos EUA.

04 de abril – assume o cargo de Secretário da Seain o diplomata Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos.

19 de junho – após uma ausência de 15 anos, a República Federativa do Brasil voltou a lançar títulos no mercado internacional de capitais.

A emissão foi de 80 bilhões de ienes no mercado japonês. Superada de vez a crise da dívida externa, o Brasil reintegrava-se ao mercado financeiro internacional.

Reação à crise financeira externa: os efeitos de contágio da crise mexicana provocam o primeiro ataque especulativo contra o real, acarretando a perda de US\$ 10 bilhões de reservas brasileiras. Como tentativa de evitar os efeitos de contágio da crise financeira externa, o governo brasileiro adota medidas para reduzir o ritmo do crescimento da economia: contém o consumo, eleva as tarifas de importação para alguns produtos, e sobe as taxas de juros. Com isso, verifica-se aumento significativo de entrada de capitais estrangeiros, recuperando as reservas cambiais e estabilizando a balança comercial.

1996

15 de janeiro – o Decreto nº 1.792 altera as competências e a estrutura organizacional da Seain.

31 de maio – o Ministro José Serra pede exoneração. O economista Antônio Kandir assume a função.

05 de novembro – reeleição do Presidente Bill Clinton nos EUA.

08 de novembro – fim do monopólio estatal do petróleo no Brasil, com a aprovação pelo Senado em segundo turno da alteração do artigo no 177 da Constituição. A emenda permite que outras empresas privadas participem da pesquisa de exploração, produção, refino e transporte do petróleo no Brasil, o que atrai mais investimentos para o setor.

15 de dezembro – firmado o Acordo-Quadro de Cooperação entre Mercosul e União Européia, visando aprofundar as relações entre os dois blocos.

Privatização: O Programa de Privatizações torna-se importante atrativo para a entrada de capital estrangeiro no Brasil. Várias empresas nacionais serão vendidas e registrar-se-á significativa entrada de empresas multinacionais no país.

1997

06 de maio – apesar das resistências, é realizado com sucesso o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

18 de junho – aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que permite a privatização no setor de telecomunicações.

Agosto – começa a crise financeira na Ásia. A repercussão no Brasil se dá com o ataque especulativo contra o real. O Brasil adota medidas para evitar a desvalorização do real, dobrando a taxa de juros em outubro (de 19,8% a.a em 20/08, para 45,67% a.a. em 30/10).

27 de outubro – ocorre queda em 5,8% pontos do índice Dow Jones na Bolsa de Nova York, enquanto a Bovespa perde 7% de seu valor num só dia (queda de 23,8% no mês). O Brasil torna-se membro do Banco para Compensações Internacionais (BIS), que monitora os sistemas financeiros das principais economias.

Crise na Ásia: desvalorização do iene: a moeda japonesa tem sua maior desvalorização (11,2% em 1997), afetando as bolsas de valores em vários países. Queda na Bolsa de Hong Kong: diante da crise no Sudeste Asiático, o índice da Bolsa de Hong Kong registra então a maior queda da sua história (-22,9% em outubro de 1997).

1998

30 de março – o Ministro Antônio Kandir pede exoneração. É substituído pelo economista Paulo de Tarso Almeida Paiva (Paulo Paiva).

02 de abril – Roberto Jaguaribe pede exoneração do cargo de Secretário da Seain. O Secretário-Adjunto Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira assume a função.

Agosto – começa nova crise financeira com a moratória unilateral da Rússia sobre parte de sua dívida externa, o que gera impacto mundial. O Brasil assiste a saídas maciças de capitais de curto prazo e a uma forte diminuição do volume do crédito. O Banco Central do Brasil eleva ainda mais os juros (de 19,25% a.a. em julho, para 40,18% a.a. em setembro) e o Ministério da Fazenda adota um pacote fiscal e faz acordos com o FMI.

04 de outubro – reeleição do Presidente FHC.

1999

1º de janeiro – tem início o segundo mandato de FHC. Lançamento de moeda única da União Européia (UE), o euro, começando a circular na maioria dos países do grupo.

15 de janeiro – ampliação da banda cambial adotada pelo Banco Central gera forte desvalorização da moeda nacional (40%), dando início ao regime de livre flutuação do câmbio. Sob o impacto da crise financeira externa e da instabilidade cambial, o governo volta a renegociar apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI).

30 de março – o Ministro Paulo Paiva pede exoneração.

06 de abril – Pedro Pullen Parente assume o Ministério do Planejamento.

13 de maio – Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira deixa o cargo de Secretário da Seain. O secretário-adjunto assume interinamente.

02 de julho – assume o cargo de Secretário da Seain o diplomata Mário Vilalva.

18 de julho – Pedro Parente deixa o Ministério do Planejamento para assumir a Casa Civil. É substituído pelo economista Martus Tavares.

26 de agosto – a Marcha dos 100 mil pelo Brasil, organizada por vários movimentos sociais, chega à Capital da República.

25 de setembro – realizada em Washington, EUA, reunião de Ministros e Presidentes de Bancos Centrais do Grupo dos Sete (G-7), em que foi formalizada a decisão de criação de um novo foro de diálogo sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade da economia global, composto por países avançados e emergentes, num total de 19 países soberanos mais a União Europeia, o chamado “Grupo dos Vinte” (G-20).

02 de dezembro – ocorrem intensos protestos durante a reunião da OMC em Seattle contra a chamada “cartilha do neoliberalismo” e a globalização.

15-16 de dezembro – no bojo das crises asiática e russa, por iniciativa do G-7, é inaugurado em Berlim o Grupo dos 20 (G-20), que passou a reunir, uma vez por ano, os Ministros das Finanças e os Presidentes dos Bancos Centrais de 19 países, avançados e emergentes, mais a União Europeia.

2000

26 de março – eleição de Vladimir Putin como Presidente da Rússia.

12 de junho – o Decreto nº 3.502 revoga o Decreto nº 688/92 e reorganiza a Cofix.

05 de julho – anunciado recorde de produção na empresa Petrobras: de 1,3 milhão de barris de petróleo por dia. O número recorde representa 76% do consumo diário brasileiro, que é de 1,7 milhão

de barris. A expectativa da Petrobras era chegar à autossuficiência do Brasil na produção de petróleo em cinco anos.

01 de setembro – Mário Vilalva deixa a chefia da Seain.

20 de outubro – o diplomata Dante Coelho de Sousa Lima assume como Secretário da Seain.

Dezembro – firmado o Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República da África do Sul para criação de uma zona de livre comércio.

2001

20 de janeiro – tem início o Governo de George W. Bush nos Estados Unidos da América.

23 de abril – publicadas as regulamentações da então nova Lei de Informática (Lei nº 10.176, de 11/01/2001), com forte redução no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos de informática.

16 de maio – por conta da crise de fornecimento de energia no país (chamado “apagão”), o governo edita o Decreto nº 3.818/2001, por meio do qual adota medidas emergenciais de redução no consumo de energia elétrica.

Junho – o real sofre desvalorização anual de 28,9% em relação a junho do ano anterior.

Julho – racionamento de energia no país a partir do 2º semestre do ano de 2001 até fevereiro de 2002. O governo impõe redução de energia em 20% para todos os consumidores. O racionamento gera impacto econômico, pois a indústria é obrigada a produzir menos para cumprir as metas do racionamento. Como resultado, há redução no crescimento do PIB e o aumento no desemprego.

Agosto – o Brasil tem de recorrer mais uma vez ao FMI, o qual aprovou nova linha de crédito de US\$ 15 bilhões para o país. Diante da crise que ocorria no setor energético nacional, com efeito sobre o ritmo de atividade e o balanço de pagamentos, o governo brasileiro pretendia não utilizar tais recursos, mas apenas dispor deles como precaução para evitar movimentos especulativos.

11 de setembro – ocorrem atentados terroristas ao World Trade Center em Nova York e em Washington, o maior ataque terrorista da História. O líder do grupo terrorista Al-Qaeda, Osama Bin Laden, é considerado o responsável pelos atentados. Os ataques abalam fortemente os mercados mundiais, com o estouro da bolha especulativa no mercado de ações.

21 de dezembro – crise na Argentina e queda do Presidente Fernando de La Rúa. Com a moeda supervalorizada, os produtos argentinos perdem lugar no mercado mundial. Os argentinos passarão por anos consecutivos de recessão. Com um regime cambial fixo atrelado ao dólar, o país é forçado a renegociar suas dívidas e a pedir socorro financeiro ao FMI.

2002

1^o de janeiro – introdução física do Euro com circulação de moedas e notas, apesar da moeda única existir como moeda contábil desde 1999.

05 de janeiro – os EUA impõem sobretaxa de 30% ao aço importado do Brasil. A ação, considerada ilegal pela OMC, tem o objetivo de proteger a indústria local e é imposta a 22 países.

28 de fevereiro – o euro é a única moeda nos países da União Europeia participantes da zona do euro, com o fim do período de transição de coexistência da nova moeda com as moedas nacionais.

03 de abril – Martus Tavares deixa o cargo de Ministro do Planejamento. É substituído pelo então Secretário-Executivo Guilherme Dias.

Junho – vitória final do Brasil no contencioso Embraer versus Bombardier. A OMC autoriza o Brasil a retaliar o Canadá, por conta dos prejuízos decorrentes dos subsídios canadenses na causa Embraer versus Bombardier. No entanto, as sanções não são aplicadas.

Agosto – o governo brasileiro firmou novo acordo stand-by com o FMI (US\$ 30 bilhões), desta vez com a concordância explícita dos principais candidatos à Presidência da República. Isso contribuiu para reduzir as expectativas negativas em relação à capacidade de gestão macroeconômica naquele ano e no seguinte.

27 de outubro – eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Brasil.

Maxidesvalorização cambial: sentimento de aversão ao risco por parte dos mercados financeiros e expectativa associada às eleições levam a uma forte desvalorização do real em relação ao dólar, cuja cotação atinge a inédita marca dos R\$ 4,00. O dólar encerrou o ano de 2002 cotado a R\$ 3,545, acumulando uma valorização de 53,13% frente ao real.

2003

1º de janeiro – posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Anúncio de uma política externa que porá ênfase em um intercâmbio Sul-Sul e na intensificação das relações econômicas com a América do Sul. Guido Mantega assume o Ministério do Planejamento.

20 de março – tem início a Guerra do Iraque. Mesmo sem a chancela da ONU, os EUA formam uma aliança com o Reino Unido e outras nações e inicia a investida terrestre contra Bagdá. A justificativa dos

EUA é a alegação de que haveria supostas armas de destruição em massa naquele país.

Março – o Brasil entra com ação na OMC contestando os programas de ajuda doméstica e de crédito concedidos pelo governo dos EUA aos produtores de algodão do seu país. Em junho, a OMC dá vitória ao Brasil no caso.

15 de março – Hu Jintao assume a Presidência da República Popular da China.

03 de julho – Termina a gestão de Dante Coelho de Sousa Lima na Seain. Assume a chefia da Seain o economista Demian Fiocca.

11 de julho – vitória brasileira no contencioso de produtos siderúrgicos. Painel da OMC dá ganho de causa ao Brasil e a outros países contra salvaguardas dos EUA sobre produtos siderúrgicos.

19 de agosto – atentado em Bagdá vitima o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, representante especial da ONU para o Iraque. Vieira de Mello exercia os cargos de Representante Especial do Secretário-Geral Kofi Annan e de Alto Comissário da ONU no Iraque em guerra. Outras 20 pessoas também morreram no atentado.

13 de dezembro – é renovado o acordo com FMI, o qual tem duração de um ano e disponibiliza ao país crédito de US\$ 4 bilhões.

Renovação do Mercosul: por ocasião dos 12 anos do Tratado de Assunção, os países-membros renovam o compromisso com o avanço da integração.

2004

15 de março – Demian Fiocca pede exoneração na Seain. Assume em seu lugar o professor José Carlos Rocha Miranda.

14 de março – reeleição do Presidente da Rússia Vladimir Putin.

22 de maio – o economista e ex-Ministro de Finanças Manmohan Singh assume como Primeiro Ministro da Índia.

31 de julho – a OMC ratifica o acordo da agricultura, que passa a reger as regras internacionais do comércio de produtos agrícolas. O ativo papel do Brasil no processo projeta a imagem do país entre os países em desenvolvimento.

15 de outubro – divulgado relatório final de painel da OMC que dá vitória ao Brasil em contencioso com a União Européia sobre o açúcar. O Brasil argumentava que os subsídios europeus à exportação de açúcar violavam as disciplinas do Acordo de Agricultura da OMC.

Outubro – forte alta do preço do petróleo, cuja cotação alcança US\$ 55,67 por barril, valor mais elevado desde 1983. As causas do aumento são relacionadas à recuperação da economia mundial, ao crescimento do consumo na China, aos baixos estoques mundiais e à Guerra no Iraque, o que põe em risco o fornecimento do produto. No fim do ano, os preços caem para US\$ 43.

18 de novembro – Guido Mantega deixa o cargo de Ministro do Planejamento e assume a Presidência do BNDES. Assume interinamente o cargo de ministro o então secretário-executivo da pasta Nelson Machado.

15 de dezembro – a 27ª reunião de cúpula do Mercosul, realizada em Ouro Preto, confirma a entrada da Colômbia, Equador e Venezuela como membros associados do bloco.

Contexto econômico: recorde na produção de automóveis. A indústria automobilística brasileira bate recorde histórico. São produzidos 2,32 milhões de veículos no ano de 2004, um crescimento de 26,7% em relação ao ano anterior. O resultado é consequência, sobretudo, do

sucesso das exportações (receita de US\$ 6,61 bilhões e 32,74% dos veículos produzidos durante o ano).

2005

22 de março – Paulo Bernardo assume o cargo de Ministro do Planejamento.

24 de março – relatório final de painel da OMC dá ganho de causa ao Brasil em contencioso com a União Européia (UE) sobre o frango. A UE havia aumentado, em 2002, a tarifa de importação para cortes de frango salgado, medida que prejudicava as exportações brasileiras.

28 de março – o governo brasileiro decidiu não renovar o acordo com o Fundo, o que vinha sendo feito desde 1998. O país já não sacava os recursos disponíveis no FMI desde setembro de 2003, tendo o acordo operado mais como um “seguro” contra movimentos especulativos de capitais.

05 de agosto – a Portaria GM nº 232 formaliza o Regimento Interno da Seain.

27 de dezembro – em uma decisão histórica, o governo brasileiro realiza o pagamento antecipado de US\$ 15,5 bilhões e quita a dívida do Brasil com o FMI. O Brasil também zerará, em 2006, a dívida com o Clube de Paris, no valor de US\$ 2,6 bilhões.

2006

Fevereiro – o real inicia o ano com uma valorização nominal em relação ao dólar norte-americano (superior a 12%). A Camex reduz a zero a alíquota de imposto de importação de cimento e álcool combustível. A ação prevê redução de custos e aumento da concorrência em setores aquecidos pelo aumento de consumo.

3 de março – a China assina acordo têxtil com Brasil, o qual prevê restrição voluntária de exportação de produtos têxteis daquele país para o Brasil.

27 de março – o então Ministro da Fazenda Antônio Palocci deixa o cargo, sendo investido em seu lugar Guido Mantega, ex-ministro do Planejamento e então Presidente do BNDES.

21 de abril – é anunciada a autossuficiência brasileira na produção de petróleo. A entrada em operação da plataforma P-50, a maior da Petrobras, permitiu atingir a tão esperada autossuficiência.

1ª de maio – decretada a nacionalização de todas as operações de hidrocarbonetos e ocupadas as instalações controladas por empresas estrangeiras na Bolívia. A Petrobras é uma das empresas afetadas pela medida.

04 de julho – assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, que terá, ainda, quatro anos para adotar a Tarifa Externa Comum e o acervo normativo do Mercosul.

29 de outubro – reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Acordo do etanol: Brasil e EUA assinam em dezembro acordo que cria a Comissão Interamericana do Etanol, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a proposta de promover o uso do combustível como alternativa ao petróleo nas Américas.

2007

1ª de janeiro – tem início o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fevereiro – anunciados dados que mostram que a China superou a Argentina e passou a ser o 2º maior fornecedor do país. No decorrer do ano de 2006, os chineses venderam US\$ 8,28 bilhões para o Brasil, acima dos US\$ 8,19 bilhões exportados pelos argentinos. A China passou a responder por 8,8% das nossas importações, apenas um décimo à frente da Argentina, com 8,7%.

02 de julho – José Carlos Miranda deixa o cargo de secretário da Seain, sendo substituído no cargo pelo então Secretário-Adjunto Alexandre Meira da Rosa.

Agosto – a crise no mercado de hipotecas imobiliárias (subprime) nos EUA começa a afetar seu próprio mercado financeiro e as bolsas de valores de todo o mundo.

Setembro – empresas calçadistas do Mercosul denunciam ameaça dos calçados chineses. Empresários reivindicam medidas de defesa frente ao avanço chinês, e frente à concorrência desleal.

Investimento brasileiro na União Europeia: a valorização do euro em relação ao dólar no ano (8,4% em média) facilita a atuação de empresas brasileiras no mercado europeu.

2008

Brasil na Presidência do G-20: no ano de 2008, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, juntamente com o Presidente do Bacen, Henrique Meireles, presidiu o Grupo dos Vinte (G-20).

14 de março – o quinto maior banco de investimento dos EUA, Bear Stearns, teve de recorrer ao Banco Central (FED) e ao banco JP Morgan Chase para conseguir fundos de emergência. No dia seguinte seria anunciada a venda do banco para o Grupo JP Morgan Chase por US\$ 236 milhões. O episódio foi o prenúncio da grave crise financeira global que estouraria em setembro do ano.

15 setembro – é declarada a falência do banco de investimento Lehman Brothers nos EUA, dando início à chamada crise financeira global.

Reunião do G-20 no Brasil: 9 de novembro: realizado em São Paulo encontro dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20 e, pela primeira vez, é realizada reunião dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais dos BRICs.

Criação do G-20 de Líderes: de 14 a 15 de novembro é realizada em Washington a primeira reunião de cúpula (líderes) do G-20 para discutir, no mais alto nível de deliberação, o fortalecimento da cooperação e a adoção coordenada de medidas de combate à crise. O G-20 se firmou como foro de líderes e se tornou a instância central para a coordenação internacional de política econômica e enfrentamento da crise, marcando uma mudança expressiva na ordem internacional, com peso crescente de países emergentes como o Brasil no processo decisório mundial.

2009

02 de abril – a Cúpula de Líderes do G-20 realizada em Londres, Reino Unido, lançou o Plano Global para Recuperação e Reforma, reforçando compromissos adotados no âmbito do Plano de Ação de Washington.

16 de setembro – os líderes dos quatro países emergentes reunidos na sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) concluíram seu primeiro encontro de cúpula, em Ekaterimburg na Rússia, prometendo uma maior cooperação em diferentes áreas e com o anúncio de que o Brasil sediará o próximo encontro do grupo, em 2010.

07 de outubro – o Decreto nº 6.929 altera as competências e a estrutura organizacional da Seain.

Medidas anticíclicas: o governo brasileiro, pela primeira vez em sua história econômica recente, tomou um conjunto de medidas fiscais e monetárias anticíclicas, o que minimizou o impacto sobre a economia nacional, que praticamente estagnou (variação do PIB de -0,2% em 2009), enquanto a maioria dos países do mundo enfrentou pronunciadas recessões.

2010

13 de janeiro – o Decreto nº 7.063 altera as competências e a estrutura organizacional da Seain.

15 a 16 de abril – é realizada a Segunda Reunião de Cúpula do BRIC em Brasília. Os Chefes de Estado dos quatro integrantes do grupo (Brasil, Rússia, Índia e China) compareceram ao evento. Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação técnica entre o BNDES e instituições públicas correlatas nos demais países do BRIC.

26-27 de junho – realiza-se a Reunião de Cúpula do G-20 em Toronto, Canadá.

28 de junho – Alexandre Meira da Rosa deixa a chefia da Seain. É substituído pelo professor Carlos Augusto Vidotto.

06 de julho – Pela Resolução Camex nº 49, a Seain se torna secretaria executiva do Grupo Técnico de Contratações Públicas da Camex.

26 de agosto – a Portaria GM nº 369 altera o Regimento Interno da Seain.

31 de outubro – eleição de Dilma Rousseff como a primeira mulher Presidente do Brasil.

2011

1º de janeiro – posse da Presidente Dilma Roussef, a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no País. Miriam Belchior é empossada como ministra do Planejamento.

12 de janeiro – Carlos Augusto Vidotto é reconfirmado no cargo de Secretário da Seain.

19 de fevereiro – Encontro dos Ministros das Finanças do BRICS à margem de reunião do G-20 (Paris, 19 de fevereiro).

04 de março – o Decreto nº 7.470 altera as competências e a estrutura organizacional da Seain.

13 a 14 de abril – é realizada a Terceira Reunião de Cúpula do BRICS em Sanya, China. Os Chefes de Estado dos quatro integrantes originais do grupo (Brasil, Rússia, Índia e China) mais a África do Sul, recém-admitida, compareceram ao evento. Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação técnica entre o BNDES e instituições públicas correlatas nos demais países do BRIC.

11 de outubro – o Decreto nº 7.577 altera as competências e a estrutura organizacional da Seain.

04 de novembro – Cúpula de Cannes do G-20. Os líderes se comprometeram a apoiar a recuperação, assegurar a estabilidade financeira e restaurar a confiança, com o objetivo final de criar mais empregos, promover a inclusão social e reduzir a pobreza, em particular nos países menos desenvolvidos.

14 de dezembro – publicada a Declaração dos Ministros de Comércio do BRICS, em Genebra, Suíça

2012

23 de janeiro – o Decreto nº 7.675 altera as competências e a estrutura organizacional da Seain.

2013

11 de março – Carlos Augusto Vidotto pede exoneração do cargo de secretário da Seain. Assume em seu lugar João Guilherme Rocha Machado.

2014

21 de janeiro – o Decreto nº 8.189 promove alterações nas competências da Seain para coordenar o processo prévio de apreciação orçamentária pelo MP de novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais.

25 de junho – o Regimento Interno da Seain é alterado pela Portaria GM/MP nº 220.

2015

1º de janeiro – começa o segundo mandato da Presidente Dilma Vana Roussef. O economista Nelson Barbosa toma posse como Ministro do Planejamento.

03 de fevereiro – João Guilherme Rocha Machado pede exoneração do cargo de Secretário da Seain. Assume em seu lugar o professor e ex-deputado federal Cláudio Alberto Castelo Branco Puty.

Maior – durante a visita do Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang, ao Brasil, ambos os governos assinaram, em cerimônia em Brasília, 35 acordos de cooperação em oito áreas que envolvem investimentos estimados em US\$ 53 bilhões.

19 de maio – o então Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), Xu Shaoshi, assinaram o Acordo-Quadro de cooperação entre os dois países com a promoção de investimentos e da capacidade produtiva, nas áreas de infraestrutura e logística, energia, mineração, agricultura e indústria manufatureira.

Junho – com vistas a dotar a Seain de condições para executar as deliberações do Acordo-Quadro Brasil-China, o secretário da Seain propõe ao MP a criação, na estrutura da secretaria, de uma nova secretaria-adjunta e de uma correspondente coordenação-geral de investimentos internacional.

29 de outubro – começa a missão do Secretário da Seain à China para iniciar negociação com o NDRC sobre a criação de um Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva.

05 de novembro – foi assinado o memorando de entendimento (MoU) entre os governos do Brasil e da Itália sobre o desenvolvimento dos investimentos e o fortalecimento da cooperação produtiva.

09 de novembro de 2015 – Cláudio Alberto Castelo Branco Puty pede exoneração do cargo de secretário da Seain para assumir a secretaria-executiva do Ministério do Trabalho e Emprego. Assume em seu lugar o diplomata Rodrigo Estrela de Carvalho.

21 de dezembro – o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, deixa o cargo e assume o Ministério da Fazenda. Assume em seu lugar Valdir Simão, ex-ministro da CGU.

2016

10 de fevereiro – o Decreto nº 8.666 institui a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), órgão colegiado consultivo com a finalidade de opinar sobre aspectos

orçamentários da participação do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais.

31 de março – foi assinado o memorando de cooperação (MoC) entre os governos do Brasil e dos EUA sobre o desenvolvimento de infraestrutura.

Abril – missão do Secretário da Seain à China para discutir com o NDRC e o Claifund a formatação do Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva.

12 de maio – a Presidente Dilma Rousseff é destituída do cargo por conta de aprovação de processo de impeachment pelo Congresso Nacional (consumado em 31/08/2016). Na ocasião, o seu gabinete ministerial se demite. O então Ministro do Planejamento, Valmir Simão, deixa o cargo. Com a posse do governo do presidente Michel Temer, assume interinamente o Ministério do Planejamento o então Senador Romero Jucá. O então Secretário da Seain Rodrigo Estrela pede exoneração.

24 de maio – com a renúncia de Romero Jucá, assume interinamente o cargo de Ministro do Planejamento o economista Dyogo Henrique de Oliveira, que exercia até então o cargo de secretário-executivo da pasta.

23 de junho – assume o cargo de Secretário da Seain o economista e professor Jorge Saba Arbache Filho.

21 de julho – o Decreto nº 8.188 altera as atribuições regimentais da Seain.

29 de setembro – é publicada a Lei nº 13.341, que alterou a estrutura e a denominação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG ou simplesmente MP).

11 de outubro – no âmbito do Acordo-Quadro entre a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) da China e o Ministério do Planejamento, foi firmado o memorando de entendimento (MdE) para a criação do Fundo Brasil-China de Cooperação da Capacidade Produtiva entre a Seain e o China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund (Claifund).

16 de outubro – assinado em Tóquio o memorando de cooperação entre o Japão e o Brasil para a promoção de investimentos e cooperação no setor de infraestrutura.

2017

31 de março – Dyogo de Oliveira é efetivado como ministro do Planejamento após quase 10 meses ocupando o cargo interinamente. Assinado o Memorando de Entendimento entre o MP e o Ministério da Economia e Finanças da França para a Promoção dos Investimentos e o Fortalecimento da Cooperação em Infraestrutura.

29 a 30 de maio – a Seain participa em São Paulo do Brasil Investment Forum (BIF 2017), evento organizado pelo Governo Federal e o BID, com concepção temática do Ministério do Planejamento e realização pela Apex Brasil. Publicado o Decreto nº 9.063, que oficializa o Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva (“CBC-Fundo”), que tem como principal objetivo promover a cooperação entre chineses e brasileiros para ampliar a capacidade produtiva dos dois países.

06 de junho – o Decreto nº 9.075 revoga o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, alterando a composição e as competências da Cofix.

26 de junho – começa a operar na Seain o Fundo de Cooperação para Expansão e Capacidade Produtiva Brasil-China, que financia projetos nas áreas de infraestrutura, manufatura, tecnologia e agronegócio.

05 de setembro – a Resolução nº 02 define os novos critérios a serem adotados pela Cofix com relação aos pleitos de operação de crédito externo de interesse de estados, Distrito Federal e municípios, com garantia da União.

2018

31 de janeiro – a Portaria GM/MP nº 11 aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança das unidades integrantes do Ministério do Planejamento (MP) e, por tabela, da Seain.

04 de abril de 2018 – realizada a 2ª reunião ordinária do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) do Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, na qual foram examinados seis projetos que abrangem os setores de energia, logística, infraestrutura e tecnologia, e que solicitaram um total de US\$ 2,4 bilhões ao Fundo Brasil-China, cujos pleitos serão analisados por instituições financeiras dos dois lados.

06 de abril – o Ministro Dyogo de Oliveira deixa o cargo de Ministro do Planejamento para assumir a Presidência do BNDES. Assume em seu lugar o economista Esteves Pedro Colnago Junior, que antes ocupava a secretaria-executiva da pasta.

29 a 20 de maio – a Seain participa em São Paulo do Brasil Investment Forum (BIF 2018), evento organizado pelo Governo Federal e o BID, com concepção temática do Ministério do Planejamento e realização pela Apex Brasil.

Junho – missão do Secretário da Seain à Região Administrativa Especial de Macau com vistas a ampliar a cooperação daquela região chinesa com o Brasil nos campos de pequenas e médias empresas (MPes) e educação superior.

25 de junho – visita ao MP de comitiva de alto nível de Macau para discutir formas de estreitamento das relações entre Brasil-China por meio da chamada plataforma de Macau.

18 a 20 de setembro – O Secretário Jorge Arbache participou, como palestrante, do 12º Encontro Anual dos Novos Campeões, o principal encontro mundial sobre inovação, ciência e tecnologia e promoção do empreendedorismo no interesse público global, organizado pelo Fórum Econômico Mundial, em Tianjin, República Popular da China.

16 de outubro – Jorge Arbache pede exoneração do cargo de secretário da SEAIN em razão de ter sido designado para exercer o cargo de vice-presidente de setor privado da CAF em Lima no Peru. Assume o cargo em seu lugar o secretário-adjunto Carlos Eduardo Lampert Costa.

VI – Lista de servidores que atuaram na Subin

Afreimar Morais de Queiroz/
Coordenador de Cooperação
Técnica Internacional

Angela Maria Lechuga

Alice Pessoa de Abreu/Ipea

Angela Carmen Mäder Nobre
Machado /Ipea/ATS2

Antônio Alexandre Neto/MS/
ANM-1

Antônio Sérgio Carneiro Leão/
Coordenador de Comércio Exterior

Antônio Patriota/diplomata

Arnaldo de Albuquerque Braule
Pinto

Artur José Jerônimo/MPAS/ANM-1

Beatriz Marques de Souza
Wahrlich/Dasp

Benedito Coelho Rodrigues

Carla Lourenço de Castro Serra/
PNUD

Carlos Roberto Cristalli/BCB/
Coordenador de Cooperação
Econômica e Financeira
Internacional

Cilene Maria Guimarães Coelho
Mascarenhas/PNUD

Conceição de Maria Vieira/MTb/
ANM-1

Deise de Nascimento Lemos/IBGE

Didemar Pereira de Oliveira/PNUD

Diógenes Walter Oliveira/Ipea/
Secretário-Adjunto

Eliane Moreira Machado – Sudepe

Eliete Pinheiro Paschoal/Ipea/
AS-7D

Elisabeth Antunes

Ernesto Guilherme Shuetz
Fábio Ferreira Batista/Ipea
Fernando Antonio de Moraes Rego Caldas
Francisco das Chagas Barros/GDF/ATS-1
Francisco Maiorana Filho
Garry Soares de Lima/Ipea/Coordenador de Cooperação Técnica
Geraldo Nogueira Vilela/Ipea
Giselle Muller
Hull Biquiba Dy la Fuente/IBGE/ASS
Ilka Corrêa Leal
Isabel Cristina Osório Caldas/GDF/ANM-1
Ivan Mendes de Vasconcelos
Katia Helena Sasse Lobato
Joaquim Farias Góes Filho
João Ferreira Bentes/Assessor
João Fernando Sebastião Charnaux Sertã
José Batista Pessoa/EBCT/ANM-2
José Newton Barbosa Gama/Ipea
Katia Helena Sasse Lobato/CNPQ/ATS-3
Leilah Borman Zero/Seplan/Chefe de Serviço
Luís Carlos Mancini
Luís Dutra
Luiza Helena Tonon Gehre/IBGE/ANM-1
Lurdes Marques
Manoel Batista de Moraes Neto/PNUD
Marcelo Dias dos Santos – CVRD/ATS-2
Marcelo Nonnemberg/Ipea
Marcos Luiz da Cunha Santos/Chefe de Gabinete
Maria Beatriz Mello da Cunha/BB/ATS-1
Maria Cecília Costa Perez/Ipea
Marisa Graça Lima
Maria Lúcia de Fátima Rodrigues Nunes/CEF
Maria Lucia de Oliveira/Finep/ASS-1
Maria Lourdes Marques/Ipea
Maria Nazaré de Aguiar/Ipea
Marieta de Souza Carvalho Derziê Luz/Banco do Brasil/ANM-1
Maria Regina Bastos Oliveira/Coordenador de Cooperação Econômica
Marilia Cleci Mandelli/Coordenadora
Marilia Torres Vieira da Conceição/MPAS/ANM-2
Moaldo Fernando Bornhausen de Faria
Murilo Portugal Filho/Ipea/Secretário-Adjunto
Nelson de Oliveira
Patrícia Góes Bakaj/Ipea
Regina Helena Akmeida de Jesus/MJ
Ricardo Pinho
Roberto Barros Carreiro/Coordenador
Ronaldo Campos Carneiro/Furnas

Ruy Nunes Pinto Nogueira/
diplomata

Selma Glaus Leão/IBGE/ATS-3

Sérgio Silva do Amaral/diplomata

Silvia Maria Vergolino Schmidt/CEF

Stael Martins Baltar/Ipea/
Coordenadora

Solange Nascimento de Lemos
Siqueira/Minjus

Thely Carvalho Lopes/Ipea/TE-8

Torquato Lorena Jardim/Assessor

Vitoria Emília Santos Costa Gehre/
Ipea/TP5B

Yolanda Rodrigues Cardoso/GDF/
ANM-2

Wilmar Vieira Jatobá

V – Lista de servidores que atuaram e/ou atuam na Seain

André Luís Forti Scherer/Assessor
– FEE

Alberto Zouvi

Alencar Soares de Freitas/
Coordenador

Alessandra Lima da Silva Rosa/
EPPGG/Coordenadora

Alexandre Antônio Tombini/BCB/
Coordenador-Geral

Alexandre Meira da Rosa/
Secretário

Aline Pires Lira

Aloísio Pádua Pinto/AT

Afreimar Morais de Queiroz/
Coordenador

Álvaro Pontes de Magalhães Júnior

Amauri Nunes de Lima/AA

Anabi Resende Filho/APO

Ana Lourdes Santos de
Vasconcelos/TPO/GR

Ana Márcia Portela dos Santos

Ana Maria Constâncio Otto

Ana Maria Flores do Rego

André Luis Forti Scherer

André Luiz Andrade Bobroff/BB/
Assessor

Angela Carmem Mauder Machado

Angela Maria Müller Cartier
Marques

Antonio Alexandre Neto/Ipea/GR

Antônio Gustavo Rodrigues/
Secretário-Adjunto

Antônio Menezes Filho/AA

Antonio Sabino da Costa Filho/AT

Augusto Cesar Batista de Castro/
MRE/Assessor

Benvindo Belluco/BCB/
Secretário-Adjunto

Bernadete Almeida Barbosa

Betty Grosskopf Antunes/Ipea/
Coordenadora

Bernadete Almeida Barbosa

Bernardo José Figueiredo de
Oliveira/Assessor

Bismark Batista de Oliveira Júnior/
AA/FCT

Braz Gomes da Silva/FCT

Bruno Luiz dos Santos Cobuccio/
Coordenador

Bruno de Macêdo Cavalcanti
Borges Pimentel/AA

Cadmo Soares Gomes/CEF/
Coordenador

Carina Regina Ferreira de Souza/AT

Carlos Eduardo Lampert Costa/
Ipea/secretário Secretário Adjunto

Carlos Alberto Ribeiro da Silva

Carlos José de Araújo

Carlos Henrique Melo Ferreira

Carlos Miguel Pires

Carlos Pereira da Silva

Carlos Roberto de Carvalho/BB/
Coordenador

Carlos Roberto Cristalli/BCB/
Coordenador

Camila Mariane de Souza/AT

Camila Medina Chagas/AT

Camilla Cristine da Silva

Carmelita Guedes Gonçalves/TPO/
GR

Carmen Soriano Puig/
Coordenadora

Carolina Ann Abdalla Blackmon/
EPPGG

Carolina de Araújo Nogueira

Carolinne Machado Lopes/
Assistente

Carlyle Vilarinho/Serpro

Celeste Firmino de Sousa/TPO/GR

Chandro Coelho Marçal da Silva/
ACE

Cícero Soares dos Santos/FCT

Cintia da Silva Arruda/CEF/
Coordenadora-Geral de
Investimentos Internacionais

Ciro Guarani Pennafort

Cláudia Veiga da Silva/CEF/
Coordenadora-Geral

Cláudio Sebastião de Almeida
Machado/APO

Clayd da Silva Nunes/Ipea

Cleusa Gilena de Carvalho/FCT

Clarice Pereira de Brito

Claudiane Ferreira Duarte/TS

Dagoberto Djalma Henrique Troise
Filho/APO/chefe de serviço

Davina Mota Teixeira/Chefe de
Divisão

Dalvino Troccoli França

Daniel Alberto da Glória

Daniel Carvalho de Campos

Daniel dos Santos Bento

Dante Coelho de Lima

Darcy Costa Neto

Darluce Ferreira Matte/SEB

Davina Mota Teixeira/
Coordenadora

Deborah Haydée Ramon Barros
Ferreira

Deilson Guimarães Silva

Denise Duarte Guirra Kuhlmann/
AA/FCT

Doralice Noronha de Souza
Ferreira

Eder Otaviano Dantas Meira/Chefe
de Serviço

Edina Shisue Miazaki/Ipea

Edna Alves de Oliveira Ferreira

Edson Dias de Oliveira/ Coordenador	Francisco Gomes de Oliveira/FCT
Eduardo Magalhães Lordello	Garry Soares
Eduardo Rolim de Pontes Vieira/ ACE	Genário Viana Filho
Eliane Batista Bucar/AFFC/ Coordenadora	Geraldo de Jesus Calixto
Elisa de Ananias Fraga/ACE/AT	Geraldo Magela Callegar
Elisabeth Antunes	Gerson Klit
Elisete da Silva Cunha/FCT	Glaêde Maria das Neves/ GR-Supervisora
Elizabeth Aparecida Gomes das Chagas/Ibama/FCT	Genário Viana Filho
Eliznilde Santos Fontinele	Guilherme de Moraes Andrade
Elza Cardoso de Magalhães/ Serpro/GR	Geraldo de Jesus Calixto
Emerson Alves de Souza Marques/ AA	Haidecleide Vasconcelos Souza/ ECT/GR
Eugênio Pacceli Ribeiro/Ipea	Hélio Silva Filho/Chefe de Divisão
Fabiana Cardoso Martins de Souza /EPPGG/Coordenadora	Henrique Pissaia de Souza
Fabiany Lopes	Humberto Leite Freitas Filho/AT
Fabio Marvulle Bueno	Iára Seara de Mattos Lima/Chefe de Serviço
Fernando Antonio de Moraes Rêgo Caldas/Coordenador	Ionio Oliveira de Souza/Chefe de Serviço
Fernando Augusto V. Fernandes	Irene Barbosa Ramos da Silva/AA/ FCT
Fernando Magalhães Soares Pinto /APO/Chefe de Divisão	Ísis Smidt Lara Resende/AT
Flávio Augusto Correa Brasílio/BB/ Secretário-Adjunto	Ivone Conceição Nascimento/AP
Francisca das Chagas Ribeiro da Silva	Isabel Cristina Abs de Resende Martins
Francisca Janes Bezerra/TPO/GR	Izabel Cristina de Souza Vera de Morais
Francisco Carneiro de Filippo/ APO/Assessor	Jair dos Santos Lapa/Coordenador
Francisco das Chagas Ribeiro/SOF	Jandira Rocha Carvalho/FCT
Francisco Maiorana Filho	Jesiel Soares da Silva/Chefe de Divisão
	Jesua Soares da Silva
	João de Oliveira Garcia

João Guilherme Rocha Machado/
Secretário-Adjunto (*)

João Guilherme Vogado Abrahão/
Chefe de Gabinete

João Viana da Silva

José Adão da Silva/FCT

José Amarildo Nunes de Lima

José Ângelo Carvalho Couto Neto/
ACE

José Augusto Varanda/
Secretário-Adjunto

José Bezerra da Silva/MF/GR

José Carlos Cavalcanti de Araújo
Filho/ACE/Coordenador-Geral de
Comércio Exterior

José Eduardo Rodrigues

José Frederico Álvares/Ipea/
Coordenador-Geral

José Maria dos Santos Júnior/
MDA/Chefe de Gabinete

José Milton Prata de Andrade/
APO/Coordenador-Geral

José Nelson Bessa Maia/AFFC/
Assessor

José Newton Barbosa Gama/Ipea/
Coordenador

José Onofre Miranda de Sousa/
MF/FCT

José Pereira da Graça Couto Júnior

José Roberto Albuquerque/
Telebrasília

Júlia Coves Vilas-Boas/AT

Juliana Ramos Novaes

Juliana Rocha Nunes

Jurema Celeste Cavalcante

Júlio César Serra Pinto de Oliveira

Jurema Celeste Cavalcante

Jussara Maria Cimenti/BB/
Coordenadora

Karen Mendes Smidt/BB/Chefe de
Serviço

Katrina Narguis/AT

Kenia Rebeca Soares Bento/AT

Khálida El Afoui/AT

Leda Maria Marques Cavalcante/
FE/Chefe de Divisão

Léa Mendonça Nóbrega/EPPGG/
Assistente

Leila Damiza Guimarães Lessa

Leny Maria Corazza/Serpro/AT

Lígia Pinheiro/AFFC

Lijerka Rodrigues Leite/AA

Lília Lúcia Génu Maya Cavalcante/
Coordenadora

Lincoln da Silva Lucena

Lívio William Reis de Carvalho/
UnB/Coordenador-Geral

Lucia Regina Ponte Lemos/
Coordenadora

Luiz Antônio Araújo Clemente/
BCB/Chefe de Divisão

Luiz César Loureiro de Azeredo/
Chefe de Divisão

Luiz Eduardo Pereira de Oliveira/
EPPGG

Luiz Fernando Pires Augusto/
Chefe de Gabinete

Luiza de Marilac Nascimento Moura

Luizmar Alves Gonçalves/TPO

Luzia Helena Sobrinho da Fonseca/
FCT

Luziene Pereira da Silva

Manoel José Forero Gonzales/Ipea/coordenador

Manoel Rodrigues dos Santos Júnior/Ipea

Manuella Damasceno Louzada/APO/Assistente

Marcela Santos de Carvalho/ACE/Coordenadora-Geral

Manoel Rodrigues dos Santos Júnior/Ipea

Marcela Carvalho/ACE

Marcelo de Oliveira Souza

Marcelo Fernandes Guimarães

Marcelo Menezes Saraiva/ACE/AT

Marcelo Moisés de Paula/MP/Coordenador-Geral de Financiamentos Externos

Marcelo Vieira Siqueira/BB/Coordenador-Geral

Marcilene de Oliveira de Morais/AA/GR

Marcio Ramiro da Costa /ACE

Marcos Osório de Almeida/Chefe de Divisão

Marcus César Ribeiro Barretto/Coordenador

Maria Agda Rego da Luz/AA/FCT

Maria Antônia de Bastos Martins (Abadia)

Maria Cecília Costa Perez/Ipea/Chefe de Gabinete

Maria das Graças Rolim Bilich

Maria de Fátima Cavalcanti/Chefe de Divisão

Maria de Queiroz Dedo/Chefe de Divisão

Maria Yvonne Lima de Castro/MDS/FCT

Maria de Fátima Freitas de Figueiredo

Maria de Jesus Pereira Souza/AA

Maria Mirtes dos Santos Bacelar/ECT/GR

Maria Raquel Dias Meireles Bezerra/AA

Mário Aldifax Pinto Ribeiro

Mário José das Neves/APO/Coordenador

Maurício Teixeira Souza/EPPGG

Marília Paes Cavalcante/MF/Coordenadora

Manuella Damasceno Louzada/APO

Marlene Sousa Alves

Michelle Tavares Carneiro/Assistente

Michael Wilberg

Milde Borges Belém

Mônica Soares de Araújo/IBGE/Coordenadora-Geral

Nadir Angélica Pires Arruda

Nélida Maria Cabrera Durand Conde/AA/Coordenadora

Nelson de Oliveira

Nelson Simão de Carvalho Júnior/ACE

Neusa Maria Torquato da Silva/Coordenadora

Neuseli Ayres do Couto Castanheira/Infraero/Assistente

Noêmia Castanheira

Núbia de Souza Pinho

Patrícia Alessandra Morita/Chefe de Divisão	Renato Luiz Belineti Naeguele/Coordenador
Patrícia Matos Magalhães Albuquerque/APO/Assistente	Renault de Freitas Castro/Coordenador-Geral
Patrícia Goés Bakaj/Ipea/Secretária-Adjunta	Ricardo Roberto de Araújo Lima/UnB/Subsecretário de Financiamentos Externos
Patrícia Lamego Teixeira Soares/Chefe de Gabinete	Robson Bertezini/APO/Chefe de Divisão
Paulo César Lages Barbosa/BCB/Coordenador	Roberto Bastos Carreiro
Paulo Marchesini Neto/EPPGG	Rodrigo Martins Vieira/MMA/Coordenador-Geral
Paulo Sérgio F. Marinho	Rodrigo Loila Marques
Pedro Quaresma de Araújo/APO	Rogério Vital dos Santos
Pedro Paiva Dias Lacerda	Ronald Ferreira de Melo/Coordenador
Raduan Eugenio Hussak Van Velthem/Coordenador	Rosana Araújo Guedes Miranda/Serpro/GR
Rafael Ranieri/Coordenador-Geral de Relacionamento com Organismos Internacionais	Rosana Maria Costa P. de Siqueira Zerbi/BB
Raphael Tiago Lenzi/Agente Administrativo	Rosângela Moreira Castelo Branco/Mapa
Raquel Ferreira Martins	Rose Mare Araújo da Nóbrega/GR
Raul Martins Sodoma da Fonseca/APO	Rozana Araújo Guedes Miranda
Raquel Porto Ribeiro Mendes/Coordenadora	Rubens de Melo e Souza Júnior/Ipea/Coordenador
Rani Vieira de Abreu Bittencourt/AA/FCT	Rubens Gazir de Andrade/Ipea/Coordenador
Raysa Sales da Costa/AA	Rubens José da Araújo
Rebeca Nóbrega de Brito Ramos	Samuel Pimentel Leal
Regina Barbosa/TPO/GR	Sandra Cristina Filgueiras de Almeida
Regina Célia Torrano Lima	Sandra Ferreira Neves
Regina Gurgel de Saboya/CNPQ/Chefe de Divisão	Sandra Regina Biriba Aguiar/Coordenadora
Renato Coelho Baumann das Neves/Ipea/UnB/Secretário-Adjunto	Sarah Carolina Moreira Tavares/Assistente

Sergio Eduardo Bach da Graça/AA/
GR

Sérgio Vinicius Marques do Val
Côrtes/APO/Chefe de Divisão

Sérvulo Vicente Moreira

Silvan Francisco Silva/Ipea/Chefe

Simonne Maria de Amorim
Fernandes

Sonia Maria Simas Abrantes/BB

Stael Martins Baltar/
Coordenadora-Geral de
Financiamentos Multilaterais

Tânia Delfino Ribeiro

Telma Regina Testa Leitão

Terezinha Atanazio Dantas/AA/GR

Valdete Campos Siqueira/MF/
Coordenadora

Vanderlindo Lopes dos Santos/FCT

Vanessa Carvalho dos Santos/ACE/
Assessora

Vânia Elisabeth Dias dos Reis Paiva

Vitor de Lima Magalhães

Yeda Medeiros de Carvalho

Willy Mendes Nack Melzer

Wanda Dias Fonseca Taquary

Washington Aquino de Mendonza/
BB/Coordenador-Geral

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional

SIG, Quadra 6, Lote 800

70610-460 – Brasília-DF